



Universidade Federal da Paraíba -UFPB

Centro de Tecnologia - CT

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega

Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB.

João Pessoa

Fevereiro, 2026

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega

Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB.

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Gomes Negrão

Co-orientador: Prof^o Dr^o José Augusto Ribeiro da Silveira

João Pessoa

Fevereiro, 2026

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega

Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB.

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Gomes Negrão

Co-orientador: Prof^o Dr^o José Augusto Ribeiro da Silveira

Dissertação aprovada em 17 de dezembro de 2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ANA GOMES NEGRAO
Data: 27/02/2026 09:04:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Ana Gomes Negrão - Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 JOSE AUGUSTO RIBEIRO DA SILVEIRA
Data: 26/02/2026 19:46:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor José Augusto Ribeiro da Silveira - Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 ANDREA LEANDRA PORTO SALES
Data: 24/02/2026 10:21:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Andréa Leandra Porto Sales - Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO COSTA DO NASCIMENTO
Data: 09/02/2026 16:36:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor Rodrigo Costa Nascimento - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N754u Nóbrega, Abraão Pinto de Oliveira.

Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB / Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega. - João Pessoa, 2026.

326 f. : il.

Orientação: Ana Gomes Negrão.

Coorientação: José Augusto Ribeiro da Silveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Características socioespaciais - João Pessoa (PB). 2. Violência urbana. 3. Crimes de ódio. 4. LGBTfobia. 5. Racismo. 6. Padrões estimativos de densidade. I. Negrão, Ana Gomes. II. Silveira, José Augusto Ribeiro da. III. Título.

UFPB/BC

CDU 711.4:343.9(813.3)(043)

Futuramente, se fará presente, tudo que se sente com o vento soprar. Posteriormente falhando e como a mente falando. E nesse mundo girando, não serei póstuma. Arrancar de seus filhos os sonhos, os olhos; pra que não possam nem imaginar. Essa é a história que eu quero contar. Quem vai guardar?

[...]

Qual herança importa? (*Qual herança importa?*) A estrela brilha (*a estrela brilha*). Só estrelas brilham depois de mortas.

Urias ft. Giovani Cidreira

Para minha voinha Carmelita (*in memoriam*),
que foi quem me ensinou que apenas o amor
nos salva da vida. E que ser forte não é
escolha, é missão.

AGRADECIMENTOS

Se eu fosse só já não estaria mais aqui. Muitas batalhas venci, outras ainda vou enfrentar, mas sei que em nenhuma delas eu estarei só. Sou muito grato às forças celestes, aos Orixás e aos Guias Espirituais que me acompanham nesta vida. Sei que sou pequeno, mas, graças a vocês, eu tenho em mim a força da natureza. Que nunca me falte axé para lutar pelo caminho que acredito.

Aos meus pais que tanto lutaram na vida para que eu pudesse estar aqui, Adeilda e Isac. Só sou quem sou hoje por todo o apoio e segurança que vocês me proporcionaram. Vocês são a certeza de que sempre terei um lugar seguro ao qual eu posso me refugiar da vida se ela ficar difícil demais.

À minha saudosa vizinha Carmelita, *in memoriam*, que foi uma das pessoas que mais me ensinou na vida. Mesmo sabendo escrever pouco além de seu nome, ela foi uma mestra dos saberes mais importantes da vida. Os retornos à Solânea nunca mais foram os mesmos desde sua partida, mas em cada animal de rua que cuido ou em cada flor de beijo que vejo, eu sinto que está ao meu lado comemorando cada avanço que consigo.

Ao meu irmão, Crísthophem, e ao meu cunhado, Ragner. Sou muito grato por todo o suporte nos momentos difíceis nesses anos de mestrado. Agradeço por todos os conselhos, direcionamentos e ritos de boa sorte que marcaram muitas decisões que tomei. Todos os cafés com bolo no terraço, as tardes de jogos, passeios na praia e idas ao terreiro foram muito significativos e serviram como uma tábua de salvação nas turbulências.

Ao amor que decidiu construir uma vida comigo, Manoel. Sou grato por toda a confiança que tem em mim, às vezes, até mais que eu mesmo. Agradeço por ter me ouvido falar (por muitas horas) sobre tudo que envolve esta dissertação, mesmo algumas partes técnicas soando como outra língua pra você. Agradeço também por toda a paciência, pelo apoio e por me lembrar o quanto sou capaz de coisas grandes.

À Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Deixo meu agradecimento pela qualidade do ensino que tive, pelos profissionais que cruzaram meu caminho acadêmico e por validarem a importância da minha pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pela concessão da bolsa de pesquisa que tornou possível a execução deste trabalho. Sem as políticas de fomento e a contrapartida financeira, seria impossível a realização deste estudo. Sou muito grato a tudo

o que este mestrado simbolizou. Para mim ele foi muito mais do que um estudo para conquistar um título. Ele foi o resultado de muitos esforços e marcou um passo em direção a conquistas importantes em minha vida.

À Ana Negrão, minha mainha acadêmica. Sou muito grato por todo o companheirismo que foi esse processo de orientação. Por todos os cafés, chocolates, fofocas, conversas sobre nossos gatos e, não menos importante, por todos os comentários e questionamentos que me fizeram refletir e estruturar minha produção, culminando neste trabalho incrível.

A José Augusto que esteve presente nas reuniões e no laboratório, com sugestões de referências fundamentais, apontamentos sobre pesquisa e de olho na produção científica.

Aos membros da banca, Andréa Porto e Rodrigo Nascimento, por terem aceitado o convite de contribuírem com minha pesquisa. Seus comentários, indicações de abordagens e referências, orientações e reflexões foram fundamentais para elevar o nível do produto que estou entregando agora.

À Yasmin, uma das minhas pessoas preferidas na vida. Mesmo do outro lado do país você sempre esteve perto. Ouviu, com paciência, todas as minhas reclamações, surtos e preocupações. Em todos os momentos que tive incerteza você me lembrou que eu era capaz. Sou muito grato por todas as risadas, as piadas, as fotos e figurinhas de humor duvidoso que compartilhamos.

À Aline que esteve ao meu lado desde o processo de ingresso na pós-graduação e me deu apoio em todos os momentos desde então. Aos amigos que a pós-graduação me trouxe, na época em que eu ainda estava como aluno especial. Ricardo e Ana Clara, o grupo das Ppgatas sempre existirá como símbolo do lugar que nos uniu e que guarda tantas memórias e risadas.

À Viviane, Jéssica e Débora (nossa arquiteta honorária) que são as sáficas mais apaixonadas pela vida que eu conheço. Sou muito grato pela nossa amizade e por todos os momentos felizes que compartilhamos. Eles tornaram a árdua jornada do mestrado mais leve e suportável. Vocês me lembram o quanto viver é melhor que sonhar. Espero que ainda vejamos juntos muitos filmes LGBTs e que passemos tardes inteiras comendo e nos divertindo com jogos de tabuleiro.

À Ângela, que mesmo com todas as idas e vindas da vida sempre fez um esforço para estar presente. Você é uma das pessoas mais especiais que a pós-graduação me trouxe. A mãe de planta com um coração sem tamanho. Obrigado por ter me exaltado quando estive pra

baixo, por me lembrar de ser mais gentil comigo mesmo, por ter ouvido todos os meus desabafos, por ter me ajudado a refletir sobre pontos teóricos deste trabalho e por ter lido trechos que eu estava inseguro. Seu apoio foi fundamental.

À Luana, que mesmo numa correria entre dois estados, sempre esteve presente. Uma irmã acadêmica que me orientou, deu conselhos e foi fundamental na reta final. Sem você não teria sido possível finalizar o levantamento noturno que foi uma aventura. Sou muito grato pela sua ajuda.

Aos amigos que fiz no mestrado, como aluno regular, Fillipe e Sayonara. Agradeço por todas as sessões de fofoca, de desabafo e surto compartilhado com o andamento das pesquisas. Vocês ajudaram a tornar o processo mais leve!

À Circe que, embora não saiba ler e nem seja humana, foi quem mais esteve ao meu lado durante esse mestrado. Mesmo cochilando não saía de perto nas madrugadas em que estive escrevendo. A estagiária felina mais linda que João Pessoa já viu. Em toda crise de ansiedade foi o seu ronronado que me trouxe o equilíbrio de volta. Sou muito grato por ser o seu tutor.

À toda a equipe da Coordenadoria LGBTQ+, principalmente à Elaine e Karina, que me acolheram e ajudaram no processo do levantamento dos dados. Agradeço por terem me recebido de braços abertos e tornarem possível minha coleta. A Márcio e ao delegado Marcelo da Delegacia Especializada em crimes LGBTQfóbicos, Racistas e de Intolerância Religiosa. Obrigado por terem facilitado o acesso aos registros dos inqueritos e terem dado todo o apoio necessário. A todos os voluntários que toparam participar da pesquisa e compartilharam suas experiências. Vocês foram fundamentais e terão minha eterna gratidão.

E, para encerrar, não teria maneira que fizesse mais sentido do que parafrasear minha grande amiga Jakeline, em uma de suas falas mais características: a fé na vitória tem que ser inabalável!

RESUMO

Este trabalho discute sobre a articulação entre as características físicas do espaço urbano e arquitetônico com a presença de comportamentos violentos, considerando crimes de ódio de ordem racista e/ou LGBTfóbica. Objetiva entender a relação entre os aspectos físicos do espaço e a ocorrência de atos discriminatórios, a partir da caracterização das áreas com maior densidade de crimes de ódio mapeados. Para isso, adota uma abordagem quali-quantitativa, propondo a interpolação estimativa de densidade (*kernel heatmap*) como método central, aliada ao uso de modelos urbanos, viários e arquitetônicos para análises da forma e da dinâmica urbana. Utiliza-se o geoprocessamento de dados espaciais e investigações fenomenológicas como técnicas auxiliares, vinculando seu uso à espacialização dos Inquéritos Policiais (IPs) e Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs), no recorte temporal de 2019 a 2023, empregados como variáveis comparativas ao levantamento dos crimes de ódio via questionário público. Como resultado, foi produzido um conjunto de dados que sistematiza os padrões da violência de ódio em João Pessoa, destacando as zonas mais críticas na concentração do fenômeno, as tendências de espacialização com base nas tipologias e a subnotificação de casos pelos canais institucionais. Também foi produzido o mapeamento dos espaços de lazer e socialização, evidenciando a relação da venda de bebidas alcoólicas com a violência, bem como a caracterização de condicionantes físicas em seis trechos da cidade.

Palavras-chave: Crimes de ódio, LGBTfobia, racismo, características socioespaciais, padrões estimativos de densidade.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between the physical characteristics of urban and architectural space and the presence of violent behavior, considering racist and/or LGBTphobic hate crimes. It aims to understand the relationship between the physical aspects of space and the occurrence of discriminatory acts, based on the characterization of areas with the highest density of mapped hate crimes. To this end, it adopts a qualitative-quantitative approach, proposing density estimation interpolation (kernel heatmap) as the central method, combined with the use of urban, road, and architectural models for analyzing urban form and dynamics. Spatial data geoprocessing and phenomenological investigations are used as auxiliary techniques, linking their use to the spatialization of Police Investigations (IPs) and Detailed Incident Reports (TCOs) from 2019 to 2023, employed as comparative variables to the survey of hate crimes via a public questionnaire. As a result, a dataset was produced that systematizes the patterns of hate violence in João Pessoa, highlighting the most critical areas in terms of the concentration of the phenomenon, spatialization trends based on typologies, and the underreporting of cases by institutional channels. A mapping of leisure and socialization spaces was also produced, highlighting the relationship between the sale of alcoholic beverages and violence, as well as the characterization of physical conditions in six areas of the city.

Keywords: *Hate crimes, LGBTphobia, racism, sociospatial characteristics, density estimation standards.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do objeto de estudo inicial (a cidade de João Pessoa).	78
Figura 02: Distribuição dos pontos de coleta de dados via aplicação de questionário e localização dos equipamentos públicos também utilizados como base para levantamento documental.	82
Figura 03: Diagrama representativo para o método usado na localização de CDOs.	94
Figura 04: Localização das violências e crimes de ódio classificados pela base de dados.	164
Figura 05: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na identidade de gênero das vítimas.	170
Figura 06: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na orientação sexual das vítimas.	174
Figura 07: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na raça/cor de pele das vítimas.	176
Figura 08: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na tipologia.	179
Figura 09: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na matriz motivadora da ocorrência.	181
Figura 10: Mapa de calor da concentração total de violências com 500 metros.	183
Figura 11: Mapa de calor da concentração total de violências com 1000 metros.	187
Figura 12: Mapa de calor da concentração total de violências físicas e sexuais com 500 metros.	189
Figura 13: Mapa de calor da concentração total de violências físicas e sexuais com 1000 metros.	190
Figura 14: Localização dos recortes de estudo principais e de controle.	193
Figura 15: Localização dos espaços de lazer e socialização nos três raios de influência e atração a partir dos recortes de estudo ampliado.	195
Figura 16: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base na categoria.	197
Figura 17: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base no turno.	199
Figura 18: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base no potencial de consumo alcoólico, baseado na comercialização de bebidas.	201
Figura 19: Relação espacial entre a concentração de espaços em que há a comercialização de bebidas alcoólicas, via interpolação de densidade estimativa, com a presença de violências e crimes de ódio.	203
Figura 20: Hierarquização da malha viária a partir da Análise Angular de Segmentos.	207
Figura 21: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REP Centro.	212

Figura 22: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REC Centro.	213
Figura 23: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REP Bancários.	214
Figura 24: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REC Bancários.	215
Figura 25: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes nos recortes das Praias.	217
Figura 26: Caracterização das interfaces no REP Centro.	220
Figura 27: Caracterização das interfaces no REC Centro.	221
Figura 28: Caracterização das interfaces no REP Bancários.	223
Figura 29: Caracterização das interfaces no REC Bancários.	224
Figura 30: Caracterização das interfaces nos recortes das Praias.	226
Figura 31: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REP Centro.	229
Figura 32: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REC Centro.	231
Figura 33: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REP Bancários.	232
Figura 34: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REC Bancários	234
Figura 35: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos nos recortes das Praias.	235
Figura 36: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REP Centro.	238
Figura 37: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REC Centro.	240
Figura 38: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REP Bancários.	241
Figura 39: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REC Bancários.	243
Figura 40: Níveis de integração visual nos espaços convexos nos recortes das Praias.	244
Figura 41: Usos do solo no REP Centro.	247
Figura 42: Usos do solo no REC Centro.	249
Figura 43: Usos do solo no REP Bancários.	251
Figura 44: Usos do solo no REC Bancários.	253
Figura 45: Usos do solo nos recortes das Praias.	255
Figura 46: Classificação das quadras com base no MXI no REP Centro.	259
Figura 47: Classificação das quadras com base no MXI no REC Centro.	260
Figura 48: Classificação das quadras com base no MXI no REP Bancários.	261
Figura 49: Classificação das quadras com base no MXI no REC Bancários.	262
Figura 50: Classificação das quadras com base no MXI nos recortes das Praias.	263
Figura 51: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REP Centro.	266
Figura 52: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REC Centro.	268

Figura 53: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REP Bancários.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Distribuição de Projetos de Lei (PLs) a favor e contra a população LGBTQIAP+ no Brasil no intervalo entre 1 de janeiro de 2019 até 31 de outubro de 2024.	41
Gráfico 02: Total de mortes motivadas por transfobia no Brasil e no mundo, no intervalo entre 2008 e 2023.	49
Gráfico 03: Total de mortes motivadas por transfobia no Brasil e na Paraíba, no intervalo entre 2016 e 2023.	50
Gráfico 04: Mortes de pessoas LGBTQIAP+ levantadas através dos relatórios do GGB entre 2000 e 2023.	51
Gráfico 05: Valores totais de atendimento distribuídos por ano, com destaque para linha de tendência.	111
Gráfico 06: Valores absolutos e proporções entre o relato de violência por parte dos usuários no ato do cadastro.	115
Gráfico 07: Valores absolutos e proporções dos tipos de violência relatados pelos usuários no ato do cadastro.	116
Gráfico 08: Valores absolutos e proporções dos tipos de violência que fundamentaram o IP ou TCO.	128
Gráfico 09: Valores absolutos e proporções da motivação das violências que fundamentaram o IP ou TCO.	130
Gráfico 10: Proporção da frequência de ocorrência das violências comportamentais entre os voluntários da pesquisa.	149
Gráfico 11: Proporção da frequência de ocorrência das violências verbais entre os voluntários da pesquisa.	151
Gráfico 12: Proporção da frequência de ocorrência das violências físicas entre os voluntários da pesquisa.	154
Gráfico 13: Proporção da frequência de ocorrência das violências sexuais entre os voluntários da pesquisa.	157
Gráfico 14: Relação entre turnos e violências de ódio.	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Sistematização quantitativa dos IPs e TCOs coletados e descartados, conforme parâmetros apresentados, na DECLIR.	88
Tabela 02: Exemplo para o preenchimento da tabela de referência para o cálculo do MXI.	106
Tabela 03: Distribuição dos usuários com base na identidade de gênero autodeclarada.	112
Tabela 04: Distribuição dos usuários com base na orientação sexual autodeclarada.	113
Tabela 05: Distribuição dos usuários com base na raça/cor de pele autodeclarada.	114
Tabela 06: Relação entre usuários e violências relatadas, em valores absolutos e média.	117
Tabela 07: Distribuição das matrizes de motivação das violências de ódio declaradas.	118
Tabela 08: Distribuição dos locais das violências de ódio declaradas.	120
Tabela 09: Serviços acessados pelos usuários.	121
Tabela 10: Distribuição geral sobre as demandas do público	123
Tabela 11: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na identidade de gênero autodeclarada.	124
Tabela 12: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na orientação sexual autodeclarada.	126
Tabela 13: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na raça/cor de pele autodeclarada.	127
Tabela 14: Relação entre usuários e violências relatadas, em valores absolutos e média.	129
Tabela 15: Distribuição geral dos participantes com base na identidade de gênero, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	132
Tabela 16: Distribuição geral dos participantes com base na orientação sexual, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	133
Tabela 17: Distribuição geral dos participantes com base na autodeclaração racial, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	134
Tabela 18: Distribuição geral dos participantes com base nas deficiências apresentadas, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	136
Tabela 19: Distribuição geral dos participantes com base na faixa etária, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	137
Tabela 20: Distribuição geral dos participantes com base na renda média individual, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	138
Tabela 21: Distribuição geral dos participantes com base nos modais de transporte utilizados, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	140
Tabela 22: Distribuição geral dos participantes com base na percepção de importância dos elementos em relação à sensação de segurança, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	143

Tabela 23: Distribuição geral dos participantes com base no percentual das respostas que avaliaram os elementos como muito ou médio impacto, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	144
Tabela 24: Distribuição geral dos participantes com base na percepção de importância dos elementos em relação à sensação de medo, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	145
Tabela 25: Distribuição geral dos participantes com base no percentual das respostas que avaliaram os elementos como muito ou médio impacto, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.	148
Tabela 26: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências comportamentais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.	150
Tabela 27: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências verbais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.	152
Tabela 28: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências físicas, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.	155
Tabela 29: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências sexuais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.	157
Tabela 30: Relação entre o gênero e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.	160
Tabela 31: Relação entre a orientação sexual e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.	160
Tabela 32: Relação entre a raça/cor de pele e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.	161
Tabela 33: Comparativo entre a faixa média de integração dos recortes.	210
Tabela 34: Síntese comparativa entre a relação do movimento em espaços convexos e concentração de violências nos recortes	218
Tabela 35: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de conexão visual nos recortes	227
Tabela 36: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de conexão visual nos recortes	237
Tabela 37: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de integração visual nos recortes	246
Tabela 38: Síntese comparativa entre as tipologias principais e o grau de lotes vazios nos recortes	258
Tabela 39: Síntese comparativa da categorização do MXI nos recortes	264
Tabela 40: Síntese comparativa do índice de caminhabilidade sensível a gênero.	274

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Panorama dos principais dados públicos utilizados na pesquisa com o devido acesso digital, quando aplicável, para o download.	77
Quadro 02: Exemplificação da planilha utilizada durante os levantamentos realizados na DECLIR, além do devido modo de preenchimento utilizado, com destaque em vermelho para material descartado.	84
Quadro 03: Exemplificação da planilha utilizada durante os levantamentos realizados na casa amarela, além do devido modo de preenchimento utilizado.	89
Quadro 04: Planilha base para a espacialização das situações mapeadas via questionário, com destaque em vermelho/negrito para a ordem numérica adicionada.	91

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais	ANTRA
Área Residencial do Térreo	ART
Análise Angular de Segmentos	ASA
Análise de Visibilidade dos Espaços Convexos	AVEC
Boletim de Ocorrência	BOs
Certificado de Apresentação de Apreciação Ética	CAAE
Código de Processo Penal	CCP
Centro de Ciências da Saúde	CCS
Centro Cultural São Francisco	CCSF
Centro de Comunicação, Turismo e Artes	CCTA
Crimes de Ódio	CDO
Comitê de Ética em Pesquisa	CEP
Conselho Nacional de Justiça	CNJ
Conselho Regional de Medicina da Paraíba	CRM-PB
Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos, de Intolerância Religiosa e Racistas	DECLIR
Drawing Exchange Format	DXF
Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança	FACENE/FAMENE
Fórum Brasileiro De Segurança Pública	FBSP
Fundação Cultural de João Pessoa	FUNJOPE/PB
Grupo Gay da Bahia	GGB
Human Dignity Trust	HDT
Instituto Brasileiro de Geografia Estatística	IBGE
Instituto Federal da Paraíba	IFPB
Infrações de Menor Potencial Ofensivo	IMPO
Inquéritos policiais	IPs
População composta por mulheres Lésbicas, homens Gays, pessoas Bissexuais, Travestis e pessoas Transexuais/Transgênero, pessoas Queer, pessoas Intersexo, pessoas Asexuais e Arromânticas, pessoas Pansexuais e o símbolo “+” representa a diversidade de pessoas que fujam do espectro heterossexual e cisgênero e que não estejam representadas nas letras anteriores.	LGBTQIAP+
Leitura Sintática do Espaço	LSE
Modelo Baseado em Agentes	MBA

MapInfo	MIF
Índice de Uso Misto	MXI
Nível de Serviço em Amigabilidade	NS1
Nível de Serviço em Percepção de Seguridade	NS2
Nível de Serviço Final	NSF
Organização Não Governamental	ONGs
Pessoa com Deficiência	PCD
Projeto de Lei	PL
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Road Center Lines	RCL
Recortes de Estudo de Controle	RECs
Recortes de Estudo Principais	REPs
Raio Global	Rn
Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira	RUFET
Sistema de Análises Geocientíficas Automatizado	SAGA
Sintaxe Espacial	SE
Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana	SEMDH
Shapefile	SHP
Sistema de Informação Geográfica	SIG
Sistema de Informação de Agravos de Notificação	SINAN
Salário Mínimo	SM
Supremo Tribunal Federal	STF
Supremo Tribunal de Justiça	STJ
Sistema Único de Saúde	SUS
Transtorno Bipolar	TB
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	TCLE
Termos Circunstanciados de Ocorrência	TCOs
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	TDAH
Transtorno do Espectro Autista	TEA
TransGender Europe	TGEU
GeoTiff	TIFF
Taxa de Ocupação	TO
Transtorno Obsessivo-Compulsivo	TOC
Universidade Federal da Paraíba	UFPB

Centro Universitário de João Pessoa

Unidade de Pronto Atendimento

Zona Metropolitana

UNIPÊ

UPA

ZM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1. O ÓDIO EM SOCIEDADE: PROCESSOS, PRÁTICAS E REFLEXÕES.....	33
1.1. QUAIS VIDAS TÊM (MAIS) VALOR? A HIERARQUIA SOCIAL E O EXERCÍCIO DO PODER.....	33
1.2. AINDA HÁ UM LUGAR SEGURO? A VIOLÊNCIA DE ÓDIO COMO UMA QUESTÃO SOCIALMENTE ENRAIZADA.....	47
1.3. FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA: TERRITÓRIOS, SOBREVIVÊNCIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ALINHADA AO MEDO.....	64
2. COMPREENDENDO O ÓDIO EM MÚLTIPLAS ESCALAS: TEORIAS, MATERIAIS E MÉTODOS APLICADOS.....	77
2.1. ESTRUTURA METODOLÓGICA ADOTADA.....	77
2.2. MÉTODOS DE ANÁLISE DOS COMPONENTES SOCIAIS.....	80
2.3. GEOPROCESSAMENTO E FERRAMENTAS ANALÍTICAS PARA DADOS ESPACIAIS.....	91
2.4. MECANISMOS PARA APREENSÃO DO ESPAÇO FÍSICO.....	98
3. O ÓDIO À ESPREITA: DIAGNÓSTICO DE DADOS SOCIAIS E FENOMENOLÓGICOS.....	109
3.1. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA CASA AMARELA.....	109
3.2. UM RETRATO DO ÓDIO DOCUMENTADO: RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA.....	125
3.3. E O QUE NÃO É DENUNCIADO? PANORAMA DA VIOLÊNCIA DE ÓDIO A PARTIR DO QUESTIONÁRIO PÚBLICO.....	131
3.3.1. Características da amostragem: perfil identitário.....	132
3.3.2. Características da amostragem: perfil socioeconômico.....	138
3.3.3. Percepção de segurança e medo e sua relação com o espaço.....	142
3.3.4. Ocorrências de ódio denunciadas.....	149
4. A DISPUTA ESPACIAL ENTRE O ÓDIO E O LAZER: ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E RESULTADOS GEOPROCESSADOS.....	164

4.1. GEORREFERENCIAMENTO DAS VIOLÊNCIAS.....	164
4.1.1. <i>Análise das violências a partir das características das vítimas</i>	169
4.1.2. <i>Análise das violências a partir da tipologia e matriz</i>	178
4.2. CONCENTRAÇÕES ESPACIAIS DO ÓDIO: A DENSIDADE ESTIMATIVA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE.....	183
4.3. ENTRE DORES E RISADAS: A RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE A VIOLÊNCIA E OS ESPAÇOS DE LAZER.....	195
5. ESTRUTURAS ESPACIAIS E A INCERTEZA DA INTEGRIDADE: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RECORTES DE ESTUDO AMPLIADO.....	206
5.1. INTEGRAÇÃO E ISOLAMENTO: ANÁLISE ANGULAR DE SEGMENTOS EM JOÃO PESSOA.....	206
5.2. PADRÕES POTENCIAIS DE MOVIMENTO PELA FORMA URBANA: ANÁLISE VIA MODELO BASEADO EM AGENTES.....	212
5.3. ENTRE O VISÍVEL E O ESCONDIDO: MAPEAMENTO DE INTERFACES E ANÁLISE DE VISIBILIDADE EM ESPAÇOS CONVEXOS.....	220
5.3.1. <i>Caracterização de interfaces</i>	220
5.3.2. <i>Análises de visibilidade no espaço convexo</i>	229
5.4. ENTRE CASAS, COMÉRCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS: CATEGORIZAÇÃO DOS USOS DO SOLO E DO ÍNDICE DE USO MISTO.....	247
5.4.1. <i>Caracterização dos usos do solo</i>	247
5.4.2. <i>Perfil de quadras com base no índice de uso misto</i>	259
5.5. O ACOLHIMENTO E A SEGURANÇA NO DESLOCAMENTO: APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE SENSÍVEL A GÊNERO.....	265
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
REFERÊNCIAS.....	284
ANEXOS.....	299
ANEXO A - FICHA PARA TRIAGEM SOCIAL NA COORDENADORIA LGBT+...300	
APÊNDICES.....302	
APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO UTILIZADO.....303	
APÊNDICE B - LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS, VIAS E LUGARES CITADOS....317	

APÊNDICE C - QUADRO SÍNTESE DE VIOLÊNCIA POR BAIRRO.....	320
APÊNDICE D - MAPAS DO ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE SENSÍVEL A GÊNERO SEGMENTADOS POR CATEGORIA.....	322

INTRODUÇÃO

Todo dia morre mais um dos meus. A maioria estava apenas aproveitando a dádiva da existência até julgarem que sua forma de viver não era correta ou, no mínimo, aceitável. A incerteza do retorno, ao partir para a vida coletiva na cidade, é um fio condutor que perpassa a individualidade de pessoas que não se encaixam nas definições tidas como “ideais”, seja por motivos de gênero, orientação sexual ou raça/cor da pele. Instruções sobre o que é correto são ditadas desde o começo da vida social do indivíduo: com quais coisas pode brincar, como deve cuidar dos cabelos, da pele e das unhas, como deve se mexer, andar ou sentar, o tom de sua voz, como e com quais grupos deve interagir, com quais pessoas deve evitar o contato, como pode amar e expressar seu afeto. Dentre tantos outros padrões aos quais é necessário se submeter para ter uma vida “correta” e não ser lido como um erro, uma abominação.

Ser alguém diferente do que é pressuposto como ideal garante uma insegurança constante. Pois, ao não se encaixar nos moldes sociais do que é lido e entendido pelo coletivo como correto, tem-se como ônus, uma vida carregada de estigmas, incertezas e violências em diversos âmbitos. O que, por sua vez, molda parcelas da sociedade a viver aquém de direitos ou com a instabilidade de que os avanços sociais conquistados não serão revogados por um grupo que deseja encaixar todos os seres humanos em poucas “possibilidades” do que seria uma vida correta e ideal. Essa visão é majoritariamente expressa na figura de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, com boas condições físicas e mentais, sem deficiências e de classe média (Linke e Tavares, 2024; Rezende e Heynen, 2024).

Embora a vida coletiva em grandes centros urbanos possa gerar diferentes vivências e níveis de acesso (Lefebvre, 2001), ao se referir à questão da segurança há uma dicotomia quase tangível quando se analisa a perspectiva de diferentes pontos da hierarquia social. Conforme apontam diversos autores das ciências humanas e sociais, há uma estrutura que é mantida através de diferentes pactos de estabilidade infiltrados nas instituições e na mente coletiva. Essa estrutura garante privilégios a parcelas populacionais específicas em detrimento das demais, gerando opostos em relação a facilidades e reveses na vida social (Gomes, Reis, Kurashige, 2013; Ribeiro, 2019; Almeida, 2021; Devulsky, 2021; Bento, 2022).

Dito isso, o espaço físico está presente em dois contextos diante da vida coletiva. Primeiro, atua como palco para as interconexões sociais dos diferentes públicos de um mesmo centro urbano, sendo impactado e influenciado pela maneira como é utilizado e pelas ações que nele ocorrem. No entanto, concomitantemente, conforme defendem Santos (2006) e

Carlos (2007), ele também atua como uma espécie de ator que influencia em como os comportamentos humanos se manifestam. Ou seja, o espaço físico, ao mesmo tempo, em que serve como base para que as ações cotidianas aconteçam em seus mais diversos cenários e na amplitude de fenômenos, também influencia o modo como essas situações podem se desenvolver (Santos, 2006; Carlos, 2007).

Sendo assim, entende-se que os elementos presentes no espaço físico, sua disposição, a qualidade e a manutenção, além das soluções utilizadas no planejamento, tanto para o ambiente urbano quanto arquitetônico, impactarão a maneira como as ações e situações acontecem. Em outras palavras, a perpetuação do livre uso e a possibilidade de sentir-se em segurança em espaços públicos e privados — referindo-se aqui a contextos edificadas e urbanos —, é um fenômeno com articulação de variáveis tanto objetivas quanto subjetivas.

Partindo inicialmente de um contexto intangível e alinhado à subjetividade, a articulação entre o fenômeno da violência e a sensação de segurança apresentarão comportamentos distintos ao se analisar a percepção de pontos opostos na hierarquia social. Por exemplo, considerando a visão de um indivíduo no padrão lido como ideal, naturalmente existirão receios ao estar em sociedade, sejam eles de ordem física ou patrimonial, mas, majoritariamente, serão questões em um senso “comum”, algo que todos irão vivenciar. Seja esse receio causado pelo medo de assaltos ou de outras configurações criminais que envolvam a agressão física em contextos de apropriação de bens.

No entanto, ao se identificar como parte de um grupo socialmente minorizado, seja por motivos de gênero, de orientação sexual ou raciais¹, o receio extrapola o limite do que é vivenciado no senso comum. Passa a envolver novos medos que estão diretamente relacionados à integridade física e psicológica, causados por aspectos discriminatórios contra a identidade de gênero, orientação sexual ou raça/cor da pele (Oliveira, 2017; Deus, *et al.*, 2020; Martins, Fernandes Filho, Barros, 2020; Prado, 2021).

¹ Grupos socialmente minorizados não estão exclusivamente relacionados à questão de gênero, orientação sexual ou raça, mas, neste trabalho, são os principais focos de análise. Sendo assim, em questão de exemplos na narrativa aqui construída, sempre serão voltados como os principais motivos de discriminação apontados. No entanto, conforme Oliveira (2017) ou o Projeto de Lei 7.582/14 (Brasil, 2014) apontam, existem outros contextos discriminatórios contra minorias sociais. Como exemplos têm-se: o etarismo (referente à discriminação baseada na idade), o capacitismo (referente à discriminação contra pessoas com deficiência), o classicismo (referente à discriminação baseada na renda), a psicofobia (refere-se à discriminação baseada na condição psicológica), a sorofobia (referente à discriminação baseada no status sorológico), a xenofobia (referente à discriminação contra pessoas de outras regiões, nacionalidades e/ou culturas) e outras.

Nesse cenário, referindo-se ao foco deste trabalho, ao se considerar violências que sejam perpetuadas com base em motivos discriminatórios, o conceito de Crimes de Ódio (CDO) abrange e tipifica as situações. Considerando o artigo 3º do Projeto de Lei 7.582/14² (Brasil, 2014), ele poderia ser definido como:

a ofensa a vida, a integridade corporal, ou a saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.

Indo ao encontro da percepção de Oliveira (2017), pois, para o autor, esse nicho de violência está diretamente relacionado ao ataque sistemático contra um grupo. Ele reforça que, geralmente, são ações praticadas contra pessoas que sejam LGBTQIAP+³, de grupos raciais não-brancos, de religiões fora da hegemonia cristã e pessoas com alguma deficiência.

Embora existam definições e entendimentos sobre o que são os crimes de ódio e como eles acontecem, trazendo grupos-alvos e motivações específicas, ainda há grande instabilidade em sua tipificação. Por exemplo, por intermédio das medidas propostas na Lei 7.716/89 (Brasil, 1989), que define os crimes resultantes do preconceito de raça ou cor, já existia o mecanismo legal para a tipificação de violências em seus múltiplos cenários que fossem perpetradas contra pessoas não-brancas. Porém, na prática, conforme aponta Moreira (2020), existem muitas brechas que facilitam o “escape” da culpabilização em prol de uma leitura muito volátil do que poderia ser definido ou não como racismo.

Além disso, também são recentes os avanços para maior abrangência de públicos com proteções legais instauradas. Referente ao reconhecimento da violência estrutural pautada na LGBTfobia, os mecanismos legais que promovem uma mínima proteção e segurança contra os atos motivados pelo ódio surgiram apenas em 2019. Embora que, em 2006, por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 122⁴ (Brasil, 2006), tenha sido proposta a alteração em

² Este projeto tem como ementa “Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e do caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.”

³ O termo refere-se ao grupo social constituído por: mulheres Lésbicas, homens Gays, pessoas Bissexuais, Travestis e pessoas Transexuais/Transgêneras, pessoas *Queer*, pessoas Intersexo, pessoas Assexuais e Arromânticas, pessoas Pansexuais e o símbolo “+” representa a diversidade de pessoas que fogem do espectro heterossexual e cisgênero e que não estão representadas nas letras anteriores.

⁴ Este projeto tem como ementa “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo,

mecanismos legais para a criminalização da homofobia, o projeto foi arquivado em 2014. Sendo assim, somente em 2019, através de uma decisão histórica e emblemática, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que violências contra pessoas da comunidade LGBTQIAP+, motivadas pelo ódio, em seus múltiplos cenários, podem ser enquadradas como injúria racial, equiparando-as aos crimes racistas por meio da Lei 7.716/89 (Brasil, 1989).

Sendo assim, quando se discute sobre instrumentos legais que combatem a violência discriminatória motivada pelo ódio, há ainda certa instabilidade no que se refere à salvaguarda desses direitos. Seja pela dificuldade de tipificação de situações, causada por uma margem muito dilatada da ideia de liberdade de expressão, ou pela justificativa da falta de dano à honra e à integridade, conforme Moreira (2020) reforça em relação a situações racistas. Seja pelos avanços extremamente recentes em prol do reconhecimento da existência estrutural de violência contra pessoas LGBTQIAP+. E, embora o Estado seja laico, há grupos nas instâncias de poder que se utilizam do fundamentalismo religioso extremista para, continuamente, colocar em xeque os poucos avanços na garantia de alguma isonomia para aqueles que fogem à heteronormatividade e à cisgeneridade.

Além disso, conforme apresentado no relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), considerando o desenvolvimento de conhecimento e levantamento de dados estruturais sobre a violência LGBTfóbica no país, há praticamente a inexistência de produções com rigor metodológico que se assemelham a parâmetros para outros grupos socialmente minorizados, como a violência misógina/sexista e racista. Ainda segundo os autores do relatório, essa problemática está presente em múltiplas escalas, visto que, ao buscarem informações sobre violências e mortes de pessoas LGBTQIAP+ para o anuário de 2021, oito estados brasileiros sequer apresentaram dados das notificações de casos (FBSP, 2022).

Devido a essa falta de estudos que comprovem a estruturalidade e a larga escala numérica de casos, não surgem propostas de políticas públicas para lidar com o problema. Dessa maneira, o Brasil é uma das piores referências globais em relação à morte de pessoas da comunidade LGBTQIAP+, com a ausência de suporte do Estado. Conforme destaca o relatório do FBSP (2022, p.83): “a inexistência de políticas públicas de promoção de direitos

orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes”.

LGBTQI+ em larga escala contribui para o quadro de mortalidade violenta intencional incontida do segmento no Brasil”.

Através de esforços e dos pequenos avanços em prol do reconhecimento dessa problemática enraizada na sociedade brasileira, percebe-se um aumento constante dos casos mapeados em trabalhos como o anuário de segurança desenvolvido pelo FBSP. No entanto, esses dados ainda são incertos, conforme descrito no relatório do FBSP (2022, p.83), visto que “a baixa qualidade dos registros não permite afirmar com precisão se o aumento dos registros é de fato um aumento do número de casos ou um aumento na capacidade e nos esforços de identificação e notificação”.

Graças à fragilidade deixada pelo Estado, coletivos e associações realizam esforços coordenados para tentar preencher esse vácuo. Os trabalhos de coletivos, ao nível nacional, como o do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que mapeiam, respectivamente, homicídios de pessoas LGBTQIAP+ e de pessoas trans, auxiliam na construção de informações sobre essa problemática no país. No entanto, por utilizarem a publicização de casos, com a veiculação via mídias sociais, jornais e outros meios, há tanto a dificuldade de enquadramento e subnotificação dos casos (visto que não são todas as situações LGBTfóbicas que serão devidamente denunciadas nas mídias), quanto em relação à abrangência da contagem dos casos (FBSP, 2022).

Em relação a outra instância, considerando aspectos mais objetivos e de características tangíveis, a violência é avaliada em múltiplos contextos. Em um estudo sistêmico de revisão, Gomes, Oliveira e Dias (2022), trouxeram uma avaliação geral sobre diversos estudos que relacionam a problemática à saúde pública, compondo um panorama de diferentes abordagens em políticas para seu enfrentamento. Para os autores, essa questão está relacionada a uma multiplicidade de fatores, sendo influenciada principalmente por questões como “ambientes insalubres, má distribuição de renda, desemprego, dependência química, questões raciais, baixo nível educacional, isolamento social [...]” (Gomes, Oliveira e Dias, 2022, p.79).

Na arquitetura, percebe-se um direcionamento voltado ao conceito da arquitetura hostil, conforme abordado por Severini e Nunes (2022) ou por Rampasi e Oldoni (2020). No primeiro trabalho, as autoras apontaram que, embora os elementos utilizados para afastamento de pessoas em situação de rua, considerando barreiras físicas e mobiliário em espaços públicos, fossem destinados a um público específico, eles afetaram a qualidade e a possibilidade de uso de todos os usuários. Enquanto isso, o segundo artigo focou em destacar

quais eram as principais estratégias utilizadas para favorecer a segregação através de elementos físicos e espaciais, apontando que eles comumente foram encontrados sob a forma de “bancos antimendigo, espetos e gradis, pedregulhos e até mesmo o paisagismo espinhoso” (Rampasi e Oldoni, 2020, p.391).

Considerando a interface de transição entre o espaço urbano e o meio arquitetônico, o estudo de Dias e Jesus (2019) indica que as soluções utilizadas estão cada vez mais hostis e alinhadas à ideia do enclausuramento arquitetônico. Com isso, gradualmente, as construções se fecham para a rua e, como consequência, criam-se longos corredores urbanos, opressivos e com pouca ou nenhuma permeabilidade. Essa negação arquitetônica à rua afeta, principalmente, grupos socialmente minorizados, devido a uma constante percepção de insegurança que a rua pode representar e tendo a redução da sensação de acolhimento provocado pelas barreiras da fortificação.

Já Saboya, Banki e Santana (2016) pontuam sobre a relação entre criminalidade, visibilidade e usos do solo. Eles discutem como a concentração funcional e a falta de conexão visual estão associadas à presença de crimes. Enquanto Netto, Vargas e Saboya (2012) avaliaram como a implantação das edificações no tecido urbano, considerando seu grau de isolamento, impacta na vida e sensação de segurança, apontando que no Brasil há a substituição da implantação tradicional por uma com maior distanciamento ao espaço urbano.

Ao considerar o impacto de indicadores sociais e a possibilidade de uso, Miranda e Van Ness (2020) buscaram relacionar a caracterização de elementos de ordem urbana, como configuração da malha, integração viária, usos e passantes, estariam alinhados com a sensação de medo e a concentração de casos de violência sexual contra mulheres. Reforçaram que a sensação de aprisionamento, a falta de permeabilidade e a má qualidade da iluminação são alguns dos principais fatores que contribuem para a sensação de medo no espaço urbano ao se considerar a percepção feminina. Nesse mesmo contexto, o trabalho realizado no bairro de Mangabeira, em João Pessoa-PB, por Medeiros (2024), reafirma como a percepção de seguridade por mulheres é diretamente ligada a aspectos de infraestrutura no meio urbano.

No entanto, quando a questão central é sobre a relação entre características espaciais e crimes discriminatórios contra minorias raciais ou pessoas LGBTQIAP+, há uma lacuna bem delimitada. Primeiramente, referente à fragilidade dos dados sistêmicos, considerando a dificuldade de acesso a informações sobre casos e sua disposição espacial. Assim como pela

quase inexistência de pesquisas estruturadas e transversais sobre a temática, o que está de acordo com os pontos já mencionados.

Desse modo, trabalhos como este se apresentam como uma possível alternativa para suprir, mesmo que parcialmente, o vazio existente de análises que considerem os impactos da orientação sexual, expressão de gênero e identidade racial na percepção de segurança e na possibilidade de vitimização em crimes de ódio. Ou seja, ao compreender o aspecto social, considerando a interseccionalidade das vivências e a articulação com a qualidade espacial, este trabalho pode se tornar pertinente pela articulação científica, técnica e social. Podendo contribuir para a reflexão sobre planejamentos urbanos mais equitativos, que priorizem grupos marginalizados e produzam espaços democráticos em um urbanismo socioculturalmente inclusivo.

Sendo assim, considerando diferentes frentes, esta pesquisa justifica sua relevância. Inicialmente, com relação à contribuição científica, há tanto a produção de conhecimento em uma área temática com déficit de informações, quanto a construção de uma estrutura metodológica passível de reprodução em diferentes núcleos urbanos. Além disso, também pode ser uma abordagem aplicada em diferentes escalas, realizando a avaliação tanto em recortes, como bairros, quanto na lógica municipal. No campo social, há o retorno à população, visto que foi realizado o mapeamento das regiões da cidade com maior grau de hostilização a grupos socialmente minorizados, proporcionando à comunidade a possibilidade consubstanciada de cobrar ações efetivas, políticas públicas, intervenções urbanas e infraestruturais para a melhoria da qualidade de vida.

Em última instância, há o retorno institucional graças à sistematização das informações sobre diferentes escalas da violência LGBTfóbica e racista. Além disso, há a produção de um panorama de dados georreferenciados na cidade de João Pessoa por meio dos produtos brutos de diferentes órgãos e equipamentos municipais. Nesse sentido, foi gerado material técnico que utiliza informações fornecidas pela Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos, de Intolerância Religiosa e Racistas (DECLIR) e pela Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT+ e de Igualdade Racial.

Por isso, esta pesquisa tem como objeto empírico a cidade de João Pessoa, PB. Sua escolha foi motivada pela compreensão de que, ao se considerar os dados sobre violência de ódio no estado da Paraíba, há uma maior concentração de casos na cidade. Além disso, por ser

a capital do estado, João Pessoa apresenta equipamentos municipais e estaduais que poderiam ser consultados para embasar a avaliação social de políticas públicas.

As avaliações aqui desenvolvidas consideram um recorte temporal entre 2019 e 2023. A escolha deste período foi consequência da instauração do marco legal que tornou atos LGBTfóbicos crimes equiparáveis ao racismo. Sendo assim, seria possível o acesso aos registros de crimes de ódio para ambos os grupos-alvos da pesquisa (pessoas LGBTQIAP+ e não-brancas). O ano de 2023 foi dado como referência temporal máxima por uma questão de funcionalidade da pesquisa, pois os dados e relatórios são sempre publicados apenas no ano seguinte. Ou seja, até o início da pesquisa, não seriam encontrados dados sobre 2024, fazendo-se necessário a adoção do ano mais recente como referência. O trabalho foi construído com base em duas hipóteses relacionadas à temática central. São elas:

- I. Diferentes tipos de violência ocorrerão em contextos espaciais distintos. Sendo assim, situações de menor contato entre agressor e vítima, como violências comportamentais e verbais, estarão mais presentes em espaços de intenso fluxo, mais conectados à malha, com maior concentração de pessoas em potencial, pois haveria uma maior facilidade para um agressor se misturar à multidão e passar despercebido pela vigilância formal. Já situações com maior contato entre agressor e vítima, como violências físicas e sexuais, estarão concentradas em regiões de baixo fluxo de movimento, mais segregadas, com menor concentração de pessoas pelo menor potencial de existirem testemunhas ou de a vítima fugir;
- II. Há um descolamento entre as características físicas do espaço e o tipo específico de violência aqui discutido. Ou seja, ao contrário do padrão para outras tipologias, como violências patrimoniais, ao se referir à discriminação, mesmo a melhor infraestrutura pode estar alinhada a espaços com maior concentração e/ou proximidade entre as ocorrências. Sendo assim, especula-se que a violência de ódio tenha relações mais frágeis com o espaço, sendo influenciada por fatores de outras ordens.

Com base nesses pressupostos, o trabalho tem, como objetivo principal, entender a relação entre os aspectos físicos do espaço e a ocorrência de atos discriminatórios, a partir da caracterização das áreas com maior densidade de crimes de ódio mapeados. Como objetivos específicos, têm:

1. Construir os perfis estimativos da densidade de crimes de ódio por meio da espacialização dos Inquéritos Policiais (IPs), Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs), entre os anos de 2019 e 2023, e os levantados via questionário público;
2. Caracterizar amostras, em relação a aspectos da dinâmica urbana e arquitetônica, compondo recortes nos extremos opostos (mínimo/máximo) da densidade potencial das violências mapeadas;
3. Caracterizar os recortes de estudo ampliado em relação ao acesso a espaços de lazer e sociabilização, considerando o contexto público e privado, em três escalas de alcance pautadas na abrangência e atratividade dos recortes;
4. Desenvolver, por meio do uso de geotecnologias, uma base de dados das violências mapeadas e a interpolação que quantifica a densidade do fenômeno, voltada para softwares de ambiente SIG.

Buscando a executabilidade dos objetivos, foi necessária uma estrutura metodológica transversal e multidisciplinar, apropriando-se de uma abordagem qualiquantitativa, distribuída em três dimensões: **i) fenomenológica**: voltada para coleta de dados primários e secundários de aspectos sociais; **ii) geotecnológica**: voltada para a espacialização, geoprocessamento dos dados coletados na etapa anterior e no mapeamento dos espaços de lazer; **iii) forma urbana e arquitetônica**: voltada para a caracterização do perfil físico das regiões críticas no mapeamento dos crimes de ódio em João Pessoa.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos. O primeiro é caracterizado pela discussão teórica, trazendo a fundamentação conceitual que serviu como base argumentativa da pesquisa. O segundo é destinado à explicação dos materiais e métodos utilizados, apresentando o caminho pragmático percorrido para a realização deste estudo. O terceiro sintetiza os resultados das análises fenomenológicas, apresentando a avaliação do material construído por meio dos questionários e dos demais dados sociais coletados. O quarto apresenta os produtos desenvolvidos através das ferramentas de geoprocessamento, com a espacialização das situações de violência, o mapeamento dos espaços de lazer e a definição dos recortes de estudo ampliado em regiões críticas. Por fim, o quinto capítulo refere-se ao material de análise da forma urbana e arquitetônica, apresentando todo o diagnóstico das áreas críticas e de controle em relação a seus elementos da dinâmica física e infraestrutural.

1. O ÓDIO EM SOCIEDADE: PROCESSOS, PRÁTICAS E REFLEXÕES

1.1. QUAIS VIDAS TÊM (MAIS) VALOR? A HIERARQUIA SOCIAL E O EXERCÍCIO DO PODER

“Minha mãe dizia que me daria uma injeção de estriknina [veneno para rato] enquanto eu dormia por causa dos meus trejeitos. Me apavorei com aquelas palavras e fui pra rua com 8 anos [...]”⁵. Assim como o relato de Martinha, apresentado junto a outras falas de vítimas da violência de ódio na matéria de Fernandes (2021), a realidade denota um contexto instável e sem a devida garantia de segurança, mesmo no ambiente domiciliar, quando se é uma pessoa da comunidade LGBTQIAP+. Sentir-se protegido diante das hostilidades do mundo é um benefício que não é acessado por todos os cidadãos, seja por motivos de ódio e/ou aversão à sua identidade de gênero, como no exemplo trazido acima, seja pela orientação sexual, condição física, raça e/ou cor de pele.

Inúmeros trabalhos refletem sobre a estruturalidade de processos segregatórios enraizados na sociedade contemporânea e como, em muitos casos, eles resultam na perda e/ou falta da garantia de direitos, reveses nos diversos campos da vida pública e privada e na própria vitimização frente à violência em suas múltiplas formas. Bento (2022) defende que os componentes sociais, referindo-se à população e às instituições de ordem pública e privada, regem e definem o modo de funcionamento da sociedade, tornando uniforme todo o sistema. Nesse caso, não apenas entendendo os processos que regem o funcionamento social, mas também as ferramentas de controle e articulação de públicos, como também a própria noção de valores e de definição dos perfis da população.

Nesse sentido, cabe destacar como a concentração de poder é uma variável basal em um sistema social que é pautado na hierarquia entre grupos. Para Arendt (2001, p.27), o poder “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é a propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido [...]”. Em outras palavras, graças à articulação de um grupo e de seus esforços para a manutenção do controle sobre os demais,

⁵ Relato de Martinha, uma travesti de 63 anos, que foi coletado e publicado na matéria de Fernandes (2021), no portal do Projeto Colabora.

fortaleceu-se uma estrutura social que hierarquiza as pessoas com base em fatores físicos, biológicos, socioculturais, comportamentais e econômicos.

Essa estrutura, por sua vez, resulta em uma organização social pautada na dicotomia entre a geração de privilégios para uma pequena parcela em detrimento da consolidação de uma série de dificuldades para os demais grupos, independente do desejo de adesão ou repulsa ao modelo vigente (Devulsky, 2021; Ribeiro, 2021). Todavia, esse fenômeno não é exclusivo da contemporaneidade. É, na verdade, consequência de uma cadeia de processos históricos atrelados a ideais eurocêntricos que constituíram um padrão universal para as demais sociedades. Nesse cenário, aqueles que estão fora das expectativas do ideal seriam, de pronto, vistos como inferiores e forçados a se adequarem às regras impostas.

Devulsky (2021) contextualiza a colonização como um dos exemplos mais tangíveis da sistematização do poder e da hierarquização social. Afinal, aqueles que concentravam mais riquezas, posses e, conseqüentemente, poder, determinavam como a coletividade deveria ser exercida. Ao longo da história são encontradas inúmeras situações envolvendo a descaracterização e desvalorização cultural, de estruturas políticas e de expressões sociais, religiosas e artísticas, baseadas na ideia de superioridade. Mbembe (2018), traz o *apartheid* como outro exemplo indiscutível das consequências extremas geradas pela concentração de poder por um grupo social em detrimento de outro. Nesse caso, o autor reforça como esse período de extrema segregação foi construído como uma política de morte pautada na perda de direitos em prol do controle racial e social na África do Sul.

Para Moreira (2020, p.44), a raça estrutura relações de poder e “pode ser utilizada para a legitimação de normas legais que tratam indivíduos de forma arbitrária ou pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias [...]”. Indo ao encontro dos estudos promovidos por Almeida (2021, p.21), em que o autor defende como a estruturalidade do racismo “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. Sendo assim, no contexto de uma sociedade hierarquizada, a depender das características e dos indicadores sociais, econômicos e culturais do indivíduo, ele vivencia um *locus social* distinto, seja através de vantagens ou desvantagens.

Nesse cenário, ao entender que a hierarquia social do Brasil contemporâneo é resultado da sobreposição de processos segregatórios e de controle — como a colonização e a

escravização de povos indígenas e africanos —, com heranças socioculturais e religiosas com uma perspectiva eurocêntrica, conservadora e fundamentalista; percebe-se a conformação de um cenário propício para a definição de um padrão a ser lido como ideal. Esse, por sua vez, tem como figura hegemônica a de homens brancos, heterossexuais, cisgêneros, de classe média-alta, sem deficiências, com boas condições físicas e mentais. Corroborando assim com o discurso de Ribeiro (2019, p. 34) ao dizer que “homens brancos são maioria nos espaços de poder. Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravidão”.

Dessa maneira, as pessoas que se encaixam nesse padrão experimentam a vida coletiva a partir do topo da hierarquia, apropriando-se de uma série de privilégios em decorrência da sobreposição dos indicadores sociais, culturais e econômicos. Tiburi (2020) define que os privilégios são uma das consequências da concentração do poder. Eles são entendidos como as vantagens geradas graças à localização em pontos elevados da hierarquia social, em decorrência da posição social, política ou econômica; além dos indicadores identitários como gênero, raça e orientação sexual. Trata-se de um sistema de combinação estrutural de benefícios que, dentre outras vantagens, proporciona também uma menor chance de vivenciar a violência, principalmente o tipo específico discutido neste trabalho, ou seja, as violências discriminatórias e de ódio.

Em outras palavras, através da intersecção de inúmeros fatores sociais, constitui-se a conjuntura de espaços na hierarquia social que correspondem ao quão o indivíduo terá acesso aos benefícios em prol de suas características. Nessa ótica, o conceito da interseccionalidade configura-se tanto como um arcabouço teórico para o direcionamento de estudos sociais, quanto uma abordagem metodológica que permite esmiuçar as diferenças na vida pública e privada em consequência dos indicadores estudados. Akotirene (2019) traz uma revisão sistemática sobre a temática, apresentando as bases e a evolução do conceito ao longo dos anos, através de uma perspectiva afrocentrada.

Para a autora, a interseccionalidade pode ser entendida como a ideia de que não é possível a separação entre os indicadores de um indivíduo, visto que as opressões são sistemáticas e vivenciadas de maneira sobreposta. Sendo assim, só é possível entender as diferenças na vida social através de uma leitura estrutural de como sua identidade se articula. Englobando, assim, a interação entre gênero, raça/etnia, orientação sexual, renda, escolaridade e outros critérios, em uma teia de relações que localiza o indivíduo na hierarquia social (Akotirene, 2019). Sua linha de raciocínio corrobora com os apontamentos de outras

pensadoras, como Nascimento (2021), que acrescenta à discussão interseccional a perspectiva de mulheres transgêneras e travestis, reforçando como há o impacto específico da cisnormatividade⁶ para além das opressões de gênero.

Por sua vez, Itikawa (2021, 2024), utiliza a interseccionalidade como uma ferramenta metodológica que lhe auxilia nas discussões sobre a produção do espaço urbano e como há uma relação direta entre a segregação socioespacial e os indicadores de raça, gênero e renda. A autora utiliza a cidade de São Paulo-SP como objeto de estudo e destaca a importância de considerar os fatores sociais e identitários em análises urbanas e espaciais, pois “raça e classe seriam determinantes porque as nuances de opressão, a lógica punitivista, o controle dos corpos, a divisão racial do trabalho e a desumanização da mulher seriam desproporcionalmente mais intensos sobre negras e negros” (Itikawa, 2021, p.99).

Ainda segundo a autora, a segregação socioespacial por raça/etnia é resultante dos processos históricos desde a dissolução do regime escravocrata brasileiro, em que não houve garantia e preservação de direitos para os recém-libertos. Sendo assim, foi consolidada uma dissincronia entre os aspectos sociais e raciais que perdura até a contemporaneidade, impactando no acesso aos direitos fundamentais (Itikawa, 2024).

Linke e Tavares (2024), argumentam sobre o impacto da colonialidade ainda na atualidade, visto que, graças ao período histórico colonial, há também o enraizamento de uma hierarquização de modos de pensamento, aspectos culturais e sociais que impactam na vida urbana para além dos indivíduos. Segundo as autoras, o pensamento urbanístico pautado na colonialidade, apropria-se de padrões brancos, cisheteronormativos e patriarcais como fundamentos para a construção das relações de poder. Graças a esses padrões, são criadas “condições para a perpetuação das estruturas sociais historicamente construídas, consolidadas no imaginário coletivo, na configuração espacial e nos padrões de vida urbana considerados aceitáveis” (Linke, Tavares, 2024, p.35-36).

Essa estrutura social centrada em dicotomias e hierarquização entre grupos, através da concentração do poder, reflete, no cerne do espaço, a lógica dos papéis de gênero impostos na sociedade. Segundo Diógenes e Albernaz (2024), a maneira como os espaços são pensados e

⁶ Para Nascimento (2021), a cisnormatividade é fundamentada nos papéis de gênero impostos na sociedade, atrelados originalmente às pessoas cisgêneras (aqueles que o sexo biológico condiz com a identidade e expressão de gênero), direcionando como devem agir e se relacionar mediante à sociedade. E, no caso de pessoas transgêneras, com a quebra das expectativas sociais ante os papéis que devem desempenhar socialmente, há a consolidação de uma opressão específica.

utilizados é, fundamentalmente, afetada pela questão do gênero. Visto que, desde o planejamento sobre a distribuição de infraestruturas e serviços pela cidade, que são fatores de extremo impacto na vivência diária, o espaço é constituído pautado em relações de poder que têm a capacidade de ignorar demandas específicas, excluir grupos e, de alguma maneira, condenar a presença de certos públicos (Diógenes e Albernaz, 2024; Medeiros, 2024).

Já para Martins, Fernandes Filhos e Barros (2020), ao se observar a variável da orientação sexual, é perceptível a expulsão de públicos LGBTQIAP+ para espaços periféricos. De maneira que, ao se marginalizarem comportamentos e experimentações sociais, através de uma imposição ora velada, ora explícita, alguns grupos tendem a migrar para fragmentos da cidade em que se sintam minimamente seguros para se expressarem livremente em questões como a sexualidade e identidade de gênero (Ibid., 2020; Peret, 2010).

Sendo assim, através da concentração do poder nas mãos do grupo socialmente dominante, há uma estruturação para outros campos da vida pública e privada, não apenas daqueles no topo da hierarquia, mas também dos demais. Almeida (2021) defende que a manutenção dessa concentração de poder também é resultante do esforço do grupo dominante em relação à sua capacidade de impor seus interesses para o restante da sociedade. Acerca da dominação racial entre brancos e negros⁷, Bento (2022, p. 25) pontua:

Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas tem que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo o seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito ponto e no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos.

Essa perspectiva da concentração do poder nas mãos de um grupo vai ao encontro dos apontamentos que Foucault realizou na década de 1970 sobre a mudança de paradigma tanto na percepção quanto na concentração e manifestação do poder. Em *Vigiar e Punir*, primeiramente, Foucault (1999) destacou como a representação máxima do poder se dava através do controle coercitivo. Na obra, o autor apresentou a clara relação entre a centralização do poder no Estado e nas instituições religiosas. Essas, por meio da prática de suplícios⁸, teatralizavam a violência e a morte como mecanismos de controle das massas,

⁷ Neste trabalho, o termo “negro” é entendido como o grupo racial/étnico composto por pessoas pretas e pardas, conforme a abordagem padrão utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus relatórios sobre o perfil étnico-racial da população brasileira (IBGE, 2013).

⁸ Para o autor, o suplício “faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou

através de execuções públicas e diferentes níveis de torturas físicas. Assim, com a instauração do medo ante o punitivismo, havia-se o controle da conduta social para todos os indivíduos.

Na *Microfísica do Poder*, Foucault (2014), defende que o poder não é mais, necessariamente, uma manifestação direta do controle e da dominância que atua através de ações coercitivas ou determinadas por parte do Estado e/ou instituições. Para o autor, ele se tornou um fenômeno disperso e descentralizado, traduzido em múltiplas camadas e agentes sociais, afetando as subjetividades de maneiras individualizadas. Com a descentralização do poder antes retido na figura do Estado, ele passou a agir de maneiras mais sutis, por meio das interações entre grupos, comportamentos, discursos e práticas (Foucault, 2014).

Para isso, o autor apresenta o conceito da microfísica do poder, visto que, denota as ações de menor escala e impacto por meio das interações sociais dos grupos. Elas são as maneiras de manifestação menos visíveis e tangíveis, funcionando de modo mais indireto, através de elementos como: normas sociais, regulamentações, hierarquização e organização de papéis no mercado de trabalho, criação e consolidação de perfis específicos para cargos e funções (das mais simples até as esferas de decisão), chegando até a maneira como as pessoas se relacionam entre si (Ibid. 2014).

Ainda segundo Foucault (2014), há uma relação direta entre a concentração de poder e sua manifestação com a intenção de controlar e normatizar a sociedade. Para ele, o controle social é representado através da indução de comportamentos normativos — que seguem a lógica do maior para o menor, ou seja, uma relação hierarquizada —, como também pela internalização, por parte dos indivíduos, principalmente de base, das regras impostas.

Nesse cenário, como os espaços de decisão e gestão, na maioria dos casos, estão nas mãos de homens brancos, héteros e cisgêneros, o espaço é produzido a partir de sua percepção. Sobre esse assunto, Rezende e Heynen (2024), defendem que a produção do espaço pode servir como um mecanismo que reflete a concentração de poder através da dominação e controle de suas características. Visto que “[...] o espaço nunca é neutro, mas construído de forma discursiva, ideologicamente tendenciosa e moldado de acordo com as estruturas de poder e formas de conhecimento dominantes” (Rezende e Heynen, 2024, p.158).

pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; [...] E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo” (Foucault, 1999, p.37).

Corroborando com os apontamentos de Linke e Tavares (2024, p.38), ao afirmarem que o espaço, para além de sua produção moldada pelos interesses dos grupos dominantes, também é constituído com base em atender ao usuário universal. Esse seria “um cidadão urbano típico, caracterizado pela altura, peso, velocidade de caminhada, área ocupada, necessidades, desejos e valores de um homem adulto, fisicamente apto, heterossexual, branco e cisgênero”.

Sendo assim, em decorrência da concentração de poder e da consolidação da cidade pautada em seus interesses, os demais grupos sociais que não se encaixam perfeitamente nas métricas, tendem a vivenciar a cidade e a vida social com base em adaptações. Sejam elas referentes à sua mobilidade no espaço ou ao modo como podem se relacionar entre si, vivenciando seus afetos e identidades atreladas à insegurança e à incerteza de preservação da própria integridade física e psicológica.

Por isso, os grupos socialmente minorizados⁹, como consequência de sua localização na hierarquia social, seja por indicadores individuais (como gênero, raça ou orientação sexual) ou pela sobreposição deles, vivenciam maior fragilidade por diferentes opressões estruturais, como o cissexismo¹⁰, o racismo ou a LGBTfobia. Ao estarem no espaço público, necessitam de um constante estado de alerta para detectar possíveis ameaças. Benevides (2024, p.68) destaca que o espaço público “continua sendo o mais perigoso e com o maior número de casos de assassinatos contra pessoas trans, principalmente em ruas e avenidas. Havendo ainda diversos corpos que foram encontrados em terrenos baldios e obras abandonadas [...]”.

Esse contexto de incerteza ante a salvaguarda da própria integridade é alinhado ao pensamento de vidas precarizadas de Butler (2019). Para a autora, atos de violências pautados no ódio e na discriminação, não são atos isolados e motivados de maneira individual, mas sim parte de um sistema estrutural e amplo, fundamentado na ideia de desvalorização e exclusão de vidas que são consideradas menos importantes, dignas e até mesmo descartáveis. Sendo assim, a violência LGBTfóbica e/ou racista, é um reflexo direto da hierarquia que categoriza

⁹ Cabe destacar que o termo minoria social não reflete, necessariamente, uma questão quantitativa do grupo, mas sim sua concentração de poder no sistema social, conforme defende Ribeiro (2021). Sobre essa temática, Diógenes e Albernaz (2024, p. 178) trazem o termo “maioria minorizada”. Ele seria utilizado “[...] para descrever grupos que, apesar de serem numericamente maiores na sociedade, são sistematicamente marginalizados, sub-representados e excluídos em relação ao acesso a recursos e decisões”, como seria o caso de pessoas não-brancas ao se referir à população brasileira.

¹⁰ Essa lógica de opressão é centrada nos papéis de gênero, sendo uma articulação entre o sexismo (em uma perspectiva centrada na vivência cisgênera) e a cisnormatividade (mais alinhada aos impactos vividos por pessoas transgêneras), conforme Nascimento (2021) aponta.

alguns corpos como aqueles que são mais valiosos e merecedores de respeito, proteção e cuidado, em detrimento aos que podem ser feridos e descartados.

Os apontamentos de Butler (2019) estão alinhados com os trabalhos de autoras como Nascimento (2021) ou Benevides (2022). Elas descrevem como a massiva repressão e violência — em seus múltiplos contextos e cenários —, contra travestis e pessoas transgêneras, estão diretamente conectadas com a desumanização de suas vidas. Os níveis de crueldade aplicados em crimes de ódio transfóbicos são uma das formas de elucidar a mecânica da desvalorização das vidas trans (Efrem Filho, 2016). Elas são transformadas em algo irrelevante, ou como Butler (2018) definiria, vidas não passíveis de luto. Visto que, para poderem ser consideradas vidas perdidas, antes elas necessitam ser consideradas vidas.

Moreira (2020) e Almeida (2021) abordam a bestialização de pessoas negras como um mecanismo que justifica a violência de ódio contra o grupo. Para eles, esse fenômeno está integrado ao sistema que considera essas vidas como as de menor relevância e que, conseqüentemente, apresentam menor valor e podem ser descartadas. Os autores relacionam como a estruturalidade do racismo, presente em todos os campos da sociedade, inclusive nas instituições públicas, impacta diretamente na marginalização e no reconhecimento de valores e direitos das pessoas negras, deixando-as em maior vulnerabilidade.

O reconhecimento da vida e seu devido valor, para Butler (2019), dependem de uma conjuntura de fatores, normas e categorias. Da mesma maneira, a precarização depende da coletividade e da interdependência entre agentes, suas ações e como se relacionam entre si. Sendo a precariedade uma condição diretamente relacionada ao reconhecimento e à garantia de direitos fundamentais à vida, como: moradia digna, acesso à saúde e até mesmo à segurança e proteção. A autora ainda traz uma diferenciação entre o que é a vida precária, ou seja, aquela que está em uma contínua incerteza ante a sua existência, podendo ser perdida a qualquer momento em prol da violência, seja ela de ordem física ou simbólica. Para a vida que está em condição de precariedade, sendo aquela que é uma consequência da má distribuição infraestrutural e que, por isso, ficam expostas a uma rede de violações de seus direitos e de sua integridade, como também da própria violência e morte (Butler, 2019).

Nesse cenário, sobre o reconhecimento do valor da vida e a desvalorização daquelas que são tidas como descartáveis, trabalhos como o de Facchini (2016, p. 28) apresentam os níveis de crueldade aplicados em crimes de ódio contra pessoas LGBTQIAP+, evidenciando o

quão são fortemente descaracterizadas e reconhecidas como vidas, sendo passíveis de múltiplas violências.

Sobre o corpo de José Renato dos Santos, os peritos contaram 26 facadas. Sobre o de Sandro Almeida Lúcio, 30. Jurandir Leite foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. Laís Martins sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. Severino Antônio, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. Djalma Matos morreu por espancamento. Teve a face deformada. Carlos de Lima recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de Jeová Albino foi esmagada por uma pedra; disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, Ronaldo Carvalho teve seu pênis decepado [...]

São vidas não passíveis de luto, não reconhecidas como valiosas e que podem ser facilmente descartadas. Butler (2018), defende que a possibilidade de sentir e expressar o luto depende de como as vidas são percebidas na estrutura social, sendo diretamente impactadas por uma série de fatores, como raça, classe, gênero, orientação sexual, renda, nacionalidade e outros. Para a autora, a sociedade decide, de maneira desigual, quais são as vidas que merecem ser lamentadas e quais não, através da conjuntura de contextos sociais, históricos e políticos.

Essa conjuntura reflete também um aspecto estrutural, por meio da manifestação do poder do Estado, considerando o esforço para a manutenção das engrenagens de um sistema que desvaloriza as vidas dissidentes¹¹. A plataforma Observatória, desenvolvida pela Agência Diadorim, traz dados quantitativos sobre os Projetos de Lei (PLs) no Brasil em três instâncias: Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado, num recorte entre 2019 e 2024, dividindo-os entre aqueles que já foram aprovados, os que estão em tramitação e os projetos arquivados, conforme o gráfico 01 apresenta.

Segundo dados da Observatória (2024), os principais temas de projetos de lei anti-LGBTQIAP+ englobam questões da linguagem neutra ou neolinguagem¹², propostas de

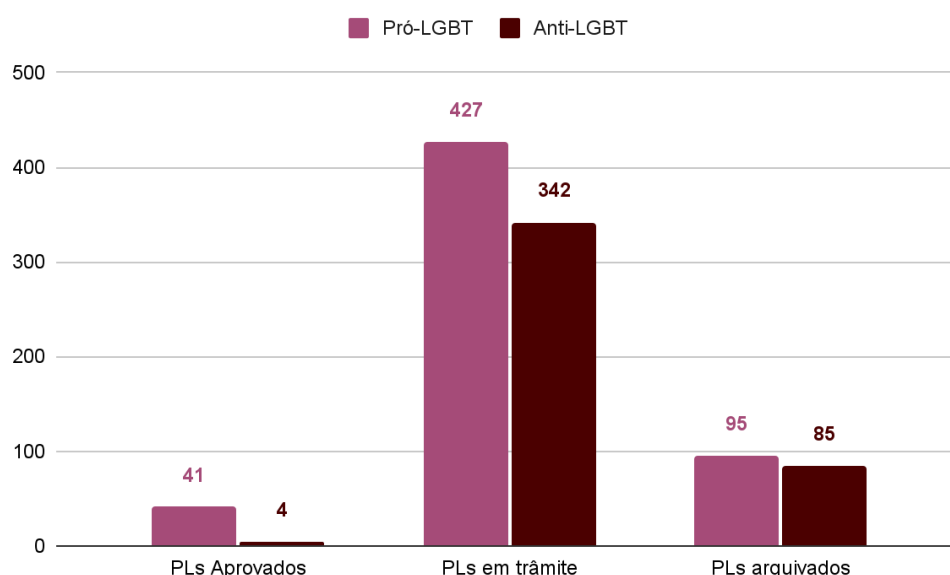
¹¹ O termo “dissidente” tem como significação o ato de sair, ou estar de fora, de um determinado grupo ou organização por divergir de seus princípios, ideias, doutrinas, métodos e outros. Foi englobado em movimentos políticos e de militâncias das minorias sociais como forma de apropriação conceitual pautada nas existências que não se encaixam nos padrões sociais.

¹² A linguagem neutra, ou neolinguagem, pode ser entendida como um movimento social e linguístico que busca promover maior inclusão na língua portuguesa. Utiliza-se de mecanismos, conforme Moura (2021) apresenta, para a flexibilização que vai além da generificação masculino/feminino, englobando outras flexões de gênero para inclusão de pessoas do espectro da não-binaridade.

uma educação antidiscriminatória e o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, totalizando 56% de todos os projetos de lei apresentados nas assembleias e no congresso. Outros temas representativos são: parâmetros anti-trans em competições esportivas, controle no processo transsexualizador, censura e controle de público infantil em eventos LGBTQIAP+, censura em publicidades com representatividade LGBTQIAP+, entre outros. Ainda segundo dados da Observatória (2024), os estados com maior ofensiva legislativa contra a população LGBTQIAP+ são o Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso.

Avelar (2024) reforça que, até janeiro de 2024, existiam setenta e sete (77) leis antitrans em vigor, variando entre instâncias municipais e estaduais, dispostas em dezoito (18) unidades da federação. No entanto, os responsáveis políticos por essas leis alegam que não há conexão direta entre os objetos legislativos em questão e a dinâmica de ódio e movimentos antitrans. Os autores argumentam que são leis voltadas para a proteção dos direitos das crianças e mulheres, além de servirem como uma salvaguarda da liberdade religiosa. Essa é uma narrativa comumente utilizada por aqueles que se valem de discursos de ódio e motivações pessoais disfarçados de liberdade de expressão, junto ao fundamentalismo religioso extremista, para justificar ações que impactam diretamente a qualidade de vida de parcelas marginalizadas da população, favorecendo sua exposição a riscos e violências.

Gráfico 01: Distribuição de Projetos de Lei (PLs) a favor e contra a população LGBTQIAP+ no Brasil no intervalo entre 1 de janeiro de 2019 até 31 de outubro de 2024.



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados de Observatória (2024).

Embora, conforme o gráfico 01 apresenta, exista uma maior presença de projetos de lei voltados para a proteção de direitos e garantia de qualidade de vida para populações LGBTQIAP+, isso é reflexo da parcela progressista nas instâncias de poder. Porém, mesmo em menor número, não é possível negar a existência de uma clara agenda política pautada em ações LGBTfóbicas. Sendo um reflexo da configuração das câmaras de vereadores e deputados, compostas por atores políticos da direita e da extrema-direita. Esses apresentam maior conexão com o pensamento conservador e, muitas vezes, atrelados ao fundamentalismo religioso como base da justificativa de suas ações. Além disso, apropriando-se do discurso narrativo de serem movidos pela proteção dos direitos da família tradicional brasileira e da liberdade de expressão, como aborda Moreira (2020), os representantes em suas diversas esferas (em nível municipal, estadual ou federal), desempenham esforços para a consolidação de projetos que excluem, restringem ou dificultam a vida de pessoas LGBTQIAP+.

Um claro exemplo de esforços de retrocesso, pautados na argumentação de proteção à família tradicional e da liberdade religiosa, está conectado ao Projeto de Lei 5.167/09 (Brasil, 2009) que propôs a alteração do artigo 1.512 da Lei 10.406/02 (Brasil, 2002) e, com isso, tinha a expectativa de estabelecer que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. Sendo essa uma ação contrária ao Projeto de Lei 580/07 (Brasil, 2007), que propôs a alteração do mesmo artigo da Lei 10.406/02 (Brasil, 2002), para que a união entre pessoas do mesmo sexo fosse equiparada juridicamente ao casamento civil. No entanto, em 2023, mesmo com a garantia do direito ao casamento civil para pessoas LGBTQIAP+, foi reaberto o processo na câmara dos deputados para, novamente, colocar a questão em pauta e tentar retroceder no direito conquistado.

Em paralelo aos esforços que buscam retrocessos e rompimento dos direitos básicos arduamente conquistados, há a falta de estruturalidade em relação a dados públicos sobre a população LGBTQIAP+ no Brasil. O FBSP (2022) destaca o impacto da falta do Estado quando se refere a pesquisas verticais em contexto nacional. Até a versão mais recente do censo populacional, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2022, como consequência do contexto pandêmico em 2020; não havia questões sobre a orientação sexual ou identidade de gênero da população. Houve a justificativa de serem questões complexas de lidar em grande escala e de que na versão teste não foi bem sucedida.

Essa falta de informações sobre o contingente populacional dificulta a criação e consolidação de políticas públicas voltadas para essa população, conforme destaca o FBSP

(2022). Para os autores do anuário, é uma questão que também apresenta relações estreitas com uma maior vulnerabilidade às violências. Visto que, além da falta de dados sobre essa população em específico, também não existe com a devida escala de abrangência e método estruturado ou levantamentos oficiais de órgãos federais sobre as estatísticas de violência.

Conforme a revisão de dados desenvolvida por Lidoni (2022, p.20), existiram alguns esforços de escala federal que foram desenvolvidos, mesmo apresentando fragilidades metodológicas. No entanto, eles se encaixam em duas situações: ou não foram realizados de maneira contínua, em um recorte anual, e acabaram sendo descontinuados, ou ocorreram em apenas uma edição. Nesses exemplos, o autor cita os seguintes materiais bibliográficos:

[...] a) Relatórios de Violência Homofóbica no Brasil, publicados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, (2011, 2012 e 2013); b) Relatório de Violências LGBTfóbica 2016, publicado em 2018 pelo Ministério dos Direitos Humanos, e c) uma recente pesquisa do [Conselho Nacional de Justiça] CNJ intitulada “Discriminação e Violência contra a População LGBTQIA+”, lançada pelo CNJ em agosto de 2022.

Já ao se referir sobre ações do Estado voltadas para outras minorias sociais, inclusive no âmbito racial, que também é avaliado neste trabalho, há uma maior conjuntura de dados e políticas consolidadas. Sobre o arcabouço legislativo, pode-se citar originalmente a Lei 7.716/89 (Brasil, 1989), que institui os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e pune a discriminação ou preconceito de origem, sexo, cor e idade, graças à alteração realizada em 2019 com a equiparação da LGBTfobia ao racismo. Além desta, há também a Lei 12.288/10 (Brasil, 2010), que consolida o Estatuto de Igualdade Racial brasileiro e a Lei 14.532/23 (Brasil, 2023), que tipifica como crime de racismo a injúria racial e institui sua pena, além da multa.

Considerando o recorte étnico-racial, existem dados estatísticos sobre os aspectos populacionais no país, englobando questões como raça e sexo da população, tanto em levantamentos como o censo demográfico, quanto em produções sobre a temática da violência, conforme o FBSP (2022) apresenta. Entretanto, ao se falar de violência vinculada à questão racial, cabe destacar sua configuração em cenários que se encaixam além do ódio.

Butler (2019) destaca que a violência de ódio não é uma anomalia, mas parte da lógica estrutural que hierarquiza as pessoas entre vidas que importam e as que são descartáveis. Sendo assim, esse tipo de ação é manifestada não apenas no ataque físico, motivado pelo

racismo individualizado e explícito, mas também através de exclusões sociais, invisibilização das fragilidades e negação da humanidade do outro. Ou seja, aqui não se discute apenas os atos individuais e de motivações particulares, mas cabe o destaque também de ações estruturais, como a falta de dados estatísticos da população e de políticas públicas, a segregação e marginalização institucional, a violência policial, entre outras.

Almeida (2021) traz o conceito do genocídio negro como a banalização da extrema violência à qual pessoas não-brancas são submetidas. O autor traz exemplos como a morte de crianças e jovens durante confrontos armados, os impactos de um planejamento urbano que marginaliza populações, as ocupações de áreas precárias e de risco ambiental, além do baixo acesso a serviços como saúde e educação.

Esse processo é conectado a uma gama de problemáticas sociais, das quais a guerra às drogas é legitimada como uma das principais narrativas que validam os níveis de crueldade e violências policiais, principalmente contra pessoas negras. Borges (2021) defende que, na sociedade brasileira, foi facilmente conectada a argumentação da erradicação das drogas para tornar a violência contra pessoas negras algo corriqueiro. A autora articula que a Lei 11.343/06 (Brasil, 2006) se tornou uma política que dá subsídio para o encarceramento em massa da população, especialmente os recortes marginalizados e de minorias sociais. Visto que a lei estipula as definições sobre o tráfico e que, de maneira geral, apresenta limites subjetivos para diferenciação entre consumo pessoal e venda. O que, para Lucena (2020), constituiu um dos principais mecanismos que favorecem a consolidação de estereótipos racistas e, junto ao genocídio negro, “substituem a escravidão como método de neutralização das pessoas de herança africana” (Lucena, 2020, p.22).

Esse contexto pode ser observado pela ótica da relação entre o poder, a vida e a morte. Primeiramente, Foucault (2012), apresenta o conceito do biopoder, como aquele que é concentrado na gestão da vida da população. Sendo uma manifestação do poder que busca a otimização da vida em sociedade, promovendo o bem-estar de sua população, a saúde em boa qualidade, a reprodução e a produtividade para a manutenção do povo e da economia. Objetivando a criação de corpos economicamente ativos, politicamente dóceis e que contribuam para a boa ordem social.

Sendo ele dividido em duas principais esferas: a disciplina e a biopolítica. O primeiro refere-se ao controle dos corpos individualmente, garantindo o acesso aos serviços, a boa manutenção da população e sua reprodução, como também, da consolidação de uma massa

humana profissional ativa e em boas condições para o favorecimento da economia. Já o segundo, é centrado na regulação da população em sua totalidade, garantindo a qualidade de vida. O autor aponta a relação do exercício do biopoder desde o século 17, em que a disciplina agia como forma de transformar o corpo em uma máquina economicamente valiosa, enquanto que a biopolítica tornou-se mais proeminente em meados do século 18, com a gestão da coletividade em prol do controle de taxas de falecimento, de natalidade e longevidade. Sendo assim, para Foucault (2012), o exercício da biopolítica na gestão da vida impactou no paradigma da soberania dos corpos e do controle da qualidade de vida para as populações.

No entanto, essa gestão da vida não funciona da mesma maneira para todos os públicos. Mbembe (2018), trouxe uma nova reflexão ao contexto do poder sobre a vida e sobre a morte que Foucault defendia. O autor apresenta a necropolítica como uma subversão à perspectiva foucaultiana, pois, para ele:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2018, p.5).

Mbembe (2018) defende que o funcionamento do biopoder estava atrelado a uma divisão das pessoas que devem viver daquelas que podem morrer, constituindo-se com base em uma separação dos vivos e mortos a partir de um campo biológico. O controle, conseqüentemente, se basearia em uma distribuição de grupos e subgrupos hierarquizados, com o que Foucault definiu por racismo. Sendo assim, a soberania no exercício do poder seria a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (Mbembe, 2018, p.41, aspas do autor).

Para Mbembe (2018), a necropolítica então seria o exercício político de gestão da morte, definindo quem pode morrer e quem não pode. Nesse cenário, o autor apresenta exemplos que elucidam sua argumentação como principais exercícios de ações necropolíticas, dentre os quais cabe citar o *apartheid* na África do Sul durante 1948 a 1994, e as ações do nazismo durante 1933 a 1945. Sendo assim, em uma conexão com a dinâmica contemporânea brasileira, processos como o genocídio da juventude negra e a guerra às drogas (diretamente vinculada com a violência policial) seriam dinâmicas relacionáveis a uma atuação necropolítica.

Visto que, o Estado tem fundamentado processos que resultam no extermínio de inúmeras pessoas. Mesmo em nível municipal percebe-se reflexos dessa dinâmica, pois a lógica de gestão urbana tende a segregar e marginalizar populações majoritariamente negras para áreas periféricas, caracterizadas por baixa qualidade de vida, poucas infraestruturas, controladas pela criminalidade, com ausência ou pouca presença de estratégias de saneamento básico e outros (Itikawa, 2021, 2024). Isso gera uma maior dificuldade no exercício da vida, favorecendo à violência e a morte.

Embora o conceito da necropolítica esteja vinculado ao indicador racial, este trabalho reflete se não há, também, uma conexão com outros aspectos identitários de populações. Pois, percebe-se também um projeto de extermínio da população LGBTQIAP+ no Estado brasileiro. Argumenta-se que a falta de dados estruturais e estatísticos sobre pessoas LGBTQIAP+ e a fragilidade de políticas públicas, decorrente da própria ausência de informações que o Estado não produz, são maneiras de manter um recorte populacional em risco. Além disso, através de levantamentos independentes constituídos por Organizações Não Governamentais (ONGs) e coletivos nacionais, como a ANTRA e o GGB, ou internacionais, como a *TransGender Europe* (TGEU), o Brasil se destaca pelos altos níveis de violência e morte de pessoas LGBTQIAP+, chegando a índices como 30% das mortes globais de pessoas transgêneras (TGEU, 2024).

Portanto, este trabalho fundamenta-se no conceito de que a hierarquização da sociedade vulnerabiliza os grupos minoritários e os expõe a riscos, através de um exercício de soberania do necropoder. Também de que existem projetos necropolíticos que buscam o extermínio e o controle de populações dissidentes no Brasil. Esses, por sua vez, podendo ser percebidos através da violência direta e individualizada, carregada de estigmas de ódio, voltada para a morte física, ou por meio da invisibilização das demandas populares, institucionalização e estruturalização da exclusão e da negação de direitos, causando a morte simbólica e política.

1.2. AINDA HÁ UM LUGAR SEGURO? A VIOLÊNCIA DE ÓDIO COMO UMA QUESTÃO SOCIALMENTE ENRAIZADA

“É a rainha dos detentos, das loucas, dos lazarentos [...] Ela é um poço de bondade e é por isso que a cidade vive sempre a repetir: joga pedra na Geni, joga pedra na Geni. Ela é feita

pra apanhar, ela é boa de cuspir. Ela dá pra qualquer um, maldita Geni!” (Hollanda, 1979). A figura de Geni, na obra *Ópera do Malandro*, traz uma representação da vivência de travestis e mulheres transgêneras no contexto brasileiro. Na peça, Geni personifica a dicotomia na maneira como a sociedade lida com a transsexualidade. Durante o dia, ela é vista como um problema, alguém passível de todo tipo de agressão e violência, justificando que ela é feita para isso. No entanto, durante a noite, como retratado nos versos iniciais da canção “De tudo que é nego torto, do mangue, do cais, do porto. Ela já foi namorada. O seu corpo é dos errantes, dos cegos, dos retirantes. É de quem não tem mais nada [...]” (Hollanda, 1979), ela é objeto de desejo sexual de parte da população.

Assim, retrata-se a dualidade na maneira como pessoas transgêneras, especialmente mulheres e travestis, são vistas pela sociedade. Encontram-se em uma constante dualidade entre serem totalmente descartáveis e passíveis das mais diversas variações de agressões, para uma extrema sexualização e objeto de desejo para os mesmos que as agridem durante o dia. Essa dicotomia, embora retratada em uma obra ficcional, reflete a realidade. Conforme Benevides (2023) apresenta, o Brasil é o país que lidera o ranking de maior consumidor de pornografia trans no mundo. Grandes portais pornográficos, como o *RedTube* e o *Pornhub* passaram a produzir relatórios anuais sobre as categorias, fetiches, termos e tendências mais pesquisadas e consumidas no mundo. Nesses relatórios, Benevides (2023) destaca que a busca por termos como: *shemale*, *transgender*, *brazilian shemale* e *ladyboy/femboy*¹³ aparecem como categorias do top três em diversos países.

No relatório anual do *Pornhub* (2024), a categoria *transgender* no Brasil ficou no top três, mantendo-se estável no “pódio” desde 2022 (Pornhub, 2022). Há também a sobreposição com termos qualificadores para contextos de maior violência e intensidade sexual, como *hardcore sex*. Além disso, termos raciais e identitários também estão relacionados nas buscas, mostrando uma conexão entre a sexualização também de pessoas negras. Benevides (2023) ainda destaca outra questão, agora observando o perfil dos consumidores, mulheres cisgêneras também são público-alvo da pornografia trans, consumindo 175% mais do que homens cisgêneros no mesmo período. Também está presente a hipersexualização envolvendo

¹³ Os termos em questão servem como qualificadores do conteúdo pornográfico. “*Shemale*” é um termo utilizado para direcionamento de conteúdo sexual protagonizado por atrizes trans, sendo considerado de cunho ofensivo pela permanência da associação entre a identidade de gênero das atrizes e o sexo masculino. “*Ladyboy*”/“*femboy*” são termos que se referem a homens, comumente homossexuais, que apresentam características mais alinhadas ao gênero feminino em questão comportamental, de aparência e de vestimentas.

mulheres sáficas¹⁴, sendo outra das categorias com constância entre as mais procuradas; variações de busca envolvem os termos *lesbian*, *brazilian lesbian*, *scissoring*¹⁵ (Pornhub, 2021; 2022; 2023; 2024).

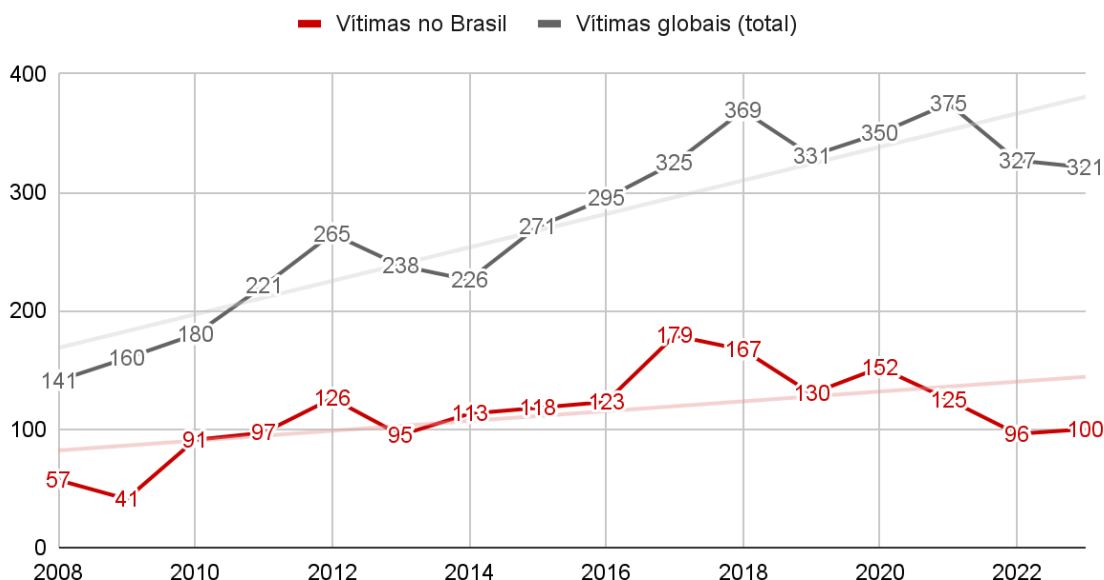
Esse cenário configura uma grande ironia muito alinhada com a vivência da eu-lírico trazida por Chico Buarque. Visto que, embora o país apresente um grande público consumidor de pornografia trans, inclusive sendo destaque em nível mundial, em simultâneo, também é a nação com a maior quantidade de mortes de pessoas transgêneras motivadas pelo ódio, conforme o relatório da *TransGender Europe* (TGEU, 2024). Ou seja, concomitante à violência e à desumanização de travestis e pessoas trans, há também uma hipersexualização sobre os mesmos corpos, objetificando-os e permeando também a outros contextos de agressão, como práticas de estupro coercitivo, estupro grupal e semelhantes.

Conforme os dados dos relatórios da TGEU, a média de mortes globais, no período entre 2008 e 2023, ficou em 274,6 casos. No Brasil, o valor foi de 113,1 para o mesmo período. Ao se observar a relação entre os dois, voltada ao entendimento de como se dava a participação estatística do Brasil nas mortes globais, 2009 foi o ano de menor participação no total, apresentando 25,63% dos casos, enquanto 2017 foi o outro extremo, tendo 55,08% das mortes. Considerando a média para todo o período de levantamento (2008-2023), o valor manteve-se como 41,25% dos casos globais. Esses valores corroboram com o indicativo de o país se manter como o topo do ranking dos relatórios de maneira ininterrupta desde o começo da série histórica até o levantamento mais atual. O gráfico 02 apresenta a síntese dos levantamentos produzidos desde 2008 pela TGEU, comparando os resultados na escala global em relação aos do Brasil.

¹⁴ Termo guarda-chuva para referir-se a mulheres que se relacionam com mulheres. Em outras palavras, um termo que abrange as relações entre mulheres lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais e outras.

¹⁵ Termo que se refere a uma posição sexual entre duas mulheres, considerada como uma das mais estereotipadas e fetichizadas como prática sexual sáfica.

Gráfico 02: Total de mortes motivadas por transfobia no Brasil e no mundo, no intervalo entre 2008 e 2023.



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados de TGEU (2009-2024)

Conforme o gráfico apresenta, embora seja perceptível uma redução nos casos no Brasil a partir de 2020 e, no mundo, a partir de 2021, há uma clara configuração de tendência de crescimento dos casos fatais de transfobia. Esse cenário é um pouco mais acentuado na escala global, com uma variação maior da linha de tendência ao se comparar com o Brasil. No entanto, os valores notificados não significam que apenas esses casos tenham acontecido. Há uma grande defasagem entre o que é devidamente notificado e enquadrado como crimes de LGBTfobia e o que é descartado ou não noticiado. Visto que, conforme abordado na seção anterior, há falta de estruturalidade de dados estatísticos no país. Benevides (2024) apresenta que o método por trás dos relatórios desenvolvidos pela ANTRA consiste em dois grupos principais de fontes:

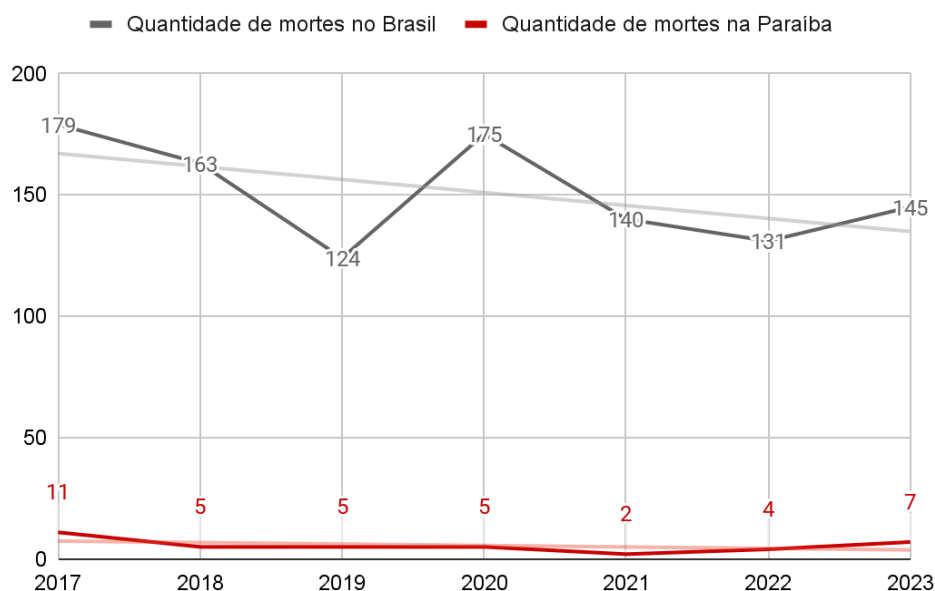
- I. **Primárias:** são aquelas cujos dados são obtidos a partir de bases governamentais, como o Disque 100 e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); órgãos de segurança pública, processos judiciais e órgãos da justiça; casos publicados através de veículos midiáticos e/ou jornalísticos¹⁶;
- II. **Secundárias:** são os dados e informações complementares que nenhuma mídia anterior apresenta. Eles são: os ativistas e representantes de instituições de direitos

¹⁶ O último grupo, conforme Benevides (2024, p.36) afirma, “devido à ausência ou dificuldade de acesso ou subnotificação por parte do Estado, acabam se tornando as principais fontes dessa pesquisa.”

humanos, que utilizam diversos canais para a comunicação com a ANTRA (variando entre e-mails e redes sociais), muitos dos quais são participantes da rede de instituições parceiras e ONGs da ANTRA; publicações em redes sociais; relatos testemunhais; outras fontes não classificadas.

É, por isso, que também são encontradas divergências entre os relatórios produzidos pela ANTRA e TGEU. Graças às diferentes fontes de pesquisa, há variações nos quantitativos mapeados por cada grupo. O gráfico 03 apresenta as mortes trans mapeadas pela ANTRA em um recorte temporal menor, pois os registros anuais pela associação começaram a ser desenvolvidos em 2017.

Gráfico 03: Total de mortes motivadas por transfobia no Brasil e na Paraíba, no intervalo entre 2017 e 2023.



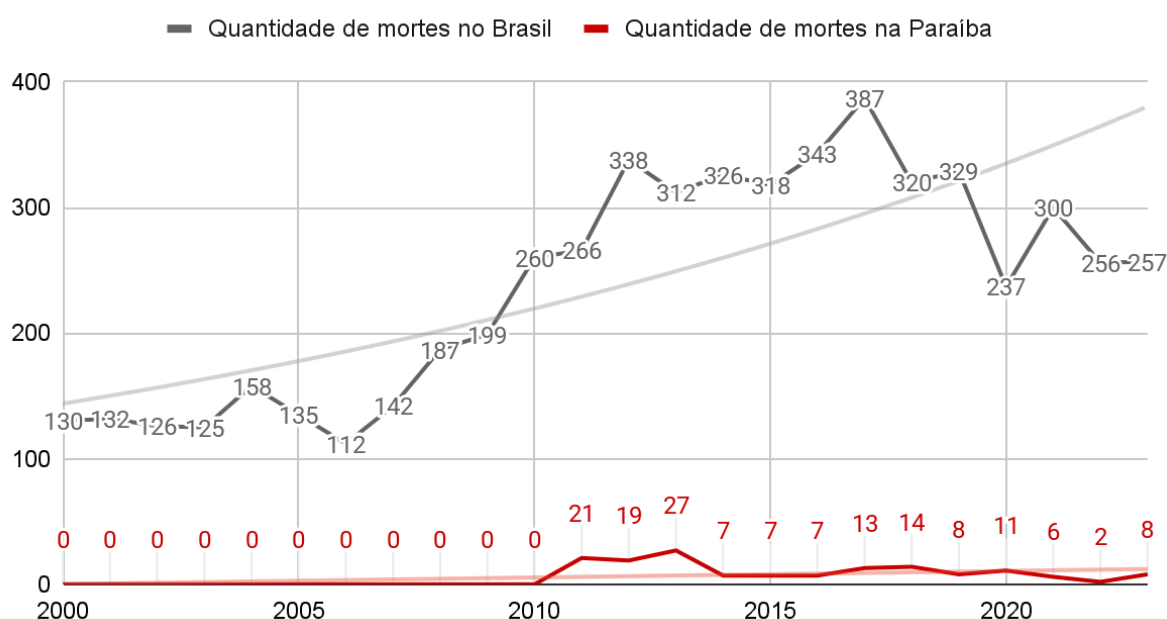
Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados de ANTRA (2018-2024)

Observando o gráfico acima e comparando o mesmo período com os dados da TGEU, percebe-se a variação em alguns anos, com diferenças mais proeminentes entre 2020 e 2023. Essas divergências ocorrem em consequência das diferenças nos processos metodológicos vinculados às notificações de casos, o que reforça a necessidade da estruturalização dos dados estatísticos sobre a população LGBTQIAP+, para uma melhor percepção sobre o quadro sistêmico da violência de ódio no país. Principalmente para subsidiar políticas públicas específicas, entendendo os diferentes contextos locais para a mitigação da violência no país.

Outros relatórios, como os produzidos pelo Grupo Gay da Bahia, destacam também valores alarmantes em relação às mortes violentas motivadas por LGBTfobia no Brasil. O

gráfico 04 traz uma esquematização de seus levantamentos em escala nacional, com destaque para os dados da Paraíba, considerando apenas as mortes vinculadas a crimes de ódio. É necessário este destaque, pois o material do GGB não trabalha apenas com a violência e a morte causadas por terceiros. Em outras palavras, os relatórios também abrangem dados sobre suicídios cometidos por pessoas LGBTQIAP+, como uma consequência de uma sistematização de processos violentos e estruturais da sociedade.

Gráfico 04: Mortes de pessoas LGBTQIAP+ levantadas através dos relatórios do GGB entre 2000 e 2023.



Fonte: Elaboração própria (2025) com base em dados do Grupo Gay da Bahia (2000-2024).

É importante ressaltar que os dados referentes às mortes no intervalo entre 2000 e 2010 não foram acessados através de um relatório específico e, por isso, não foi possível detalhar as mortes em relação à diferença entre vítimas de LGBTfobia e suicídios; como também, não foi possível a separação por estado. Referente a esse recorte temporal, os dados encontrados foram extraídos dos próprios relatórios sequentes, através de um gráfico que apresentava a série histórica. Nos anos posteriores, ou seja, de 2011 em diante, foi possível acessar os relatórios com dados individualizados e, consequentemente, obter maior detalhamento sobre os índices de violência e mortes.

Referente aos dados do GGB, em relação à escala nacional, cabe destacar uma tendência de crescimento dos casos, mesmo que nos últimos anos tenham sido mapeadas menos ocorrências. Oliveira e Mott (2024), autores dos levantamentos do GGB, reforçam a

fragilidade e a subnotificação como possíveis causas para a queda, mesmo diante da tendência de crescimento.

Sobre a Paraíba, percebe-se uma variação nos quantitativos em alguns recortes na série histórica: primeiramente, um período com maior incidência de casos (2011-2013), que coincide com o estudo de Facchini (2016), ambientado nos casos LGBTfóbicos de extrema crueldade ocorridos no estado em 2012. Há um segundo período (2014-2016) que apresenta uma queda e estabilidade, com valores um pouco mais baixos, mas constantes. O terceiro recorte (2017-2020) configura uma nova variação, associada ao aumento dos casos. O último período (2021-2023) apresenta outro momento de queda, mesmo que, no relatório mais recente, voltou a apresentar uma subida nos casos, alinhado com a tendência sutil de crescimento. Esses relatórios trazem à tona fragmentos da realidade brasileira e mundial sobre a vida de pessoas LGBTQIAP+, de vidas à mercê da insegurança e do medo.

Quando se observa a questão da violência contra pessoas não-brancas, aqui dando ênfase à vida de pessoas negras, também são encontrados dados que reforçam a questão estrutural do racismo no Brasil. Segundo o 16º Anuário da Violência (FBSP, 2022), o Brasil detém cerca de 2,7% da população mundial; em contrapartida, 20,4% dos homicídios acontecem em solo brasileiro. No ano de 2021, 47.503 pessoas foram mortas no país de maneira intencional, das quais 77,9% eram negras e 91,3% eram do sexo masculino. Já em 2022, as vítimas foram 47.452, sendo que 76,9% eram negras e 91,4% eram do sexo masculino (FBSP, 2022; 2023).

Além das mortes intencionais, há outro indicador de violência atrelado ao indicador de raça/cor da pele que apresenta valores preocupantes. Embora existam pequenas variações estatísticas nos anos, a letalidade policial tem se mostrado como uma clara ferramenta de extermínio da juventude negra. Em 2020, foram ceifadas 6.416 vidas pela violência em abordagens policiais, baixando para 6.145 em 2021, voltando a subir para 6.429 vítimas em 2022 e 6.393 em 2023. Observando a mutabilidade dos valores, encontram-se variações pequenas no crescimento ou na queda, mas com certa constância no patamar de casos, independentemente do ano observado. Em 2022, por exemplo, 17 pessoas foram mortas por dia em decorrência da letalidade policial (FBSP, 2021; 2022; 2023; 2024).

Tanto as mortes intencionais quanto a violência policial apresentam um perfil de vítimas bem delimitado, que vai ao encontro dos apontamentos de autoras como Borges (2021) e Lucena (2020). Por exemplo, sobre a caracterização das vítimas da letalidade policial

em 2020, 78,9% das vítimas eram negras, 76,2% tinham entre 12-29 anos e 98,4% eram do sexo masculino. Já em 2023, 82,7% das vítimas eram negras, 71,7% tinham entre 12-29 anos e 99,3% eram do sexo masculino, conformando o extermínio da juventude negra, assim como descreve Almeida (2021).

Outros índices apresentados pelos anuários do FBSP trazem que a letalidade e a violência policial se apresentam de maneira desproporcional ao se observar a raça/cor da pele das vítimas, com uma taxa de 1,0 mortes para cada cem mil habitantes para pessoas brancas, enquanto que para negros a taxa era de 4,5 mortes para o mesmo contingente estatístico (FBSP, 2022). Observando outra configuração de situações de violência, interseccionando a questão de raça e gênero, os dados também refletem uma situação de maior recorrência contra mulheres negras. O perfil das vítimas de feminicídio, ou seja, mortes motivadas pelo ódio contra pessoas do sexo/gênero feminino, mostra que em 2020, 61,8% dos casos foram contra mulheres negras; em 2021, 62%; em 2022, 61,1% e 63,6% em 2023 (FBSP, 2021; 2022; 2023; 2024).

Algo que há em comum em todos os relatórios apresentados nesta dissertação é a motivação dos atos pautada no ódio por alguém. Seja esse sentimento causado pela não aceitação do modo como outros vivem e se relacionam, seja por uma falsa e errônea noção de superioridade ou de que existem níveis e categorias nas quais os seres humanos devem se encaixar. Sempre há ódio fundamentando as agressões, os ataques e as tentativas ou mortes de pessoas que, muitas vezes, apenas estavam vivendo suas vidas e foram julgadas como perigosas, erradas, sujas ou descartáveis.

Essas violências compõem o que se entende como crimes de ódio. Para mecanismos legais eles são entendidos como quaisquer danos à vida ou à integridade física e mental fundamentados em práticas preconceituosas ou discriminações por questões identitárias, econômicas, físicas ou sociais (Brasil, 2014). No campo científico, alguns autores trabalham com essa temática, buscando discutir nuances de seus impactos na sociedade. Deus *et al.* (2020) destacam que a prática de crimes de ódio contra pessoas LGBTQIAP+, na sociedade brasileira, é um reflexo da ausência de políticas públicas com estruturalidade e grande escala para tratar da problemática da violência. Visto que, com a falta de ações que visem à redução e à quebra dos paradigmas preconceituosos enraizados na cultura e no imaginário social, banalizam-se os comportamentos de humilhação, marginalização e exclusão de pessoas em minorias sociais.

Ribeiro e Matos (2020) refletem sobre uma série de impactos que as violências de ódio, em seus múltiplos formatos, fomentam na vida de jovens e adultos. Trazem exemplos como a dificuldade de acesso a serviços de saúde pública e à proteção pública. Os autores pontuam sobre a consolidação de barreiras no mercado de trabalho e como a escolarização é prejudicada, favorecendo o que se define como evasão escolar como consequência da fuga ante o *bullying*. Benevides (2022) destaca como a vida de pessoas transgêneras no ambiente educacional é fortemente impactada pela negação de direitos, como o respeito aos pronomes e à expressão de gênero, uso de banheiros e reconhecimento de sua identidade, causando a expulsão desse grupo das escolas.

Oliveira (2017) defende que é necessário entender o crime de ódio como uma parcela de um processo estrutural que é social e político, visto que não há uma distinção clara e delimitada entre os que praticam atos de ódio em relação à estrutura social geral. Em outras palavras, não há uma delimitação de apenas um grupo específico que realiza atos de ódio contra grupos minoritários, mas entende-se que estão diluídos nas múltiplas esferas sociais e políticas, representando o que o imaginário coletivo pensa, justificando-se através de estereótipos e pensamentos retrógrados.

Efrem Filho (2016) aborda como os crimes de ódio também se distinguem das demais configurações da violência urbana com base no critério da crueldade aplicada nos atos. O autor reflete sobre a quantidade de golpes, o *modus operandi* dos atos — muitas vezes apresentando desfigurações, mutilações, desmembramentos, castrações, estupros e outros —, bem como as armas utilizadas nos crimes, que abrangem tanto armas convencionais, brancas e de fogo, quanto armas improvisadas, como paus e pedras. Além disso, a ocorrência de ataques em lugares do corpo simbólicos como a vagina, o ânus e o pênis, auxilia na diferenciação dos crimes de ódio para os demais. A brutalidade simboliza a crueldade no tratamento de pessoas LGBTQIAP+ na sociedade, como aborda no seguinte exemplo:

A cabeça esmagada, as dezenas de facadas e o estrangulamento compõem o excesso, o inexplicável, e comprovam, de forma cabal, a ocorrência da homofobia. Lucas teria falecido já na primeira pedrada desferida contra a sua cabeça. Porém, excessiva e inexplicavelmente, as investidas se reproduziram incessantes e a cabeça terminou esmagada (Efrem Filho, 2016, p.326).

O autor ainda discute como existe uma conexão direta entre a realização de atos LGBTfóbicos com a sensação de impunidade. Em seu estudo realizado na cidade de João

Pessoa, ele fez entrevistas com ativistas pró-LGBTs, mas também com pessoas que praticaram atos de ódio, como o relato a seguir:

“quando eu mato um LGBT, no meu imaginário, eu estou limpando a sociedade daqueles que têm um demônio no corpo. Eu estou fazendo um bem, tirando da sociedade um cancro”. A legitimidade do gesto de violência é, então, associada à certeza da impunidade: “Na minha cabeça, não vai acontecer nada” (Efrem Filho, 2016, p.318, aspas do autor).

Sendo assim, atos de ódio para além do próprio sentimento de aversão a um determinado grupo, aqui apresentados em relatos e reflexões alinhados à LGBTfobia, também encontram subsídio na ideiação de que não haverá culpabilização posterior. Atos racistas se reproduzem com a mesma falsa sensação de que não são atos criminosos e passíveis de punição. Inúmeras agressões verbais e comportamentais acontecem diariamente, sem que seja atribuída a devida responsabilidade a quem as realiza. Carvalho e Maciel Júnior (2020) destacam que a pouca reverberação dos casos e a subnotificação das situações também podem estar relacionadas ao medo das próprias vítimas. Os autores citam que as vítimas podem não expor os crimes pelo medo da retaliação e repetição da violência, pela autculpabilização e pela dificuldade imposta na sociedade para diferenciar crimes gerais e crimes de ódio.

Deus *et al.* (2020) reforçam que a vida LGBTQIAP+, em escala global, é atrelada à rejeição e violência, considerando que existem países, ainda em 2024, onde a existência e o comportamento homossexual ou homoafetivo são considerados crimes. Em relação aos países integrantes ou observados pela Organização das Nações Unidas (ONU), dez (10) consideram uma intervenção punível com a pena de morte, e outros cinquenta e quatro (54) criminalizam com variação entre multas, trabalhos forçados e prisões, chegando até o isolamento perpétuo (HDT, 2024).

Mesmo em países como o Brasil, onde não existe a criminalização da existência LGBTQIAP+, há uma permanente sensação de medo e insegurança ante a violência, conforme os relatórios apresentados evidenciam. Este trabalho utiliza algumas categorias que permitem a discussão de padrões específicos desses atos para entender como eles se articulam de maneiras individualizadas com o espaço físico. As categorias propostas aqui são:

- I. **Comportamentais:** ações de menor interação direta entre vítima e agressor(es), com o menor nível potencial ofensivo. São entendidas como os atos e situações que envolvem exclusão, distinção, inferiorização, nojo e repressão tanto para pessoas LGBTQIAP+ quanto para não-brancas. Referente ao primeiro grupo,

exemplos que elucidam são: expressões de desprezo, nojo, medo; mudanças de caminho ao ver casais homoafetivos e/ou pessoas com expressões de gênero para além da cisheteronormatividade; retirar crianças de perto e/ou cobrir os olhos delas para que não interajam com pessoas diversas; retirar-se de lugares ao ver pessoas LGBTQIAP+ se aproximando; fazer gestos obscenos, de chacota e/ou ameaça. Já em relação ao segundo grupo, para além das situações descritas acima, as violências comportamentais também incluem o ato de seguir em lojas e ambientes privados ou ações semelhantes;

- II. **Verbais:** são ações com um nível mais elevado de potencial ofensivo e apresentam alguma interação entre a vítima e o(s) agressor(es), mas sem o contato físico direto. Entendem-se como os atos e situações que envolvem, de modo verbalizado, o constrangimento, a opressão, a inferiorização, a humilhação e ameaças tanto para pessoas LGBTQIAP+ quanto para não-brancas. Exemplos para essa categoria são: insultos e ofensas, uso de termos de baixo calão, termos pejorativos, expressões racistas e/ou LGBTfóbicas, humilhação, piadas discriminatórias, chacota, ameaças, importunações sexuais e assédios verbais;
- III. **Físicas:** são ações com maior nível de potencial ofensivo e apresentam a maior interação entre a vítima e agressor(es), tendo o contato físico direto. Entendem-se como os atos e situações que envolvem a agressão e dano à integridade física. Como exemplos, para ambos os grupos estudados, são os ataques sem armas ou com auxílio de armas (sejam brancas, de fogo ou improvisadas), a lesão corporal em qualquer escala de intensidade e a tentativa ou consumação do homicídio;
- IV. **Sexuais:** assim como as violências físicas, são ações com maior nível de potencial ofensivo e que também têm a interação entre a vítima e agressor(es), com contato físico direto. É entendida como os atos e situações que envolvem o assalto sexual, o estupro, o toque em partes íntimas e situações semelhantes. Exemplos para ambos os grupos estudados incluem a importunação sexual física, a prática de estupro e qualquer escala de agressão sexual.

Essas categorizações foram propostas para o entendimento das particularidades em relação à presença e concentração dos comportamentos na cidade de João Pessoa, tendo sido baseadas nas discussões apresentadas por autores como Gomes, Reis e Kurashige (2013), Efrem Filho (2016), Carvalho e Maciel Júnior (2020), Moreira (2020), Ribeiro e Matos

(2020), Trindade (2022) e Vasconcelos *et al.* (2023). Esses autores trazem um panorama conceitual sobre diferentes percepções de como a violência de ódio acontece.

Faz-se necessária a discussão sobre as diferentes situações de como a violência opera, visto que, considerando o imaginário social, entende-se que apenas atos de agressões físicas e homicídios são, de fato, crimes. Assim, desconsidera-se a importância de outras configurações e de seus impactos particulares em parcelas populacionais inteiras. Trindade (2022) traz em sua obra, *Discurso de ódio nas redes sociais*, reflexões sobre microagressões e comportamentos socialmente lidos como aceitáveis e que dificilmente se encaixam como ações de ódio, principalmente quando estão relacionadas ao que Moreira (2020) descreveria como racismo recreativo.

Para Trindade (2022, p.11, aspas do autor), piadas seriam “uma forma de comunicação socialmente aceita, isso confere uma espécie de blindagem ao indivíduo. Pois, com frequência, a pessoa argumenta que se trata apenas de uma “brincadeirinha inofensiva””. No entanto, comparar alguém a um animal — como em inúmeros casos noticiados de racismo em televisão aberta —, ou estereotipar e tentar envergonhar alguém com piadas que humilham baseado em sua sexualidade, não deveriam ser observados como comportamentos aceitáveis.

Moreira (2020) trouxe o conceito do racismo recreativo como uma perspectiva para agressões diretamente relacionadas ao uso do humor. O autor construiu sua argumentação sobre como a representação simbólica de pessoas negras, no espaço do humor, tende a reproduzir estereótipos e cenas vexatórias a elementos culturais e identidades. Além disso, o autor ainda discute sobre como é complexo o processo de reconhecimento do dano gerado às vítimas em situações que, através do humor e de piadas, são construídas narrativas e falas racistas e que trazem danos psicológicos e sociais.

Moreira (2020, p.28) descreve que essa prática dificilmente é culpabilizada, pois “alegam que o incidente não deve ser classificado como racista porque o agente teve apenas a intenção de dizer algo engraçado ou produzir um efeito cômico, o que não revela hostilidade [...]”. O autor questiona se o humor racista realmente tem apenas a função de construir situações com efeito cômico ou se é uma prática que legitima estruturas hierarquizantes na política sociocultural através de algo “inofensivo”. Situações como essas são corriqueiramente repetidas em ambientes de trabalho, favorecendo o sentimento de inferioridade, dando espaço para o assédio moral e a ridicularização pública de feições, traços e aspectos identitários. Para Moreira (2020, p. 31), o racismo recreativo seria:

[...] um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma do humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos [...]. Ele contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tem uma característica especial o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo mas que protege a imagem social de pessoas brancas.

Essa prática é facilmente relacionável à vivência de outros grupos socialmente minorizados, como o caso de pessoas LGBTQIAP+. O próprio autor apresenta uma conexão conceitual, exemplificando como essa prática de discriminação velada impacta a vivência de outros grupos para além da questão racial. Visto que, o ato de ridicularizar e transformar vivências alheias em piadas também modifica a imagem coletiva e a percepção da realidade dos fatos. Essa é uma ferramenta frequentemente utilizada para desacreditar relatos de vítimas de racismo e LGBTfobia, desconsiderando a seriedade dos relatos e transformando-os em alvos de chacota em uma revitimização.

Estereótipos sociais são comumente utilizados pelo humor quando buscam construir personagens “representativos”, mas que, na realidade, apenas reproduzem o imaginário social violento e humilhante sobre pessoas LGBTQIAP+ ou não-brancas. Moreira (2020, p.59) descreve que eles não são apenas uma visão errônea sobre indivíduos; eles resultam de “uma dimensão claramente política, pois são meios de legitimação de arranjos sociais excludentes [...] são falsas generalizações sobre membros de determinados segmentos sociais. Eles podem descrever o comportamento de alguns deles, mas certamente não de todos”. Por isso, em uma violência simbólica, eles são parte de uma estratégia utilizada para a manutenção social da visão pública sobre grupos, a partir da percepção daqueles nas esferas de poder.

Para Moreira (2020), a construção dos estereótipos sociais e o enraizamento deles no imaginário social afetam os grupos minoritários em uma cadeia de processos. Inicialmente, com a criação de uma margem que limita o acesso e oportunidades sociais, servindo como base para atos discriminatórios em múltiplas variações — comportamentais, verbais, físicos, psicológicos, entre outros — e, conseqüentemente, moldando o comportamento de agentes como resultado da percepção de valor sobre as vidas, conforme discute Butler (2019).

Em um segundo momento, com a consolidação de uma percepção estigmatizada de grupos e de suas características, ocorre o florescimento da exclusão social e a percepção depreciativa de grupos, alimentando expectativas pejorativas, como, por exemplo, a relação criada entre pessoas negras e criminalidade, ou entre pessoas LGBTQIAP+ e a reprodução de

comportamentos sexuais de risco. Dessa maneira, a leitura social das massas populacionais é constituída a partir de uma série de ideias danosas sobre minorias e resulta em mais exclusão, baseada nos estigmas consolidados em gerações anteriores.

Em terceiro lugar, os próprios grupos estigmatizados e excluídos passam a internalizar os preconceitos e a reproduzir, entre si mesmos e também para outros grupos, comportamentos como atos LGBTfóbicos originados na própria comunidade LGBTQIAP+ ou de atos racistas realizados por pessoas negras. Devulsky (2021) reflete sobre como o colorismo está integrado nesse processo, sendo perpetrado tanto de brancos para negros, quanto de negros para negros, por meio da variação de tons de pele causada pela miscigenação na população brasileira. Em outras palavras, a autora reflete sobre como o racismo enraizado na sociedade se perpetua em estereótipos e percepções, até mesmo realizado por pessoas pretas de pele escura contra pessoas pretas de pele clara e vice-versa. Nessa etapa, para Moreira (2020), a questão é que, em consequência da internalização e reprodução das estruturas de segregação, os grupos minorizados acabam agindo conforme as expectativas sociais construídas sobre eles, alimentando essa cadeia de processos.

Essa concatenação social favorece a realização e naturalização de atos discriminatórios, ações públicas que ridicularizam vivências, conformação de padrões de comportamento em uma série de violências verbais, comportamentais e simbólicas que atingem minorias em todos os campos da vida. Sobre isso, o discurso de ódio, no Brasil, muitas vezes é confundido com a liberdade de expressão, como um direito constitucional de poder falar tudo sem retaliação e censura.

Butler (2021) aborda como as palavras têm peso na construção da sociedade e seus impactos na vida. A autora defende que o insulto marca a psique, discutindo que um dos primeiros contatos com a injúria, através da língua, que se pode ter contato é a noção de ser chamado de algo. Reforçando que “[...] uma pessoa não está simplesmente restrita ao nome pelo qual é chamada. Ao ser chamada de algo injurioso, ela é menosprezada e humilhada” (Butler, 2021, p. 13). Para Butler (2021), há um poder nas palavras e certas formas de organizá-las que não apenas ameaçam o corpo e o bem-estar físico, mas causam diferentes impactos com base em termos, ameaças e diferentes meios de comunicação.

Trindade (2022, p. 11), por sua vez, entende o discurso de ódio como as “manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social, em função de características como gênero,

orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe”. O autor articula o conceito com a dinâmica da liberdade de expressão que é defendida por grupos extremistas como justificativa para expor pensamentos danosos a outras pessoas. Trindade (2022), entende que a liberdade de expressão é uma importante ferramenta para a democracia, pela sua capacidade de empoderamento individual e coletivo. No entanto, não pode ser desconsiderado que, essa mesma liberdade não isenta a responsabilidade pelo que é falado ou escrito, ao se considerar as normas sociais e o ordenamento jurídico do país.

O autor trabalha com a temática atrelada ao campo virtual, entendendo como é o comportamento dos discursos de ódio nas redes sociais e seus impactos na vida de pessoas para além do âmbito digital. Embora esta dissertação tenha enfoque no espaço físico e, por isso, os ataques digitais não sejam parte do escopo estudado, cabe destacar que as redes sociais e as mídias digitais são importantes ferramentas na sociedade contemporânea, dado seu poder de conexão de grupos e de disseminação de conteúdo.

Trindade (2022) argumenta que redes como o *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* têm sido amplamente utilizadas como base para disseminar desinformação e ódio contra minorias. Ele elenca os principais contextos em que esses ataques acontecem: movimentos discriminatórios contra mulheres, principalmente as negras; discursos fundamentados em homofobia; divulgação de notícias falsas que atrelam pessoas LGBTQIAP+ a ações políticas; ataques direcionados a populações marginalizadas, como imigrantes, indígenas e quilombolas. O autor ainda alerta que um dos principais problemas da naturalização de comportamentos odiosos e de discursos violentos nas redes sociais é que “à medida que a sociedade passa a aceitá-los como algo normal e inevitável, perde-se completamente a capacidade de se indignar contra eles” (Trindade, 2022, p. 16).

Outro ponto destacado pelo autor é que, embora os ataques e ações em questão sejam realizados no meio virtual, eles resultam em danos na vida das pessoas fora do espaço digital. Seja pelo reconhecimento público, pela sensação de insegurança ou pela impotência, os danos extrapolam a barreira para o mundo físico. Ele ainda defende que há uma agenda política e econômica afiliada ao ódio, trazendo estudos que pontuam como as plataformas e redes sociais conseguem auferir lucros com base em públicos que propagam ódio (Trindade, 2022).

Por outro lado, Gomes, Reis e Kurashige (2013) estudam sobre diferentes contextos de violência LGBTfóbica, defendendo que, à medida que a sexualidade humana construiu a norma pautada na heterossexualidade, todos que divergem dessa regra têm suas práticas

afetivas e sexuais invisibilizadas, cercadas de preconceitos e por estereótipos. Esses, por sua vez, têm bases amparadas em desinformação, notícias falsas (muito disseminadas nas redes sociais), no conservadorismo, no moralismo, no fundamentalismo religioso e no extremismo político.

Os autores constroem sua argumentação pautada nas múltiplas camadas de violência que pessoas LGBTQIAP+ estão pré-dispostas a vivenciar, trazendo novamente a prática dos estereótipos como um dos mecanismos sociais que mais favorecem a naturalização da violência. Isso ocorre porque “o ato de estereotipar acaba assim criando uma categoria social, no caso dos homossexuais, altamente estigmatizados, reduzindo-os a uma pessoa defeituosa e inferior” (Gomes, Reis e Kurashige, 2013, p.33).

Nesse caso, como a norma é ser heterossexual, ao desviar da regra, a pessoa se torna vulnerável a injustiças físicas, verbais e simbólicas, a partir de uma ótica pré-concebida e preconceituosa, em uma perspectiva cisheterossexista, que transforma a existência homossexual em algo patológico e altamente cercada por tabus. Além disso, pode haver uma sobreposição de violências não apenas pela orientação sexual, mas também por comportamentos, modos de vestir, agir e traços físicos que fujam à hegemonia dos papéis de gênero que estão conectados ao binarismo do que é ser homem e do que é ser mulher. Ademais, defendem que “diferente de ser um preconceito velado como acontece contra outras minorias sociais, o preconceito contra os homossexuais é, em geral, declarado, legitimando e desencadeando violências físicas e psíquicas contra essa população¹⁷” (Gomes, Reis e Kurashige, 2013, p.36).

Já Efrem Filho (2016), para além do entendimento de como pessoas LGBTQIAP+ estão expostas a violências, o autor acrescenta como o comportamento dos atos de ódio LGBTfóbicos é relacionado com a brutalidade. Sua linha de raciocínio conecta que os níveis da crueldade aplicada são uma das formas que auxiliam a discernir quando os crimes são motivados pelo ódio. Além disso, defende que, se apenas ela não exime a conexão clara entre a fundamentação e a ação, também se pode observar a relação entre a brutalização dos corpos de maneira simbólica.

¹⁷ Cabe destacar aqui de que o artigo dos autores traz maior ênfase na discussão sobre a homossexualidade; por isso, seu discurso utiliza como exemplo a experiência de pessoas homossexuais. No entanto, compreende-se que, embora existam particularidades direcionadas aos diferentes integrantes da comunidade, principalmente em um trabalho que observe a partir da interseccionalidade, entende-se que há uma uniformidade no tratamento de pessoas LGBTQIAP+ quando se fala sobre a vivência diante do preconceito.

O autor destaca não apenas a brutalidade dos casos em relação à quantidade de golpes ou armas e ações com requintes de crueldade em crimes hediondos, mas também em relação ao sexo, trazendo exemplos como “o golpe de faca peixeira no ânus, a morte antecedida pelo estupro, o pênis decepado e enfiado na boca” (Efrem Filho, 2016, p.329). Sobre o estupro há uma particularidade quando se observa essa agressão em relação a pessoas LGBTQIAP+, entendido como um ato que visa impor uma correção e readequação à norma cisheterossexual; o estupro corretivo é um ato de ódio direcionado, majoritariamente, a mulheres cisgêneras lésbicas, pessoas não-binárias e homens transgêneros.

Oliveira (2017) destaca que essa prática, voltada principalmente contra pessoas que tenham vagina, é utilizada como forma de controle por aqueles que se acham no direito de “corrigir” o comportamento daqueles que não se adequam à ordem cisgênera e heterossexual. Há recorrência de casos que ocorrem de maneira grupal e repetitiva contra mulheres lésbicas, pessoas não-binárias e homens transgêneros, como uma forma de reforçar que o “correto” e única opção possível seria a prática sexual entre homens e mulheres, o que se reflete também no binarismo de genitálias.

Vasconcelos *et al.* (2023) destacam que as chances de pessoas LGBTQIAP+ sofrerem violências sexuais são quase cinco vezes maiores em comparação a pessoas heterossexuais. No caso de homens homossexuais e bissexuais, a diferença atinge o patamar de oito vezes mais em relação aos heterossexuais, enquanto que no caso de mulheres, a diferença é de quatro vezes na comparação. Sobre essa dissonância, cabe destacar que não significa que homens homossexuais e bissexuais estão mais expostos ao estupro do que mulheres lésbicas e bissexuais. Na verdade, as mulheres são o principal alvo deste tipo de violência em particular; apenas não há uma diferença maior ao se comparar com as mulheres heterossexuais porque elas também são vítimas frequentes. Já homens heterossexuais são o grupo social com menor ocorrência de violências sexuais, por isso há uma maior diferenciação ao se comparar com as experiências daqueles que são parte da comunidade LGBTQIAP+.

Além disso, Vasconcelos *et al.* (2023) reforçam que, para qualquer tipo de violência, seja ela física, psicológica ou sexual, existem pelo menos o dobro de chances de vitimização ao ser uma pessoa da comunidade LGBTQIAP+ em comparação à experiência de pessoas heterossexuais.

Assim como outras práticas de ódio contra pessoas LGBTQIAP+, há uma clara mensagem construída por trás de atos como agressões físicas e sexuais: ninguém está seguro

se viver de acordo com sua verdade, podendo ser a próxima vítima e ter um fim semelhante. Essa questão está muito presente na maneira como os casos de crimes de ódio são publicizados nas grandes mídias, favorecendo a instauração de uma política do medo. Conforme Oliveira (2017, p.55) aponta, “os momentos de terror vividos e vivenciados pela vítima parecem visar à disseminação de uma cultura do medo, reforçando a conduta de obediência à norma heterossexual”.

1.3. FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA: TERRITÓRIOS, SOBREVIVÊNCIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ALINHADA AO MEDO

*“No one mourns the wicked. No one cries: they won't return! No one lays a lily on their grave [...] And goodness knows, the wicked die alone. It just shows, when you're wicked, you're left only on your own”*¹⁸ (Schwartz, 2003). Assim como retratado na canção de abertura do musical *Wicked*, o medo pelo diferente justificou o isolamento e o tratamento hostil com a protagonista Elphaba. Ela, por ter características físicas destoantes do comum, foi considerada como alguém passível de desprezo e destrato na sociedade do universo fantástico de Oz. A própria maneira de referir-se à personagem, ao chamá-la de ímpia/imoral (em uma tradução livre do termo *wicked*), retrata a segregação imposta e a maneira como os outros a tratavam. Ao fim do primeiro ato do musical, os antagonistas utilizam-se de notícias falsas e da manipulação das massas, através das grandes mídias, para torná-la uma vilã pública.

A representatividade construída na figura da Elphaba e sua jornada como errante e vítima da violência de ódio, serve como alusão às estruturas segregacionistas da sociedade e ao uso do medo como ferramenta de controle vinculado aos interesses políticos e econômicos. O medo é um combustível valioso que pode ser utilizado para justificar a adoção de mecanismos de proteção individual, independente dos impactos que gerem em microescala.

Andrade (2011) defende que as estratégias de afastamento utilizadas na arquitetura estão cada vez mais rígidas, refletindo a lógica de segregação presente na sociedade contemporânea. Nas cidades brasileiras, não é difícil encontrar a utilização de elementos como muros altos, cercas elétricas, arames farpados, vigilâncias armadas e ostensivas, espetos em gradis, entre outros; como as estratégias de proteção mais representativas. No entanto,

¹⁸ Em tradução livre “Ninguém chora pelos imorais. Ninguém chora por eles: eles não voltarão! Ninguém deixa um lírio em suas covas [...] A bondade sabe que os imorais morrem sozinhos. Isso só mostra que, quando você é imoral, você fica apenas por conta própria”.

essas estruturas, ao mesmo tempo que fornecem uma maior percepção de segurança para aqueles que estão no ambiente interno, contribuem para a consolidação de um ciclo de exclusão e isolamento no ambiente público.

Dias e Jesus (2019) abordam como a mercantilização do medo fornece o subsídio necessário para que as estratégias hostis ganhem espaço e se fortaleçam como respostas positivas para a população. No entanto, quanto mais rígidos são os mecanismos utilizados para criar a separação entre espaço público e privado, maior será a percepção de medo ao estar nas ruas. Consequentemente, a atmosfera de insegurança se consolida e favorece a criação de novas estratégias ainda mais rígidas em um processo que se retroalimenta continuamente, dando espaço para a propagação de novos casos de violência. O que, segundo Miranda e Van Nes (2020, p.2, tradução livre), “afeta a maneira que as pessoas acessam as facilidades urbanas por limitar quantas vezes elas saem de casa, por limitar sua escolha de transporte, limitar a escolha de rotas para seus destinos e até mesmo resultar na renúncia de atividades desejadas¹⁹”.

Entende-se que a produção arquitetônica e urbanística fundamentada pelo medo e pela segregação não é diretamente voltada à marginalização e exclusão de pessoas LGBTQIAP+. Porém, há uma conexão mais clara quando se discute a questão de gênero, raça/cor de pele e classe econômica. Itikawa (2021, p.99) destaca que “as variáveis raça e classe seriam determinantes porque as nuances de opressão, a lógica punitivista, o controle dos corpos, a divisão racial do trabalho e a desumanização da mulher seriam desproporcionalmente mais intensos sobre negras e negros”.

Rampasi e Oldoni (2020) defendem que o estereótipo da relação entre os mais pobres e a violência urbana é uma das principais bases que fortalecem a propagação da arquitetura hostil. Visto que o asco em relação à condição do outro é um fator que dá subsídio à aversão social e a desumanização, favorecendo a criação de uma arquitetura e urbanismo que desconsideram o direito coletivo à cidade. Além disso, com a produção do espaço estando atrelada ao medo, há um impacto maior na vivência daqueles que estão fora da hegemonia dos padrões, bem como daqueles que são socialmente lidos como potencialmente criminosos, como é algo direcionado e imposto a populações não-brancas.

¹⁹ A citação, na íntegra: “it affects the way people access opportunities by limiting the times that they go outside, limiting their choice of transportation, limiting the choice of routes to destinations, and may even result in them renouncing desired activities”.

Sendo assim, o favorecimento de uma arquitetura e urbanismo fundamentados no medo, traz prejuízos diretos às minorias sociais. Não apenas pela sua maior exposição a riscos, mas também pela criação de barreiras que geram outra camada de dificuldade no caso de situações de risco e emergências. Em outras palavras, há o favorecimento de situações hostis acontecerem em consequência do arranjo espacial, da presença de elementos de infraestrutura, do policiamento e vigilâncias particulares; assim como dificulta para as pessoas nos ambientes internos e “seguros”, perceberem situações de risco e auxiliarem vítimas de violências motivadas por ódio no espaço urbano.

Trabalhos como a cartilha *Porque a rua dá medo?*, desenvolvida pelo coletivo Micropolis (2016) para o projeto Urbe Urge, apresentam uma série de elementos do espaço urbano que contribuem para a propagação do medo. Eles são: i) a circulação de automóveis em maior número que a de pedestres; ii) a presença de atividades que não geram movimentação e uso nas calçadas; iii) má qualidade ou má distribuição da iluminação pública, sem considerar a escala humana; iv) a pouca diversidade de usos do solo e o não funcionamento noturno de atividades comerciais ou de serviço, tornando ruas inóspitas; v) fachadas mortas e sem conexões com a rua, criando corredores hostis para os pedestres; vi) equipamentos públicos pouco interligados com o espaço urbano; vii) lotes ociosos e murados; viii) usos nos térreos sem conexões com a rua.

Nesse cenário, Pedrazzini (2006) apresenta o conceito do urbanismo do medo como o modo de planejamento urbano que maneja e isola populações ou regiões entendidas como perigosas. Assim, consolidam-se espaços urbanos produzidos a partir de uma ótica de controle e segurança, em detrimento da inclusão social e da interação entre diferentes grupos. O autor articula como essa produção está relacionada a questões como: a expansão e popularização de condomínios horizontais fechados, a intensificação dos mecanismos de vigilância formal, a segregação espacial e as modificações e reconfigurações da paisagem urbana.

Para o autor, o uso da vigilância intensificada foi popularizada nos grandes centros urbanos em consequência do medo ante a violência cada vez mais corriqueira no imaginário popular. Com a justificativa da necessidade de se proteger, elementos como câmeras de segurança, cercas elétricas, vigilância ostensiva e outras tecnologias, têm se popularizado e instaurado uma nova perspectiva na percepção das ruas, contribuindo para o medo generalizado. Ainda segundo Pedrazzini (2006), há também a formação de áreas urbanas com uma clara delimitação e segregação espacial entre grupos, principalmente ao se observar o

indicador de renda. O que, como consequência, contribui para a mudança da paisagem urbana, consolidando uma agenda do medo representada em estratégias de fortificação arquitetônica, maior presença de policiamento e tensão entre grupos, dificultando as interações sociais.

Na obra *Confiança e medo na cidade*, Bauman (2009), reflete sobre como o medo aos outros impacta as relações sociais. O autor apresenta o conceito da mixofobia, como uma aversão extrema aos “outros”, trazendo como figura de análise os imigrantes e a divergência cultural. Segundo Bauman (2009), esse medo baseia o modo como as interações sociais acontecem, favorecendo à marginalização daqueles que fogem da hegemonia e dos padrões.

Além disso, o autor também destaca que, ao vivenciar a interação com grupos distintos, há uma tendência de suspeitar do outro e de suas intenções, indo ao encontro do conceito de *blasé* social trazido por Simmel (1903). Para ele, a ação do *blasé* significa entender e interpretar as ações e traços de outros indivíduos em um espaço social, classificando-os como potencialmente seguros ou não. Ao entender o outro como um igual, há o “apagamento” dele em relação à percepção no espaço; no entanto, ao classificar alguém como potencialmente perigoso ou que poderia lhe expor a algum risco, consolida-se essa pessoa como um alvo que necessita de monitoramento coletivo.

Esse princípio se conecta ao que Marques, Castello e Bichir (2012) descrevem como a homofilia nas redes sociais. Os autores observaram os diferentes padrões de conexões e interações sociais em contextos socioeconômicos distintos para observar a maneira que se dão as conexões interpessoais e se elas são afetadas por fatores externos. Eles apresentam a homofilia como as relações pautadas na igualdade de fatores identitários, como gênero, raça/cor de pele, entre outros; mostrando que esse conceito pode ser aplicado para observar a maneira como as conexões se constroem com base no fortalecimento de um grupo. Utilizando a homofilia como ótica, torna-se possível entender até que ponto as conexões sociais de um grupo são mantidas entre os próprios integrantes. Em outras palavras, viabiliza o destaque da diversidade e da capacidade de interação social entre pontos distintos da hierarquia social em uma rede de conexões interpessoais.

Há também a possibilidade de entender o alcance que essas redes apresentam, com uma variação na intensidade do localismo. Ele é expresso pela proporção de indivíduos da rede social que habitam o mesmo local da pessoa entrevistada/estudada. É um conceito que auxilia a caracterizar os padrões de interação e sua complexidade em relação ao espaço físico,

constituindo diferentes opções (Marques, Castello e Bichir, 2012). Podem apresentar situações como:

- I. **Redes hi:** aquelas com interações sociais mais diversificadas, tendo menor grau de homofilia, apresentando também maior abrangência espacial e com menos influência do localismo;
- II. **Redes HI:** aquelas com interações sociais menos diversificadas, com maior grau de homofilia, apresentando também maior localismo e, conseqüentemente, mais proximidade espacial entre os indivíduos.
- III. **Redes hI:** aquelas com maior diversificação de grupos, mas, ao mesmo tempo, com pouca abrangência espacial;
- IV. **Redes Hi:** aquelas com pouca diversidade de indivíduos, mas, ao mesmo tempo, com maior abrangência espacial.

Observar como se desenvolvem as conexões sociais ao se estudar sobre minorias sociais é uma maneira de evidenciar os impactos das opressões estruturais impostas. Peret (2010, p. 65) contextualiza sobre a sociabilização LGBTQIAP+, destacando que ela é impactada por questões como “os olhares, as atitudes veladas, os comentários, a violência física e verbal, as tomadas de decisão que atrapalham, minam e enfraquecem as condições de vida mais primárias”. E ainda questiona quantas pessoas LGBTQIAP+ têm a possibilidade de se expressar em público a respeito de sua afetividade com a mesma liberdade e naturalidade que as pessoas heterossexuais têm.

Peret (2010) reflete sobre o conceito de *Geborgenheit*, palavra alemã trazida ao Brasil pelo pesquisador Simon Dutta. Esse termo pode ser traduzido de maneira livre como a sensação de segurança ou proteção. No entanto, segundo Peret (2010), não seria algo limitado exclusivamente à ausência de perigo ou de algum tipo de risco. O autor descreve que *Geborgenheit* envolve não apenas o caráter objetivo, mas apropriando-se também de um sentimento subjetivo da segurança, transcrevendo não apenas o fator prático, mas também a relação entre o sujeito e o ambiente.

Para Peret (2010), ao referir-se a pessoas LGBTQIAP+, essa sensação de aconchego não englobaria apenas a percepção de estar em segurança ante perigos com a violência discriminatória e de ódio, mas também com a sensação de estar e ser socialmente aceito, com a possibilidade de livre expressão no lugar. Para o autor, essa percepção acontece de duas

maneiras: i) temporalmente, sendo entendida como situações e contextos específicos que reúnem maiores aglomerações de pessoas LGBTQIAP+, como eventos culturais, paradas do orgulho, entre outros; ii) espacialmente, sendo entendidos como os locais que ou são criados especificamente para esse público em questão, ou aqueles que são apropriados e se tornam seguros para a socialização.

Costa e Bernardes (2021) também estudam sobre a sociabilização e o lazer LGBTQIAP+, tendo a cidade de Presidente Prudente-SP como objeto. Os autores destacam como a apropriação do espaço urbano é fundamental para a configuração de espaços acolhedores à população LGBTQIAP+, descrevendo como a presença de espaços de convivência e interação para grupos homoafetivos reflete suas identidades e perspectivas sociais, fortalecendo a cultura de resistência e orgulho para expressões afetivas fora da cisheteronormatividade.

Para os autores, é perceptível a dicotomia entre segregação e inclusão que se reflete no espaço público. Embora existam lugares onde pessoas LGBTQIAP+ possam explorar com conforto e liberdade sua afetividade, há uma segregação clara ao se observar a relação desses espaços para com a cidade. Sendo assim, a socialização dissidente tende a ocorrer com mais força em ambientes marginalizados e esquecidos pelo restante da sociedade cisheteronormativa.

Costa e Bernardes (2021) ainda destacam o papel crucial das redes sociais e das mídias digitais de modo geral na mobilização e organização do público dissidente para a ocupação de espaços públicos. Segundo os autores, além de servirem como mecanismos de denúncia e de comunicação sobre a seguridade, as redes e mídias digitais auxiliam a promover encontros que reforçam a visibilidade e identidade do grupo, como as paradas do orgulho.

Cabe destacar que esses espaços, embora estejam sendo descritos e reafirmados apenas como pró-LGBTQIAP+, são referências de acolhimento para um público maior. No entanto, as referências utilizadas dão maior ênfase a um grupo específico. Mas, em uma perspectiva interseccional, visto que não dá para se desconsiderar a sobreposição entre raça/cor de pele, gênero e orientação sexual dos frequentadores, entende-se que há a presença de pessoas que fluem entre minorias nos indicadores comentados. Em outras palavras, embora aqui sejam classificados como pró-LGBTQIAP+, também favorecem a presença de grupos

raciais marginalizados, assim como de mulheres cisgêneras²⁰ como resultado de uma miscigenação de grupos e do reconhecimento de suas vivências segregadas. Essa questão, também acaba por desencadear atritos internos devido a divergências identitárias, que surgem a partir de uma sobreposição de territorialidade e da busca pelo reconhecimento social, evidenciando também as lutas particulares pelo combate a estigmas e preconceitos.

Tendo João Pessoa como objeto de estudo, Martins, Fernandes Filho e Barros (2020) apontaram para a configuração de um cenário semelhante. Segundo os autores, o lazer LGBTQIAP+ em João Pessoa está condicionado a poucos espaços que possibilitam maior sensação de liberdade e segurança para expressar suas afetividades e identidades. Através de um questionário público, buscaram mapear quais eram os lugares de referência ao se pensar em liberdade e lazer, resultando no apontamento de alguns territórios dispersos na mancha urbana da cidade, majoritariamente polarizados em três regiões. Elas são:

- I. **Centro Histórico (CH):** foram citados tanto espaços públicos quanto privados, englobando bares, boates e praças. Dentre os espaços públicos cabe citar: Largo São Frei Pedro Gonçalves, notadamente uma das centralidades do lazer na escala da cidade, Praça Antenor Navarro, Praça Barão do Rio Branco (popularmente conhecida como Praça do Sabadinho Bom ou Praça do Chorinho); Parque Solon de Lucena;
- II. **Orla entre os bairros Cabo Branco e Manaíra:** também foram citados tanto espaços públicos quanto privados, com maior concentração de bares e boates, mencionando também *shoppings centers*. As praias dos bairros Cabo Branco, Tambaú e Manaíra também se destacaram;
- III. **Espaços de Lazer na Zona Sul:** também foram citados tanto espaços públicos quanto privados, com destaque para os *shoppings centers* e bares em bairros como Castelo Branco e Bancários. Dentre os espaços públicos, o principal a ser citado é a Praça da Paz, notadamente uma das centralidades do lazer na escala da cidade.

Em uma perspectiva geral, percebe-se que os principais trechos da cidade que são entendidos como núcleos do lazer LGBTQIAP+ em João Pessoa estão atrelados a locais

²⁰ Aqui foi pontuado com maior ênfase apenas o grupo de mulheres cis para o indicativo de gênero, por considerar que travestis, pessoas transgêneras, não-binárias e/ou com expressões de gênero fluidas, seriam automaticamente integrantes da população LGBTQIAP+, tornando-se redundante. Entende-se, no entanto, que mulheres cisgêneras podem também ser parte da comunidade, em questão de sua orientação sexual, mas o trecho em questão referia-se a experiências de mulheres cisgêneras e heterossexuais.

financeiramente acessíveis. De modo geral, configuram-se como fontes de lazer com baixo ou nenhum custo envolvido para que seja possível desfrutar de sua infraestrutura, cabendo o destaque para lugares como praças, parques e a praia. Além disso, são de fácil acesso por múltiplos modais de transporte, promovendo que grandes grupos estejam presentes.

Outro ponto a se destacar é que também são caracterizados pela relação com o lazer noturno e espaços que promovam a possibilidade do consumo de álcool. A apropriação dos espaços frequentados por pessoas LGBTQIAP+ tem uma relação direta com a liberdade de ser, se vestir, de agir e de expressar o afeto sem o medo de represálias (Peret, 2010; Martins, Fernandes Filho e Barros, 2020). Freud (2013) aponta que uma questão destacável no comportamento humano é a validação pelo grupo, ou seja, a sensação de pertencimento e de acolhimento mediante os demais que circundam. Esse é um tema central na liberdade, uma vez que, em espaços frequentados por múltiplos grupos, a incerteza de reação ante sua identidade é maior e, pode favorecer a uma retração comportamental.

No entanto, ao estar inserido em um contexto onde o grupo compartilha características e pensamentos, há uma tendência de explorar com mais conforto as interações e os limites da identidade. Nesse contexto, o consumo do álcool também tem um impacto direto, uma vez que, segundo Sayette *et al.* (2012) e Sayette (2017), as bebidas atuam diretamente nos neurotransmissores vinculados ao processamento cognitivo, influenciando o humor por afetar diretamente a capacidade emocional e os comportamentos sociais.

Sayette *et al.* (2012) pontuam que, em situações sociais, a ingestão de bebidas alcoólicas pode favorecer comportamentos benéficos, facilitando a ocorrência de sorrisos, interações e um reforço positivo para a socialização. Além disso, também pode reduzir a ansiedade social e favorecer habilidades de comunicação/interação, especialmente em indivíduos com maior retração.

Sayette (2017) destaca que os efeitos do consumo do álcool na questão emocional não está exclusivamente relacionada com a maneira que o corpo processa, mas também no contexto social, podendo promover maior facilidade de interação. Silva e Godinho (2025, p.11), argumentam que o álcool promove uma diminuição no controle emocional e capacidade de julgamento. Por isso, defendem que ele é “um agente de mudança comportamental significativo, com efeitos que variam desde a desinibição e impulsividade até a modificação de traços de personalidade e prejuízos sociais”.

Sendo assim, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas pode estar relacionado a uma diversa gama de experimentações e comportamentos sociais, fluindo desde uma maior desinibição até atos agressivos ou violentos (Silva e Godinho, 2025). Esse é um ponto que pode ser influenciado, principalmente, em um contexto socioespacial que envolva múltiplos grupos distintos e com divergências identitárias. Ambientes de lazer financeiramente acessíveis destacam-se nessa conjuntura por democratizar o acesso a múltiplas camadas populacionais e, por isso, tendem a ser frequentados por diversos grupos.

Em outras palavras, através de uma validação coletiva — mesmo que direcionada para comportamentos de ódio e visões preconceituosas —, um potencial agressor pode se sentir mais confortável em perpetrar uma violência em suas múltiplas ordens, pela combinação entre a validação de outros que tenham pensamento igual e o consumo elevado do álcool (Freud, 2013; Sayette, 2017; Silva e Godinho, 2025).

Nesse contexto, a apropriação de públicos distintos em um mesmo espaço, pode favorecer à segregação e territorialização para que não se sobreponham áreas de interesse e sejam gerados conflitos. Costa e Bernardes (2021) apropriam-se do conceito de território, definindo-o como os espaços que, de alguma maneira, foram apropriados e demarcados por um grupo social específico e, por isso, refletem suas particularidades identitárias, práticas sociais e relações de poder. Os autores reforçam que a apropriação de um espaço para que ele venha a se tornar um território é um processo ativo. Ele envolve a construção de significados e percepções acerca da configuração do espaço e de suas possibilidades de uso, tornando possível a criação de vínculos afetivos e o senso de pertencimento para os usuários para que, ao fim, reivindiquem-se direitos sobre o próprio espaço físico como um lugar que representa o grupo social.

A perspectiva da construção de vínculos e do senso de pertencimento para configurar uma visão específica sobre o espaço corrobora com o que Augé (2007) define como lugar. Os não-lugares, segundo o autor, representam os espaços intercambiáveis onde os seres humanos permanecem sem identificação e conexões profundas, servindo apenas como um espaço físico para comportar necessidades e atividades. Os lugares, para Augé (2007) seriam aqueles que estão diretamente relacionados com a afetividade e a construção de vínculos entre o usuário e o espaço físico, através de apropriações e da conformação de territórios.

Por isso, a criação e consolidação de um território são processos altamente voláteis e refletem as lógicas das relações de poder. Em uma constante fluidez, o espaço físico pode ser

territorializado por diferentes grupos, em diferentes momentos, refletindo suas práticas e identidades através da resignificação. A presença de pessoas LGBTQIAP+ no espaço, com liberdade e expressividade de afetos, ao mesmo tempo em que constitui uma ação de resistência às regras e imposições da sociedade cisheteronormativa, também pode favorecer o acontecimento de conflitos com outros grupos pelo esforço de rompimento com a lógica hierarquizante da sociedade. Além disso, Costa e Bernardes (2021) defendem que o território também é um espaço de convivência que permite a interação social dos grupos e a formação de comunidades unidas através de redes sociais constituídas pelas afinidades e experiências compartilhadas.

Já Serpa (2021), entende que o território não existe apenas em uma dimensão social constituída pela interação entre o grupo e o espaço. O autor destaca que também há influência de aspectos culturais, simbólicos, existenciais, entre outros. Ele ressalta que, tradicionalmente, o território é compreendido a partir de uma dimensão política, ligando-o diretamente à ideia de controle sobre o espaço, através de uma expressão de autoridade, quer seja legítima ou não. Defende como a configuração de territórios apresenta também uma relação com a criação de barreiras e limites para diferentes grupos sociais, refletindo as lógicas de segregação presentes na sociedade.

Para ele, essas barreiras e limites não são, necessariamente, elementos físicos, podendo ser entendidos e representados através de aspectos simbólicos que influenciam a apropriação do espaço e a interação social. Neste tópico, cabe citar a relação estreita com a arte urbana como elemento de destaque para a caracterização das relações de afetividade e a demarcação de limites para grupos socialmente marginalizados, englobando tanto vivências de raças não-brancas, quanto de pessoas LGBTQIAP+ (Serpa, 2021).

O autor também aborda como se dá o processo de influência das interações entre o capital cultural/econômico na construção e consolidação de territórios. Serpa (2021) construiu sua argumentação com base na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, defendendo que o capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, experiências e educação que um indivíduo ou grupo possui. Sendo esses elementos capazes de influenciar em questões como o status social e oportunidades na sociedade, com base na hierarquia existente. Assim como o capital econômico, ou seja, o dinheiro, é um tipo de capital possível de ser utilizado para a obtenção de vantagens sociais e culturais.

Serpa (2021) pontua que o capital cultural é um fator que pode contribuir para a segregação no espaço público, visto que a presença de barreiras socioculturais e econômicas, resultantes da distribuição desigual de capitais, influenciam como os diferentes grupos sociais irão se apropriar do espaço urbano e de como interagem entre si e com o próprio território. Além disso, como o capital cultural está relacionado com a formação de identidades sociais, grupos que possuem maior capital podem ter acesso e usufruir os espaços públicos de maneiras diferentes, resultando no reforço das desigualdades e da segregação.

Essa relação impacta diretamente na produção do espaço propriamente dita, pois, conforme Carlos (2007) descreve, ela é baseada nas interações dos grupos e seus interesses, sejam eles de ordem política, econômica ou social. Lefebvre (2001) argumenta que a produção social do espaço se propõe a ser neutra e fora do controle dos grupos. No entanto, é um processo parcial que reproduz a estrutura de controle com base na motivação dos interesses individuais dos grupos dominantes. Consequentemente, o contexto de disputa e territorialização se consolida em uma mecânica que garante o mínimo de acesso a espaços seguros.

Tanto Costa e Bernardes (2021) quanto Serpa (2021) observam o espaço e a sua segmentação não apenas pelos territórios, mas também a partir da microterritorialização. Inicialmente, segundo Costa e Bernardes (2021), os microterritórios seriam entendidos como espaços específicos que foram apropriados por grupos sociais em uma escala reduzida, servindo como palco para suas manifestações identitárias, práticas culturais e relações interpessoais. Em seu estudo realizado em Presidente Prudente-SP, os autores observaram o processo e a configuração das microterritorialidades homoafetivas; para eles, o microterritório é visto não apenas como uma delimitação física, mas também como um espaço social onde se expressam as dinâmicas de convivência, resistência e visibilidade.

Costa e Bernardes (2021) destacam questões sobre essa dinâmica: i) identidade: a microterritorialidade permite que comunidades que compartilhem das mesmas experiências e vivências construam redes de apoio e solidariedade, com maior liberdade para a expressão de suas identidades; ii) apropriação: envolve a ocupação e transformação de espaços urbanos em locais pontuais de encontro que viabilizam a sociabilização com menos interferências de outros grupos com experiências de vida divergentes; iii) resistência: a criação e consolidação de microterritórios voltados para públicos dissidentes pode ser entendida como um ato de resistência contra a marginalização e a opressão social, garantindo a visibilidade para a luta

pelo reconhecimento e pela garantia de direitos, sejam de ordem racial, sexual, de gênero ou de orientação sexual; iv) interação: embora as microterritorialidades tragam uma sensação de maior segurança e liberdade para a exploração identitária, com a sobreposição temporal e física entre territórios de grupos distintos, elas também podem propiciar conflitos e tensões que refletem a complexidade das relações de poder; v) cultura e convivência: foram frequentemente encontradas relações entre cultura e territórios, evidenciando sua importante contribuição para a diversidade cultural nas cidades.

Serpa (2021) fala sobre a microterritorialidade como uma forma de olhar o território no espaço urbano, considerando-a uma escala de análise mais específica. Isso permite entender melhor como as dinâmicas sociais acontecem e como diferentes grupos interagem nos espaços públicos. Ainda segundo o autor, a microterritorialidade também está relacionada com as estratégias de apropriação pelos diferentes grupos. Sendo uma abordagem que compreende uma maior plasticidade. Para Serpa (2021), os microterritórios são mais móveis que os territórios em si, pois eles podem ser moldados e alterados conforme as interações e práticas, com uma maior fluidez e facilidade, dada sua escala. O que, por sua vez, indica uma dinâmica de constante transformação e reconfiguração nos espaços urbanos.

Outro ponto abordado por Serpa (2021) é que a microterritorialidade está diretamente ligada à segmentação e segregação do espaço. Como apresentam uma menor escala de influência, também terão barreiras mais sobrepostas e, com isso, podem gerar interações limitadas entre grupos, refletindo a desigualdade e a exclusão. Ao mesmo tempo, sua análise possibilita observar como as diferentes identidades sociais se manifestam e se relacionam com o espaço, como um reflexo de diferentes modos de vida e dos impactos na forma como os grupos se apropriam do ambiente em que estão inseridos.

Em síntese, a microterritorialidade é um conceito que destaca a importância da escala aproximada na construção da identidade e em suas lutas pelo reconhecimento e garantias sociais. Assim, refletindo as interações sociais e culturais que acontecem em fragmentos específicos do espaço e permitindo o mapeamento de comportamentos e ações (Costa e Bernardes, 2021; Serpa, 2021).

Para além da ideia de constituir um lugar, um território, como um espaço que reflita aspectos identitários e afinidades com a perspectiva de mundo de um grupo, para alguns, isso é uma necessidade. Assim como Perret (2010) ou Martins, Fernandes Filho e Barros (2020) apontam, ao ser uma pessoa LGBTQIAP+ — entendendo aqui também a sobreposição de

outros indicadores sociais —, existem barreiras que segregam e impedem o exercício livre da cidadania e da socialização em espaços hegemônicos e centrais das cidades. Sendo assim, ao fazer parte de um dos grupos minorizados socialmente, construir e consolidar territórios ou microterritórios são ações fundamentais para poder ter a liberdade de ser quem se é. São esforços para permanecer vivo.

A garantia de poder estar em um espaço sem o receio da violência, de poder conversar com os seus, de vestir-se como deseja e expressar seu afeto sem medo de represálias, são questões fundamentais ao se pensar no uso do espaço público para minorias. Assegurar essas possibilidades para todos é uma das questões centrais no que Lefebvre (2001) conceitua como o direito à cidade. Para o autor, esse conceito abrange duas escalas principais: i) o direito de uso, no sentido literal de poder apropriar-se do espaço urbano e vivenciá-lo sem impedimentos ou barreiras, tendo a liberdade de usufruto garantida, independentemente das características; ii) o direito à participação nos processos que envolvam o planejamento e as tomadas de decisão sobre intervenções de qualquer escala, a produção do espaço urbano e questões semelhantes, para garantir uma visão abrangente das necessidades populacionais.

Sendo assim, o direito à cidade é um conceito capaz de exprimir a síntese da relação entre produção, planejamento e uso, norteando as práticas de intervenção com base nas demandas das lutas sociais por uma cidade mais equitativa. Ele é um direito fundamentalmente coletivo, muito antes de se observá-lo por uma perspectiva de liberdade individual de acesso às bônus urbanas, ele é voltado para o exercício do poder coletivo, a fim de tornar as cidades mais democráticas e garantir os direitos a todos (Lefebvre, 2001). Sob essa perspectiva, Diógenes e Albernaz (2024, p.182) acrescentam:

Quando se defende e almeja uma cidade democrática, todos — independente de gênero, etnia, orientação sexual, deficiência ou classe — devem poder usufruir dela e influenciar seu planejamento. Entretanto, essas características citadas são bases para exclusões e violências urbanas e reafirmam como o direito à cidade pleno parece ainda longe da realidade. O gênero é apenas uma dessas categorias que identificam e diferenciam, mas uma que tem impacto em todos os cidadãos [...].

Em outras palavras, enquanto alguns utilizam-se de suas forças para conquistar e acumular capital, tendo acesso facilitado a todas as vantagens e confortos que a sociedade lhes proporciona em uma falsa percepção de merecimento; outros se empenham para conseguir o direito de sair nas ruas, tendo a certeza de que poderão voltar em segurança para casa.

2. COMPREENDENDO O ÓDIO EM MÚLTIPLAS ESCALAS: TEORIAS, MATERIAIS E MÉTODOS APLICADOS

Este capítulo apresenta o percurso pragmático, os materiais e métodos que fundamentaram a pesquisa. Em uma percepção abrangente sobre sua classificação, entende-se que houve a adoção de uma abordagem exploratória. Essa definição decorre do caráter investigativo na busca de aplicações para ferramentas já utilizadas em outros campos do conhecimento, trazendo, para a arquitetura e o urbanismo, a possibilidade de apropriação de novas maneiras de estudar fenômenos sociais.

Sendo assim, a partir de uma ótica hipotético-dedutiva, a pesquisa contribuiu para o avanço científico pelo viés teórico — com a revisão de dados e produção de materiais científicos —, e pelo viés prático — através da experimentação técnica e da apresentação de parâmetros para a utilização de ferramentas geotecnológicas em estudos urbanos. Com uma natureza aplicada, o trabalho apropriou-se de dados qualiquantitativos, proporcionando uma perspectiva mais consubstanciada sobre a interação entre aspectos do espaço físico em relação à violência discriminatória e aos crimes de ódio.

Para isso, de maneira central, utilizou-se a interpolação estimativa de densidade como ferramenta metodológica que norteou a construção do diagnóstico base do trabalho. Para compor as bases de dados da pesquisa, houve o uso de modelos urbanos e viários, além da coleta de informações em campo e acesso a portais de dados públicos. O material produzido foi representado graficamente por um conjunto cartográfico de mapas temáticos individuais.

2.1. ESTRUTURA METODOLÓGICA ADOTADA

Para atingir os objetivos, a pesquisa foi estruturada conforme as seguintes etapas: reconhecimento temático, levantamento de dados, processamento estruturado e análise relacional. Elas se distribuem da seguinte maneira:

- I. **Reconhecimento temático:** etapa voltada para a busca teórica e documental que serviu de base para as discussões presentes no trabalho. Foram acessadas publicações em cartilhas, livros, congressos, periódicos, teses e dissertações. O acesso aos trabalhos foi mediante portais como: SciELO Brasil, Periódicos UFBA, Periódicos UFRN e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Como ferramenta de acesso, foi utilizada a busca com palavras-chaves, combinando termos centrais para a pesquisa. Exemplos de

termos utilizados são: violência, LGBTfobia, mapa de calor, interpolação estimativa de densidade, entre outros. Foram acessados os portais de coletivos e Organizações Não Governamentais (ONGs) que promovem levantamentos de dados sobre a violência discriminatória no Brasil, incluindo: [ANTRA Brasil](#), [Observatório Mortes e Violências LGBTs no Brasil](#), [Portal TransRespect TGEU](#) e [Portal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#).

- II. **Levantamento de dados:** etapa voltada à coleta de informações nas três abordagens da pesquisa, conforme detalhado nas seções 2.2 a 2.4 deste trabalho.
- III. **Processamento de dados:** etapa voltada para a compilação e tratamento dos dados coletados, tanto primários quanto secundários. Foi realizada a conversão de bases alfanuméricas para dados geoespaciais vetorizados, a aplicação de ferramentas de geoprocessamento para tratamento e visualização de informações sociais espacializadas, bem como a construção dos mapas temáticos e demais elementos gráficos que apresentam as informações coletadas.
- IV. **Análise relacional:** etapa que consistiu na finalização do tratamento dos dados e na sua devida avaliação com a articulação teórica da pesquisa, relacionando as diferentes bases (sociais, físicas e geoprocessadas) entre si.

A produção deste trabalho buscou atender aos parâmetros da ciência aberta, organizando a abordagem metodológica e o percurso pragmático realizado de maneira clara e passível de reprodutibilidade. Nesse sentido, o Quadro 01 apresenta os portais que forneceram dados abertos utilizados na pesquisa e os acessos para garantir o compartilhamento das informações. Também há a indicação dos portais de referência que devem ser utilizados para o devido *download* dos softwares de código aberto utilizados para a realização do trabalho.

Quadro 01: Panorama dos principais dados públicos utilizados na pesquisa com o devido acesso digital, quando aplicável, para o download.

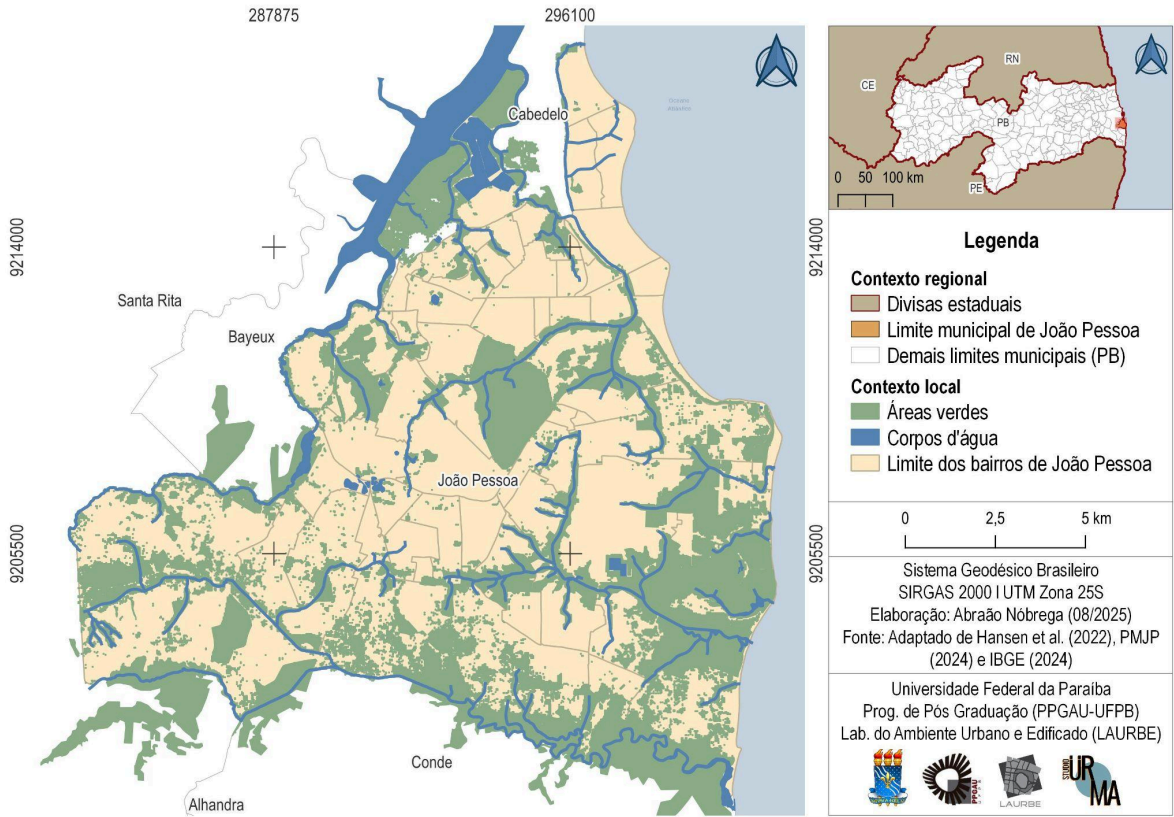
Tipo do dado / material	Aplicação na pesquisa	Acesso ao dado
Limites geográficos estaduais e municipais (dado secundário)	Utilizado como base para mapas de localização e caracterização dos objetos de estudo.	Acesso à plataforma
Limites de bairros e infraestruturas de João Pessoa (dado secundário)	Utilizado como base para mapas de caracterização dos objetos de estudo.	Acesso à plataforma
Modelo viário RCL (dado secundário)	Utilizado como base da análise angular de segmentos para validação da integração e escolha nos logradouros de João Pessoa.	Acesso à plataforma

Caracterização da cobertura vegetal	Utilizado como base em múltiplos mapas temáticos para a visualização das áreas com maior cobertura arbórea.	Acesso à plataforma
Portal de download do software Qgis	Utilizado para todos os processamentos gerais e para espacialização de todos os dados da pesquisa	Acesso à plataforma
Portal de download do software DepthMap X	Utilizado para os processamentos alinhados à teoria da Sintaxe Espacial	Acesso à plataforma

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em relação ao objeto empírico do estudo, foram adotadas duas escalas de análise. Para a primeira etapa, a cidade de João Pessoa foi integralmente considerada (Figura 01). A adoção dessa abrangência foi pensada para a disposição dos casos de violências discriminatórias e crimes de ódio mapeados através da abordagem fenomenológica e geoprocessada. Optou-se por isso porque se entendeu que seria excessivamente restritiva a determinação de bairros específicos para essa etapa, visto que, inicialmente, objetivava-se entender sobre o comportamento do fenômeno na cidade inteira.

Figura 01: Localização do objeto de estudo inicial (a cidade de João Pessoa).



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024) e IBGE (2024).

Quanto à segunda escala de análise, ela foi delimitada a partir da concentração das situações de violência que foram mapeadas através dos levantamentos em campo. Com a devida espacialização dos casos, foi realizada a interpolação estimativa de densidade — conforme explicado em detalhes na seção 2.3 —, para destacar as regiões com maior concentração de situações hostis e criminosas. Assim, foram propostos alguns recortes dispostos pela cidade, para uma avaliação mais detalhada de seus elementos físicos e caracterização das afinidades entre eles — conforme apresentado em detalhes na seção 4.2.

2.2. MÉTODOS DE ANÁLISE DOS COMPONENTES SOCIAIS

Nesta seção, são discutidas as práticas alinhadas à frente fenomenológica da pesquisa, as subdivisões e os parâmetros considerados para a delimitação e o manuseio dos dados coletados. Essa frente foi fundamental e subsidiou todo o desenvolvimento subsequente, visto que foi através dos dados sociais coletados que houve a definição dos Recortes de Estudo Principais (REPs) e de Controle (RECs), conforme será descrito na seção 2.3. Nesta frente foram propostas duas abordagens principais para a coleta de informações sobre os crimes de ódio LGBTfóbicos e/ou racistas i) questionário estruturado e ii) levantamento de dados oficiais via equipamentos públicos.

Vale salientar que esta pesquisa e, principalmente, a abordagem metodológica de coleta de dados humanos, foram devidamente avaliadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A aprovação foi recebida em agosto de 2024, podendo ser conferida através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 82115224.3.0000.5188. Com relação ao questionário estruturado propriamente dito (ver Apêndice A), ele foi composto por cinco seções, distribuídas da seguinte maneira:

- I. **Apresentação e concordância:** inicialmente, conforme o modelo solicitado pelo CEP/CCS, havia a apresentação da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele apresentava um breve desenho geral sobre a pesquisa, os objetivos, o impacto social, quais eram os riscos e benefícios, além dos esclarecimentos sobre sigilo, proteção de dados pessoais e autonomia em relação à participação na pesquisa. Com o encerramento do termo, havia a pergunta sobre a concordância em participar, alegando estar ciente dos riscos e expressando seu desejo de prosseguir. Caso a resposta fosse negativa, o questionário seria encerrado automaticamente;

- II. **Perfil social:** esta etapa foi destinada ao entendimento dos fatores sociais que caracterizavam o/a participante. Sendo assim, as perguntas eram pautadas em sua autodeclaração, entendendo-a como uma expressão absoluta de sua identidade. As questões abordavam qual seria a identidade de gênero, raça/cor da pele, orientação sexual, faixa etária e se o/a participante era ou não uma Pessoa com Deficiência (PCD). Em caso de resposta positiva para a última questão, era necessária a especificação do tipo de deficiência. Também era questionado qual a renda média e quais os principais modais de transporte utilizados para locomoção na cidade;
- III. **Percepção de segurança e medo na cidade:** esta etapa era pautada em apenas duas perguntas, mas com uma série de elementos a serem classificados. Para cada fator, o/a participante daria uma nota na escala de 1 a 4, em que 1 significava impacto nulo, 2 significava impacto baixo, 3 significava impacto médio e 4 significava impacto elevado. Na primeira questão, as notas eram baseadas em como os elementos físicos e sociais exemplificados favoreciam uma sensação de segurança ao estar na rua. Exemplos de indicadores incluíam: co-presença de pessoas nas calçadas, diversidade de usos do solo, iluminação pública, boa visibilidade ao redor, entre outros. A segunda questão, apropriou-se da mesma estrutura e escala de notas, porém voltada para o quanto o indicador estaria relacionado com a sensação de medo na rua. Exemplos incluíam: ruas desertas, presença excessiva de policiais e/ou câmeras de monitoramento, presença de pichações e/ou danos ao patrimônio, presença de esconderijos, entre outros;
- IV. **Critério de exclusão da amostra:** a quarta seção funcionaria como um balizador para os participantes, contendo apenas duas questões. A primeira tinha o objetivo de verificar se o/a voluntário/a residia na cidade de João Pessoa ou se apenas a frequentava (nesse caso, a frequência seria desprezada, servindo apenas como classificador do público). Assim, viabilizou-se a estratificação da amostra para comparação entre casos que fossem de moradores da cidade e aqueles que a frequentam, seja por motivos de trabalho, educação, lazer ou outros. A segunda questão servia como base para o encerramento da participação, dependendo dos fatores sociais e da ocorrência de violência. Visto que o foco do trabalho foi entender sobre casos de LGBTfobia e racismo, um participante que fosse, simultaneamente, um homem ou mulher cisgênero, branco/a e heterossexual, estaria impedido de prosseguir, dado que não seria parte do público-alvo. Caso o participante fosse parte do público-alvo, mas fornecesse uma resposta negativa para a questão “Você já foi vítima de algum crime de ódio em João Pessoa?” o questionário também seria encerrado;

- V. Experiências com crimes de ódio:** na última seção, o questionário era voltado exclusivamente para a classificação das diferentes tipologias de violência que se enquadrassem como crimes de ódio em relação à frequência de ocorrências. Assim, o/a participante descreveria se: nunca foi vítima daquela tipologia de violência e, em caso de resposta afirmativa, classificaria entre ter sido vítima poucas vezes, algumas vezes ou frequentemente. Essa configuração se repetia nas quatro perguntas iniciais, variando apenas a tipologia de violência entre: comportamental, verbal, física e sexual. Após isso, havia uma questão para destacar quais turnos do dia essas situações mais aconteciam, podendo marcar até duas opções. Como última pergunta, tinha-se a solicitação para descrever quais foram os lugares de João Pessoa onde o/a participante teve experiências com as violências em questão. Cabe destacar que não havia um valor mínimo ou máximo nessa resposta, podendo ser descritas todas as experiências que o/a participante julgasse válidas.

A aplicação propriamente dita aconteceu de dois modos: virtual e presencialmente. Teve duração de doze (12) meses, sendo iniciada em agosto de 2024 e encerrada em agosto de 2025 e, independentemente da modalidade de participação, foi utilizada a plataforma *Google Forms* para registro das respostas. Na versão remota, utilizou-se a rede de e-mails institucionais com o envio do link de acesso para a comunidade acadêmica. Outra estratégia adotada foi o uso de cartazes espalhados pela cidade com o convite e um QRCode que redirecionava para a plataforma de participação.

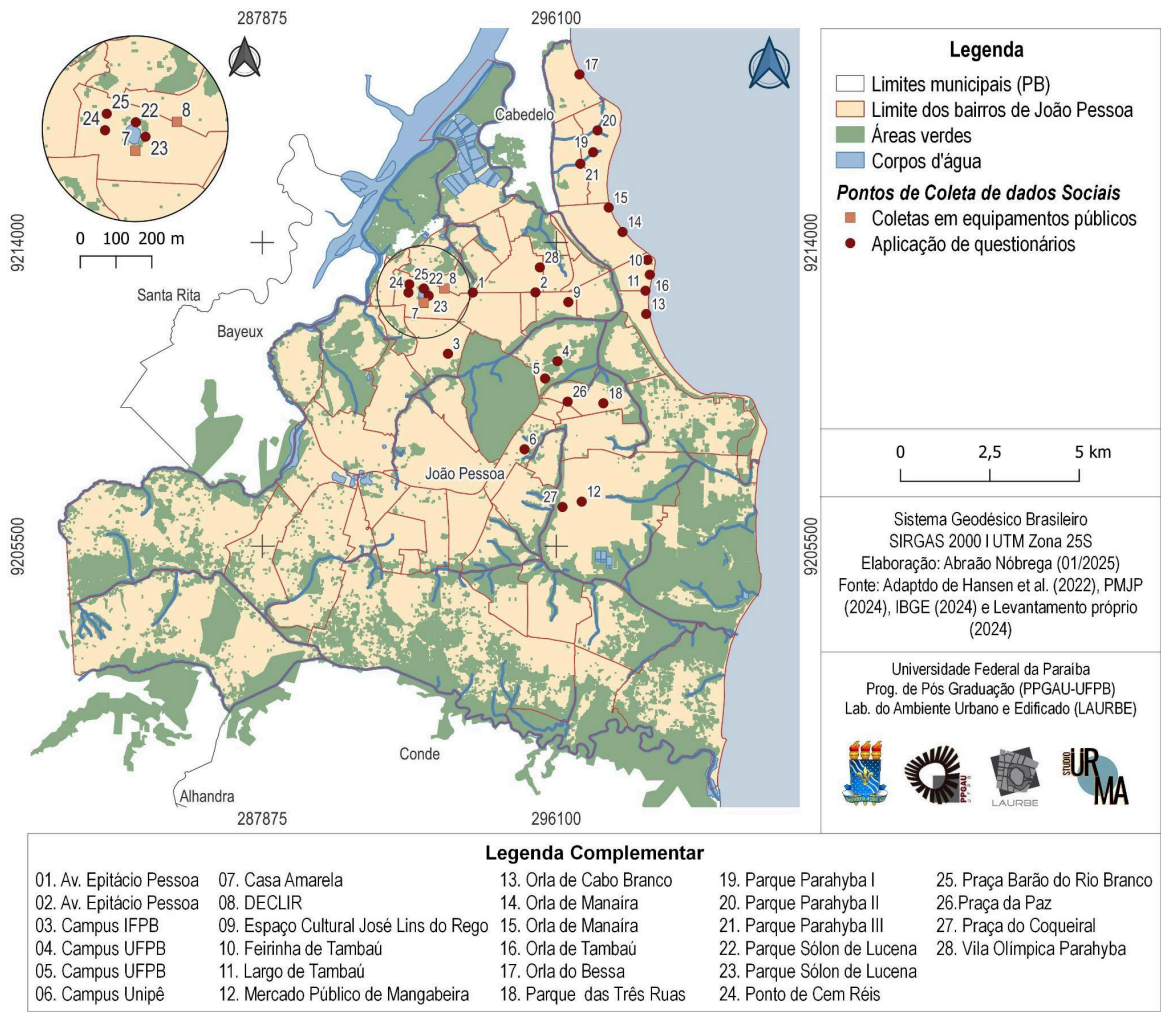
O contexto presencial considerou vinte e seis pontos de aplicação pela cidade (Figura 02), utilizando, como abordagem para o convite, a escolha aleatória de pessoas nesses lugares. A escolha desses pontos foi fundamentada na compreensão de que são espaços com intenso fluxo na escala da cidade, pois reúnem atividades de lazer, consumo, educação e/ou culturais. Por isso, considerou-se que apresentariam grandes contingentes populacionais e especulou-se que possibilitariam uma apreensão ampla de participantes, resultando assim em uma maior diversidade e representatividade para a amostra da pesquisa.

Sobre os critérios para a participação na pesquisa, havia dois mecanismos de exclusão: um geral e um específico. O geral estava relacionado à idade, sendo possível participar apenas se o/a voluntário/a fosse maior de idade, ou seja, tivesse pelo menos dezoito (18) anos. Essa definição decorreu da possibilidade de participação de públicos de múltiplos grupos, com base nas variações de arranjos dos indicadores sociais como gênero, raça/cor da pele, orientação sexual, idade e renda. Esperava-se obter dados das diferentes perspectivas de adultos nesses

arranjos e comparar a visão sobre o impacto de elementos na sensação de segurança e medo para os grupos-alvo da pesquisa, em relação à percepção de homens e mulheres cisgêneros, brancos e heterossexuais simultaneamente.

O critério específico, conforme já foi abordado, referia-se à vitimação em alguma situação que se enquadrasse como uma violência discriminatória/crime de ódio. Essa separação nas respostas possibilitou também uma segunda estratificação amostral, pois era esperado que, mesmo entre pessoas LGBTQIAP+ e não-brancas, houvesse casos de voluntários/as que não fossem vítimas. Assim, também seria possível destacar uma possível taxa de vitimação, através da relação entre o total de participantes do público-alvo e os participantes que foram vítimas.

Figura 02: Distribuição dos pontos de coleta de dados via aplicação de questionário e localização dos equipamentos públicos também utilizados como base para levantamento documental.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento em campo (2024).

Nesse contexto, com relação à amostragem populacional adotada, existe uma justificativa específica sobre os parâmetros utilizados em sua definição, visto que poderia optar-se por manter uma versão simplificada. Com base na população de João Pessoa, levantada no Censo de 2020 (IBGE, 2024), apresentada como 833.932 habitantes, foi calculada uma amostra que apresentasse 95% de grau de confiabilidade dos dados, além de uma margem de erro de 5% para análises estatísticas. Essa definição de parâmetros resultou em trezentos e oitenta e quatro (384) participantes necessários para o questionário.

No entanto, optou-se por utilizar esse valor como referência para os questionários aplicados com vítimas de violências discriminatórias/crimes de ódio. Ou seja, a amostra total — considerando todas as respostas dos questionários — ultrapassaria o contingente de 384 participantes, pois o foco foi atingir um valor representativo voltado às pessoas que relataram situações de violência. Dessa maneira, o grau de confiança e a margem de erro para a fundamentação das situações de violência seria mantido em 95% e 5%, respectivamente, porém na discussão sobre a percepção de segurança e medo haveria uma redução percentual de 1% em sua margem de erro, mantendo o grau de confiança.

Referente à segunda abordagem para coleta de dados sociais, obteve-se o acesso aos registros da Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos, de Intolerância Religiosa e Racistas (DECLIR) da cidade de João Pessoa. A coleta ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2024, por meio da consulta direta dos arquivos, por meio dos registros físicos de Inquéritos Policiais (IPs) e Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs).

O primeiro, conforme Lima (2017), pode ser definido como um procedimento administrativo que antecede um processo penal propriamente dito. Ele é um conjunto de ações realizadas pela polícia para a investigação, coleta de provas e demais tipos de informações que possam dar materialidade a alguma infração penal. Tem, como objetivo, substanciar a vítima (quando aplicável) para o ingresso em uma ação judicial. Também foi definido pelo Decreto de Lei nº 3.689/41 (Brasil, 1941), que apresenta, no Código de Processo Penal (CPP), os mecanismos, parâmetros legais e objetivos de um IP. Assim, a principal função deles é a coleta de informações, provas e de possíveis testemunhas para construir os fundamentos de uma ação. Ao fim, com base no conjunto de informações acessadas, os relatores indicam para o indiciamento ou arquivamento do inquérito.

O segundo caso, refere-se ao registro de ocorrências tipificadas como Infrações de Menor Potencial Ofensivo (IMPO); em outras palavras, aquelas que têm menor relevância e,

consequentemente, com penas máximas de até dois (02) anos de encarceramento ou multa. Esse tipo de registro é muitas vezes confundido com o Boletim de Ocorrência (BO), mas diferem-se na medida em que os TCOs compreendem informações adicionais em relação aos BOs. Segundo a Lei Nº 9.099/95 (Brasil, 1995), os TCOs foram apontados como uma alternativa formal ao *flagrante delicto*, servindo para o registro da custódia em casos de IMPO.

O acesso aos registros presentes na delegacia foi realizado mediante a devida autorização do delegado responsável, acompanhado pelo escrivão. Foram lidos, individualmente, todos os IPs e TCOs que se enquadrassem no recorte temporal entre 2019 e 2023. O levantamento foi realizado com os arquivos físicos presentes na delegacia, com a devida digitalização das informações por meio da plataforma online *Google Planilhas*. Foi acordado que as variáveis sobre as vítimas a serem coletadas seriam: identidade/expressão de gênero, raça/cor da pele e a orientação sexual. Com relação aos crimes propriamente ditos, seriam acessadas as seguintes informações: ano da ocorrência, tipologia da violência, matriz da violência, local de acontecimento e situação do processo, conforme o Quadro 02 exemplifica.

Quadro 02: Exemplificação da planilha utilizada durante os levantamentos realizados na DECLIR, além do devido modo de preenchimento utilizado, com destaque em vermelho para material descartado.²¹

Id	Gênero	Orientação sexual	Raça/Cor de pele	Tipologia da violência	Matriz	Lugar	Situação do inquérito
1	mulher cis	homo	parda	verbal (duas situações), física	lgbtfobia	Rua — ²² , próximo ao campo de futebol Guarany.	comprova a culpa
3	mulher cis	hetero	preta	comportamental	racismo	R. José Régis Velho em frente ao nº 434, Centro	arquivado sem culpa

²¹ A categoria “Id” foi utilizada como registro de unidade de identificação para cada linha de informações da planilha, objetivando facilitar a organização dos dados na posterior conversão da informação alfanumérica para o modelo vetorial georreferenciado. Outro ponto a se destacar em relação à planilha é a ausência da categoria “ano” como uma coluna a ser preenchida. Esse fato ocorreu pela criação de áreas de trabalho individualizadas por ano, portanto, o preenchimento dos casos já estaria segmentado, sem a necessidade da criação da coluna.

²² Os endereços, em casos residenciais, foram simplificados no preenchimento para evitar a identificação das vítimas, sem a coleta de números de porta. No trabalho escrito está totalmente omitido para evitar qualquer chance de reconhecimento, mas no banco de dados há o logradouro de referência para manter a precisão no georreferenciamento. Foi escolhido trazer exemplos de diferentes linhas para mostrar as duas situações: casos residenciais e casos comerciais, como também de casos em que o processo indiciou o/a contraventor/a e outro em que houve o arquivamento pela falta de provas.

38	homem cis	homo	preta	verbal	racismo e lgbtfobia	Tapioca do Chef (Rua Francisco Brandão, Manaira)	comprova a culpa
----	-----------	------	-------	--------	------------------------	--	---------------------

Fonte: Elaboração própria (2025) com base em dados da DECLIR (2019-2023).

Em relação às categorias dos dados, há de se destacar algumas questões pertinentes em relação ao processo de levantamento. As variáveis identitárias nem sempre estavam disponíveis e, por isso, houve uma parte dos dados que se obteve informações parciais. O gênero foi a variável identitária mais recorrente e, embora fosse reforçado pela da ideia do sexo biológico, existiam, na descrição da vítima, termos que auxiliaram na identificação. O padrão encontrado era a descrição inicial através do sexo biológico (masculino ou feminino), porém, em alguns casos, o gênero era confirmado ainda na descrição da vítima. Em outras situações, havia a autodeclaração das pessoas em seus depoimentos transcritos.

A orientação sexual, no entanto, em alguns casos, foi necessária a dedução com base no contexto do depoimento. Ao descreverem a situação e a motivação que o crime de ódio tinha como base, havia a apresentação de termos direcionados às orientações homossexuais (mulheres lésbicas e homens gays) sem haver a devida contextualização de afirmação para além desse espectro. Nos casos em que a vítima era bissexual, heterossexual ou de outra orientação, isso sempre era devidamente destacado na fala durante o processo de declaração da situação e/ou na descrição pessoal. Porém, nos casos em que não havia informação nem na descrição pessoal, nem na devida identificação no depoimento, a variável permaneceu sem o preenchimento, mantendo o desfalque na versão vetorial do dado.

O mesmo problema aconteceu com relação à temática racial, em que ocorrências não traziam registros detalhados sobre a autodeclaração das vítimas. Durante os depoimentos, nos anexos ou nos registros dos processos, em alguns dos casos, foi possível a caracterização a partir de laudos médicos ou outras documentações. Nos IPs e TCOs que não se conseguiu alguma confirmação concreta, optou-se por manter o desfalque no dado.

Sobre as informações coletadas dos crimes em si, com relação aos lugares de ocorrência, foi realizada uma simplificação dos endereços em situações residenciais. Ou seja, nos IPs e TCOs em que os casos eram referentes a práticas realizadas por vizinhos e/ou que ocorreram nas imediações da residência das vítimas, foi feita a abstração do endereço para não localizar diretamente as situações nas casas. Dessa maneira, para o registro dos casos domiciliares na planilha, eles foram realizados sem a classificação numérica dos logradouros,

dando maior destaque a pontos de referência que poderiam auxiliar na localização espacial das situações. Essa abordagem não foi realizada nas situações em que o crime de ódio ocorreu em espaços comerciais ou públicos, visto que sugerem a uma situação com menor grau de reconhecimento da vítima. Sendo assim, ocorrências mapeadas em estabelecimentos comerciais, praças e outros tipos de espaços públicos, levaram o devido nome e/ou o endereço completo, fornecendo a localização precisa do crime.

Como última variável com destaque de informação, a situação do inquérito também foi considerada, servindo como o primeiro mecanismo de filtragem para a etapa de georreferenciamento. Havia três categorias presentes: a primeira, “comprova a culpa”, referia-se aos casos em que o conjunto de provas, testemunhos e demais informações foram definidos como suficientes para declarar o indiciamento do/a contraventor/a em relação ao crime cometido, independentemente do seu grau de relevância e/ou periculosidade. A segunda e a terceira categorias, “arquivamento por falta de provas” e “arquivamento por motivos externos”, serviram como filtro de exclusão. A primeira categoria referiu-se aos casos em que o conjunto de provas, testemunhos e outras informações não foram suficientes para o indiciamento, levando à finalização do caso na fase de inquérito. O segundo caso se referiu às situações em que houve a desistência por parte da vítima, resultando no cancelamento do desenvolvimento do processo por meio da retirada de queixa e/ou situações em que o/a contraventor/a faleceu ou não pôde ser localizado/a, causando também o encerramento.

Além disso, fez-se necessária a categorização através de uma segunda camada de critérios de exclusão para os IPs e TCOs avaliados. Os casos que foram devidamente arquivados já não seriam especializados na segunda frente da pesquisa (geotecnológica). No entanto, existiram outras configurações de processos que não poderiam ser especializadas. Dessa forma, foi realizado o descarte de duzentos e quarenta e oito (248) processos com base nos seguintes parâmetros:

- I. **Situações virtuais:** este filtro refere-se a todos os casos que foram perpetrados através das redes sociais e outros mecanismos digitais, o que impossibilitaria a localização das situações. Totalizou noventa e seis (96) casos descartados para espacialização;
- II. **Crimes de ódio fora de João Pessoa:** este filtro abrange todos os casos que ocorreram fora dos limites municipais de João Pessoa. Entende-se que, pela falta de delegacias especializadas em outras cidades, principalmente na zona metropolitana, houve o encaminhamento de casos ocorridos em cidades como Santa Rita, Bayeux, Cabedelo e

Caaporã. No entanto, como o recorte espacial adotado é João Pessoa e não sua zona metropolitana, optou-se pelo descarte, que totalizou treze (13) casos;

- III. **Violências que não se encaixam como LGBtfóbicas e/ou racistas:** esse filtro diz respeito aos casos que foram perpetrados contra pessoas LGBTQIAP+ ou não-brancas, mas que não foram entendidos como crimes de ódio. Por exemplo, a situação em que, numa discussão entre dois homens gays, houve agressões físicas; no entanto, o desentendimento foi motivado por questões financeiras e não por homofobia. Essa categoria resultou em vinte e sete (27) descartes;
- IV. **Violência doméstica:** este filtro refere-se a todos os casos em que as agressões e violências foram realizadas em casais homoafetivos contra seus próprios parceiros, com doze (12) descartes;
- V. **Outras configurações criminais que não foram LGBtfóbicas e/ou racistas:** este filtro refere-se às situações em que a vítima foi uma pessoa LGBTQIAP+ e/ou não-branca, mas que a ação criminal não configurou uma ação pautada no ódio. Os casos são: injúria (2) (usando ofensas exclusivamente sobre caráter e não sobre sexualidade ou raça/cor da pele), difamação (5), extorsão (1), estelionato (1), furto e/ou roubo (6), apropriação indevida (5), dano ao patrimônio (1) e sorofobia (1), totalizando vinte e dois (22) descartes;
- VI. **Arquivados:** embora tenham sido descartados, conforme já mencionado, os casos arquivados foram agregados como quantitativo de denúncias, sendo separados entre os que tiveram falta de provas e os de desistência. Ao todo, esse filtro descartou setenta e oito (78) casos, dos quais dezoito (18) foram por motivos externos e sessenta (60) por falta de provas.

Ainda sobre os dados da delegacia, cabe ressaltar que a quantidade de arquivos acessados foi proporcional entre si. A única exceção à regra foi o ano de 2020, que teve apenas duas caixas de material coletado, mas entende-se que isso ocorreu em decorrência do principal momento de reclusão causado pelo início da pandemia de Covid-19. Conforme apontado pelo delegado, em informação verbal durante conversa informal, a delegacia ficou nove meses fechada, com o deslocamento dos processos para outros equipamentos, sendo pontuais as ações durante esse ano. Em relação aos demais anos, foram coletadas informações em quatro caixas de arquivo de IPs, sendo que 2019, 2022 e 2023 tiveram uma caixa adicional apenas com TCOs, tendo a sistematização quantitativa dos dados acessados na Tabela 01.

Tabela 01: Sistematização quantitativa dos IPs e TCOs coletados e descartados, conforme parâmetros apresentados, na DECLIR.

Ano	Casos coletados via IP	Casos coletados via TCO	Descartes	Total de casos acessados (validados e descartados)
2019	33	14	45	92
2020	18	-	40	58
2021	35	-	38	73
2022	57	-	57	114
2023	51	3	68	122
Total	194	17	248	459

Fonte: Elaboração própria (2025), com dados da DECLIR (2019-2023).

Outro esforço, ainda nos levantamentos de dados sociais, foi a coleta dos registros na Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBTQ+ e de Igualdade Racial²³. Nesse equipamento, esperava-se o acesso às informações sobre os usuários, quais os serviços/políticas públicas que foram utilizados e dados sobre violências de ódio em caso de existência. O levantamento foi iniciado em outubro de 2024, quando se coletou apenas as informações de 2023, tendo sido realizadas novas visitas durante os meses de fevereiro a abril de 2025 para a finalização da coleta. Semelhante à abordagem da DECLIR, a coleta foi feita com base nos arquivos físicos das fichas de triagem presentes na Casa Amarela (ver anexo A), com a devida digitalização das informações através da plataforma online *Google Planilhas*.

Foi acordado que, em relação aos usuários, seriam coletados os dados referentes à identidade/expressão de gênero, orientação sexual e raça/cor da pele. Já sobre os serviços prestados pela instituição, seria acessada a motivação por trás do cadastramento no equipamento, buscando destacar as ações e políticas públicas existentes na cidade e quais eram mais utilizadas. Sobre a temática da violência, nas fichas que houvesse a sinalização de ocorrência, seriam coletadas a tipologia de violência, o local de ocorrência e a matriz dela, conforme o Quadro 03 exemplifica.

²³ Esse equipamento é popularmente conhecido como “Casa Amarela” por estar inserido em uma edificação residencial histórica no Centro e para facilitar a comunicação será o nome utilizado neste trabalho.

Quadro 03: Exemplificação da planilha utilizada durante os levantamentos realizados na casa amarela, além do devido modo de preenchimento utilizado.

Gênero	Raça/cor de pele	Orientação sexual	Tipologia da violência	Matriz	Lugar	Serviços acessados
homem cis	branca	homo	-	-	-	psicologia
homem trans	parda	hetero	verbal, sexual, psicológica	lgbtfobia e racismo	residência	psicologia e psiquiatria
mulher trans	preta	bi	verbal e física	lgbtfobia	residência	sos diversidade
não-binário	parda	bi	verbal, física e psicológica	aporfobia	rua	endocrinologista, ginecologista e psicologia

Fonte: Elaboração própria (2025), com dados da Casa Amarela (2020-2024)

Cabe destacar que na Casa Amarela a categorização dos dados segue uma abordagem diferente. Em primeiro lugar, não há a presença do identificador “Id” que foi utilizado na base de dados para a DECLIR. Essa diferença ocorreu devido à estrutura e precisão dos dados, visto que a Casa Amarela não propõe um grau de refinamento que possibilite a localização das violências por parte de seu público frequentador. Dentre as categorias possíveis para marcar na ficha, existem as opções: residência, habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, bar e similares, comércio/serviços e outros. Sendo assim, como a resposta do/a usuário/a é simplificada em relação à espacialização, essa base de dados não foi utilizada no georreferenciamento de casos, mas sim para a discussão e fundamentação em relação à localidade tipológica e ao acesso a políticas públicas em João Pessoa.

Como última atividade dessa categoria, foi proposta a coleta em dois equipamentos vinculados à Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH): o Espaço LGBTPedrinho e o Centro de Igualdade Racial João Balula. Era esperado realizar o mesmo tipo de levantamento que foi feito na Casa Amarela, para observação do acesso às políticas públicas na escala da cidade. Foi realizado o envio dos dados da pesquisa e a solicitação aos arquivos conforme recomendado, porém a tramitação burocrática perdurou por muito tempo, ao ponto de inviabilizar a utilização dos dados. Por isso, está registrado como etapa metodológica, porém sem uma evolução em aspectos de resultados.

2.3. GEOPROCESSAMENTO E FERRAMENTAS ANALÍTICAS PARA DADOS ESPACIAIS

Esta seção apresenta quais foram as práticas e métodos utilizados no segundo eixo da pesquisa: as geotecnologias e processamentos espaciais. Esta frente atuou como conector entre os demais conjuntos temáticos, através da espacialização dos dados sociais e seu devido manuseio, com auxílio de ferramentas do geoprocessamento, para definir quais seriam as áreas de maior e menor concentração de casos. Além disso, serviu como subsídio para a representação gráfica, por intermédio de mapas temáticos, das características espaciais avaliadas nos métodos da arquitetura e urbanismo. Dito isso, neste eixo temático serão abordadas três principais práticas que nortearam as ações desenvolvidas. Elas são: i) transformação e espacialização dos dados sociais; ii) análise do grau de concentração dos crimes de ódio, pela interpolação de densidade estimativa Kernel (*heatmap*); iii) mapeamento dos espaços de lazer e socialização.

A espacialização dos dados sociais, tanto os coletados com o questionário estruturado quanto os provenientes dos IPs e TCOs, foi realizada no Qgis 3.22, um software no Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando uma camada de pontos vetoriais para a representação das situações. Optou-se pela inserção manual de cada situação, individualmente, com arquivos únicos para cada uma das bases. Sendo assim, criou-se uma camada, em arquivo *Shapefile* (.shp), para os crimes de ódio coletados através do questionário estruturado e outra para os inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência.

O primeiro conjunto de dados a ser espacializado foi o das situações coletadas pelo questionário estruturado. Como a aplicação foi realizada pela plataforma *Google Forms*, automaticamente foi criada uma planilha vinculada na mesma pasta digital, para onde todas as respostas foram direcionadas. Com acesso a essa planilha, foi inicialmente realizada a aplicação de um filtro para selecionar apenas as participações que contivessem a resposta “sim” para a questão de ter sido uma vítima de crime de ódio em João Pessoa. Após isso, para facilitar a espacialização, foram ocultadas todas as colunas que não tivessem conteúdo fundamental para o arquivo vetorial no Qgis. Assim, ficaram visíveis apenas as colunas que continham as seguintes informações: o gênero, raça/cor da pele, orientação sexual e os lugares em que elas foram vítimas das situações, conforme o Quadro 04 apresenta.

Quadro 04: Planilha base para a espacialização das situações mapeadas via questionário, com destaque em vermelho/negrito para a ordem numérica adicionada.

Qual sua identidade de gênero?	Com qual raça/cor você se autodeclara?	Qual sua orientação sexual?	Cite os lugares onde você foi vítima de situações de violência de crimes de ódio e qual tipo foi
Pessoa não-binária	Sou branco/a	Bissexual	1. Praça da Paz (comportamental, verbal), Praia de Manaíra próximo ao Mag Shopping (comportamental, verbal), Jardim Restaurante no Jardim Luna (comportamental, verbal); Parques Parahyba I e III (comportamental); Shopping Manaíra (comportamental, duas vezes); Paraíba Rações Bessa (comportamental); Principal dos bancários altura da rainha da paz (comportamental, verbal).
Homem cisgênero	Sou branco/a	Bissexual	2. Principal dos bancários na altura da rainha da paz (comportamental, verbal)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como caráter de organização dos dados, baseado no fato de que as respostas estavam devidamente sequenciadas pela data e hora de aplicação, foi realizada uma intervenção na resposta dos locais. Foi inserido um número de classificação logo no início, antes da descrição dos ambientes em que ocorreram as situações, conforme destacado em vermelho no Quadro 04. Dessa maneira, ao realizar a espacialização das situações, foi acrescida uma coluna de identificação “Id” na tabela de atributos do *shapefile*, assim, todas as situações seriam assinaladas ao mesmo respondente, a fim de que estivessem relacionadas de modo individual às respostas da planilha. Criou-se esse vínculo, seguindo a ordem crescente, permitindo maior organização e controle.

No Qgis 3.22, foram criados os seguintes atributos (colunas) para a tabela de informações dos arquivos *shapefile*: Id, gênero, raça/cor, sexualidade, tipologia de violência e matriz da violência. A coluna de identificação (Id) serviu como o balizador para a organização das respostas. Sendo assim, todas as situações que pertencessem a uma mesma pessoa, seguiram com o mesmo número de identificação. As características sociais (gênero, raça/cor e orientação sexual) também eram repetidas. A matriz da violência era anotada em consequência da interseccionalidade dos indicadores sociais e a tipologia (variando entre comportamental, verbal, física e sexual) seguia de acordo com o que constava na planilha.

É necessário destacar que cada violência discriminatória correspondeu a um ponto individual, independente da repetição do lugar e/ou da sobreposição de tipologias em uma mesma situação. Essa abordagem se deu tanto por uma questão de organização, para facilitar o manejo dos dados, quanto para obter o controle de ordem quantitativa individualizada por segmento discriminatório. Poder-se-ia ter utilizado as várias sobreposições, representando violências simultâneas como um único ponto; porém, isso resultaria em vinte e quatro (24) categorias em consequência dos diferentes arranjos possíveis entre as quatro tipologias estudadas. Isso, por sua vez, afetaria a acuidade e percepção dos dados pela quantidade elevada de cores na categorização posterior a ser realizada na produção dos mapas temáticos.

Dessa forma, mesmo em situações em que a vítima tenha passado por violências discriminatórias múltiplas, foi adotado um ponto individual por tipologia. Por exemplo, ao ser alvo de gestos obscenos e/ou depreciativos, ou seja, uma ação comportamental, que fosse simultaneamente aliada a termos ofensivos em uma agressão verbal; a representação gerada seria um ponto para cada tipologia de violência, mesmo que compartilhassem as mesmas informações nas demais categorias (Id, gênero, raça/cor, sexualidade e matriz da violência).

Sendo assim, conforme apresentado no Quadro 04, a pessoa identificada como “1” apontou oito lugares em que foi vítima de situações discriminatórias, mas elas foram representadas através de treze (13) pontos. Isso aconteceu porque existiram lugares em que a violência ocorreu mais de uma vez, como no caso do *Shopping Manaíra*, com duas violências comportamentais. Assim como situações que foram múltiplas, com sobreposição de comportamentos e fala, como no caso da Praça da Paz, Orla de Manaíra, Jardim Restaurante e outros. Já no caso da pessoa identificada como “2”, foi apontado apenas um lugar de referência, mas, seguindo o padrão já pontuado, a representação das situações ficou com dois pontos, um para a violência comportamental e outro para a verbal; havendo proximidade entre vetores por entender que ocorreram em um mesmo contexto espacial.

Em relação ao nível de precisão na localização das situações discriminatórias, cabe destacar que, em alguns lugares, foi necessária uma breve abstração. Como a coleta ocorreu, majoritariamente, de maneira presencial, foi possível dialogar com os/as participantes para que o nível de detalhe na última questão — sobre os lugares em que foram vítimas — fosse o mais específico possível. Muitas das vezes, inicialmente, as respostas eram muito abrangentes, trazendo definições como “na rua”, “na farmácia”, “na praça”, “nos Bancários”, entre outras. No entanto, com a devida orientação para que tentassem fornecer algum ponto de

referência que permitisse uma localização mais precisa, tornou-se possível a disposição com maior grau de refinamento.

Todavia, alguns recortes não foram encaminhados com uma precisão absoluta, como aconteceu com os seguintes lugares: Campi da UFPB e IFPB, Orla de Manaíra, Bessa, Tambaú e Cabo Branco, Parque Solon de Lucena, entre outros. Nesses ambientes, foi necessária uma pequena abstração das situações, apresentando uma precisão um pouco menor por ser limitada a uma localidade abrangente, mas ainda assim refletindo certo refinamento. Houve situações em que as vítimas forneceram locais de referência, mesmo em ambientes abrangentes, permitindo maior detalhe. Entretanto, nas situações em que não havia esse refinamento, os pontos foram localizados de modo aleatório no recorte espacial que compreendia o lugar citado.

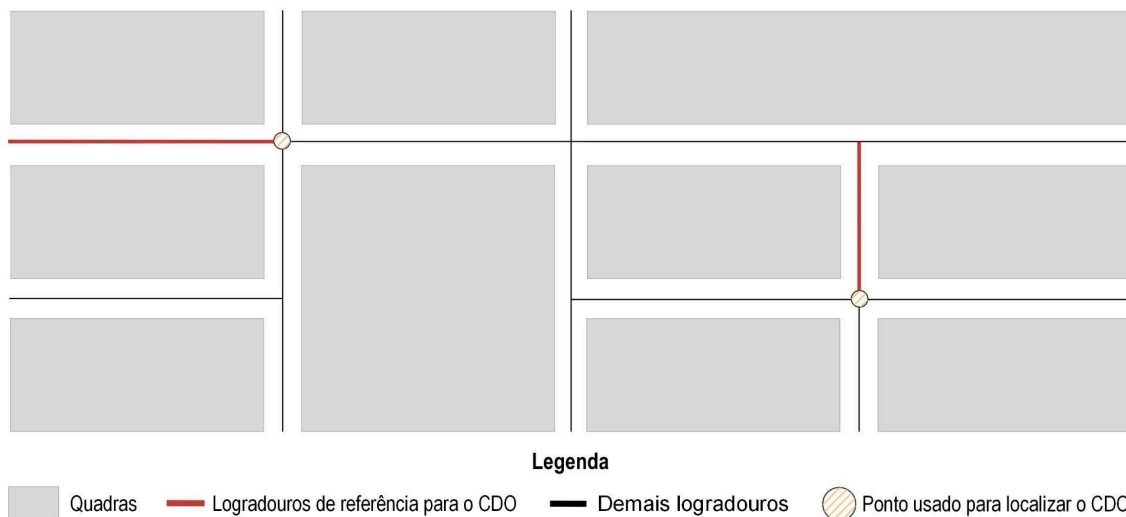
Toda a localização das violências discriminatórias foi auxiliada por duas bases digitais: o *Google Satellite* e o *Google Labels*. O primeiro fornecendo a imagem de satélite atual de João Pessoa e o segundo apresentando os rótulos de identificação de estabelecimentos conforme padrão encontrado na plataforma *Google Maps*, favorecendo maior precisão para os pontos nos casos que envolviam algum estabelecimento específico.

No caso dos crimes de ódio mapeados com base nos inquéritos e termos circunstanciados, o processo foi semelhante ao já apresentado, tendo poucas particularidades. Além do que já foi pontuado, havia o acréscimo da categoria “ano” na tabela de atributos, permitindo a noção da variação com base no recorte temporal. Também havia uma abordagem específica para garantir maior proteção aos dados das vítimas. Conforme já mencionado, existiram casos que envolviam vizinhos e/ou que aconteceram na rua da vítima; sendo assim, foi realizada uma segunda ação de abstração para reduzir, ainda mais, a possibilidade de identificação nos casos domiciliares.

Sendo assim, durante a etapa de localização georreferenciada dos casos, optou-se por não localizá-los em algum ponto da rua. Visto que, de certo modo, sugerir-se-ia a situação em uma referência absoluta no logradouro, mesmo que não fosse necessariamente onde o IP ou TCO apontavam. Portanto, foi adotada como estratégia a localização dos casos nas encruzilhadas que tangenciassem o logradouro de referência, conforme a Figura 03 ilustra. Dessa maneira, o ponto refletia a localidade de forma aproximada em relação ao local onde, devidamente, aconteceu a ocorrência. Contudo, sem ter a precisão de vinculá-lo a algum domicílio em específico, pois poderia ser em qualquer uma das três ou quatro ruas,

dependendo da configuração viária. Assim, protegeu-se as vítimas de uma possível identificação sem perder o refinamento dos dados.

Figura 03: Diagrama representativo para o método usado na localização de CDOs.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Essa prática foi adotada exclusivamente nos casos domiciliares. Nas situações que envolviam estabelecimentos comerciais e/ou espaços públicos, não houve abstração aplicada, visto que não haveria maiores riscos para a identificação da vítima ou de algum dado pessoal. Com relação ao contingente de casos, foi adotada a mesma estratégia aplicada para os questionários, ou seja, cada ponto reflete exclusivamente uma tipologia/situação de crime de ódio, atingindo o quantitativo total de duzentos e oitenta e seis (286) referentes aos IPs e trinta e três (33) para os TCOs.

Após a devida localização de todos os casos mapeados, partiu-se para a segunda etapa da frente geotecnológica: a análise da concentração espacial. Para isso, utilizou-se o interpolador de densidade estimativa (*Kernel heatmap*). Essa ferramenta do geoprocessamento pode ser definida como uma função não paramétrica que estima a densificação provável de um fenômeno representado através de vetores pontuais. Sendo assim, por meio da ponderação de pesos proporcionais entre si, considerando um raio métrico pré-definido, são avaliadas quantas vezes cada ponto se conecta com as demais áreas de influência dos outros pontos do sistema, conforme Rizzatti *et al.* (2020) ou Nhongo, Fontana e Guasselli (2019) exploram possibilidades de aplicação. Dessa maneira, é possível destacar

quais são as áreas que apresentam maior concentração do fenômeno por meio da repetição dos casos e da proximidade métrica entre os pontos vetoriais do sistema.

Além da estipulação do raio métrico considerado para a execução do processamento, também é possível definir o tamanho do pixel de referência que será gerado ao fim da análise. Quanto menor o tamanho dado para seu lado, maior o refinamento e a acuidade nas transições entre faixas de valor, permitindo uma leitura mais fluida do produto final. No entanto, isso também fornece mais peso à função, ocasionando um processamento mais lento e com maior chance de erro, a depender da qualidade técnica do equipamento (computador).

Como resultado, é gerada uma imagem rasterizada com uma única banda de dados e que representa, através de uma escala cromática, os diferentes níveis de concentração do fenômeno em questão. Assim, é possível realizar a análise tanto pela ótica qualitativa (gerada pela percepção gráfica das manchas e pelo comportamento espacial dos perímetros), quanto pela quantitativa (a partir da classificação dos pixels que apresentam valores unitários gradativos com base na concentração espacial).

Neste trabalho, visto que na análise geral sobre violência é utilizada a escala da cidade como referência, foram propostas duas aplicações para a verificação de possíveis comportamentos de concentração distintos. A definição dos raios de influência considera duas distâncias: uma possível de ser percorrida em cinco minutos e outra em até dez minutos, entendendo-se como uma região de fácil e médio acesso, respectivamente, para o pedido de socorro e/ou ajuda. Dessa maneira, as simulações foram realizadas com um raio de quinhentos metros (500m) para um percurso realizável em cinco minutos e mil metros (1000m) para um percurso de até dez minutos. Além dessa definição preliminar, o pixel de referência utilizado para esse processamento tem cinco metros de lado, permitindo um bom detalhamento sem, necessariamente, causar riscos de erro ao processamento.

O processo foi realizado considerando as duas bases das violências mapeadas, ou seja, utilizou de modo simultâneo os dados da DECLIR e do questionário. Visando entender se haveria afinidade entre os padrões de concentração, o uso da interpolação estimativa de densidade foi feita com os mesmos parâmetros pré-definidos — tamanho do pixel e raio de alcance — porém com a segmentação das violências. Em outras palavras, o interpolador foi aplicado considerando primeiramente o conjunto de todas as violências, buscando caracterizar as áreas mais críticas nos dois raios métricos. Porém, em caráter comparativo, foi realizada

uma segunda leva considerando apenas as violências de maior potencial ofensivo, ou seja, as de ordem física e sexual, mantendo os raios métricos.

Com a devida finalização dessa etapa, foi realizada a definição dos perímetros de interesse para o estudo ampliado, com foco nas características físicas. Eles foram selecionados com base na concentração expressiva de violências de ódio a partir dos mapas de calor com o padrão sintético. Essa etapa utilizou a ferramenta “extração de contornos” na aba de processamento de imagens rasterizadas do Qgis 3.22. Ela constroi linhas que fecham regiões nas áreas de transição entre um nível de concentração mais alto e um mais baixo. Ou seja, a cada nova queda na classificação do mapa de calor, surge uma linha ao longo de toda a mancha, realizando a delimitação das áreas mais “quentes”.

Assim, foi possível a definição de regiões de interesse para as análises físicas, sendo os Recortes de Estudo Principais (REPs) os que englobam conjuntos de quadras nas regiões mais críticas. Dessa maneira, resultou na definição de um REP no bairro Centro, nas imediações do Parque Solon de Lucena (Parque da Lagoa), e outro no bairro Bancários, nas imediações da Praça da Paz. Semelhante ao que o trabalho de Saboya, Banki e Santana (2016) propõe, foram definidos Recortes de Controle (REC) para uma comparação dos perfis espaciais encontrados nas REPs. Para isso, nos mesmos bairros, foram escolhidos outros conjuntos de quadras que estivessem localizados em regiões de menor concentração de casos, para uma validação comparativa dos achados.

Além do critério de densidade dos casos, foi levada em consideração a distribuição linear e, conseqüentemente, os valores absolutos em questão quantitativa para a definição de um terceiro REP e seu devido REC. Considerando a faixa litorânea, entendeu-se que houve o impacto da linearidade da orla para a distribuição dos casos mapeados nos questionários, pois cerca de 15% dos casos levantados estavam alocados na orla entre os bairros de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. Sendo assim, considerando que a concentração localizada seria impactada pela forma linear, visto que os demais REPs estão diretamente relacionados a espaços públicos pontuais, foi proposta a inserção de mais um REP na região das praias para compor os recortes urbanos avaliados.

Como último processo realizado na frente das geotecnologias, foi feito o mapeamento de todos os espaços de lazer e socialização ao redor dos recortes de estudo ampliado. Buscando atingir um dos objetivos específicos, essa etapa metodológica foi realizada entre julho e agosto de 2025, de maneira integralmente virtual. Com a definição dos recortes

ampliados, foram geradas áreas de abrangência com base em deslocamentos possíveis em prol de atividades de lazer e socialização entre grupos. Com isso, foram propostos três níveis de alcance para entender a dinâmica do entorno direto, próximo e longínquo, compreendendo os raios de quinhentos (500), mil (1000) e mil e quinhentos (1500) metros.

O levantamento dos espaços foi feito integralmente assistido pelas plataformas *Google Hybrid* e *Google Maps*. No Qgis 3.22 foi baixada a imagem base (*Google Hybrid*) que carrega os rótulos classificatórios de estabelecimentos além de outros dados que não foram considerados para a pesquisa. De maneira simultânea, foi acessada a plataforma *Google Maps* para observar os dados fornecidos pelas próprias empresas em suas páginas profissionais vinculadas ao perfil georreferenciado. Assim, foi possível encontrar informações como o ramo de atuação, o horário de funcionamento, ter acesso a links externos com serviços prestados e dados como o posicionamento ante a comunidade LGBTQIAP+, entre outras características. Os parâmetros utilizados para inserção do estabelecimento comercial consideraram:

1. Ramos de atuação: ambientes que promovam o encontro de pessoas, favorecendo as interações sociais em grupos grandes ou pequenos. Ambientes incluídos nessa categorização foram comedorias, bares, ambientes culturais, de prática esportiva, de compras e espaços públicos como praças e parques.
2. Locais com permanência: foi considerado como elemento fundamental a possibilidade de ficar nos ambientes mapeados, servindo como critério de exclusão. Sendo assim, estabelecimentos voltados apenas para o delivery ou retirada não foram mantidos.

Além de caracterizados em relação aos ramos de atuação, também foram observados o horário de funcionamento para estratificação por turnos e o potencial da venda de bebidas alcoólicas com base na intersecção entre o ramo de atuação e o horário de funcionamento. Ao fim do mapeamento, ao longo dos três níveis de proximidade com os recortes, foi aplicada a interpolação de densidade estimativa nos ambientes que tivessem a venda de bebidas para observar se havia algum grau de sobreposição com as maiores concentrações de violências.

2.4. MECANISMOS PARA APREENSÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Esta seção apresenta as aplicações práticas direcionadas aos recortes ampliados, descrevendo as múltiplas abordagens para a caracterização espacial dos trechos apontados como os mais significados na concentração de violências de ódio. As análises estão

subdivididas em duas escalas de atuação, uma aplicação inicial que considera a relação dos recortes com a cidade e as avaliações aproximadas condicionadas estritamente às quadras e seu entorno direto.

Iniciando pela aplicação mais abrangente, foi utilizada a Leitura Sintática do Espaço (LSE), originada a partir da teoria da Sintaxe Espacial (SE) proposta por Hillier e Hanson (1984). Ela busca compreender de que maneiras e em que intensidade a configuração espacial e a lógica que a estrutura conseguem afetar a vida social, podendo ser utilizada em diferentes escalas, desde ambientes arquitetônicos até o contexto urbano (Hillier; Hanson, 1984, Holanda, 2018).

A sintaxe é fundamentada em múltiplos níveis configuracionais de interação entre os aspectos físicos e sociais, tendo como um dos objetivos fundamentais elucidar sobre a articulação do espaço com a socialização, numa percepção sobre as probabilidades de encontros. Holanda (2018) afirma que, para isso, é necessário o entendimento das maneiras de apropriação espacial humana, sendo pautada na interação entre elementos que barram ou favorecem o acontecimento. Também diz que os aspectos da configuração espacial, representados pelas barreiras ou facilidades de interação, compõem o sistema espacial que é “descrito menos em termos de sua ordem geométrica, do que em termos de sua ordem topológica²⁴, os atributos desta última sendo proximidade, circunscrição, continuidade ou descontinuidade, contiguidade, separação, integração, segregação etc” (Holanda, 2018, p.89).

Pereira *et al.* (2011) entendem que a estrutura espacial é uma espécie de conjunto que, por intermédio da disposição e interação entre os elementos, pode impactar diretamente os níveis de facilidade ou dificuldade para que as pessoas realizem ações no espaço, indo desde questões como a socialização até o próprio deslocamento. Essa interação configuracional, conforme descrito por Hillier e Hanson (1984), permite a caracterização de todo o sistema de uma cidade, possibilitando sua decomposição em diferentes grupos que podem ser discutidos como espaços convexos ou axiais. Ambos os casos referem-se a diferentes meios de abstração do que é entendido como o espaço, permitindo a avaliação de atributos basais no meio urbano e arquitetônico, conforme explorado por Holanda (2018). Sendo esses conjuntos passíveis de

²⁴ Cabe destacar que a lógica topológica que fundamenta aspectos da sintaxe espacial não está diretamente relacionada à configuração física e geométrica propriamente dita. A topologia não considera aspectos métricos, mas sim a hierarquia baseada nas conexões entre seus componentes.

uma representação imagética em mapas que se alinham a óticas distintas para a compreensão de fatores do sistema urbano.

Primeiramente, o espaço convexo corresponde à ideia de um lugar em que a percepção visual entre os pontos está interconectada entre si. Assim, criando segmentos espaciais com conexões únicas em que, na vida urbana, são constantemente atravessadas durante o caminhar. Holanda (2018) os exemplifica através de trechos de uma rua ou até mesmo a espacialidade de uma praça, em que continuamente sofre alterações na percepção com base nas mudanças de caminho, na presença de barreiras e/ou obstáculos.

Essa lógica parte do princípio de que em uma linha reta todos os pontos presentes são intervisíveis entre si. Sendo assim, é possível a criação de inúmeros segmentos de reta que conectam os pontos presentes em um espaço convexo, dando a noção de limites, mesmo que sejam invisíveis e passíveis de serem transpassados. O uso de análises convexas possibilita a representação bidimensional dos elementos que permeiam as interações visuais. Holanda (2018) destaca que essa abordagem traz a caracterização das barreiras e limites dos espaços convexas, como também das continuidades e elementos que estão presentes nas transições entre o aberto e o fechado.

Já os espaços axiais são aqueles que são gerados através da sobreposição de segmentos retos, em seu menor número possível, no sistema de espaços abertos, criando uma separação entre as barreiras dos espaços convexas (Hillier e Hanson, 1984). Dessa maneira, eles podem ser entendidos como uma representação ilustrativa de um sistema que é distribuído entre pontos de cruzamento e as linhas de conexão, ou vetores.

Esse sistema é utilizado como a base para avaliações que caracterizam a facilidade de movimentação, seja considerando o deslocamento topológico ou as distâncias métricas, entendendo as conexões locais e as globais. Hillier *et al.* (1993) elucidam que, nesse tipo de avaliação, é possível compreender a lógica de movimentação potencial, destacando quais são as vias que, preferencialmente, serão mais utilizadas para o deslocamento, entendendo-as como as mais acessíveis do sistema e que influenciam os demais deslocamentos e as escolhas para mudanças de direção e passos topológicos. Já Pereira *et al.* (2011) apontam que, nesses esforços para entender a relação do movimento com a configuração espacial, muitos estudos utilizam mapas axiais.

Essa abordagem foi predominante nas produções da SE, porém, com o avanço tecnológico e a facilidade de acesso a modelos viários desenvolvidos com o auxílio de processamentos digitais, análises axiais deram espaço para uma nova aplicação: a Análise Angular de Segmentos (ASA). Por sua vez, esse processamento utiliza modelos viários com segmentos de reta como base para entender a facilidade de movimento por meio da menor alteração angular no deslocamento, considerando a linearidade como princípio facilitador.

Nesse sentido, muitos trabalhos utilizam a ASA para entender de que maneira a forma urbana e a configuração dos espaços livres impactam no que se refere à facilidade de deslocamento. Rego (2024) observou como os diferentes níveis de acesso favoreceram as concentrações de públicos específicos no corredor cultural Antônio Gonzaga Chimbinho em Mossoró-RN. Já Tenório e Donegan (2022) identificaram os impactos da hierarquia de fluxos na Praça da Paz em João Pessoa-PB e de que maneira isso influenciou na apropriação do espaço. Por sua vez, Nascimento, Dantas e Trigueiro (2023) investigaram os impactos na configuração e na facilidade de movimento após a implantação de grandes equipamentos na Zona Metropolitana (ZM) de Natal-RN.

Este trabalho utiliza a LSE na aplicação da análise angular de segmentos, na Análise de Visibilidade dos Espaços Convexos (AVEC) e na análise baseada em agentes. Destaca-se, no entanto, a diferença de escala considerada para as aplicações, respectivamente, iniciando por uma avaliação que abrange a escala da cidade até uma que se debruça sobre os conjuntos de quadras dos recortes de estudo principais e de controle.

Nesse sentido, com relação à ASA, o modelo viário de João Pessoa foi acessado por meio da plataforma *Geofabrik*, que utiliza dados colaborativos via *OpenStreetMaps*. Destaca-se que a base utilizada precisa, inicialmente, passar por um refinamento. O menor nível federativo de referência possível é o de região; sendo assim, ao fazer o *download* das informações disponíveis na *Geofabrik*, são baixadas informações sobre o Nordeste inteiro. Por isso, o primeiro passo foi realizar um recorte com base no limite municipal para que o modelo viário utilizado — *Road Center Lines* (RCL, linhas nos eixos viários em tradução livre) — apresentasse apenas os logradouros da cidade. Em seguida, foi realizada uma conferência com o complemento “*disconnected island*” no Qgis 3.22 para verificar a existência de eixos viários que não possuísem quaisquer conexões ao sistema, o que ocasionaria em erro durante o processamento posterior.

Após a verificação de vias desconectadas, também foi realizado um refinamento do arquivo, deixando apenas os logradouros que tivessem o fluxo veicular livre. O grau de detalhamento da plataforma abrange até os deslocamentos internos em estacionamentos e equipamentos industriais, fazendo-se necessária uma limpeza para não haver interferências no resultado. Após o devido refinamento, no Qgis 3.22, o modelo foi convertido para o formato *Drawing Exchange Format* (.dxf) para a inserção no *software* DepthMap X. Nele, a base foi definida como mapa de segmentos e, posteriormente, realizada a análise angular de segmentos com Raio Global (Rn). Após o processamento, o arquivo foi exportado no formato *MapInfo* (.mif), pela sua capacidade de armazenamento dos dados gerados, sendo reinserido no Qgis 3.22. Em sequência, para habilitar a edição do material, ele foi convertido ao formato *shapefile* (.shp) e realizada a classificação graduada, utilizando a categoria de integração no sistema de quebras naturais jenks.

Seguindo para as análises direcionadas à microescala, a primeira aplicação prática foi o mapeamento das barreiras visuais, que serviu como base para análises e categorização de elementos do meio urbano. Esse foi um processo auxiliado pelo sensoriamento remoto, em que o desenho das edificações dos recortes — tanto principais quanto de controle —, foi a primeira ação a ser realizada através de sua projeção horizontal em imagens de satélite com data referencial em 2024. Também foram consideradas como barreiras as massas vegetais arbustivas, de médio porte ou de alta densidade de maciços, pois se entende que a disposição de espécies pode vir a afetar a acuidade visual, principalmente em contextos com problemas na infraestrutura de iluminação. Como auxílio ao desenho da projeção dos maciços vegetais realizado via imagem de satélite, foram feitas visitas a campo para validação da localização aproximada.

A última variável a ser categorizada no mapeamento das barreiras, através de levantamento em campo, foram as interfaces de comunicação entre as edificações e o espaço público. Para a realização desta etapa, visando a maior segurança dos dados e sua vinculação, foi utilizada uma planilha codificada como referência. Seu funcionamento consiste em que cada interface de lote recebe um código numérico composto por oito dígitos, distribuídos em ordem crescente para não haver repetições. Essa cadeia codificada será replicada nos dados vetoriais que representam graficamente as interfaces, o que permitirá a união dos dados alfanuméricos, levantados em campo, com o arquivo vetorial georreferenciado, através do comando “união” para bases de dados no Qgis 3.22. Assim, com o devido preenchimento da

planilha e realizada a união com o arquivo espacializado, seria realizada a categorização das tipologias, em referência ao grau de permeabilidade, tendo como base metodológica o trabalho de Dias (2019) e esquematizado por Dias e Jesus (2019). As categorias utilizadas foram:

- I. **Interfaces com permeabilidade física:** são aquelas que não apresentam qualquer grau de comunicação visual entre o espaço urbano e a edificação. No entanto, oferece a possibilidade de acesso físico através de elementos como portas;
- II. **Interfaces com permeabilidade visual:** são aquelas que permitem a continuidade do campo visual, criando uma transição mais suave entre o meio público e o privado. Podem ser encontradas em diferentes configurações, tendo como exemplos: muros baixos, gradis, vidros ou elementos vazados, cercas e semelhantes. Em contrapartida, não possibilitam o acesso físico, criando uma delimitação que impede o fluxo;
- III. **Interfaces com permeabilidade mista (física + visual):** são aquelas referenciadas como interfaces ativas (Gehl, 2013), que combinam as características das duas anteriores. Sendo assim, permitem tanto o acesso físico (entrar) nas edificações, quanto a continuidade visual sem uma barreira clara;
- IV. **Sem permeabilidade (morta):** são aquelas que não apresentam qualquer tipo de conexão ou permeabilidade entre o espaço público e o privado. Geralmente, são encontradas como muros altos e que não apresentem portas, portões ou partes móveis que garantam algum acesso;
- V. **Sem interface:** essa categoria refere-se aos contextos sem qualquer tipo de elemento que controle ou impeça o fluxo, tampouco que delimite ou separe o espaço urbano do arquitetônico, nem o público do privado.

Nesse sentido, a categorização das interfaces serviu como uma abordagem metodológica especificamente destinada a entender a conectividade entre a arquitetura e o meio urbano. Porém, além disso, considerando as interfaces que não apresentam qualquer tipo de permeabilidade (mortas) e aquelas que possuem apenas acesso físico, elas também são entendidas como barreiras para o mapeamento visual. Com a devida finalização do mapeamento de barreiras, foi definido um limite para a aplicação da AVEC, considerando os níveis de alcance visual propostos por Gehl (2013) e Turner *et al.* (2001). Dessa maneira, além do perímetro dos recortes estudados, foi desenvolvido, com a ferramenta “*buffer*”, a definição de uma região com cem metros (100m) ao redor para garantir a continuidade visual e reduzir o efeito de borda no limite do recorte.

Com a definição da região para realização da AVEC, os arquivos vetoriais das barreiras foram exportados para o formato .dxf. Vale salientar que, para as projeções horizontais das edificações e das massas vegetais, a exportação é realizada apenas considerando os contornos, desprezando o preenchimento dos polígonos para reduzir o peso do arquivo final a ser processado²⁵. Com a devida alocação da base cartográfica composta pelo limite da zona de estudo e pelas barreiras, foi utilizada uma malha pixelada com referência de três metros (3m) de lado, buscando uma melhor resolução para a AVEC. Ela foi aplicada considerando a conectividade e a integração visual com Raio Global (Rn) em um alcance de cem metros, gerando valores individuais para cada pixel do sistema. Após a finalização, o arquivo foi convertido para o formato *MapInfo* (.mif) e reinserido no Qgis 3.22, sendo convertido para o formato *shapefile* (.shp) para habilitar a edição do material e classificado com graduação nas categorias integração e conectividade utilizando o sistema de quebra natural jenkins.

Como último processo metodológico alinhado com princípios da sintaxe espacial, foi realizada a análise de Modelos Baseada em Agentes (MBA). Esse processo foi inserido no universo prático da sintaxe por Penn e Turner (2001) como uma forma de simular a maneira que o movimento humano aconteceria no espaço, seja urbano ou arquitetônico. Para isso, ele considera a estrutura morfológica do objeto de estudo e como ela se articula com os níveis de visibilidade. Desse modo, os agentes — que servem como uma forma autômata de representação do ser humano —, são pré-programados com as informações sobre os campos visuais presentes no espaço estudado, considerando tanto a interação entre eles quanto os níveis de visibilidade a partir de qualquer localização do recorte.

Assim, munidos com dados que orientam a lógica de deslocamento no espaço, os agentes realizam uma simulação de como seres humanos se deslocariam pelo objeto de estudo. Aliado a isso, é possível definir parâmetros em questão de: quantidade de agentes na análise, locais de saída no recorte avaliado, quantidade de passos que serão dados pelos agentes e quantas mudanças de direção/caminho serão feitas no percurso a ser realizado. Outro ponto a se destacar é que os agentes tendem a se deslocar pelos caminhos mais rápidos e com menores mudanças de angulação, com maior recorrência em linhas retas, conforme Penn (2001) argumenta.

²⁵ Cabe o destaque secundário de que é fundamental que seja preservado o contorno em processos semelhantes. Caso seja realizada a exportação que considere apenas o preenchimento, durante a inserção no DepthMap X e o devido início ao processamento do dado, resultará em erro pela não identificação de limites.

Segundo Penn e Turner (2001), a lógica do movimento em linhas retas exprime uma síntese da cognição humana, visto que “esses elementos são os menos sujeitos a alterações durante o movimento para a frente e, portanto, uma representação cognitiva comprimida provavelmente armazena elementos espaciais lineares como entidades únicas” (Penn e Turner, 2001, p.14, tradução nossa).

Corroborando com os resultados obtidos no estudo desenvolvido por Esposito, Santoro e Camarda (2020). Os autores destacaram na sua análise em Bari, na Itália, como a articulação entre a aplicação do MBA com análises de integração axial tornou possível prever padrões de movimento com base na facilidade que o espaço é percebido, com ênfase em linhas retas. Esses apontamentos vão ao encontro de uma das questões centrais na sintaxe espacial para Hillier *et al.* (1987). Os autores apontam que um dos objetivos dessa teoria é entender como a forma influencia no uso e nos deslocamentos realizados no espaço em uma perspectiva geral.

Neste trabalho, a aplicação do MBA foi centrada na observação de quais eram as rotas mais possíveis de utilização dos recortes de estudo ampliado de maneira a poder avaliar a sua correlação espacial com as concentrações de violência. Para isso, apropriou-se das análises de visibilidade realizadas para a AVEC, bem como dos arquivos que foram utilizados como base. Cabe o destaque de que em dois dos recortes foi necessária uma alteração pautada na diferenciação entre visibilidade e movimento potencial. No REP do Centro foi desenhado um limite ao redor de toda a área compreendida pela lagoa do Parque Sólon de Lucena. Pois, embora seja visível e atue como um conector visual do espaço, na prática, não é um trecho acessível fisicamente para o deslocamento. Sendo assim, foi delimitado com auxílio da imagem de satélite, o perímetro que marca a divisão entre o trecho caminhável e o corpo d’água, passando-o para o DepthMapX em formato *.dxf* para a realização da análise.

No REC do Bancários também fez-se necessária a delimitação em dois trechos como uma consequência da diferença topográfica. Cabe o destaque de que o MBA não considera a lógica altimétrica na simulação, apenas a forma dos espaços convexos e a visibilidade (Penn e Turner, 2001). Por isso, fez-se necessária a marcação de limites que serviriam como barreiras para impedir o fluxo dos agentes. Esses dois recortes compreendem as laterais da ponte Eng. Serafim Rodríguez Martínez em que é possível descer pelo leito original do solo com um

desnível acentuado²⁶. O outro trecho é a parte inicial do Parque das Três Ruas, em que há uma diferença topográfica nos primeiros oitenta metros, entre a quadra e a rua, tendo uma redução gradual até chegar ao patamar do leito carroçável, em que foi encerrada a marcação de limite.

Após a definição dos limites que impedem o fluxo peatonal nos recortes, foi realizada a análise de modelo baseada em agentes, considerando toda a base de obstáculos visuais (edificações, interfaces/fachadas e vegetações), além dos limites em caso de existência. Os parâmetros utilizados foram: dez mil agentes pelo espaço, com início de seus deslocamentos em qualquer área do sistema, tendo o raio de alcance visual de cento e cinquenta metros, baseado nos mesmos princípios utilizados para a realização da AVEC. Após a finalização do processamento, o material foi exportado como *.mapinfo* e inserido no Qgis para a conversão ao formato *shapefile* e categorização com a graduação em quebras naturais jenks.

Seguindo para outros aspectos da dinâmica urbana que impactam diretamente na percepção de segurança e medo na cidade, os usos do solo foram mapeados e categorizados conforme a função, sendo comparados posteriormente com o perfil gerado pelo índice de uso misto (Hoek, 2008). Esse método, desenvolvido em Amsterdã, consiste em um indicador que caracteriza o perfil de ocupação de um recorte urbano a partir de seus usos. Ele apresenta parâmetros de classificação, divididos em usos residenciais e não-residenciais. Além disso, também discute sobre o potencial de interação entre esses grupos, classificando os que podem permitir a mixagem entre eles, distribuídos em múltiplas subcategorias²⁷, tanto em função habitacional quanto comerciais. Como em categorias não-residenciais que não são favoráveis a uma interação com habitações, como portos e aeroportos, refinarias, estações de tratamento e de geração de energia, entre outras (Hoek, 2008).

Nesse contexto, o *Mixed-Use Index* (MXI, índice de uso misto, em tradução livre) categoriza os recortes urbanos em uma escala de zero (0) a cem (100), em que quanto mais baixos os valores, maior a caracterização do recorte como uma região de cunho comercial/serviço. Em contrapartida, valores mais altos indicam uma presença majoritária de habitações em suas múltiplas categorias. Com base nessa escala, Hoek (2008) caracterizou diferentes contextos em Amsterdã, referenciando as fases da expansão urbana e como esses

²⁶ Destaca-se que, embora seja possível fazer esse percurso, ele não é uma rota utilizável na realidade, pois acompanha o declive, acessando a área de mata nativa ao redor da ponte.

²⁷ Como exemplos para os usos não-residenciais passíveis da mixagem, Hoek (2008) aponta: escritórios, artesanato, bares e restaurantes, hotéis, comércio, serviços, lazer, cuidado, cultura e outros. Já para as subcategorias residenciais aponta: habitação coletiva, residências uni e multifamiliares, flats e outros.

elementos refletiram na dinâmica de usos. Com relação à aplicação neste trabalho, haverá a repetição da abordagem proposta para a classificação das interfaces, gerando um código único para cada lote que permitirá a vinculação com os dados de levantamento em campo sobre seu uso e as subcategorias conforme apresentadas por Hoek (2008).

Para a geração do índice, faz-se necessária uma relação percentual entre a Taxa de Ocupação (TO)²⁸ e a Área Residencial do Térreo (ART). Ou seja, considera-se a proporção de todo o solo ocupado por edificações em relação ao quanto dessa área é voltada à habitação. Para a obtenção da TO nos recortes, foi considerada a área obtida através da calculadora de campo do Qgis 3.22 tanto para a camada de lotes quanto para a projeção horizontal das edificações. Ademais, conforme a Tabela 02 apresenta, foi realizado o cálculo entre as áreas para definição da TO e, posteriormente, calculado o quanto o uso residencial é representativo para essa ocupação.

Tabela 02: Exemplo para o preenchimento da tabela de referência para o cálculo do MXI.

Área disponível em m ² (lotes)	Área ocupada em m ² (edificações)	Taxa de ocupação	Área residencial no térreo em m ²	MXI
14355	8620	60,05%	7600	88%
18200	14500	79,67%	2000	13%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Por fim, considerando o contexto da percepção de segurança, o trabalho de Medeiros (2024) trouxe uma revisão sistemática de índices de caminhabilidade e de qualidade espacial, destacando o quanto a neutralidade na referência do usuário impacta nos resultados. Para isso, a autora propôs um índice de caminhabilidade sensível ao gênero, buscando dar maior ênfase à percepção das mulheres e subvertendo a lógica de pensar a cidade de uma maneira que desconsidera particularidades populacionais. A autora aplicou o índice em um trecho do bairro Mangabeira em João Pessoa-PB, para sua calibração e ponderação estatística, construindo-o baseado em quatro grandes indicadores. Eles são:

- I. **Infraestrutura peatonal:** indicador centrado na relação física das calçadas e de como a qualidade delas impactam no caminhar feminino. Era composto por quatro critérios de

²⁸ Reforça-se que a taxa de ocupação refere-se exclusivamente à projeção horizontal das edificações em relação ao solo urbano, desconsiderando a sua verticalização. Dito isso, o MXI reflete a mesma percepção, causando a relação exclusivamente do que é ocupado no terreno e o quanto é voltado ao uso residencial.

análise: largura da calçada, presença de obstáculos e obstruções, acessibilidade universal e acesso de veículos por trecho de quadra;

- II. **Infraestrutura viária:** indicador centrado na relação entre a calçada e a rua, considerando o impacto das interações entre diferentes modais de transporte, tanto ativos quanto inativos, com o pedestre. Era composto por quatro critérios de análise: infraestrutura cicloviária, conflitos entre pedestres e veículos, segurança da travessia e acesso ao transporte público;
- III. **Amigabilidade do espaço:** indicador que se refere à presença de atrativos no meio urbano, de facilitadores e de elementos que estão relacionados às atividades de descanso, lazer e cuidado. Era composto por seis critérios: diversidade de usos do solo, co-presença de pessoas, qualidade da manutenção da calçada, presença de elementos para o conforto ambiental, presença de mobiliário e sinalização;
- IV. **Percepção de segurança:** indicador que se refere ao impacto na percepção de segurança e medo no espaço urbano causado por elementos físicos e sociais. Era composto por cinco critérios: visibilidade do entorno, iluminação pública, elementos de vigilância formal, presença de esconderijos e barreiras visuais.

Dada a estruturação do índice com pesos ponderados individualizados, Medeiros (2024) construiu uma ferramenta que pode ser aplicada de maneira segmentada, sem a necessidade de aplicação conforme todos os critérios de maneira simultânea para a validação de um trecho urbano. Este trabalho se apropriou dos dois últimos indicadores para o complemento das análises a serem desenvolvidas, por entender que ambos estão mais alinhados aos objetivos desta pesquisa. Sendo assim, em relação à aplicação, foi repetida a abordagem de levantamento auxiliada pela vinculação de dados por códigos numéricos, criando uma identificação unitária para cada frente de quadra e realizando o levantamento em campo para a coleta dos dados.

3. O ÓDIO À ESPREITA: DIAGNÓSTICO DE DADOS SOCIAIS E FENOMENOLÓGICOS

“[...] *Baby*, eu já cansei de me esconder. Entre olhares, sussurros com você. Somos dois homens e nada mais. Eles não vão vencer [...] Ninguém vai poder querer nos dizer como amar” (Maia, 2017). Johnny Hooker e Liniker, na canção *Flutua*, vocalizam a ambiguidade entre a ânsia de experimentar a liberdade e a angústia imposta em muitas pessoas LGBTQIAP+. Destacando medo de vivenciarem represálias em múltiplos contextos da vida apenas pelo ato de amarem e serem quem são. Este capítulo apresenta os resultados obtidos pela pesquisa de campo voltada aos aspectos sociais, considerando a tríplice: dados sobre os atendimentos e políticas públicas da Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT+ e de Igualdade Racial (Casa Amarela), da Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos, de Intolerância Religiosa e Racistas (DECLIR) e do questionário aplicado com a população em João Pessoa.

3.1. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DA CASA AMARELA

A Casa Amarela é um equipamento municipal que foi criado através da Lei Ordinária Nº 12.400/12 (PMJP, 2012). Tem, como objetivo, promover a dignidade humana, cidadania e igualdade, bem como o respeito à diversidade e a universalidade de políticas públicas e de justiça social. Apropria-se de uma gama de profissionais de múltiplas áreas do conhecimento para um atendimento interdisciplinar e que visa dar suporte à população, considerando as demandas específicas do público LGBTQIAP+ e de grupos raciais marginalizados.

Inicialmente, o objetivo era coletar os dados sobre o perfil social dos usuários, informações sobre violências e sobre os atendimentos prestados pelo equipamento no intervalo temporal da pesquisa, porém foi necessária uma adaptação. Durante o período de tramitação para a liberação de acesso aos dados da Casa Amarela, constatou-se que não havia a digitalização ou qualquer dado quantitativo sobre os atendimentos e nem sobre os usuários. Por isso, fez-se necessária a conferência direta e individual dos arquivos físicos das fichas de cadastro do equipamento. No entanto, ao dar início à digitalização do material, com a passagem das informações desejadas para uma planilha digital, verificou-se que não havia

mais arquivos físicos do ano de 2019, tendo sido perdidos durante a troca de gestão. Além disso, referente ao ano de 2020, restavam apenas três fichas.

Embora fosse esperado uma baixa quantidade de registros, em decorrência do período pandêmico e pelo *lockdown* declarado em João Pessoa a partir de maio de 2020, os funcionários do equipamento garantiram que três fichas era uma quantidade irrisória e que deveriam ter mais arquivos. Porém, mesmo durante as demais visitas de continuidade do levantamento de dados, não se conseguiu acesso a esse material, tanto nas pastas mantidas na sala da direção, quanto no depósito do pavimento térreo. Sendo assim, a construção dos resultados considera para 2020 apenas os três atendimentos que existem registros físicos.

Outro ponto a frisar diante da coleta de informações sobre atendimentos e políticas públicas nos equipamentos de João Pessoa, era que, inicialmente, parte da metodologia considerava o acesso aos dados do Centro LGBTPedrinho e do Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, ambos vinculados à Secretaria da Mulher da Diversidade Humana. O processo foi iniciado em agosto de 2024, após uma reunião com o então diretor do Espaço LGBTPedrinho, em que foi orientado o caminho oficial para a solicitação de acesso aos dados. Na ausência de respostas por parte da gestão da SEMDH, foram realizadas outras tentativas ao longo dos meses seguintes, optando-se pela desistência em agosto de 2025 ao reconhecer a falta de tempo hábil para trabalhar com os dados no caso de uma resposta positiva a partir de então. Sendo assim, não haverá a comparação entre as instâncias, nem a consolidação de um panorama mais abrangente — pois a SEMDH tem atuação estadual —, em respeito aos atendimentos e acesso a políticas de acolhimento ao público-alvo da pesquisa.

Em uma direção oposta, como a coleta de dados na Casa Amarela foi finalizada em abril de 2025, as fichas de atendimento de 2024 já estavam disponíveis no arquivo. Sendo assim, optou-se pela sua inserção ao arcabouço de dados da pesquisa para manter a proporcionalidade entre o recorte temporal adotado para os outros tipos de levantamento e a coleta realizada na Casa Amarela, mantendo o intervalo total de cinco anos.

Em relação aos serviços prestados pelo equipamento, destaca-se sua versatilidade pela atuação em múltiplos contextos. No âmbito da saúde, existem parcerias com instituições de ensino superior, como o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e a Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança (FACENE/FAMENE), viabilizando e facilitando o acesso a atendimentos psicológicos, de especialidades médicas e também a realização de exames nas clínicas-escola.

No âmbito social há uma série de atividades. Elas são: a orientação e encaminhamento para os órgãos responsáveis pelo CadÚnico, a realização de ações para distribuição de kits de higiene para pessoas em vulnerabilidade e em situação de rua, doação de cestas básicas vinculadas ao projeto SOS Diversidade, direcionamento jurídico em situações que abrangem desde como lidar com contextos de LGBTfobia/racismo — com o encaminhamento para a delegacia especializada nessa tipologia de crime —, como também na orientação de como realizar a retificação de gênero e prenome em documentos oficiais.

Ainda no âmbito social, existem ações temporárias como a fiscalização realizada nos estabelecimentos comerciais da cidade para verificar se estão cumprindo as exigências das Leis Nº 7.309/03 e Nº 10.895/17 (PARAÍBA, 2003, 2017)²⁹. Também são realizadas iniciativas em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST). Como exemplos, têm-se feirões de empregabilidade voltados à inserção de pessoas LGBTQIAP+ no mercado de trabalho, com ênfase em pessoas transexuais e travestis, além da divulgação de cursos profissionalizantes e de capacitação. Há parcerias voltadas para políticas habitacionais e direcionamento para a casa de acolhimento Cris Nagô, que é voltada para abrigo temporário de pessoas LGBTQIAP+ que estão em situação de rua e outras vulnerabilidades. Há, ainda, uma série de palestras, rodas de conversa e eventos durante todo o ano, voltados para a conscientização, o debate e o fortalecimento social do grupo.

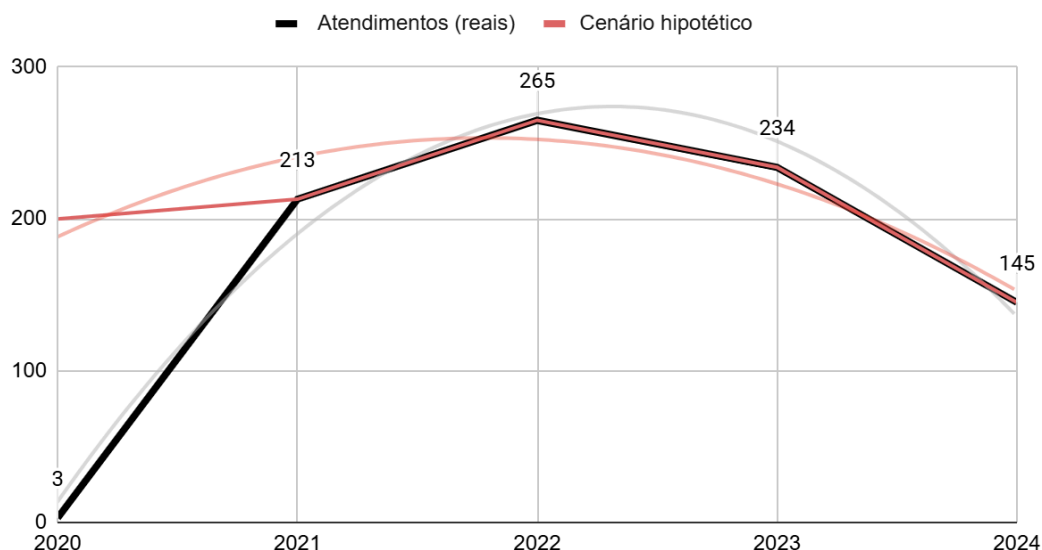
Sobre o universo de dados coletados, obteve-se que entre os anos de 2020 e 2024 foram realizados pelo menos 860 (oitocentos e sessenta) atendimentos ao público, conforme é apresentado no Gráfico 05. Entende-se que esse número é maior que o aqui apontado em prol da perda de arquivos de 2020. Destaca-se o uso de uma linha de tendência polinomial pelo seu comportamento de adaptação a dados não lineares, reforçando a variabilidade do quantitativo de atendimentos em um padrão de crista e vale (altos e baixos).

Mesmo ao considerar um contexto hipotético, com o ano de 2020 obtendo valores elevados, mantido na faixa de duzentos atendimentos, o comportamento da linha de tendência permaneceria com pouca alteração. Na caracterização atual, considerando os valores devidamente obtidos no equipamento, percebe-se a criação de uma crista, com maior centralidade entre 2022 e 2023, diretamente seguida pela conformação de um vale acentuado gerado pela contínua queda nos valores em 2023 e 2024. Já no cenário hipotético (linha

²⁹ Respetivamente essas leis referem-se à proibição da discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero no Estado da Paraíba, havendo a obrigatoriedade de fixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e ao processo de fiscalização do cumprimento dessa regra.

vermelha do gráfico) percebe-se que, mesmo com duzentos atendimentos em 2020, não há uma descaracterização da linha de tendência. Tem-se, como principal diferenciação em relação ao cenário real, o estiramento da crista, além de gerar um vale menos acentuado.

Gráfico 05: Valores totais de atendimento distribuídos por ano, com destaque para linha de tendência.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Partindo para a caracterização do perfil dos usuários, a Tabela 03 apresenta a distribuição dos atendimentos com base na identidade de gênero autodeclarada. Destaca-se que o grupo com maior prevalência entre os usuários é o de homens cisgêneros, representando cerca de 30% do total, diretamente seguido pelas mulheres cisgêneras, com 25%, e pelas travestis e/ou mulheres transgêneras com 22%. No biênio de 2021-2022, há o crescimento na presença de quase todos os grupos, provavelmente estando relacionado a ações pontuais e uma maior visibilidade de acesso aos serviços do equipamento. Com exceção dos homens transgêneros, os demais grupos apresentaram maiores quantitativos no biênio em questão, diretamente atrelado ao pico de atendimentos que está centrado em 2022.

No biênio seguinte (2022-2023), há uma maior variação nos dados. Alguns grupos diminuíram expressivamente o quantitativo de atendimentos (homens e mulheres cisgêneros), outros apresentaram reduções menos vertiginosas (homens transgêneros), enquanto a presença de pessoas não-binárias, travestis e mulheres transgêneras apresentou crescimento, inclusive tendo em 2023 o pico de representatividade para os grupos em questão. Outra tendência de crescimento está na parcela de usuários que não se autodeclararam nessa variável — que

representam 5% de todas as fichas de atendimento —, passando a ter uma queda no quantitativo apenas em 2024.

Tabela 03: Distribuição dos usuários com base na identidade de gênero autodeclarada.

Ano	Homem cisgênero	Homem transgênero	Mulher cisgênera	Travesti e Mulher transgênera	Não-binário	Sem identificação	Outras*
2020	0	1	1	1	0	0	0
2021	62	34	63	39	8	7	0
2022	88	24	72	44	24	12	1
2023	54	13	53	71	29	14	0
2024	49	14	26	32	15	8	1
Total	253	86	215	187	76	41	2

***Observação:** A categoria "outras" abrange identidades de gênero descritas pelos usuários, não estando originalmente disponíveis como opções na ficha, são elas: Intersexo e Queer

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Considerando o último biênio (2023-2024), percebe-se uma nova redução nos atendimentos, tendo maior acentuação tanto em mulheres cisgêneras quanto transgêneras e travestis. Proporcionalmente entre os que tiveram reduções, pessoas não-binárias compõem o grupo que se manteve mais estável. Já homens transgêneros compõem o único grupo que teve crescimento quantitativo, embora com valores absolutos em menor representatividade.

Seguindo para a variável da orientação sexual, apresentada na Tabela 04, há uma clara prevalência de atendimento a pessoas homossexuais³⁰, compondo aproximadamente 50% dos atendimentos, seguidos por pessoas heterossexuais, com 29%, e bissexuais com 22%. Cabe o destaque de que o público heterossexual atendido no equipamento engloba duas principais possibilidades: i) pessoas transgêneras e não-binárias, visto que a orientação sexual e a identidade de gênero são aspectos dissociáveis da personalidade e tornam possível a presença de pessoas heterossexuais na comunidade LGBTQIAP+; ii) pessoas de grupos raciais não-brancos, visto que o equipamento também está vinculado a políticas de igualdade racial.

³⁰ Para facilitar fins quantitativos e de análise, os dados de homens gays e mulheres lésbicas foram unidos em todas as bases de dados coletadas. Ou seja, no banco de dados da Casa Amarela e da DECLIR não há a separação entre gays e lésbicas, todos estão na mesma categoria, podendo ser diferenciados, em caso de necessidade, com base na identidade de gênero autodeclarada.

A disposição quantitativa e proporcionalidade dos grupos, no tocante à orientação sexual, apresenta maior consistência ao longo dos anos do que a identidade de gênero. Percebe-se a permanência na representatividade para todos os grupos, tendo pessoas homossexuais com os maiores valores e mantendo-se por volta dos 50% do dado geral, enquanto pessoas heterossexuais e bissexuais permanecem flutuando entre valores no intervalo de 20% a 30%, porém com constância proporcional. Assim como pessoas pansexuais que, embora tenham pouca variância em seus valores absolutos, têm menor expressividade em quantitativo. Pessoas assexuais e de outras orientações aparecem de maneira pontual, estando abaixo daqueles que não autodeclararam qualquer sexualidade.

Tabela 04: Distribuição dos usuários com base na orientação sexual autodeclarada.

Ano	Assexual	Bissexual	Heterossexual	Homossexual	Pansexual	Sem identificação	Outras*
2020	0	0	2	0	0	1	0
2021	0	50	47	91	15	10	0
2022	1	54	55	131	15	9	0
2023	1	43	65	101	8	13	3
2024	0	32	23	68	12	8	2
Total	2	179	192	391	50	41	5

***Observação:** A categoria "outras" abrange sexualidades descritas pelos usuários, não estando originalmente disponíveis como opções da ficha, são elas: Demisexual e Queer

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Como última variável identitária, a autodeclaração racial, apresentada na Tabela 05, é caracterizada por uma predominância destacada para pessoas pardas, com aproximadamente 43% dos usuários, seguidos por pessoas brancas, com 28%, e pretas com 22%. Sendo assim, ao se considerar os valores referentes aos usuários negros, compondo-se pela união de pretos e pardos, detêm-se 65% de todos os atendimentos. Sobre o grupo composto por pessoas amarelas, cabe pontuar que, segundo os próprios funcionários do equipamento, em algumas situações, pode ter sido preenchido de maneira errônea pela falta de letramento racial de entender que o grupo étnico/racial de pessoas amarelas compreendem a ascendência asiática e não uma tonalidade clara de pele.

Tabela 05: Distribuição dos usuários com base na raça/cor de pele autodeclarada.

Ano	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Sem identificação	Outras*
2020	0	0	0	2	1	0	0
2021	5	69	2	86	47	4	0
2022	2	84	8	98	71	2	0
2023	8	45	4	111	51	14	1
2024	4	39	3	70	23	6	0
Total	19	237	17	363	193	26	1

***Observação:** A categoria "outras" abrange identidades raciais descritas pelos usuários, não estando originalmente disponível como opção da ficha, sendo ela: Quilombola

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Considerando o biênio 2021-2022, com exceção das pessoas amarelas, percebe-se um crescimento de todos os grupos, com maior acentuação em pessoas brancas e pretas, embora que proporcionalmente não tenha existido variações proeminentes. No período seguinte (2022-2023), a variação mais destacada é a redução acentuada do atendimento de pessoas brancas, com queda próxima a 50% nos valores quantitativos em comparação, mantendo uma constante redução até o ano de 2024.

Ao que se refere à população indígena que frequenta o equipamento, há de se destacar que existe uma tendência de vinculação à pauta LGBTQIAP+. Visto que, com exceção de apenas um usuário, os demais ou são de sexualidades fora do espectro hétero, ou são de identidades de gênero não-binária ou mulheres transgêneras. E, mesmo ao se observar especificamente o contexto de pessoas negras, há também uma relação direta entre a orientação sexual e identidade de gênero com o tocante racial. Há uma baixa representação quantitativa de pessoas simultaneamente heterossexuais e cisgêneras que sejam pretas ou pardas, com apenas 2,67% de todos os atendimentos.

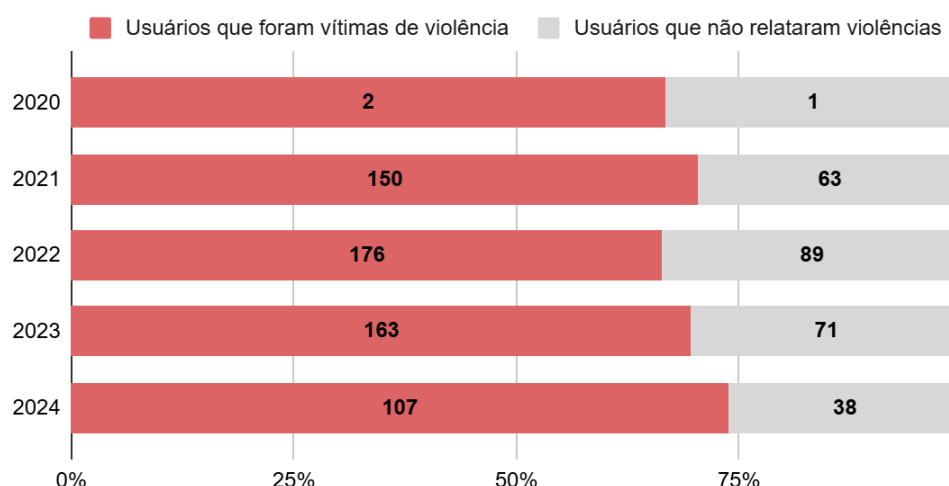
Como último tópico com relação ao quantitativo de atendimentos, a queda ao se comprar o período de alta (2022 e 2023) com o último ano (2024), sinaliza para uma necessidade de investigação de quais são os fatores políticos e sociais que podem estar atrelados a uma limitação do acesso de novos usuários. Todavia, deve-se entender que os dados aqui apresentados referem-se exclusivamente aos novos usuários, pois ao criar o

cadastro no equipamento, o acesso a todas as políticas que são oferecidas acontece por meio da solicitação direta.

Ou seja, uma vez cadastrado no sistema, pontua-se quais são os serviços desejados e aguarda-se na lista de espera. Já em momentos posteriores, pode-se acrescentar novas demandas sem que, necessariamente, seja criada uma nova ficha ou documentação, apenas a revisão dos dados. Por isso, há a possibilidade dessa queda nos valores ser um reflexo não da diminuição do número de usuários assistidos pelas políticas públicas, mas sim uma diminuição na presença de novos frequentadores do equipamento.

Partindo para o outro universo de dados, no tocante à violência de ódio, há uma predominância evidente entre os usuários que alegam ocorrências vividas. O Gráfico 06 apresenta a distribuição ao longo dos anos com o quantitativo e a proporção entre aqueles que declararam algum tipo de violência em sua ficha e os que não relataram qualquer situação.

Gráfico 06: Valores absolutos e proporções entre o relato de violência por parte dos usuários no ato do cadastro.



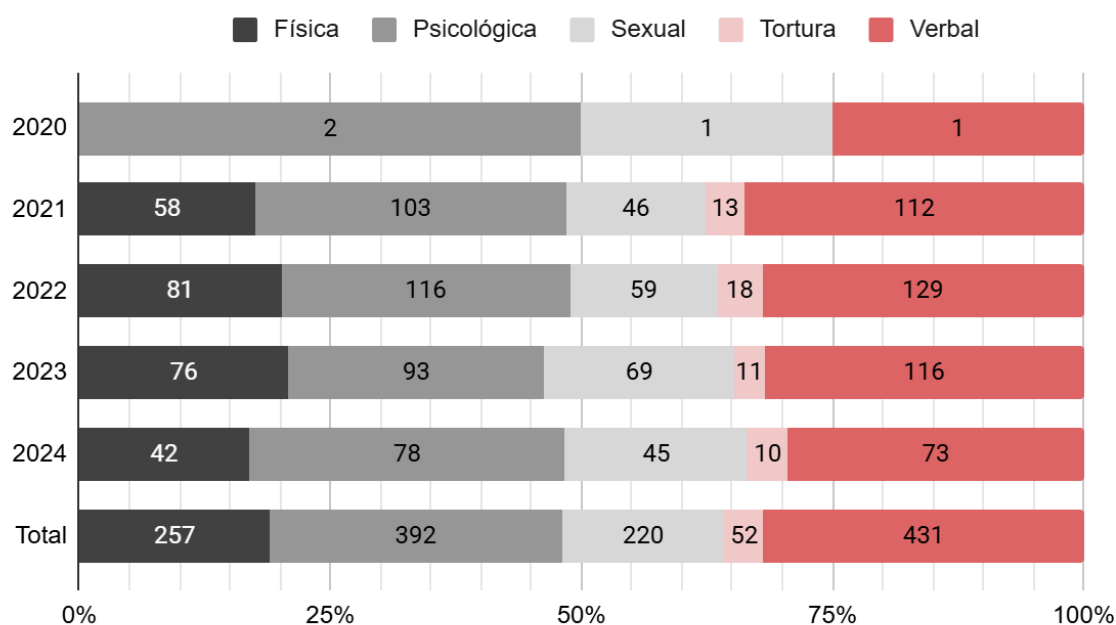
Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Considerando os cadastros que apresentam histórico de violência, os valores percentuais em relação ao total de atendimentos do ano variam entre 66% e 74%, mesmo com flutuações em dados absolutos. Embora 2022 tenha sido o pico dos atendimentos, tendo também o maior quantitativo de casos de violência relatados, foi o ano com o menor valor proporcional. Ainda que, a partir de 2023, tenha-se uma redução contínua nos atendimentos e, conseqüentemente, menores valores absolutos, a proporção dos que foram vítimas permaneceu em crescimento, chegando a quase atingir 75% dos usuários em 2024.

Essa configuração dos dados reforça que a violência de ódio é um fator determinante na vida da maioria dos usuários, pois 7 em cada 10 já foram vítimas de alguma tipologia de violência. Assim, consolidando a temática como um eixo estruturante de demanda para o equipamento e para o desenho de políticas públicas. Pois, mesmo em contínua redução de atendimentos, há a persistência de taxas elevadas de vitimação, destacando como a vulnerabilidade social e a exposição à violência são questões constantes na vida de pessoas LGBTQIAP+, principalmente ao se considerar a interseção com outros fatores identitários.

Com relação à tipologia, a que tem maior prevalência e recorrência ao longo dos anos é a violência verbal (Gráfico 07). Ela se mantém em uma faixa percentual entre 30% e 34% dos casos, tendo como pico o ano de 2022, sendo a violência predominante com exceção de 2024. Esse ser o tipo mais comum de ocorrência reforça a presença cotidiana de atos LGBTfóbicos e racistas, expressos através de insultos, ofensas públicas e piadas, ocorrendo nos mais variados contextos e ambientes.

Gráfico 07: Valores absolutos e proporções dos tipos de violência relatados pelos usuários no ato do cadastro.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Em segundo lugar, destacam-se as ocorrências da violência psicológica, sendo voltada diretamente a situações de controle, perseguição, humilhação e intimidação, entendida como um reflexo da concentração de poder e da hierarquia social. Sua flutuação percentual engloba a faixa entre 25% a 32% e, assim como a verbal, apresenta valores elevados e estáveis. As

violências física e a sexual se apresentam com valores menos expressivos, mas ainda assim alarmantes e estáveis, com pouca mutabilidade e mantendo-se numa faixa entre 15% e 22% dos casos.

Elas refletem uma lógica semelhante, de serem fundamentadas num princípio corretivo, estando diretamente condicionada ao sexo biológico das vítimas conforme afirmam Efrem Filho (2016) e Oliveira (2017). No caso de agressões físicas e lesões corporais, há uma maior representatividade de ocorrência contra homens cisgêneros — sejam eles gays, bis ou pansexuais, tanto brancos quantos não-brancos —, como uma prática de correção pela quebra do pacto social da masculinidade e rompimento dos padrões de privilégio que a cisgeneridade aliada a masculinidade fornecem de maneira automática e sistêmica. Sendo também uma das práticas mais recorrentes contra travestis e mulheres transgêneras, pela sua subversão ao imaginário do binarismo entre homem e mulher.

Já a violência sexual está mais presente na vivência de mulheres cisgêneras, homens transgêneros e pessoas não-binárias. Também é fundamentada em um contexto de correção, em que a prática sexual violenta e forçada é legitimada como uma forma de corrigir o “desvio” seja de sexualidade (ao ser realizado contra mulheres lésbicas, bis ou pansexuais), ou da identidade de gênero como uma forma de deslegitimar a vivência da vítima (Efrem Filho, 2016; Oliveira, 2017).

A Tabela 06 apresenta a distribuição dos dados de violência com base nos valores totais e na média de casos por vítima ao ano. Embora 2022 tenha sido o ano de pico em relação aos valores, sua média de casos é ligeiramente menor do que as de 2024. Mesmo com uma constante queda no número de novos atendimentos, conforme já afirmado, os valores de violência mantiveram estabilidade e, proporcionalmente, tiveram crescimento.

Tabela 06: Relação entre usuários e violências relatadas, em valores absolutos e média.

Ano	Nº de vítimas	Nº totais de violência	Média de violência por vítima
2020	2	4	2
2021	150	332	2,21
2022	176	403	2,29
2023	163	365	2,24
2024	107	248	2,32

Total	598	1352	2,26
--------------	-----	------	------

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Ademais, embora existam algumas variações de valores médios, todos os anos do recorte tiveram valores próximos, com baixa mutabilidade, tendo uma média de 2,26 casos de violência relatada por usuário. Cabe ainda o destaque de que esse valor provavelmente é maior, visto que não há na ficha a possibilidade de destacar a reincidência de alguma situação. Sendo assim, o usuário só pode relatar uma violência por tipo, como também não tem a possibilidade de vincular uma tipologia a múltiplos contextos espaciais. E essa simplificação pode não refletir a realidade de muitos casos.

Sobre a matriz de motivação das ocorrências (Tabela 07), assim como a tipologia das violências, são valores que extrapolam o quantitativo máximo de vítimas, visto que há a possibilidade de marcar mais de uma motivação. A que detém maior destaque é a LGBTfobia, com intervalo percentual entre 40% e 54% dos casos, mantendo-se estável mesmo em momentos de redução. Destaca-se que, embora o ano de 2022 seja o pico quantitativo, proporcionalmente os anos de 2021 (54%) e 2023 (50%) correspondem aos períodos de maior incidência para a categoria.

Tabela 07: Distribuição das matrizes de motivação das violências de ódio declaradas.

Ano	LGBTfobia	Racismo	Intolerância Religiosa	Sexismo	Capacitismo
2020	1	0	0	0	0
2021	116	13	20	31	4
2022	124	35	21	35	2
2023	118	28	21	25	4
2024	77	23	21	26	7
Total	436	99	83	117	17
Ano	Situação de rua	Xenofobia	Conflito Geracional	Outras*	Não relataram a motivação
2020	0	0	0	0	2
2021	10	6	12	4	67
2022	15	7	28	2	98
2023	16	8	16	3	78
2024	8	2	24	4	41
Total	49	23	80	13	286

***Observação:** A categoria "outras" abrange matrizes descritas pelos usuários, não estando originalmente disponíveis como opções da ficha, sendo elas: Ciúmes, gordofobia, interesse financeiro, pedofilia, prostituição, relacionamento abusivo e violência doméstica.

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

As fichas que relatam situações de intolerância religiosa tendem também a destacar a presença de racismo, apontando para uma conexão direta entre as fundamentações para atos de ódio, principalmente ao se observar o aspecto religioso como central. Além de apresentar a maior estabilidade entre todas as categorias, pela manutenção quase idêntica ao longo dos anos, ao se observar a proporção dos casos, os valores são equiparáveis, tendo uma sincronicidade para a vitimização simultânea. A relação entre eles aponta que 1 em cada 3 casos terá a sobreposição dessas matrizes, centralizado a partir da intolerância. Ao se referenciar a centralidade dos casos pelo racismo, há uma redução na relação, pois existe uma maior variabilidade de sobreposição de fundamentações. Sendo assim, a intolerância religiosa está presente em 1 a cada 4 casos de racismo.

Outra variável de destaque é a presença do sexismo, estando em um intervalo percentual entre 11% e 14%. Essa motivação apresenta uma relação com o que foi previamente abordado na questão da violência sexual. A predominância dos casos é contra mulheres cisgêneras, independente de sua orientação sexual e autodeclaração racial, tendo uma variação entre 30% e 46% dos casos de sexismo. Mas há uma constante de crescimento de atos sexistas contra pessoas não-binárias, que saíram de 6% dos casos em 2021 para 18% em 2024. Existem também atos contra mulheres transgêneras e travestis, com uma presença média de cinco (5) casos por ano, direcionada muitas vezes a atos de violência sexual contra profissionais da prostituição. Homens transgêneros também apresentam certa recorrência em denúncias de violências sexistas, possivelmente atrelados à atos corretivos, mas seus valores estão em queda contínua, saindo de sete (7) fichas para duas (2), no intervalo de 2021-2024.

O conflito geracional é recorrente contra todos os públicos. Essa categoria reflete, principalmente, o contexto de violências domésticas oriundas de relações familiares, majoritariamente referindo-se a atos discriminatórios realizados por pais, avós e outros parentes de gerações passadas. Percebe-se afinidade desse padrão com o da violência motivada pela situação de rua. Ela parte de um contexto de expulsão domiciliar e está diretamente vinculada à experiência de vida de pessoas LGBTQIAP+, tendo apenas duas fichas em relação ao total que são de pessoas simultaneamente cisgêneras e heterossexuais.

Ainda assim, há uma predominância dessa categoria ser destacada por travestis e mulheres transgêneras, concentrando 50% de todos os registros.

Com relação à distribuição dos casos por lugar de ocorrência (Tabela 08), a primeira questão a se destacar é que também seus dados não podem ser somados pela possibilidade de sobreposição de ocorrências, superando o quantitativo de situações relatadas. O ambiente domiciliar se configura como o principal local descrito pelos usuários, com valor percentual na faixa entre 38% e 45% dos casos. Esse fato evidencia que a violência de ódio não está restrita ao espaço público, sendo também fortemente praticada na esfera doméstica e privada, muitas vezes realizada por familiares ou pessoas de relações próximas/íntimas. Além disso, mesmo não estando como um dos principais ambientes de ocorrência, habitações coletivas também apresentam uma recorrência constante, mantendo valores médios em 6% dos casos.

Tabela 08: Distribuição dos locais das violências de ódio declaradas.

Ano	Residência	Habitação Coletiva	Escola	Local para esporte	Bares
2020	2	0	0	0	0
2021	93	12	34	5	20
2022	95	13	53	4	38
2023	91	6	27	4	31
2024	79	13	35	8	19
Total	360	44	149	21	108
Ano	Comércio	Rua	Outros*	Não relataram o lugar	
2020	0	0	0	1	
2021	18	17	10	64	
2022	28	16	13	100	
2023	18	42	16	76	
2024	18	18	6	40	
Total	82	93	45	281	

***Observação:** A categoria "outros" abrange lugares descritos pelos usuários, não estando originalmente disponíveis como opções da ficha, sendo eles: Casa de amigos ou familiares, escritório de advocacia, igreja, instituições, meio virtual, rodoviária, terapia, trabalho e universidade. A categoria "Rua" também não fazia parte das opções, porém foi adicionada às principais por ter um quantitativo expressivo.

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

A escola é o segundo local mais recorrente, destacando a vulnerabilidade de pessoas dissidentes até mesmo em ambientes educativos e que deveriam garantir a proteção de seus usuários. Nesse contexto, uma das violências estruturais mais comuns é a prática do *bullying*,

fundamentada muitas vezes em aspectos da identidade de gênero de jovens em autodescobrimento e a imposição de estigmas sexuais pautados nos papéis sociais do que homens e mulheres devem fazer e de como devem se portar. Esse contexto é uma das bases que fomenta a evasão escolar, principalmente de pessoas transgêneras, que estão mais vulneráveis a contextos de ódio, não apenas pela não aceitação de sua identidade, como também por serem negados direitos fundamentais, assegurados por lei, como o respeito ao nome social, aos pronomes e o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero (Ribeiro e Matos, 2020; Benevides, 2022).

A grande concentração de casos nas ruas, comércios, bares e espaços semelhantes reforça que não há espaço devidamente seguro quando se é uma pessoa que foge ao padrão social. Visto que o ambiente domiciliar e educacional já foram apresentados como os de maior recorrência e logo em seguida estão representações dos espaços públicos e de lazer. Ou seja, todas as esferas da vida social estão de alguma maneira conectadas com a violência e com o ódio. Um último ponto a se destacar é o elevado número de fichas que não registraram o local de ocorrência, com aproximadamente 32% das vítimas não preenchendo a questão do ambiente. Essa ausência pode dificultar a consolidação de um padrão, pois poderia alterar a proporção dos casos aqui estudados, permitindo a comparação com outras bases.

Como último tópico sobre o equipamento, o acesso aos serviços prestados (Tabela 09), apresenta polarizações claras, cabendo o destaque também da impossibilidade de soma dos valores, pela sobreposição de acesso. A demanda central do equipamento é voltada para cuidados da saúde mental, tendo a principal política pública voltada ao atendimento psicológico, com valores percentuais entre 21% e 32% dos valores totais. O acesso aos serviços psiquiátricos é o terceiro mais procurado, tendo valores percentuais entre 4% e 10%, de modo que ao se somar os valores vinculados à saúde mental, pode-se chegar até quase metade do contingente total.

Tabela 09: Serviços acessados pelos usuários.

Ano	Cadastro	Psicologia	Psiquiatria	Endocrinologia	Odontologia	Ginecologia	Jurídico
2020	1	1	0	0	0	0	1
2021	60	70	13	1	19	13	14
2022	40	131	20	19	73	27	21
2023	18	108	44	42	81	27	18
2024	10	80	25	21	27	12	17

Total	129	390	102	83	200	79	71
Ano	Ambulatório TT	Serviço social	Cursos	Habitação	Trabalho	Outras*	
2020	0	1	1	0	0	0	
2021	12	65	5	20	36	9	
2022	4	29	32	26	31	21	
2023	1	2	2	1	5	98*	
2024	6	5	2	6	14	22	
Total	23	102	42	53	86	150	

***Observação:** A categoria "outras" abrange políticas que tiveram a tendência de pouca representatividade ao longo dos anos, sendo elas: CadÚnico, cardiologia, cesta básica, clínica médica, dermatologia, encaminhamento para delegacia, encaminhamento para o Espaço LBGPedrinho, encaminhamento para o SOS diversidade, exames, nutricionista, oftalmologia, oncologia, preservativos, testagem rápida e voluntariado.

****Observação:** Em 2023 houve um quantitativo maior em categorias com pouca adesão em outros anos, seu detalhamento se discorre da seguinte maneira: Cestas básicas (61), dermatologia (17), gastrologia (7), SOS Diversidade (17). A divergência do valor ao somar as categorias se dá pela existência pelo acesso simultâneo a mais de uma política.

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Embora os serviços voltados à saúde mental sejam destacados como a busca principal, a atuação em serviços de saúde, em sua totalidade, pode ser reforçada como a principal área de atuação do equipamento. Esses atendimentos são fundamentais e se tornam possíveis pelas parcerias com as instituições de ensino superior. Embora exista atendimento público, vinculado aos equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), uma das questões centrais também abordada pela Casa Amarela se dá pela necessidade de capacitação dos prestadores de serviço, com relação ao entendimento de especificidades e acolhimento à população LGBTQIAP+. Visto que, o receio em sofrer violências verbais, psicológicas ou até mesmo constrangimentos pela falta de preparo dos prestadores de serviço, pode favorecer a resistência em buscar algum tipo de atendimento. Há ainda grupos de serviços que estão diretamente ligados às especificidades de pessoas transgêneras e não-binárias, sendo também uma das maiores buscas no contexto geral, destacando-se os atendimentos por endocrinologistas, exames e encaminhamentos para o Ambulatório TT³¹.

A área social é a segunda principal na Casa Amarela, estando diretamente relacionada a contextos de formação (acesso a cursos profissionalizantes ou de capacitação, participação

³¹ O Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais Fernanda Benvenutty é um equipamento público que oferece atendimento especializado, com uma equipe multiprofissional, para pessoas trans, travestis e não-binárias. Sua atuação engloba: nutricionista, psicólogo, assistente social, enfermeiro, técnico em enfermagem, fisioterapeuta e médicos nas especialidades de endocrinologia, psiquiatria, mastologia, dermatologia e ginecologia.

em feirões de empregabilidade e semelhantes); acesso à orientação jurídica para alteração de documentos e direcionamento para o setor criminal em casos de necessidade; busca de informações sobre como funciona o acesso à casa de acolhida Cris Nagô ou até mesmo o cadastro para participar de ações como a doação de cestas básicas, conforme a Tabela 10 apresenta.

Tabela 10: Distribuição geral sobre as demandas do público

Ano	Quantidade de atendimentos	Apenas cadastro	Políticas sociais	Serviços de saúde
2020	3	1	3	1
2021	213	60	144	133
2022	265	40	139	274
2023	234	18	96	327
2024	145	10	44	171

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da Casa Amarela (2020-2024).

Os dados gerais, que consideram a soma de todas as subcategorias, reforçam que há uma busca prioritária para serviços de saúde geral, principalmente a partir de 2022, ano que marca o crescimento acelerado em relação às políticas e serviços da categoria. Isso indica que as consequências estruturais da violência de ódio enraizada na sociedade exigem respostas múltiplas, embora haja maior foco na saúde psicológica e mental, em sua totalidade, também se fazem necessárias ações multissetoriais e integradas. Na esfera social, para a promoção de igualdade e reconhecimento dos impactos estruturais na vida individual, na jurídica para o reconhecimento e salvaguarda dos direitos adquiridos a duras perdas, e na econômica para a equalização das oportunidades de trabalho que permitam a integração social de indivíduos marginalizados e estigmatizados.

Diante do conjunto de dados apresentados aqui, torna-se evidente a importância de equipamentos públicos — independente da escala de atuação —, como a Casa Amarela para o acolhimento, proteção e articulação de políticas públicas voltadas para populações dissidentes. Os registros apresentados destacam como as violências de ódio perpassam por diferentes contextos espaciais e sociais, reforçando a necessidade do mapeamento desses dados para auxiliar a compreensão das motivações e de quais políticas se fazem mais necessárias em caráter emergencial. Exatamente por isso que a Casa Amarela se consolida como um instrumento social indispensável na defesa dos direitos humanos, na promoção da

igualdade e dignidade. Dando ênfase na construção e execução de políticas multissetoriais, além de reafirmar a urgência de sua valorização e fortalecimento pela gestão pública.

3.2. UM RETRATO DO ÓDIO DOCUMENTADO: RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA

Diferente da base de dados da Casa Amarela, o material levantado nos arquivos da DECLIR será apresentado de duas maneiras: inicialmente, neste capítulo, com uma percepção generalista sobre as características das vítimas e das concentrações específicas dos tipos de violência; posteriormente, no capítulo dos resultados geoprocessados, em prol da possibilidade da espacialização georreferenciadas dos crimes de ódio denunciados através dos inquéritos e termos circunstanciados de ocorrência.

Assim como na Casa Amarela, homens cisgêneros compõem o principal perfil de usuário no equipamento, compreendendo aproximadamente 47% dos processos acessados, sendo seguidos diretamente por mulheres cisgêneras, com 41% e travestis e/ou mulheres transgêneras com 10%. Homens transgêneros e pessoas não-binárias aparecem de maneira pontual, tendo pouca representatividade estatística em relação aos dados do universo, juntos compreendendo quase 2% dos casos (Tabela 11).

No entanto, principalmente no que se refere às pessoas não-binárias, há a possibilidade de certa invisibilização por questões documentais. Visto que, até 2025 não existem leis que garantam o direito dessa identificação em documentos oficiais e, consequentemente, acabem favorecendo o registro com uma genereficação pautada no sexo biológico. O Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em maio de 2025, abriu caminho para a facilitação desse processo baseando-se no Provimento N° 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2018) e na Lei N° 14.382/22 (Brasil, 2022), que estão diretamente ligados ao processo de alteração de gênero e prenome nos registros públicos. O posicionamento favorável para a alteração baseada na autopercepção e autodeclaração visam garantir a dignidade, mas ainda é um processo com decisão caso a caso e sem uma legislação direta.

Tabela 11: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na identidade de gênero autodeclarada.

Ano	Homem cisgênero	Homem transgênero	Mulher cisgênera	Travesti e Mulher transgênera	Não-binário
2019	21	0	23	3	0
2020	11	0	5	2	0
2021	18	1	15	1	0

2022	27	0	20	10	0
2023	21	1	23	8	1
Total	98	2	86	21	1

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

O ano de 2019, marcado pela criminalização da LGBTfobia, destaca a tendência a ser seguida pelos próximos anos para os dois grupos com a dominância nos registros de inquéritos. No ano de 2020 há uma quebra do padrão que foi consequência do período pandêmico, resultando no fechamento temporário da delegacia e a redistribuição de casos para outras unidades. A partir de 2021 percebe-se o retorno de crescimento dos números absolutos, tendo a consolidação do pico quantitativo em 2022, assim como destacado nos registros da Casa Amarela. O ano de 2022, marcado por um contexto social de crescimento do conservadorismo e disputa política centrada no binarismo partidário, aparenta ter gerado impactos até em escalas locais, com aumento da violência de ódio.

Referente a travestis e mulheres transgêneras, 2022 marcou o surgimento de um novo patamar para os valores. Pois, considerando o período entre 2019 e 2021, o valor médio foi de 2 casos denunciados, passando a ter 9 casos para o período entre 2022 e 2023. Vale salientar que sua participação em menor escala nos valores totais não reflete necessariamente a baixa quantidade de crimes transfóbicos. Autores como Benevides (2022) destacam sobre a subnotificação de pessoas não-cisnormativas, processo que pode estar vinculado com a invisibilização de suas identidades, com o receio de revitimização pelas figuras de poder e com a dificuldade de acesso.

Com relação à orientação sexual (Tabela 12), destaca-se a presença majoritária de pessoas homossexuais, com aproximadamente 59% do total de casos, seguidos por pessoas heterossexuais com 35% e bissexuais com 3%. Pontua-se que há uma parcela, proporcionalmente igual ao contingente de pessoas bis, em que não há dados sobre a sexualidade das vítimas. Essa situação pode se justificar através de dois contextos: i) dificuldade no processo de autoafirmação durante o registro da ocorrência, tanto por uma questão de reconhecimento individual, quanto pelo estado psicológico após uma violência; ii) não reconhecimento da importância dessa informação mediante denúncias de outras naturezas, visto que a DECLIR também abrange casos de racismo e intolerância religiosa.

Tabela 12: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na orientação sexual autodeclarada.

Ano	Bissexuais	Heterossexuais	Homossexuais	Sem informação
2019	3	7	36	1
2020	0	3	12	3
2021	3	12	19	1
2022	0	24	33	0
2023	1	28	24	1
Total	7	74	124	6

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

Sobre a evolução ao longo dos anos, no caso de pessoas heterossexuais, percebe-se a conformação de dois padrões de concentração: o primeiro englobando o período entre 2019 e 2021, com números levemente mais baixos, tendo uma média de 7,3 casos ao ano. O segundo, a partir de 2022, em que há um salto da média para vinte e seis (26) processos ao ano. Essa conformação de padrão apresenta afinidades com a presença mais concentrada de travestis e mulheres transgêneras a partir de 2022, visto que todas eram heterossexuais.

No caso de pessoas homossexuais, há maior variabilidade nos quantitativos, existindo o pico de denúncias em 2019. Esse valor fora da curva está possivelmente atrelado ao momento de visibilidade gerado pela criminalização da LGBTfobia. Logo após, passou-se por uma fase de queda entre os anos de 2020 e 2021, chegando a um novo pico em 2022, sendo o segundo mais alto, seguido por uma nova redução no ano seguinte. Destaca-se, além disso, que o ano de 2023 é o único em que pessoas homossexuais não se configuraram como o grupo de maior quantitativo, mesmo no contexto de redução dos processos.

No tocante racial (Tabela 13), evidencia-se a predominância de ocorrências denunciadas por pessoas pretas, correspondendo a 43% do total, seguidos diretamente por pessoas pardas com 40% e por pessoas brancas com 12%. Assim como a questão da orientação sexual, existiram inquéritos sem identificação, compreendendo pouco mais de 4% do total. Com relação ao quantitativo de pessoas pretas, destaca-se a estabilidade proporcional ao longo dos anos, tendo semelhanças com os valores de pessoas pardas. Ambos os grupos mantêm estabilidade em seus valores absolutos, o primeiro tendo como único desvio 2020, enquanto o segundo manteve-se uniforme independente do período pandêmico. Ambos têm, pelo menos, três vezes mais casos em média por ano ao serem comparados com registros de pessoas brancas. Respectivamente os grupos têm 18,2; 17 e 5,2 casos por ano.

Tabela 13: Distribuição das vítimas dos IPs e TCOs com base na raça/cor de pele autodeclarada.

Ano	Brancos	Pardos	Pretos	Sem informação
2019	9	19	18	1
2020	0	12	4	2
2021	2	10	23	0
2022	11	19	26	1
2023	4	25	20	5
Total	26	85	91	9

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

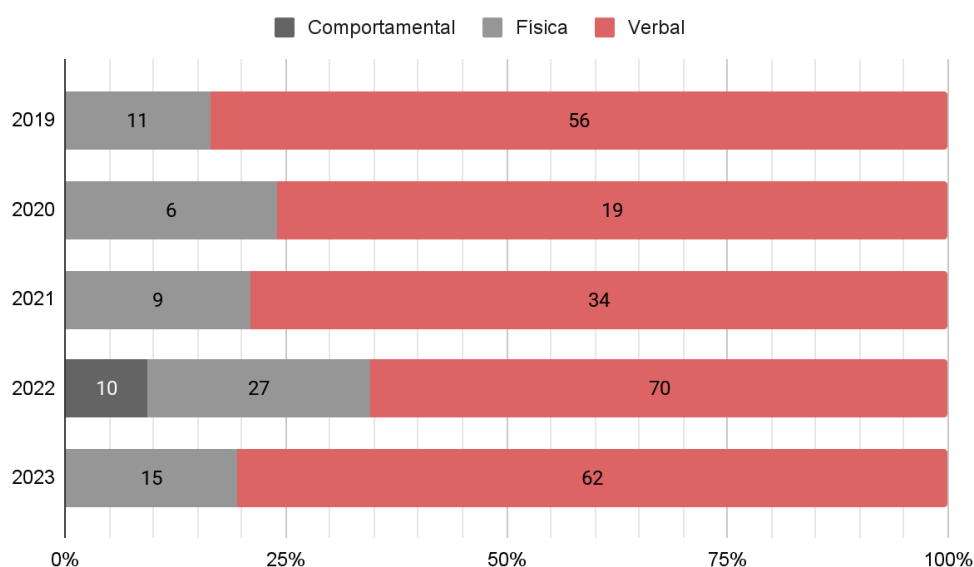
A partir de uma ótica interseccional, observando a correlação entre os três marcadores identitários trabalhados, assim como referente aos usuários da Casa Amarela, ao se observar os registros de ocorrências da DECLIR, é possível construir um perfil majoritário entre as vítimas de crimes de ódio. Embora seja notadamente conhecido o fato de que pessoas transgêneras, especialmente travestis e mulheres transgêneras, são marginalizadas e expostas a uma série de violências estruturais, há a dificuldade de acesso a dados sobre suas vivências. As barreiras sociais que ridicularizam e desumanizam pessoas transgêneras tendem a fomentar a incerteza na busca por direitos e o reconhecimento de suas pautas. Além disso, como umas das principais consequências da transfobia estrutural é a exclusão e o direcionamento à prostituição, fortalece-se o receio do acolhimento mediante a vitimação em situações de violência de ódio (Ribeiro e Matos, 2020; Benevides, 2022).

Por isso, no tocante à identidade/expressão de gênero, percebe-se uma predominância estatística de homens cisgêneros em ambos os equipamentos. No entanto, a diferença quantitativa com relação às mulheres cisgêneras são pequenas e, por isso, a definição exclusiva não compreende a maior parte das nuances da violência de ódio. Já no marcador racial e de orientação sexual, há uma predominância elevada e bem delimitada com o maior direcionamento a pessoas negras e homossexuais.

Já com relação à tipologia da violência documentada (Gráfico 08), é evidente a predominância da verbal ao longo de todos os anos, mantendo-se entre 65% e 84% dos casos. A violência física aparece em segundo lugar, estando no intervalo de 20% a 25% do total, tendo apenas no ano de 2022 a presença da violência comportamental, representando 9%. Cabe o destaque que os valores absolutos, nesse caso, já não estão limitados ao total de duzentos e onze (211) processos (IPs e TCOs), havendo duas possibilidades para o superávit quantitativo:

- I. **Múltiplas violências em um mesmo processo:** há a possibilidade de o inquérito abarcar um conjunto de agressões que evoluíram no seu potencial ofensivo. Por exemplo, uma situação de aversão comportamental, sendo seguida por ofensas faladas e, por fim, o ataque à integridade física. Nessa situação hipotética, o mesmo IP ou TCO seria representado em múltiplas violências, contando para todas as que se encaixassem.
- II. **Múltiplos agressores:** há a possibilidade de, no mesmo processo, duas ou mais pessoas serem indiciadas pelas suas ações. Com isso, cada relação violência/agressor contaria de maneira individual. Por exemplo, em uma situação em que uma pessoa fez insultos e outra lançou uma garrafa contra a vítima, haveria a caracterização como violência verbal e física.

Gráfico 08: Valores absolutos e proporções dos tipos de violência que fundamentaram o IP ou TCO.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

Observando o universo dos dados, há pouca predominância e não há exclusividade dos tipos de violência com relação ao perfil identitário das vítimas. A violência verbal aconteceu de maneira proporcional entre todos os grupos dominantes, independente à questão do gênero, orientação sexual e raça/cor de pele. Já a violência física apresenta maior recorrência entre os IPs e TCOs de pessoas LGBTQIAP+, com 89% dos processos, sendo denunciada por pessoas simultaneamente cisgêneras e heterossexuais em apenas 8 casos, correspondendo a 11% do

universo de dados. Essa configuração se repete também na violência comportamental, em que apenas 1 dos processos é denunciado por alguém não LGBTQIAP+.

Sobre a relação de processos e a quantidade de violências mapeadas (Tabela 14) percebe-se uma média um pouco mais baixa em relação aos dados encontrados na Casa Amarela. No entanto, há uma afinidade entre os dois equipamentos: o pico de casos em 2022. No caso da DECLIR, é o único ano com o valor médio acima da estimativa geral, estando com quase duas violências por processo. Destaca-se também o ano de 2020 que, embora tenha sido afetado pela pandemia, proporcionalmente teve mais registros — visto que teve apenas cinco meses disponíveis antes de o lockdown ser decretado —, como também uma maior quantidade média de violências denunciadas do que em 2021.

Tabela 14: Relação entre usuários e violências relatadas, em valores absolutos e média.

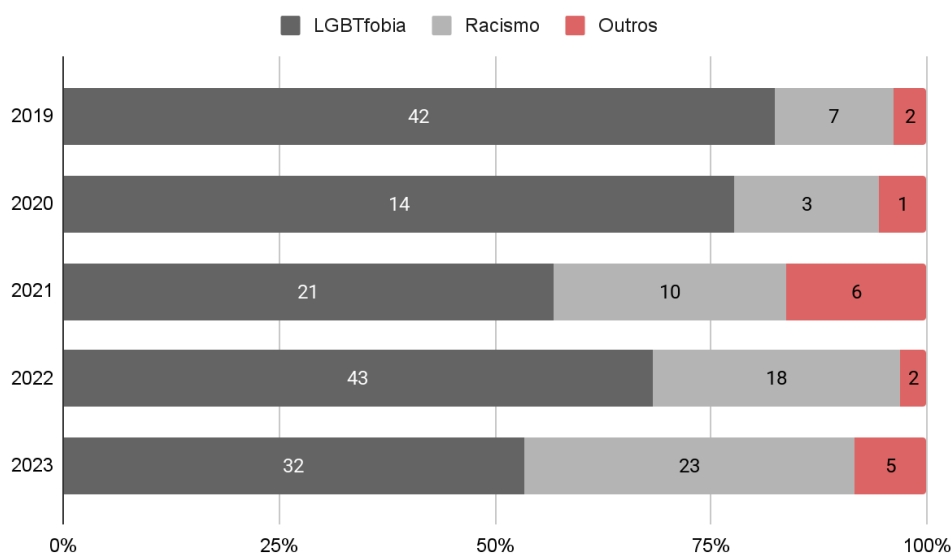
Ano	Número de vítimas	Número total de violências	Média de violência por vítima
2019	47	67	1,43
2020	18	25	1,39
2021	35	43	1,23
2022	57	107	1,88
2023	54	77	1,43
Total	211	319	1,51

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

Acerca da proporcionalidade das matrizes de motivação dos crimes de ódio (Gráfico 09), há uma dominância evidente em relação à LGBTfobia, permanecendo no intervalo percentual entre 54% e 84% dos casos, seguida pelos atos racistas com 13% e 38% do total e, por fim, as outras situações que englobam discriminações baseadas em xenofobia e intolerância religiosa — que sempre estão atreladas a uma das principais matrizes —, com valores entre 3% e 16%.

A sobreposição entre matrizes está presente em dezessete processos, compreendendo pouco mais de 8% do total de casos. A LGBTfobia mantém-se como a principal fundamentação do ódio, tanto de maneira individualizada quanto nos processos que envolve a múltipla fundamentação, não estando presente em apenas três processos com sobreposição entre matrizes.

Gráfico 09: Valores absolutos e proporções da motivação das violências que fundamentaram o IP ou TCO.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados da DECLIR (2019-2023).

Sendo assim, com base na análise dos IPs e TCOs da DECLIR, observou-se que a violência de ódio é abrangente e multiarticulada, sendo diretamente impactada pela sobreposição dos marcadores identitários. Assim, reafirmando como a LGBTfobia e o racismo se associam continuamente na produção de desigualdades e vulnerabilidades, além da reprodução da violência sistêmica. A realização do registro desses dados, considerando também a possibilidade da documentação georreferenciada e espacializada, evidencia como este material pode transcender o âmbito policial, sendo um recurso fundamental para a compreensão crítica do fenômeno, principalmente por tratar do que é devidamente denunciado e documentado, mesmo com o impacto da subnotificação.

3.3. E O QUE NÃO É DENUNCIADO? PANORAMA DA VIOLÊNCIA DE ÓDIO A PARTIR DO QUESTIONÁRIO PÚBLICO

Visando a construção de uma base de dados que pudesse ser avaliada com critérios semelhantes e comparada com os registros de crimes de ódio documentados pela DECLIR, propôs-se a utilização de um questionário público com a sociedade civil. Ele esteve disponível para participação durante o intervalo de doze (12) meses, iniciado em agosto (2024) e finalizado em agosto (2025). A aplicação aconteceu tanto de maneira presencial, conforme espacializado nos pontos de coleta apresentados na Figura 02, quanto remotamente através do

compartilhamento em portais de divulgação científica nas redes sociais, pelo encaminhamento direto utilizando a rede de e-mails institucionais da UFPB e através de cartazes espalhados em espaços públicos de João Pessoa contendo um QR Code que direcionava à plataforma *Google Forms*.

A análise dos dados gerados por ele será apresentada conforme a estruturação do formulário, inicialmente com a definição da amostragem e das características dos participantes (perfil socioeconômico). Sendo seguido pelas percepções dos elementos do espaço e sua conexão com a sensação de segurança e medo, com caracterização da tendência geral e do público-alvo. E encerrando com as vivências atreladas à violência de ódio, seus tipos e frequência de ocorrência.

3.3.1. *Características da amostragem: perfil identitário*

A definição da amostra de respondentes, considerando os parâmetros descritos na seção metodológica, apontou para a necessidade de trezentos e oitenta e quatro (384) voluntários para atingir o objetivo de construção dos dados com 95% de grau de confiança e 5% de margem de erro. Propôs-se, então, que esse quantitativo fosse referente às vítimas de violência de ódio em João Pessoa, tendo mais participantes em termos gerais do questionário. Durante os meses em que o formulário esteve disponível para respondentes, foram aplicados ao todo seiscentos e cinco (605) questionários, dos quais, duzentos e oitenta e quatro (284) traziam informações de vítimas da violência de ódio.

Entende-se que a meta original não foi atingida integralmente, porém o quantitativo produzido com relação ao total de respondentes compreende a estabilidade estatística desejada, chegando a superar a expectativa. Pois, avaliando os dados em sua totalidade, obteve-se valores que correspondem a 95% de grau de confiança nos dados e uma margem de erro em 4%. Assim, é possível destacar a relação entre a chance de ser vítima de uma violência de ódio selecionando pessoas ao acaso e considerando a mesma questão direcionada ao público-alvo do estudo. Sobre essa questão, a população total de respondentes apresentou três configurações. Elas são:

- I. **Voluntários que não se enquadraram no público-alvo:** como a seleção de participantes tanto na aplicação presencial (com o convite direto) quanto no preenchimento virtual (com o convite indireto) era ao acaso, existiram respondentes que não se encaixavam no público-alvo da pesquisa, sendo simultaneamente pessoas

cisgêneras, brancas e heterossexuais. Suas respostas abrangem a construção total da pesquisa, trazendo dados até a etapa da percepção dos elementos do espaço e a relação com a sensação de segurança e medo. Totalizaram cinquenta e duas (52) respostas no universo dos dados;

- II. **Voluntários que se enquadraram no público-alvo parcialmente:** o segundo grupo compreende os participantes que se encaixam com o objetivo do questionário, ou seja, eram minorias por uma ou mais das categorias identitárias. No entanto, no último critério de exclusão — referente a terem sido vítimas de racismo ou LGBTfobia em João Pessoa —, tiveram respostas negativas e, assim como o grupo anterior, os dados coletados vão até à seção de segurança e medo. Este grupo totaliza duzentos e sessenta e nove (269) respostas do universo de dados.
- III. **Voluntários que se enquadraram como público-alvo:** o último grupo é composto pelos participantes que responderam o questionário integralmente, correspondendo às duzentas e oitenta e quatro (284) respostas que passaram para a fase da espacialização e análise espacial.

Sendo assim, considerando todos os voluntários do estudo, ao se escolher um participante ao acaso, a chance dessa pessoa se enquadrar integralmente como público-alvo da pesquisa atingiu uma proporção de 4,7 a cada 10 pessoas. Realizando o mesmo processo, mas considerando apenas os grupos 2 e 3, conforme apresentado acima, a proporção subia para 5,1 a cada 10 pessoas. Assim como nas outras análises, os marcadores identitários foram avaliados inicialmente de modo isolado. No tocante à identidade de gênero dos voluntários (Tabela 15), há uma predominância na participação de pessoas cisgêneras, com as mulheres representando 51% do todo, seguidas diretamente pelos homens cisgêneros com 38%. Pessoas não-binárias compreenderam 7.4%, enquanto travestis e/ou mulheres transgêneras e homens transgêneros representam 1.3% e 1.5%, respectivamente.

Tabela 15: Distribuição geral dos participantes com base na identidade de gênero, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Perfil geral dos participantes (quantitativo e percentual)			Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e percentual)			Proporção vítimas x total
Homem Cisgênero	234	38%	Homem Cisgênero	89	31%	0,38
Homem Transgênero	9	1,5%	Homem Transgênero	6	2,3%	0,66
Mulher Cisgênera	309	51%	Mulher Cisgênera	141	49%	0,45
Mulher Transgênera / Travesti	8	1,3%	Mulher Transgênera / Travesti	8	2,8%	1
Pessoa Não-Binária	45	7,4%	Pessoa Não-Binária	40	14%	0,88

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Observando a relação entre o perfil total dos respondentes e a filtragem para apenas os que foram vítimas de violência, mantém-se a dominância de pessoas cisgêneras em termos quantitativos e até mesmo proporcionais, porém com algumas reduções nos pontos percentuais, tendo no caso de mulheres a redução de 2% e de homens com 7%. Já as pessoas transgêneras e não-binárias apresentaram crescimento na proporcionalidade do todo ao se falar apenas de quem foi vítima de violências.

Os destaques reafirmam sobre a relação entre o número de vítimas com o todo, estando segmentado por grupo e enfatizam como a chance de vitimização é maior para pessoas dissidentes de gênero. Visto que, considerando as mulheres transgêneras e travestis, todas as que participaram do questionário foram vítimas de alguma situação de ódio. Pessoas não-binárias tiveram uma relação em que, aproximadamente, 9 a cada 10 participantes também fizeram alguma denúncia e no caso de homens transgêneros quase 7 a cada 10. Homens cisgêneros apresentaram a maior redução no que se refere às vítimas, mantendo uma proporção de quase 4 a cada 10 participantes, enquanto mulheres cisgêneras ficaram com uma proporção de 4,5 a cada 10.

Com relação à orientação sexual (Tabela 16), a dominância individual é de heterossexuais, compreendendo 34% de todas as respostas, seguidos diretamente por bissexuais com 30% e homossexuais com 25%. Pessoas pansexuais se configuram como o último grupo a ter uma proporção significativa nos dados, mantendo-se com 9% do todo. Ao se observar os dados a partir da dicotomia entre ser ou não uma pessoa LGBTQIAP+, considerando exclusivamente o tocante da sexualidade, a proporcionalidade entre os respondentes é reduzida. Pois, em uma avaliação segmentada, os grupos mais proeminentes tiveram proporções semelhantes, mas ao unir dados de orientações não-heterossexuais há uma predominância de pessoas dissidentes, com 66% de todas as respostas.

Tabela 16: Distribuição geral dos participantes com base na orientação sexual, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Perfil geral dos participantes (quantitativo e percentual)			Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e percentual)			Proporção vítimas x total
Assexual	11	2%	Assexual	3	1%	0,27
Bissexual	180	30%	Bissexual	98	35%	0,54
Heterossexual	210	34%	Heterossexual	61	21%	0,29

Homossexual	149	25%	Homossexual	78	28%	0,52
Pansexual	55	9%	Pansexual	44	15%	0,80

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Ao se observar a proporcionalidade entre o quantitativo geral e o de vítimas, há de se destacar que há uma inversão na disposição dos grupos com maior vulnerabilidade. Em primeiro lugar, pessoas heterossexuais saíram da posição mais elevada, passando para o terceiro lugar tanto no que se refere à proporcionalidade dos casos, quanto nos valores absolutos, ficando abaixo de bissexuais e homossexuais. Em segundo lugar, pansexuais se caracterizam como o grupo que se manteve mais estável em termos quantitativos, porém com um valor acentuado na proporcionalidade em questão da chance de vitimação. De todos os grupos, foi o que teve a maior taxa, com 8 em cada 10 participantes denunciando alguma violência de ódio.

Ao se observar as taxas de outros grupos em maior vulnerabilidade — envolvendo exclusivamente vivências não-heterossexuais —, as chances se mantiveram semelhantes para pessoas bis e homossexuais, com pouco mais de 5 a cada 10 participantes. Já heterossexuais, entendendo que sua participação envolve a vivência de pessoas transgêneras, não-binárias e de grupos raciais não-brancos, a chance ficou um pouco mais abaixo, com quase 3 a cada 10.

Por fim, no tocante racial (Tabela 17), assim como na questão da orientação sexual, há duas configurações principais. Quando se observa de maneira isolada cada grupo, pessoas brancas apresentam a maioria proporcional. Embora exista pouca diferença em relação ao segundo grupo mais representativo, respectivamente compreendendo 37% dos casos totais, seguidos por pessoas pardas com 35% e pessoas pretas com 26%. Porém, ao se observar os dados considerando o grupo racial de pessoas negras, composto pela união de pretos e pardos, eles passam a corresponder a 61% das respostas.

Tabela 17: Distribuição geral dos participantes com base na autodeclaração racial, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Perfil geral dos participantes (quantitativo e percentual)			Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e percentual)			Proporção vítimas x total
Pessoas amarelas	3	0,5%	Pessoas amarelas	1	0,4%	0,33
Pessoas brancas	225	37%	Pessoas brancas	96	34%	0,42
Pessoas indígenas	9	1,5%	Pessoas indígenas	6	2,1%	0,66
Pessoas pardas	211	35%	Pessoas pardas	80	28%	0,37
Pessoas pretas	157	26%	Pessoas pretas	101	36%	0,64

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Com relação à filtragem para os dados do público-alvo da pesquisa, percebe-se uma inversão na proporcionalidade entre aqueles que denunciaram alguma violência. Pessoas pretas assumiram a liderança como o grupo com mais vítimas de atos de ódio, compreendendo 36% das respostas, o que representa um aumento de 10% em relação à sua participação no universo de dados da pesquisa.

Pessoas brancas passaram para o segundo lugar, ainda com uma proporção elevada. Cabe o destaque de que, para esta questão, é necessário considerar a interseccionalidade para observar a configuração do dado. Visto que todas as pessoas brancas entre as vítimas são LGBTQIAP+, seja pela questão do gênero ou pela orientação sexual, não existindo respostas motivadas pela questão racial. Pessoas pardas passaram para o terceiro lugar, tendo uma taxa de vitimização um pouco mais baixa e reduzindo tanto seu quantitativo quanto a proporção em relação ao todo, com queda de 7%.

Sobre a taxa da vitimização, embora exista uma diferença pequena, o grupo que apresentou a maior proporção é o de pessoas indígenas, com uma taxa de quase 7 pessoas a cada 10. Mesmo que, em termos quantitativos, não exista uma participação mais elevada, assim como foi o caso do tocante de gênero para pessoas fora da cisgeneridade, a chance de vitimação é elevada entre os respondentes. Pessoas pretas se destacam como o segundo grupo com a maior conversão proporcional, tendo casos em 6,4 a cada 10 participantes, seguidas por pessoas brancas com ocorrências em 4 a cada 10. Observando o grupo de pessoas negras, por compreender uma média entre pretos e pardos, a proporção da taxa de vitimação seria de 5 a cada 10 participantes.

Sendo assim, com base no perfil identitário dos participantes, percebe-se um direcionamento bem delimitado para a necessidade da interseccionalidade como fundamentação para seu entendimento e destaque das principais características que impactam na taxa de vitimação. Os dados levantados apontam que quanto mais distante da cisheteronormatividade — referindo-se tanto à dinâmica de identidade de gênero quanto da orientação sexual —, maior a chance de vivenciar algum tipo de violência, principalmente se correlacionado com a questão de raça/cor de pele, visto que 66% das vítimas são não-brancas.

Embora a questão da presença de uma deficiência também possa favorecer a ocorrência de uma violência de ódio, não foi parte do escopo das análises principais, sendo

uma questão levantada como forma de caracterização do público. Com relação ao universo total dos dados, pessoas com deficiência corresponderam a 5,4% dos participantes, com quarenta e nove (49) respostas. A Tabela 18 apresenta a sua distribuição, considerando também as pessoas com deficiência que chegaram a ser vítimas.

Dentre as deficiências, a mais presente é a neurodivergência, que engloba condições neurológicas como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), o Transtorno Bipolar (TB), entre outras. Esse grupo compreende mais da metade dos respondentes com deficiência, num total de 58%, sendo seguidos por pessoas com mobilidade reduzida — seja por condições temporárias ou permanentes —, com 10% e por pessoas com deficiência auditiva, seja parcial ou total, compreendendo 8%.

Tabela 18: Distribuição geral dos participantes com base nas deficiências apresentadas, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Tipo de deficiência	Perfil dos participantes total (quantitativo e proporcional)		Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e proporcional)	
Auditiva (total ou parcial)	4	8%	2	7%
Cardiopatia congênita	1	2%	0	0%
Epilepsia	4	8%	3	12%
Escoliose	2	4%	2	7%
Fibromialgia	1	2%	0	0%
Física (ausência de membro sem afetar mobilidade)	2	4%	1	3,5%
Mobilidade reduzida	5	10%	2	7%
Neurodivergências	28	58%	16	60%
Visual (total ou parcial)	2	4%	1	3,5%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

A configuração dos grupos mais recorrentes entre aqueles que têm alguma deficiência se manteve com poucas alterações entre o perfil geral e o filtrado apenas para as vítimas de violência. Com base na intersecção dos demais fatores, casos de racismo estiveram presentes em 11% dos respondentes, sendo praticadas contra pessoas simultaneamente cisgêneras, heterossexuais e não-brancas. As demais situações envolveram pessoas fora da cisheteronormatividade, distribuindo-se com 26% envolvendo pessoas negras e 63% com pessoas brancas.

3.3.2. Características da amostragem: perfil socioeconômico

Dando continuidade à caracterização do público participante da pesquisa, com relação à idade (Tabela 19), há uma dominância majoritária e bem definida de um público jovem como principal respondente da pesquisa. Diferentemente dos outros dados, a temática da idade manteve-se com pouca variação em termos proporcionais. A faixa etária entre 18 e 29 anos compreendeu 73% do total, tanto no público geral quanto no filtrado para apenas às vítimas de violência. A segunda faixa etária mais representativa, dos 30 aos 39 anos, compreendeu 23% do total, em relação ao público geral, passando para 24% no público-alvo.

Tabela 19: Distribuição geral dos participantes com base na faixa etária, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Idade	Perfil dos participantes total (quantitativo e proporcional)		Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e proporcional)	
18 a 29	439	73%	208	73%
30 a 39	144	23%	69	24%
40 a 49	16	3%	7	3%
50 a 59	4	0,66%	0	0%
60+	2	0,33%	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

A faixa etária seguinte, entre os 40 e 49 anos, teve uma representatividade mais baixa, com pouco quantitativo, porém mantendo sua proporção na filtragem. As demais faixas tiveram uma participação quase nula, não conseguindo atingir nem 1% do total, mesmo somadas. Além disso, nenhum dos participantes acima de 50 anos foi vítima de alguma violência de ódio.

Conforme os dados apresentados, há uma maior exposição do público jovem em relação à violência de ódio, principalmente ao se considerar a primeira faixa etária. Essa dinâmica pode ser uma consequência do fato de esse ser um público que tende a frequentar mais espaços sociais e, possivelmente, ter mais contato com pessoas distintas. Desse modo, há uma maior exposição e chance de vitimização diante de algum ato de ódio. No entanto, também pode ser uma consequência direta de seu maior quantitativo de participantes e da adesão ao estudo.

Destaca-se que houve dificuldade de conseguir a participação de públicos mais velhos, principalmente a partir dos quarenta anos. Tanto por uma barreira atitudinal, de ao apresentar

a proposta do estudo, não ser entendido como algo de valor e que deveria se despendar tempo para participar. Quanto por uma barreira geracional, num princípio de não reconhecer situações como LGBTfobia e/ou racismo e optar por não responder mesmo após a explicação.

Por isso, há uma dificuldade de discutir se realmente há uma menor quantidade de casos de violência de ódio contra pessoas acima dos quarenta anos, ou se há uma invisibilização dos dados em consequência da baixa aderência e da percepção atrelada a uma lógica geracional distinta. Sendo assim, os dados reforçam que o debate sobre violências de ódio está mais presente num público jovem, refletindo em maior conscientização da temática e em maior disposição para participar de pesquisas como esta, expondo situações pessoais em prol de um benefício coletivo.

No que se refere à renda (Tabela 20), há uma inversão entre as proporções representativas ao se comparar o público geral com apenas as pessoas que foram vítimas. Considerando o todo, a dominância percentual está em pessoas que recebem até um (1) Salário Mínimo (SM), compreendendo quase metade das respostas, em um total de 49%. No entanto, ao realizar a filtragem para exibir apenas as vítimas, esse grupo saiu do mais representativo para o terceiro lugar, compreendendo apenas 20% das respostas.

Tabela 20: Distribuição geral dos participantes com base na renda média individual, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Renda média individual	Perfil dos participantes total (quantitativo e proporcional)		Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e proporcional)	
Até 1 SM	294	49%	58	20%
Entre 1 e 2 SM	138	23%	138	49%
Entre 2 e 3 SM	110	18%	59	21%
Entre 3 e 5 SM	45	7%	24	8%
Acima de 5 SM	18	3%	5	2%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Outro ponto a se destacar é a maior vulnerabilidade relativa para pessoas na faixa de renda entre 1 e 2 SMs. Esse grupo saiu de 23% das respostas em relação ao total de dados para 49% da amostra como público-alvo (vítimas). Destaca-se também o fato de que todos os voluntários que responderam ao questionário denunciaram, pelo menos, uma violência de ódio, algo que não aconteceu com mais nenhuma faixa econômica. À medida que se aumenta o poder aquisitivo, passando a observar pessoas entre 3 e 5 SMs, há uma redução drástica na representatividade quantitativa e percentual em ambos os casos. Pessoas nas faixas acima de

três (3) salários representam um total de 10% tanto do público geral quanto das vítimas de violência.

Essa situação pode estar relacionada a duas questões. Inicialmente pelo fato de serem menos numerosos na pesquisa e, por isso, apresentarem uma representação simplificada da sua dinâmica, como já foi pontuado em outros tipos de dados. Embora se perceba que há uma preservação de seus valores e proporções em relação aos contextos geral e específico dos públicos avaliados. Pois, manteve-se uma hierarquia de que o grupo entre 3 e 5 SMs ainda ser mais exposto e mais numeroso entre as vítimas — variando entre 7% e 8% —, enquanto que pessoas com renda acima de 5 SM mantiveram-se como os menos representativos, com valores no intervalo entre 2% e 3%.

A outra possibilidade é que esses grupos estão inseridos em um contexto de maior qualidade de vida e utilizam-se de espaços de lazer mais privados e com maior garantia de segurança/proteção, além de uma maior homogeneidade de público. O que, segundo Bauman (2009) e Marques, Castello e Bichir (2012) ajudaria a reduzir a chance de atritos e problemas. Entende-se também que essa homogeneidade, atrelada ao padrão de vida mais elevado, está conectada aos princípios da cisheteronormatividade e da branquitude, higienizando e definindo o acesso de grupos sociais específicos, o que impactaria e limitaria uma presença mais diversa do público-alvo do estudo (Bento, 2022).

Por fim, observando o contexto geral dos dados, entende-se que a violência não se distribui igualmente. A população de renda mais baixa — até 1 SM —, embora tenha maior quantitativo geral, tiveram uma resposta mais baixa na conversão para o público-alvo, indicando talvez uma menor representatividade em espaços sociais e coletivos. Já o grupo que tem uma relação mais consolidada é composto por pessoas de renda média, principalmente ao englobar o intervalo entre 1 e 3 SMs. Possivelmente esses grupos, por terem uma maior folga financeira, terão mais chances de terem uma rede de espaços sociais mais complexa e estarem em maior circulação pela cidade, mas ainda não detém a proteção que rendas mais altas proporcionam.

Com relação aos modais de transporte utilizados para locomoção na cidade (Tabela 21), cabe o destaque de que os valores não podem ser somados, visto que havia a possibilidade de marcar até três opções simultaneamente e, por isso, os valores ultrapassam o quantitativo de participantes. Considerando tanto o contexto geral quanto o do perfil das

vítimas há uma configuração clara de dominância em três modais principais: deslocamento a pé, ônibus e transporte por aplicativo (Uber/99 Pop).

Tabela 21: Distribuição geral dos participantes com base nos modais de transporte utilizados, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Transporte	Perfil dos participantes total (quantitativo e proporcional)		Perfil filtrado para apenas vítimas (quantitativo e proporcional)	
A pé	396	66%	186	66%
Bicicleta	59	10%	32	11%
Carro próprio	117	19%	49	17%
Moto própria	50	8%	14	5%
Ônibus	446	74%	229	81%
Transporte por aplicativo (Uber/99 Pop)	384	63%	192	68%
Carona	83	14%	39	14%
Skate	1	0,17%	1	0,35%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

A dominância desses modais tem bastante folga com relação aos demais, mantendo-se com pouca alteração ao se comparar a relação entre o todo com o perfil do público-alvo. Considerando as características gerais, percebe-se uma maior vulnerabilidade no transporte coletivo, visto que 81% das pessoas que denunciaram violências afirmaram que ele é um dos três modais principais nos seus deslocamentos em João Pessoa. E, embora não tenha sido devidamente documentado — por fugir ao escopo da pesquisa —, diversos participantes pontuaram que violências de ódio comportamentais, verbais e físicas ocorreram nos ônibus, mas por se tratar de um elemento móvel, foram desconsideradas para a fase de espacialização.

Sobre um contexto um pouco mais privado, o fato de plataformas de transporte por aplicativo como Uber e 99 Pop estarem com alta representatividade podem sugerir que mesmo uma instância mais privativa não está imune à ocorrência de violências, principalmente as de potencial ofensivo mais baixo. Considerando a correlação entre deslocamentos a pé, por ônibus e via aplicativos de transporte, destaca-se uma forte influência das condições socioeconômicas, reforçando como a mobilidade no espaço urbano pode ser um fator de vulnerabilidade a depender do grau de exposição a diferentes públicos. Em outras palavras, essa concentração evidencia como as demandas de deslocamento são atravessadas pelas desigualdades e que os riscos afetam mais intensamente grupos que dependem do deslocamento pedonal, do transporte público ou de serviços mais acessíveis.

3.3.3. *Percepção de segurança e medo e sua relação com o espaço*

Na segunda seção do questionário os participantes elencaram o grau de importância dos elementos do espaço na sua percepção de segurança, distribuindo notas entre sem impacto (1), pouco impacto (2), médio impacto (3) e muito impacto (4). A definição de quais elementos estariam presentes para a classificação considerou uma síntese entre os principais pontos abordados por referências como Micropolis (2006), Gehl (2013), Dias e Jesus (2019), Miranda e Van Ness (2020), Medeiros (2024), entre outros. Eles estão organizados considerando três frentes principais:

- I. **Aspectos da qualidade do ambiente construído:** abrange os elementos que são diretamente impactados por decisões projetuais tanto urbanas quanto arquitetônicas, sendo o grupo com maior representatividade entre o total de elementos, com seis (6) categorias num total de treze (13). Elas são: fachadas ativas/atrativas, permeabilidade visual, permeabilidade física, ausência de esconderijos, boa visibilidade e ter mais de uma rota possível. Justificam-se nesse grupo por englobarem as decisões arquitetônicas (fachadas e grau de permeabilidade de interfaces) e as decisões urbanas (planejamento dos espaços livres e públicos, além do quão intrincado é o sistema de vias e rotas de deslocamento pedonal);
- II. **Características sociais:** compreende os elementos que são influenciados sobremaneira em questões comportamentais, tendo três (3) elementos para classificação. A co-presença e diversidade de pessoas na via, a movimentação relacionada à diversidade de usos, embora se entenda que é também uma questão influenciada por decisões de planejamento, e a presença de segurança formal (policimento) no espaço;
- III. **Elementos infraestruturais:** abrange as categorias que têm um direcionamento maior às infraestruturas basais no espaço, tendo um total de 4 (quatro) elementos. A presença e qualidade da iluminação pública, a ausência de pichações e depredações do patrimônio público, o grau de manutenção das calçadas (considerando elementos como a ausência de lixo acumulado, vegetações oportunistas e a integridade do piso) e, por fim, a facilidade de locomoção nas calçadas, baseando-se em como as calçadas estão e em sua regularidade em relação aos desníveis e afins.

Com relação às notas conferidas pelos participantes (Tabela 22), os três elementos que obtiveram o maior destaque, considerando apenas o maior nível de impacto individualmente,

foram: a qualidade da iluminação pública, a boa visibilidade no entorno e a existência de mais de uma rota de deslocamento. Assim, dando maior ênfase para as características físicas e infraestruturais do espaço, sendo seguidas pela co-presença de pessoas e facilidade de locomoção como o quarto e quinto elementos mais importantes em aspectos totais.

Porém, ao considerar a soma entre as duas notas mais altas (muito e médio impacto), há uma alteração na ordem dos elementos. Quem assume o posto de maior importância é a boa visibilidade no entorno, com 581 votantes, seguida por: iluminação (576), presença de mais de uma rota (549), permeabilidade física — possibilidade de acesso nas edificações e/ou existência de rotas de fuga — (548), e a ausência de esconderijos (543). A co-presença e a facilidade de locomoção desceram na hierarquia, ficando em sétimo e sexto lugares, respectivamente, tendo 517 e 523 votantes.

Ou seja, em uma observação individualizada, considerando apenas a maior importância, a predominância de características da qualidade do espaço era menor, passando a ter maior influência ao cruzar os dados das duas notas positivas por indicador. Com base nesses dados, pode-se destacar que há uma valorização mais consolidada dos elementos ligados à boa qualidade física do espaço, considerando também que eles estão diretamente relacionados a uma maior sensação de controle, de boa apreensão visual e da possibilidade de rotas de fuga, articulando a ideia da segurança a uma maior previsibilidade que fomenta a sensação de proteção.

Em uma direção oposta, os três elementos que tiveram a menor representatividade, em uma avaliação individual da maior nota possível, foram a ausência de depredações, a permeabilidade visual das interfaces e as fachadas ativas/atrativas. Embora a visibilidade seja apontada como um fator determinante para a maioria dos voluntários, ela está ligada a um contexto mais imediatista. Em outras palavras, elementos como a boa qualidade da iluminação ou a pouca presença de barreiras visuais são percebidos de maneira quase instantânea. Enquanto isso, observar sobre a existência ou não de pichações e depredações do patrimônio público ou a qualidade das fachadas exige uma atenção mais específica, não sendo intuitivamente pensados como indicadores da possibilidade de violências ocorrerem.

Tabela 22: Distribuição geral dos participantes com base na percepção de importância dos elementos em relação à sensação de segurança, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Critério	Muito Impacto		Médio Impacto		Pouco Impacto		Sem Impacto	
	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas
Co-presença de pessoas	324	151	193	86	64	86	24	11
Diversidade de usos	314	152	196	94	75	94	20	6
Fachadas ativas/atrativas	202	96	312	163	81	163	10	2
Permeabilidade visual	177	90	222	98	157	98	49	17
Permeabilidade física	282	130	266	129	50	129	7	1
Iluminação pública	466	214	110	57	26	57	3	2
Presença de segurança formal	307	104	160	86	110	86	28	21
Ausência de esconderijos	283	139	260	120	43	120	19	5
Boa visibilidade	441	208	140	64	21	64	3	0
Ausência de depredações	73	20	86	40	203	40	243	122
Manutenção da calçada	301	141	202	95	76	95	26	10
Facilidade de locomoção	316	146	207	93	55	93	27	12
Ter mais de uma rota possível	379	188	170	74	45	74	11	5

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Há ainda de se considerar a possibilidade do impacto da banalização de questões problemáticas na infraestrutura, considerando os múltiplos contextos de vivência na cidade de João Pessoa. A presença de fachadas ativas/atrativas fora de regiões tipicamente comerciais e até mesmo a existência de elementos que promovam maior conexão visual entre as edificações e o espaço urbano; não são elementos tão corriqueiros. Há uma naturalização da presença de depredações, fachadas mortas e interfaces sem conexão visual, dificultando que sejam apontadas como elementos fundamentais na sensação de segurança.

Com relação à percepção integrada entre muito e médio impacto, também há uma alteração na disposição dos elementos. A ausência de depredações e pichações continua como elemento de menor importância, sendo seguido pela permeabilidade visual em interfaces, a presença de segurança formal (tanto policiamento quanto câmaras de segurança), a qualidade da manutenção da calçada e a diversidade de usos. Com exceção dos três últimos colocados, percebe-se uma faixa de valor comum às demais categorias avaliadas, todas permanecendo num intervalo entre 503 (referente a “manutenção de calçadas” que está na décima posição) indo até 581 (referente a “boa visibilidade” que está em primeiro lugar), tendo momentos com

diferenças pequenas, como a categoria “ter mais de uma rota possível” que está em terceiro lugar com 549 votantes e “permeabilidade física” que está em quarto lugar com 548.

Os únicos que fugiram ao padrão são as três últimas colocadas, havendo maiores discrepâncias nos valores na transição entre uma e outra. A “ausência de depredações e pichações” é a única categoria em que os votantes de pouco ou nenhum impacto na sensação de segurança estão em maioria em relação aos demais.

Comparando as percepções entre o público geral e o filtrado apenas para as vítimas de violências (Tabela 23), não foram percebidas discrepâncias na tendência geral na maior parte dos elementos. Em outras palavras, há uma afinidade entre a interpretação hierarquizada do contingente de participantes com relação aos que foram vítimas de ódio, existindo distinções para mais ou para menos em uma média de 2% a 3%. No entanto, há algumas exceções com maior diferenciação. As fachadas ativas/atrativas foram mais presentes nas avaliações das vítimas, tendo um crescimento de 6% em relação aos totais por grupo. A ausência de depredações e pichações teve uma queda na importância, reforçando ainda mais a sua pouca relevância percebida pelo público, saindo de 26% no grupo total para 21% no público-alvo.

O elemento com maior diferenciação foi a presença de segurança formal, que abrange a presença de policiamento ou câmeras, perdendo 10% na relevância. Em informação verbalizada, durante as aplicações, muitos dos participantes enfatizaram como a presença de policiais além de não fornecer a sensação de segurança estava atrelada ao oposto, na verdade. Os voluntários pontuaram que sentiam certa insegurança tanto por uma questão do medo de serem vítimas de LGBTfobia/racismo e não serem assistidos pela força policial, quanto de serem vitimados pela própria força de segurança.

Tabela 23: Distribuição geral dos participantes com base no percentual das respostas que avaliaram os elementos como muito ou médio impacto, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Critério	Geral	Vítimas	Critério	Geral	Vítimas
Co-presença de pessoas	86%	84%	Ausência de esconderijos	90%	91%
Diversidade de usos	84%	87%	Boa visibilidade	96%	96%
Fachadas ativas/atrativas	85%	91%	Ausência de depredações	26%	21%
Permeabilidade visual	66%	66%	Manutenção da calçada	83%	83%
Permeabilidade física	91%	91%	Facilidade de locomoção	86%	84%
Iluminação pública	95%	95%	Ter mais de uma rota possível	91%	92%
Presença de segurança formal				77%	67%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Partindo para a percepção sobre como os elementos se relacionam com o favorecimento da sensação de medo no espaço (Tabela 24), os três elementos com maior destaque individual, considerando apenas as notas para muito impacto, são as ruas mal iluminadas, seguidas por má visibilidade no entorno e presença de esconderijos. Conforme Miranda e Van Ness (2020) e Medeiros (2024) defendem, há uma relação evidente entre a violência e a falta de iluminação e má visibilidade no espaço.

As autoras reforçam que, para mulheres, a insegurança se baseia principalmente na possibilidade de não ver um agressor, tanto pela má qualidade da iluminação e visibilidade num geral do espaço, quanto pela presença de barreiras e outros elementos que servem de esconderijos potenciais. Embora esta pesquisa envolva discussões para além do gênero, é possível afirmar que para grupos dissidentes (tanto sexuais quanto raciais), também há uma conexão forte desses elementos e a sensação de medo (Medeiros, 2024).

Ao se observar a hierarquização a partir da soma entre votantes de muito e médio impacto, diferentemente da questão anterior, nesse caso não houve inversões, embora existam alterações no quadro geral. Tanto a categoria “ruas mal iluminadas” quanto a “má visibilidade” obtiveram o contingente total de 577 respondentes, ficando empatadas em primeiro lugar, seguidas pela presença de esconderijos com 557. As demais categorias com maior expressividade foram “ruas vazias”, com 508 e a existência de apenas uma opção de caminho/rota com 476 respostas.

Nesse caso, assim como a segurança esteve atrelada majoritariamente a contextos de qualidade do espaço, o medo também está, conectando a percepção de incerteza mediante a falta de controle sobre o ambiente. Isso em prol de uma não previsibilidade de outros usuários graças a questões de infraestrutura (iluminação), qualidade do espaço (esconderijos, visibilidade e rotas de deslocamento) e social (ruas vazias). Observando em paralelo com a questão anterior, percebe-se que se equiparam os mesmos elementos como os que mais favorecem à sensação de segurança quando têm ou estão em boas condições, como também ao medo em consequência da falta ou má qualidade.

Tabela 24: Distribuição geral dos participantes com base na percepção de importância dos elementos em relação à sensação de medo, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Critério	Muito Impacto		Médio Impacto		Pouco Impacto		Sem Impacto	
	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas	Geral	Vítimas
Ruas vazias	370	180	138	62	84	37	13	5

Pouca diversidade de uso	108	56	236	111	199	91	62	26
Fachadas mortas	243	129	202	87	115	49	45	19
Ruas mal iluminadas	493	236	84	35	27	12	1	1
Ausência de segurança formal	274	114	188	78	115	72	28	20
Excesso de segurança formal	185	99	175	99	152	50	93	36
Presença de esconderijos	388	191	169	83	37	8	11	2
Má visibilidade	430	199	147	72	19	9	9	4
Presença de depredações	51	12	104	39	252	130	198	103
Ausência de manutenção	169	88	208	91	171	72	57	33
Dificuldade de locomoção	174	90	212	94	168	72	51	28
Existência de apenas uma rota	271	141	205	88	94	46	35	9
Conflito com veículos	227	100	234	124	113	49	31	11

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

No caminho oposto, considerando os elementos que tiveram os menores quantitativos de notas em muito impacto, consequentemente, sendo os menos relevantes para o favorecimento do medo, tem-se: a presença de depredações e pichações, a pouca diversidade de usos do solo e ausência de manutenção nas calçadas, seja no sentido de concentração de lixo e vegetação oportunista ou no de pisos quebrados e sujeira.

Assim como na questão da segurança, essa configuração é possivelmente um resultado da banalização de aspectos corriqueiros na cidade. A presença de sujeira, pisos quebrados, concentração de lixo ou de maciços de vegetação oportunista, pichações e depredações ao patrimônio não se destacam como elementos pontuais, ou destoantes. São elementos inseridos no cotidiano e que, embora gerem algum grau de desconforto ou incômodo, não estão diretamente relacionados à insegurança e receios ante a violência. A monofuncionalidade espacial, relacionada ao uso residencial, tende a ser observada como variável conectada à temática a partir da perspectiva acadêmica, porém durante as aplicações percebeu-se que ela é tida muito mais como conceito pouco tangível, sendo mais percebido um desdobramento dela: a baixa intensidade de movimento nas ruas, variável que, inclusive, está numa posição mais elevada na hierarquização gerada pelos participantes do questionário.

Ao se observar os resultados integrando as notas de muito e médio impacto há alguma variação no perfil. Mantendo-se estáveis em suas posições a presença de depredações e a pouca diversidade de uso permaneceram como as menos relevantes para o público. Sendo seguidas pelo excesso de elementos de segurança formal — compreendendo tanto um número

expressivo de policiais quanto de câmeras —, com um total de 360, pela ausência de manutenção nas calçadas com 377 e, por fim, a dificuldade de locomoção com 386.

Diferente da temática de segurança, no caso dos dados referentes ao medo, não há tanta homogeneidade no padrão dos resultados. Há a configuração de três intervalos que agrupam quatro elementos. O primeiro, mantendo-se numa faixa entre 508 e 577 votantes, abrange as questões que mais favorecem o medo, tendo pouca expressividade nas categorias de pouco ou nenhum impacto, elas são a má visibilidade, ruas mal iluminadas, presença de esconderijos e ruas vazias.

O segundo grupo está em um intervalo mediano, com valores entre 445 e 476 votantes. Esses elementos, embora também tenham bastante influência para uma maioria dos voluntários, também têm certa concentração em notas de pouco impacto, chegando até a 115. Eles são a existência de apenas uma rota/caminho, a ausência de segurança formal, a ocorrência de conflito com veículos — no que se refere a ter que se deslocar pela rua por causa de carros estacionados de maneira equivocada nas calçadas —, e fachadas mortas.

O último grupo tem valores mais baixos, variando entre 386 e 344, sendo compreendido como relevante por pouco mais da metade dos participantes. Em contrapartida, as notas nas categorias de pouco ou nenhum impacto são mais elevadas, atingindo quantitativos que os demais sequer se aproximam, chegando a 200 e 93 notas, respectivamente. Esse grupo é composto pela dificuldade de locomoção, a ausência de manutenção, o excesso de segurança formal e a pouca diversidade de uso. Sendo seguido pela presença de pichações e depredações, o único elemento que destoa dos demais, tendo uma maior representatividade na categoria de pouco impacto (252) e nenhum (198) do que médio (104) e muito (51).

Por fim, com relação à comparação entre as percepções do perfil geral e do público-alvo (Tabela 25), assim como na segurança, há uma tendência de pouca variação. Percebe-se que na maior parte dos casos há uma distinção entre os grupos permeando de 1% a 3%. As poucas exceções são a ausência de segurança formal que apresentou queda ao se observar a perspectiva das vítimas, reduzindo em 8% sua relevância. Assim como o excesso de elementos de segurança, que teve a maior alteração, com um aumento de 10%, reforçando o discurso do receio ante a figura da polícia não como uma representação de proteção, mas sim como a possibilidade de vitimização, conforme já abordado.

Tabela 25: Distribuição geral dos participantes com base no percentual das respostas que avaliaram os elementos como muito ou médio impacto, tendo filtragem dos dados para o perfil do público-alvo e a relação com o todo.

Critério	Geral	Vítimas	Critério	Geral	Vítimas
Ruas vazias	84%	85%	Má visibilidade	95%	95%
Pouca diversidade de uso	57%	59%	Presença de depredações	26%	18%
Fachadas mortas	74%	76%	Ausência de manutenção	62%	65%
Ruas mal iluminadas	95%	95%	Dificuldade de locomoção	64%	65%
Ausência de segurança formal	76%	68%	Existência de apenas uma rota	79%	80%
Excesso de segurança formal	60%	70%	Conflito com veículos	76%	79%
Presença de esconderijos				92%	96%

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

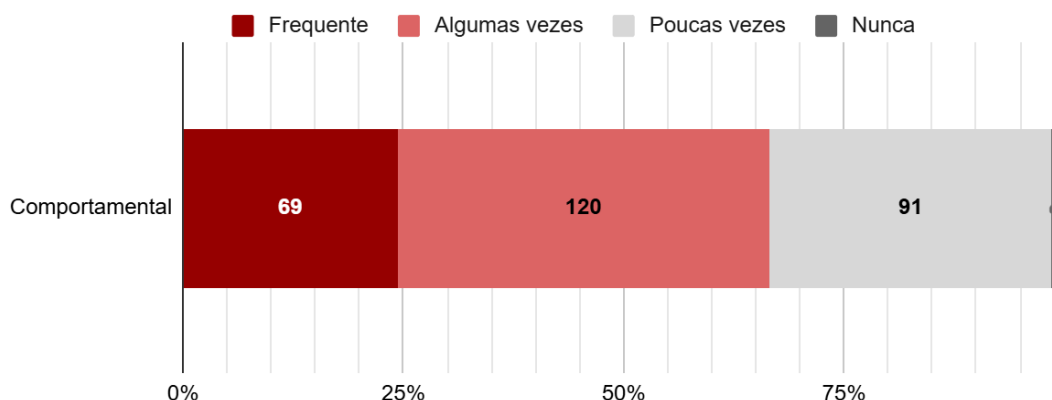
Com base nos dados das duas questões avaliadas, destaca-se que os elementos que estão condicionados a favorecerem maior sensação de segurança ou de medo estão paralelamente representados nas duas categorias em posições equivalentes. A maneira como são percebidos pelos usuários está diretamente condicionada à qualidade e/ou a existência, visto que, em boas condições são vistos como indicadores de segurança e em má ou inexistência são apontados como sinais de medo.

3.3.4. Ocorrências de ódio denunciadas

Dando início à última seção do questionário, os voluntários passaram pelo segundo critério de exclusão. Foi-lhes solicitado que contassem se haviam sido vítimas de alguma tipologia de violência de ódio em João Pessoa e essa pergunta marcou a transição do público geral dos seiscentos e cinco voluntários para os duzentos e oitenta e quatro que compunham o público-alvo. Ou seja, este último tópico dos dados sociais apresenta apenas informações pautadas nos dados gerados por essa porção dos participantes.

A ordem das questões sobre a vitimação era baseada em potencial ofensivo, iniciando pelas questões comportamentais (Gráfico 10). A título de esclarecimento, as ações que foram apontadas como as referências que compõem essa tipologia são: expressões de desprezo, asco, nojo, negação e/ou aversão, atos de intimidação não verbal (por ações ou gesticulações, privação de escolha, cercar vítimas em menor número), realizar gestos obscenos, humilhantes e/ou pejorativos, retirar crianças de perto ou cobrir seus olhos, mudar de caminho, puxar bolsas ou itens pessoais para longe das vítimas, seguir em lojas e ações semelhantes.

Gráfico 10: Proporção da frequência de ocorrência das violências comportamentais entre os voluntários da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Com relação à violência comportamental, proporcionalmente ela foi a mais recorrente entre todos os voluntários, tendo apenas 1,4% dos participantes afirmando nunca terem sido vitimados. Era esperado que sua frequência, de fato, fosse maior em prol de seu potencial ofensivo mais baixo e de envolverem ações muito passáveis em grupos e contextos públicos. Por se tratar de situações que dificilmente envolverão um contato direto entre agressor e vítima, abrange contextos mais amplos e mais corriqueiros que podem, inclusive, passar despercebidos.

Sobre o detalhamento mediante os grupos, na Tabela 26 há os quantitativos segmentados com base nas frequências de ocorrência das violências comportamentais. Primeiramente, observando com base no gênero, há uma constância de mulheres cisgêneras sempre liderarem como grupo mais recorrente nesse tipo, tendo folga em relação ao segundo colocado em todos os cenários. Observando a partir da orientação sexual, há inicialmente maior frequência contra pessoas homossexuais, distribuindo-se majoritariamente contra homens gays — 10 dos 23 casos —, seguidos por mulheres lésbicas — 7 casos — e pessoas não-binárias — 6 casos. Mas assim que a frequência observada passa aos níveis mais baixos, há uma predominância de casos contra bissexuais, constituída de folga com relação ao segundo lugar na hierarquia.

A partir da raça/cor de pele dos participantes, não há um padrão homogêneo no universo de dados. Inicialmente, foi mais pontuada por pessoas pardas, apresentando folga com relação ao segundo colocado, porém, à medida que se diminui a frequência das ações, os

grupos foram mudando também, passando a ser mais apontada por pessoas pretas na frequência média e por pessoas brancas na baixa.

Tabela 26: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências comportamentais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo.

Frequentemente (3)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	17	Assexual	0	Amarelos	1
Homem Transgênero	1	Bissexual	20	Brancos	22
Mulher Cisgênera	34	Heterossexual	10	Indígenas	2
Mulher Transgênera / Travesti	3	Homossexual	23	Pardos	31
Pessoa Não-Binária	14	Pansexual	16	Pretos	13
Algumas vezes (2)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	39	Assexual	1	Amarelos	0
Homem Transgênero	3	Bissexual	42	Brancos	35
Mulher Cisgênera	56	Heterossexual	29	Indígenas	3
Mulher Transgênera / Travesti	3	Homossexual	29	Pardos	34
Pessoa Não-Binária	19	Pansexual	19	Pretos	48
Poucas vezes (1)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	31	Assexual	2	Amarelos	0
Homem Transgênero	2	Bissexual	36	Brancos	37
Mulher Cisgênera	49	Heterossexual	20	Indígenas	1
Mulher Transgênera / Travesti	2	Homossexual	24	Pardos	31
Pessoa Não-Binária	7	Pansexual	9	Pretos	22

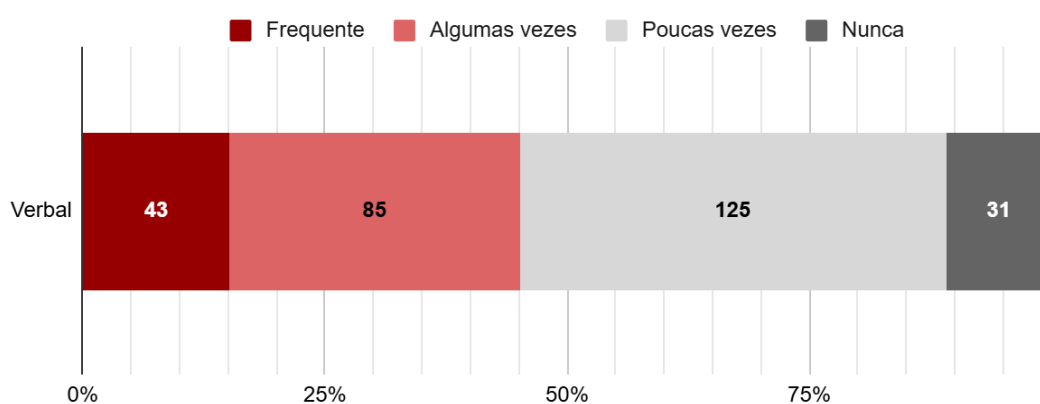
Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Em uma perspectiva generalista sobre essa tipologia, ao se observar a prática alinhada exclusivamente ao racismo, obteve-se um total de cinquenta e seis (56) casos — outras três situações ocorreram contra pessoas LGBTQIAP+ e não-brancas —, havendo uma prevalência de ocorrem com mulheres cisgêneras e pretas, correspondendo a 54% dos casos. Já observando os casos conectados exclusivamente à LGBTfobia, o quantitativo é um pouco maior, compreendendo noventa e quatro (94), dos quais se percebe maior prevalência contra mulheres cisgêneras, correspondendo a 45% do total. E, em uma segmentação voltada às orientações sexuais, a mais presente é a de bissexuais, que abrange 50% do grupo. Sendo

assim, em suma, destaca-se que o grupo mais recorrente nas avaliações sobre a violência comportamental está representada na figura de mulheres cisgêneras, bissexuais e pretas.

Em sequência, sobre as violências verbais (Gráfico 11), destaca-se que as ações apontadas como referências para a tipologia são: ameaças ou intimidações verbalizadas, insultos, ofensas, assédios e/ou importunações sexuais verbais, piadas, chacotas, ridicularização, humilhação, injúria e difamação, constrangimentos, invalidação e/ou invisibilização da orientação sexual ou da identidade racial e ações semelhantes desde que centralizadas na verbalização do ato.

Gráfico 11: Proporção da frequência de ocorrência das violências verbais entre os voluntários da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

A violência verbal é a segunda mais recorrente entre os voluntários, tendo um aumento na parcela referente aos voluntários que nunca foram vítimas. Entende-se que há uma tendência inversamente proporcional entre o potencial ofensivo do ato e a sua frequência na maior parte dos casos. Em outras palavras, quanto maior a interação entre o agressor e a vítima, menor é o quantitativo de participantes que denunciam suas experiências em uma frequência elevada. Sendo assim, comparando os perfis da violência comportamental e da verbal, já começa a se consolidar essa característica, visto que a categoria de nunca ter vivenciado aquele tipo de violência saiu de 1,4% dos participantes na comportamental para 11% na verbal. Além disso, há uma progressão caracterizada pela redução quantitativa dos níveis mais altos (frequentemente e algumas vezes), enquanto o mais baixo (poucas vezes) não apenas aumentou, como ultrapassou o contingente, saindo do segundo lugar para a primeira posição no número de denúncias.

No detalhamento considerando a distribuição dos dados por grupo, na Tabela 27 há os quantitativos segmentados com base nas três frequências de ocorrência das violências verbais. Iniciando pelo gênero, assim como nas violências comportamentais, há constância dessa tipologia de violência ser mais recorrente contra mulheres cisgêneras, entende-se que é em parte pela sua maior representatividade no contexto geral da amostragem de participantes, mas sem deixar de enfatizar que ainda assim é um grupo altamente vulnerabilizado. Diferentemente da tipologia anterior, nesta há uma predominância menos enfatizada.

Na maior frequência, pessoas não-binárias apresentam uma pequena distância em relação ao quantitativo de mulheres e, ao se considerar a proporcionalidade de conversão do público geral para o de vítimas, há uma maior predominância de violências verbais contra pessoas não-binárias. Assim como, ao se falar da frequência mais baixa, a presença de homens cisgêneros é igualmente relevante em relação ao total, ficando com uma diferença de apenas 3 respondentes. Sendo assim, considerando apenas a temática de gênero, nessa tipologia há uma maior heterogeneidade dos públicos mais frequentes.

Sobre a orientação sexual, há um perfil mais consolidado nos dados em prol da constância de pessoas bissexuais sempre estarem como o grupo mais recorrente nas violências verbais, tendo como segundo colocado pessoas homossexuais (gays e lésbicas) e heterossexuais em terceiro. Sendo esse um padrão que se repete em todas as frequências.

Tabela 27: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências verbais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.

Frequentemente (3)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	9	Assexual	1	Amarelos	0
Homem Transgênero	2	Bissexual	16	Branco	14
Mulher Cisgênero	17	Heterossexual	5	Indígenas	0
Mulher Transgênero / Travesti	3	Homossexual	12	Pardos	11
Pessoa Não-Binária	12	Pansexual	9	Pretos	18
Algumas vezes (2)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	21	Assexual	0	Amarelos	1
Homem Transgênero	0	Bissexual	27	Branco	37
Mulher Cisgênero	54	Heterossexual	19	Indígenas	2
Mulher Transgênero / Travesti	3	Homossexual	23	Pardos	20

Pessoa Não-Binária	7	Pansexual	16	Pretos	25
Poucas vezes (1)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	48	Assexual	1	Amarelos	0
Homem Transgênero	3	Bissexual	42	Brancos	38
Mulher Cisgênera	51	Heterossexual	27	Indígenas	4
Mulher Transgênera / Travesti	2	Homossexual	36	Pardos	36
Pessoa Não-Binária	21	Pansexual	19	Pretos	47

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

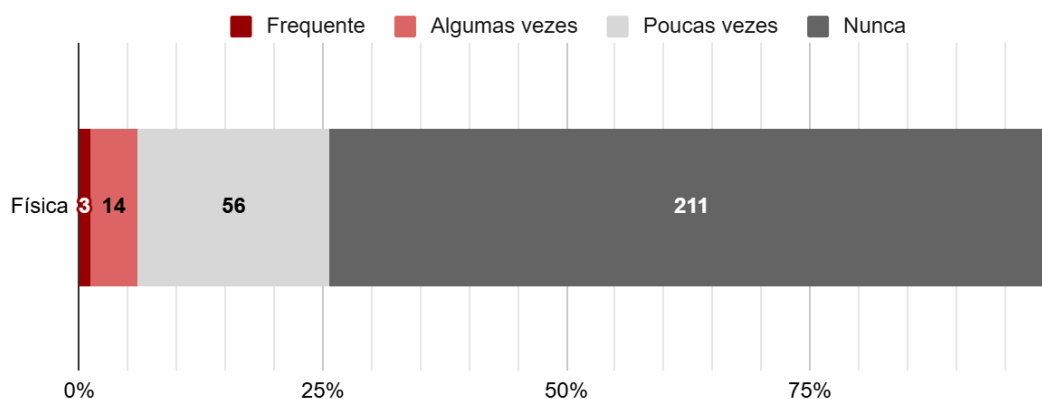
Dando ênfase na questão racial, há uma predominância centrada em pessoas pretas, que se repetem como o grupo mais vitimizado na alta e baixa frequência, sendo também o segundo grupo mais recorrente na frequência média. Pessoas brancas também se apresentam como um público frequente nessa tipologia, pois se alternam com pessoas pretas entre primeiro e segundo colocados a depender da intensidade de frequência dos atos, sempre tendo valores próximos quando não é o principal afetado. Essa é uma consequência direta das ocorrências de LGBTfobia, conectada ao fato de pessoas bissexuais e homossexuais serem as principais afetadas.

Ao se observar apenas os casos de racismo obteve-se um total de quarenta e oito (48) casos — outras três situações ocorreram contra pessoas LGBTQIAP+ e não-brancas —, dos quais há uma maior vitimização de mulheres cisgêneras e pretas, correspondendo a 50% de todos os casos. Nos registros voltados apenas à LGBTfobia há um aumento, tendo oitenta e nove (89) casos, dos quais mulheres cisgêneras representam 43% do total, seguidas por pessoas não-binárias com 21%. E, na segmentação apenas de orientações sexuais, a mais presente é a de bissexuais e pansexuais, compreendendo 48% e 61% de seus respectivos grupos. Com base nesses dados, assim como no caso da violência comportamental, a verbal está concentrada majoritariamente contra mulheres cisgêneras, bissexuais e pretas, embora tenha representatividade considerável também contra pessoas não-binárias, pansexuais e brancas.

Sobre a violência física (Gráfico 12), destaca-se que as ações apontadas como referências para a tipologia são: ataques ou ameaças com armas (envolvendo contato físico), agressões — como tapas, arranhões, socos, chutes, empurrões, puxões de cabelo e semelhantes —, tentativas ou ato consumado de lesão corporal (com ou sem armas), tentativa

de homicídio e ações semelhantes desde que centralizadas no contato físico entre agressor e vítima.

Gráfico 12: Proporção da frequência de ocorrência das violências físicas entre os voluntários da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

A violência física é a terceira mais presente entre os participantes do estudo e mantém a progressão inversamente proporcional entre o potencial ofensivo e a frequência dos atos. Considerando as tipologias já descritas, apenas a categoria de pessoas que nunca foram vítimas já supera os maiores quantitativos das demais. A parcela de participantes que não vivenciaram algum ato de ódio físico compreende 75% de todos os respondentes, sendo seguida por uma queda considerável nas demais, principalmente na frequência mais alta. Havendo a estabilidade da lógica de pouca frequência ter o maior valor entre as ocorrências, seguido pela média e, por fim, a intensa.

Sobre o detalhamento dos dados por grupo (Tabela 28), primeiramente é destacável a alteração visível em relação ao perfil das violências anteriores. Considerando o gênero inicialmente, na frequência mais alta há exclusividade de ocorrências descritas por homens cisgêneros, sendo um grupo bastante representativo nas demais frequências, mesmo que passe a ser o segundo colocado à medida que se diminui a intensidade de ocorrências. A partir da segunda categoria de frequência há predominância apontada por mulheres cisgêneras, mesmo que para a “algumas vezes” os homens estejam proporcionalmente iguais. Na baixa intensidade de ocorrência, pessoas não-binárias também se destacam, ficando com o segundo maior quantitativo junto aos homens cisgêneros.

Ao se falar da orientação sexual, há uma predominância de acontecimentos contra pessoas bissexuais, sendo o grupo com maior quantitativo de casos no geral. Destaca-se que

pessoas pansexuais estão mais representadas nessa tipologia de violência também, tendo uma pequena diferença com relação aos bissexuais. Essa predominância está conectada ao fato de que os homens que foram vítimas estão majoritariamente atrelados à matriz da LGBTfobia, sendo 90% dos casos, tendo apenas dois heterossexuais na amostragem. No caso de mulheres cisgêneras, há uma participação maior de casos exclusivamente de racismo, correspondendo a um terço ($\frac{1}{3}$) das ocorrências. E referente a pessoas não-binárias, 66% dos casos são contra pansexuais.

Tabela 28: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências físicas, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.

Frequentemente (3)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	3	Assexual	0	Amarelos	0
Homem Transgênero	0	Bissexual	0	Branco	0
Mulher Cisgênera	0	Heterossexual	1	Indígenas	0
Mulher Transgênera / Travesti	0	Homossexual	1	Pardos	0
Pessoa Não-Binária	0	Pansexual	1	Pretos	3
Algumas vezes (2)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	4	Assexual	0	Amarelos	0
Homem Transgênero	2	Bissexual	5	Branco	5
Mulher Cisgênera	5	Heterossexual	2	Indígenas	0
Mulher Transgênera / Travesti	1	Homossexual	3	Pardos	7
Pessoa Não-Binária	2	Pansexual	4	Pretos	2
Poucas vezes (1)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	13	Assexual	0	Amarelos	1
Homem Transgênero	1	Bissexual	19	Branco	20
Mulher Cisgênera	25	Heterossexual	11	Indígenas	2
Mulher Transgênera / Travesti	4	Homossexual	10	Pardos	13
Pessoa Não-Binária	13	Pansexual	16	Pretos	20

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

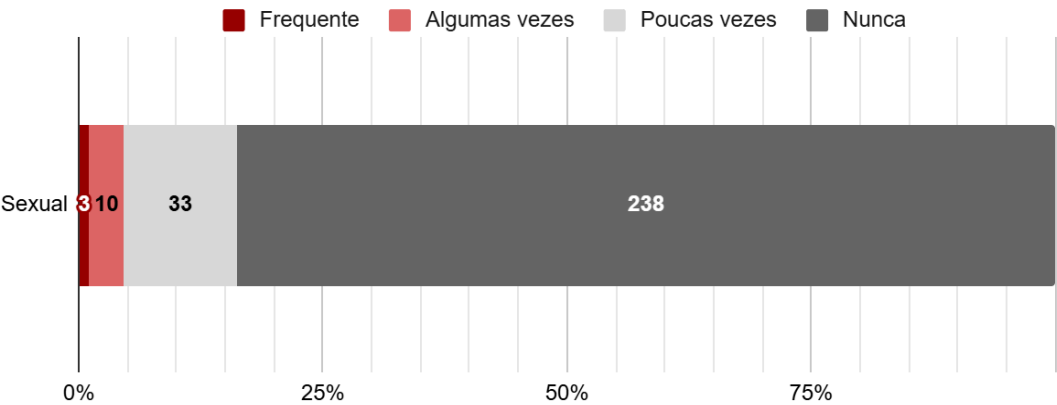
Na questão racial, há uma maior heterogeneidade entre os dados, consolidando diferentes grupos com base na frequência dos atos. Na primeira categoria há exclusividade de homens pretos sendo alvos das agressões, embora não sejam todas exclusivamente relacionadas ao racismo, apenas um terço ($\frac{1}{3}$). Na segunda categoria há uma maior

prevalência de pessoas pardas destacando a violência, seguidas de perto por pessoas brancas. Já na menor frequência há igualdade entre brancos e pretos como grupos mais presentes referindo-se a violências pontuais.

Com base nos dados e na lógica de interseccionalidade é evidente que a violência física tende a um perfil destoante das outras tipologias já discutidas. Há menor prevalência de casos centrados em apenas uma fundamentação do ódio, em outras palavras, percebeu-se maior sobreposição entre o aspecto racial e da orientação sexual. Casos exclusivamente de racismo representam 12 ocorrências, um total de 16%, sendo majoritariamente denunciados por mulheres cisgêneras e pretas, compreendendo 50% dos casos. Já no tocante à LGBTfobia, há proporcionalidade entre pessoas não-binárias, homens e mulheres cisgêneras, com um total de 27 ocorrências. Sendo que 11 foram contra bissexuais (41%), 9 contra pansexuais (33%) e 7 contra homossexuais (26%). Dessa maneira, em relação a um perfil que representa o principal alvo dessa tipologia de violência, diferentemente dos demais, há a consolidação de três: i) mulheres cisgêneras, pretas e bissexuais; ii) homens cisgêneros, brancos e bissexuais; iii) pessoas não-binárias, brancas e pansexuais.

Sobre a violência sexual (Gráfico 13), destaca-se que as ações apontadas como referências para a tipologia são: contato não consentido em partes do corpo (principalmente íntimas), tentativas ou atos de importunação sexual, tentativa ou ocorrência de estupro e práticas semelhantes. Essa é a tipologia com o maior quantitativo entre os participantes que afirmaram nunca terem sido vítimas, atingindo 84% do todo, reforçando a lógica de inversão entre o potencial ofensivo e a frequência dos atos. Assim como as demais categorias de intensidade de acontecimentos apresentam uma redução em seu quantitativo, mantendo a lógica já descrita na violência física.

Gráfico 13: Proporção da frequência de ocorrência das violências sexuais entre os voluntários da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Com relação ao detalhamento da violência segmentado por grupo (Tabela 29), assim como foi com a física, há uma alteração visível das quantidades em relação às anteriores. Considerando inicialmente o gênero, há uma clara dominância de ocorrência contra mulheres cisgêneras, sendo bastante representativas mediante as proporções para esta tipologia em específico. Homens cisgêneros e pessoas não-binárias também se apresentam com alguma representatividade, tendo valores totais iguais ao se somar as diferentes categorias de frequência.

Sobre a orientação sexual, há novamente uma prevalência de casos contra pessoas LGBTQIAP+, com maior ênfase em bissexuais e pansexuais. Os heterossexuais presentes, são majoritariamente associados exclusivamente ao racismo, tendo apenas uma exceção. Observando os dados integrados ao aspecto racial, há predominância de pessoas negras em uma perspectiva geral, embora pessoas brancas também estejam com bastante presença entre as vítimas. No caso das vítimas heterossexuais, o perfil é composto quase que exclusivamente de mulheres cisgêneras pretas, compreendendo 66% dos casos, em uma clara representatividade de atos racistas, tendo mais 22% por mulheres cisgêneras pardas, havendo apenas uma ocorrência descrita por uma pessoa não-binária.

Tabela 29: Distribuição dos grupos com base na frequência de violências sexuais, com destaque em amarelo para o grupo com maior quantitativo e em vermelho para valores nulos.

Frequentemente (3)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	1	Assexual	0	Amarelos	0
Homem Transgênero	0	Bissexual	0	Brancos	1

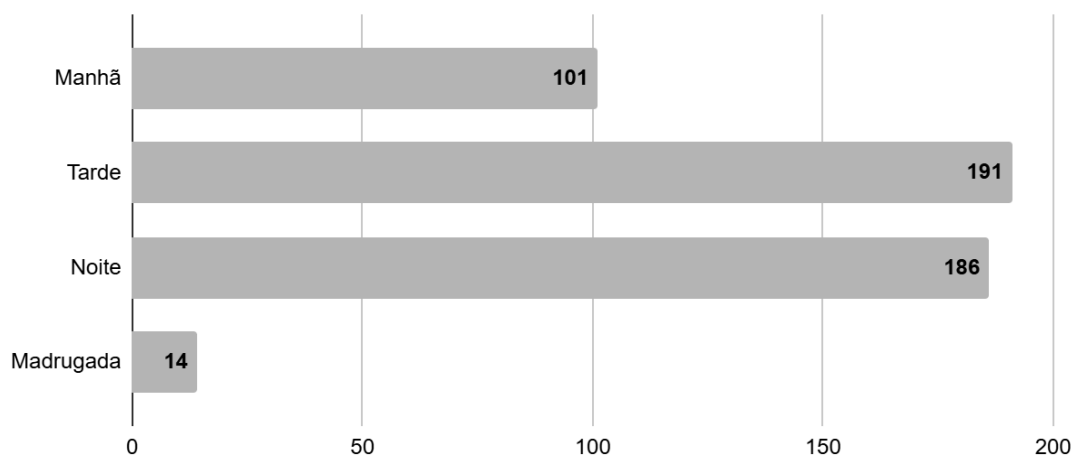
Mulher Cisgênera	2	Heterossexual	1	Indígenas	0
Mulher Transgênera / Travesti	0	Homossexual	0	Pardos	0
Pessoa Não-Binária	0	Pansexual	2	Pretos	2
Algumas vezes (2)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	0	Assexual	0	Amarelos	0
Homem Transgênero	0	Bissexual	5	Branços	2
Mulher Cisgênera	9	Heterossexual	4	Indígenas	0
Mulher Transgênera / Travesti	0	Homossexual	0	Pardos	4
Pessoa Não-Binária	1	Pansexual	1	Pretos	4
Poucas vezes (1)					
Gênero	Total	Orientação sexual	Total	Raça/Cor de Pele	Total
Homem Cisgênero	5	Assexual	0	Amarelos	0
Homem Transgênero	4	Bissexual	14	Branços	13
Mulher Cisgênera	18	Heterossexual	4	Indígenas	2
Mulher Transgênera / Travesti	2	Homossexual	5	Pardos	6
Pessoa Não-Binária	5	Pansexual	10	Pretos	12

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Já ao se observar os casos a partir de uma exclusividade de casos LGBTfóbicos, há certo equilíbrio entre os grupos, há um total de quatorze (14) casos denunciados, distribuídos da seguinte maneira: mulheres cisgêneras (5), homens transgêneros (3), pessoas não-binárias (3), homens cisgêneros (2) e travesti (1). Essas ocorrências estão concentradas principalmente em bissexuais, representando 50% do total, seguidos por pansexuais (28%) e homossexuais (22%). Dessa maneira, em relação a um perfil que representa o principal alvo dessa tipologia de violência, assim como no caso da violência física, pode-se destacar a consolidação de três: i) mulheres cisgêneras, pretas e bissexuais; ii) homens cisgêneros, pretos e bissexuais; iii) pessoas não-binárias, brancas e pansexuais.

Com relação ao turno de ocorrência das violências discutidas acima (Gráfico 14), inicialmente cabe o destaque de que não é possível somar os valores, visto que os participantes poderiam apontar até dois turnos mais recorrentes para suas experiências com a violência de ódio. Embora, tipicamente, ao se falar sobre violência, seja esperado que ela esteja mais concentrada no período noturno (noite e madrugada), há um descolamento ao se discutir sobre violências de ódio.

Gráfico 14: Relação entre turnos e violências de ódio.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Há uma predominância de ocorrências durante a tarde, com pouca diferenciação em relação à noite, o que pode indicar uma relação com movimentações atreladas ao consumo e lazer nos espaços da cidade, questões que serão discutidas na próxima seção. Embora tenha menor quantitativo, as ocorrências durante a manhã também obtiveram certa representatividade, reafirmando como a violência de ódio pode acontecer em qualquer contexto.

Por fim, considerando a relação entre a quantidade de violência e de participantes, há o destaque de quais são os grupos mais vulnerabilizados num contexto geral, independente das tipologias e frequências de ocorrência. Nesse caso, foram considerados seus relatos na última pergunta do questionário em que os voluntários precisaram citar os lugares que foram vítimas de situações de violências de ódio e qual tipo. Sendo assim, na coluna “quantidade de violências” há a estratificação do quantitativo final de todos os participantes por grupo, sendo divididos aqui por gênero, orientação sexual e raça/cor de pele. Esses valores trazem uma perspectiva generalista sobre como cada parcela vivenciou contextos do ódio, pois considerou todos os apontamentos, inclusive as múltiplas ocorrências.

Com relação ao gênero (Tabela 30), cabe o destaque de que embora tenham uma participação quantitativa inferior aos demais, as mulheres transgêneras e travestis tiveram a maior proporção tanto na conversão entre respondentes totais para público alvo (Tabela 15), quanto na média de casos por pessoa, chegando a quase 14 situações descritas para cada uma

das respondentes. Assim como os homens transgêneros e as pessoas não-binárias que, mesmo com uma representatividade menor no quantitativo geral dos participantes, eles foram, respectivamente, o segundo e terceiro grupos mais vulneráveis pela variável de gênero. Embora tenham o maior valor absoluto tanto de vítimas quanto de violências, as mulheres cisgêneras permaneceram em quarto lugar, estando com uma média de casos por pessoa abaixo do valor geral.

Tabela 30: Relação entre o gênero e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.

Gênero	Qtd. de participantes	Qtd. de violências	Média de violência por participante
Homem Cisgênero	89	327	3,66
Homem Transgênero	6	50	8,33
Mulher Cisgênera	141	528	3,74
Mulher Transgênera / Travesti	8	110	13,75
Pessoa Não-Binária	40	233	5,82
Total	284	1212	4,39

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

No tocante à orientação sexual (Tabela 31), o grupo com a maior média por participante foi o de pessoas pansexuais, embora tenha o segundo menor quantitativo de voluntários entre todos. Em sua totalidade, os valores das médias são mais baixos que os da categoria de gênero, porém estão mais equilibrados entre si, mantendo-se num intervalo próximo à média geral. Pessoas bissexuais se destacam em relação ao todo por seus valores absolutos mais elevados, tendo a segunda média mais alta. São seguidos, em um empate estatístico, por pessoas heterossexuais, majoritariamente em decorrência das violências racistas. Pessoas homossexuais, embora tenham valores absolutos mais altos do que os pansexuais em relação à quantidade de violência, tiveram uma média mais baixa em decorrência de terem quase o dobro de participantes. O grupo das pessoas assexuais obteve a média de casos mais baixa de todas as categorias, sendo destacável a necessidade de uma adesão maior para outros estudos de modo que seus dados possam ser mais robustos e passíveis de reflexões aprofundadas.

Tabela 31: Relação entre a orientação sexual e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.

Orientação sexual	Qtd. de participantes	Qtd. de violências	Média de violência por participante
Assexual	3	5	1,67

Bissexual	98	452	4,61
Heterossexual	61	281	4,60
Homossexual	78	295	3,78
Pansexual	44	215	4,89
Total	284	1248	4,39

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Por fim, com relação à raça/cor de pele (Tabela 32), o grupo mais vulnerabilizado é o de pessoas pretas, tanto pela sua média quanto pelos valores absolutos em participantes e quantidade de violências apontadas. Sendo seguidos com certa folga por pessoas indígenas que, embora tenham poucos participantes, tiveram uma média elevada, superando outros grupos com maior representatividade. Pessoas brancas compõem o terceiro grupo mais vulnerabilizado, embora tenham uma média abaixo do valor geral, seu quantitativo de casos é o segundo mais alto. A única pessoa amarela participante, embora tenha sido vitimada em quatro situações, não pode ser considerada como uma referência para falar do grupo racial que faz parte. Já pessoas pardas tiveram a média mais baixa, mesmo com o terceiro maior quantitativo de violências.

Tabela 32: Relação entre a raça/cor de pele e as violências mapeadas, com destaque em amarelo para grupo com maior média e em vermelho para médias abaixo do valor geral.

Raça/Cor de Pele	Qtd. de participantes	Qtd. de violências	Média de violência por participante
Amarelos	1	4	4,00
Brancos	96	402	4,19
Indígenas	6	29	4,83
Pardos	80	297	3,71
Pretos	101	516	5,11
Total	284	1248	4,39

Fonte: Elaboração própria (2025) com dados de levantamento em campo (2024-2025).

Esses dados reforçam como a violência de ódio não é um fenômeno linear e uniforme. Ele afeta os grupos de maneiras ímpares e irregulares, principalmente ao se considerar o impacto da interseccionalidade de fatores identitários e de múltiplos processos estruturais, com exemplo do racismo e da LGBTfobia que são foco deste estudo. Além disso, também é destacável a importância da adesão popular a pesquisas que utilizam de métodos participativos e aplicações práticas, pois possibilitam uma percepção pautada em dados mais

robustos. Assim, consequentemente, auxiliam a entender com maior precisão e refinamento como a violência perpassa a vivência das pessoas.

Reforça-se que embora tenham sido encontradas evidências que vão de acordo com a literatura, no sentido de afirmar como pessoas transgêneras (englobando tanto homens, quanto mulheres, travestis e pessoas no espectro da não-binaridade) estão em maior vulnerabilidade, ainda é um dado desproporcional com a vivência de pessoas cisgêneras. Nesta seção foi pontuado como mulheres cisgêneras estiveram como principais vítimas em múltiplas tipologias de violência, mas em um cenário que todos os respondentes tivessem a mesma proporção, especula-se que pessoas transgêneras, em sua totalidade, teriam maior representatividade como grupos-alvo e os resultados passariam por alterações.

O mesmo se aplica a grupos raciais, aqui principalmente abordando sobre a população indígena. Sua participação no estudo foi singela, mas trouxe informações que evidenciam uma maior chance de vitimização, tanto pelo racismo quanto pela LGBTfobia, tendo praticamente todos os participantes do questionário chegando até a parte das violências e obtendo uma média elevada, ficando em segundo lugar pelo indicador racial.

4. A DISPUTA ESPACIAL ENTRE O ÓDIO E O LAZER: ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E RESULTADOS GEOPROCESSADOS

“Ontem desci no ponto ao meio-dia, contramão me parecia, na cabeça a mesma reza: Deus, que não seja hoje o meu dia! Faço a prece e o passo aperta, meu corpo é minha pressa.” (Mulamba, 2018). A canção *P.U.T.A*, da banda *Mulamba*, retrata a insegurança na vida diária mediante a incerteza de que sua integridade será preservada até o retorno a algum ambiente de segurança. Este capítulo apresenta os resultados alinhados ao uso do geoprocessamento de dados, considerando as seguintes etapas: i) espacialização dos crimes de ódio documentados pela DECLIR e pelo questionário público; ii) caracterização dos perfis de concentração através da aplicação da interpolação estimativa de densidade (*kernel heatmap*); iii) delimitação, caracterização e relação dos espaços de lazer — tanto públicos quanto privados —, com as áreas de maior densidade de violência.

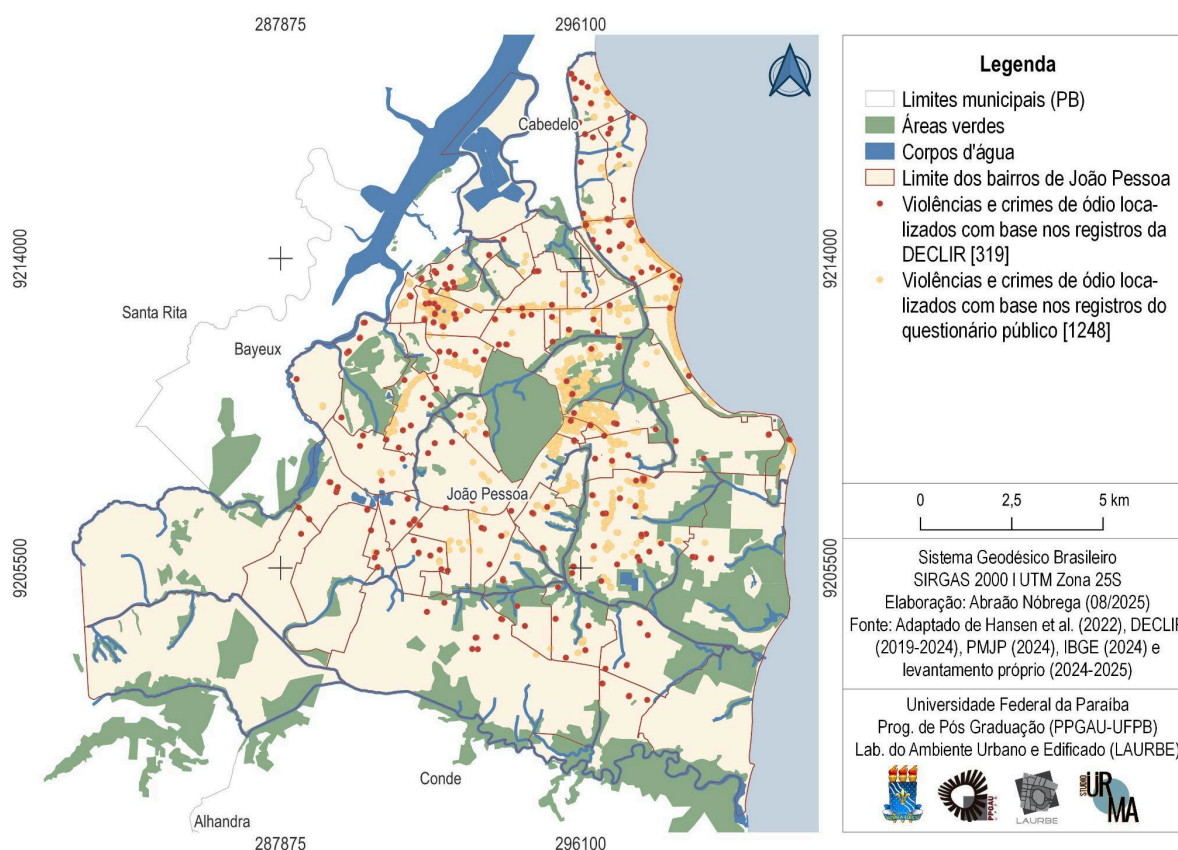
4.1. GEORREFERENCIAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

A relação entre as violências e crimes de ódio com o espaço começou a ser observada a partir da sua disposição na área urbana de João Pessoa (Figura 04). Considerando os processos metodológicos descritos na seção 2.3, o georreferenciamento dos dados foi feito de modo separado por base. Essa ação buscava comparar não apenas o aspecto quantitativo de cada uma das fontes de informação, por ser esperado uma distinção causada pela subnotificação, mas também para avaliar se haveria dissonâncias nos locais de ocorrência.

O primeiro ponto a se destacar é, de fato, a diferenciação entre as bases no aspecto do contingente de casos. Iniciando a avaliação a partir da DECLIR, foram mapeados trezentos e dezenove (319) registros de violência de ódio, o que não se refere estritamente ao quantitativo de inquéritos e termos que foram acessados, em prol da possibilidade de vitimação simultânea³². No caso dos questionários, obteve-se um total de mil duzentas e quarenta e oito (1248) situações. A relação de proporcionalidade entre as duas bases é de aproximadamente quatro (4) vezes. Em outras palavras, para cada ato violento devidamente documentado pelos registros oficiais da DECLIR, quatro situações foram denunciadas por meio do questionário, reforçando o potencial de subnotificação local.

³² Conforme abordado na seção 2.3, há a possibilidade de um mesmo inquérito ou termo circunstanciado de ocorrência abordar duas ou mais agressões tanto pela presença de mais de um agressor quanto pela repetição de atos ou sobreposição de ações.

Figura 04: Localização das violências e crimes de ódio classificados pela base de dados.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

A subnotificação é uma problemática presente em todas as fontes oficiais de dados de violência, conforme apontado nos relatórios do FBSP (2021-2024) e nas produções de Benevides (2018-2024) e Michels (2011-2018). A comparação feita nesta pesquisa, entre as duas bases utilizadas, reafirma como os mecanismos legais, representados através do aparelho institucional da DECLIR, registram apenas uma fração dos acontecimentos, revelando a discrepância entre a validação documental e a experiência social.

Era esperado que houvesse algum grau de distinção entre as duas bases. Todavia, o nível que foi encontrado pode ser apontado como um alerta de como a temática ainda é pouco validada formalmente, principalmente na escala local. Essa sendo uma consequência tanto da dificuldade de enquadramento como crimes LGBTfóbicos e racistas, por aspectos da dilatação moral em prol de agressores, como aponta Moreira (2020); quanto pela insegurança e incerteza do tratamento em órgãos oficiais mediante a chance de revitimização e deslegitimação das violências, favorecendo a recusa em denunciar (Benevides, 2022).

Em uma perspectiva geral sobre a espacialização dos casos, pode-se destacar que as ocorrências estão presentes na maior parte da área urbana de João Pessoa. São poucos bairros que estão isentos da presença de pelo menos uma violência mapeada. Esse é um dos primeiros indícios de como os crimes de ódio não refletem um processo localizado e pontual, mas sim abrangente. Bem como, também têm algum grau de descolamento em relação aos aspectos físicos do espaço, visto que está presente em diferentes contextos territoriais pela cidade.

A priori, falando exclusivamente das situações mapeadas a partir da DECLIR, evidencia-se que a tendência principal é de dispersão. As ocorrências estão presentes em múltiplos bairros e setores da cidade, tendo pouca concentração espacial. Em outras palavras, os crimes de ódio denunciados na delegacia abrangem proporcionalmente toda a cidade de João Pessoa, porém tendo pouca proximidade entre as situações. No entanto, como exceções a essa regra geral, percebe-se que algumas regiões específicas apresentam concentrações de ocorrências.

Dentre as localidades que se caracterizam pela maior densificação de ocorrências espacialmente próximas, pode-se citar: o Parque Sólon de Lucena, o Campus I da UFPB, o entorno direto do Parque Zoobotânico Arruda Câmara, o Largo de Tambaú e trechos de bairros como o Bessa, Funcionários, Gramame, Ilha do Bispo, Manaíra e Mangabeira. Para facilitar o entendimento da localização dos bairros, vias e espaços citados no trabalho, o Apêndice B apresenta sua espacialização sem sobreposição a outras informações.

Outro ponto a se destacar sobre a localização dos casos, é que há uma maior representatividade em bairros periféricos e limítrofes. Algo que não foi atingido com o questionário pela dificuldade logística de abarcar toda a cidade com um levantamento individual. Sendo assim, porções da Zona Sul e Oeste, que dificilmente atingiram alguma representatividade no questionário, tiveram ocorrências mapeadas a partir da DECLIR.

Sobre os registros de ocorrências nas porções mais próximas às bordas urbanas, percebeu-se que há uma relação com a dinâmica espacial e de usos do solo. Das violências que foram especializadas a partir dos arquivos da delegacia, apenas 25% esteve em um ambiente não-residencial. Em outras palavras, a maior parte dos dados gerados a partir da DECLIR abrange um contexto de crimes de ódio perpetrados no ambiente domiciliar, seja por familiares, amigos, vizinhos ou desconhecidos.

Por consequência disso, percebeu-se uma maior recorrência nos bairros periféricos, limítrofes e/ou distantes das áreas centrais e de lazer, principalmente na região sul e sudoeste da cidade. Visto que, bairros como Ernesto Geisel, Funcionários, Gramame, Mangabeira e Valentina têm um perfil de ocupação mais tendenciosa ao uso habitacional, além de concentrarem números expressivos de população, conforme pode ser observado no atlas municipal de João Pessoa (PMJP, 2021) e nos dados do Censo 2022 (IBGE, 2025).

Sobre as oitenta e uma (81) situações que compreendem contextos não-residenciais, percebeu-se que elas são as exceções à regra da dispersão espacial, pois estão majoritariamente concentradas em trechos específicos. Além disso, refletem uma maior interação com o fluxo intenso de pessoas, estando presentes em ambientes como parques e praças, campi universitários, shoppings, áreas de lazer, comércio e outras atividades econômicas semelhantes. Por isso, estão mais presentes em três contextos: i) na área central da cidade, em bairros como Centro, Róger e Tambiá; ii) na região da orla, em bairros como Bessa, Manaíra e Tambaú; iii) nos grandes equipamentos educacionais e no seu entorno direto de bairros como Castelo Branco e Jaguaribe.

Como a DECLIR também abrange crimes de intolerância religiosa, houve situações mapeadas no entorno de terreiros de Umbanda, Candomblé e Jurema Sagrada. Esses casos, embora não se configurem diretamente como um contexto residencial, apresentam afinidades com as situações mapeadas em regiões de uso habitacional. Pois, majoritariamente, estão inseridos em bairros periféricos, distantes de eixos de movimento e com maior monofuncionalidade de usos do solo. Conforme pode ser visualizado no mapeamento de terreiros de religiões de matriz africana realizado pela Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoquian em parceria com a Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE/PB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) intitulado *Cadterreiros* (OSOGUIAN, 2025).

Passando a discutir, exclusivamente, os casos mapeados a partir do questionário, são destacáveis uma série de diferenças ao se comparar com o perfil dos dados da DECLIR, distribuídas em três principais dimensões. Em termos quantitativos, conforme já abordado, há uma distinção elevada entre o que foi levantado a partir dos arquivos da delegacia em detrimento ao dos questionários. A diferença proporcional de quatro vezes fomenta uma perspectiva genérica sobre o quadro da subnotificação em João Pessoa. Além disso, fornece um dado com maior robustez em termos das características de disposição das ocorrências pela

cidade, auxiliando a avaliar tendências gerais sobre regiões críticas de concentração do fenômeno.

Sobre a espacialização dos casos, pode-se destacar que existe tanto a afinidade como a oposição em relação à tendência dos registros feitos a partir da DECLIR. Em termos gerais, o material do questionário também aponta para uma abrangência em quase toda a área urbana de João Pessoa, havendo poucos bairros sem a presença de alguma violência, assim como foi percebido nos arquivos da DECLIR. No entanto, há uma maior dominância na concentração das situações de ódio, com múltiplos trechos da cidade se destacando em termos quantitativos com relação a violências próximas entre si. Sendo assim, embora o material do questionário apresente uma abrangência de ocorrer em quase toda a cidade, o predomínio no comportamento da espacialização é a concentração expressiva em locais específicos.

Por fim, a localidade dos crimes de ódio também apresenta uma configuração destoante, pois a maior parte dos dados do questionário estão vinculados a ocorrências em um contexto não-residencial. Apenas 8% de todas as violências mapeadas estão presentes em uma lógica habitacional e/ou em um entorno próximo a regiões domiciliares, totalizando noventa e oito (98) situações. Por isso, as duas bases se complementam, visto que as lacunas perceptíveis em cada fonte de dados acabam sendo supridas pela outra. Desse modo, torna-se possível uma avaliação na cidade considerando as dualidades em termos da relação entre região central e periférica, regiões residenciais e regiões comerciais e de lazer.

Diferente do material da DECLIR, ao se avaliar a espacialização dos casos do questionário, percebe-se a predominância de violências concentradas, principalmente, em ambientes atratores de movimento. Eles são pautados em múltiplos contextos, englobando aspectos comerciais, de lazer, turismo, educação, serviços e cultura. Destacam-se como as principais localidades que concentram as violências o Parque Sólon de Lucena e o anel viário que o circunda — no que se refere às estruturas do transporte público, assim como as lojas próximas —, a Praça do Barão do Rio Branco, o Campus I da UFPB e os diversos bares ao redor, a Praça da Paz e o entorno direto que compreende também as proximidades do Shopping Sul, a faixa de orla compreendida entre Cabo Branco, Tambaú e Manaíra; os Shoppings Cidade, Mag, Manaíra, Mangabeira, Tambiá e Terceirão; o Terminal de Integração do Varadouro; e as unidades de hipermercados de rede como a do Carrefour no Jardim São Paulo e do BeMais no Cidade dos Colibris.

Não obstante, foi percebida também uma clara recorrência em disposição linear das violências com concentrações marcantes ao longo de eixos viários de grande influência para a cidade. Na base de DECLIR percebeu-se essa dinâmica em apenas um trecho inicial da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, na região entre os bairros dos Estados e da Torre. No caso do questionário, há prevalência em toda a avenida, conectando desde a região central até à faixa litorânea. Além dela, também se destacam concentrações ao longo da Avenida Cruz das Armas, em trechos da Avenida Hilton Souto Maior, na Avenida João Maurício, na Avenida Primeiro de Maio, na Rua Empresário João Rodrigues Alves, na Rua Bancário Sérgio Guerra³³ e na Rua Josefa Taveira.

Conforme pontuado, o padrão da espacialização dos casos vindos do questionário tem uma conexão expressa com lugares e eixos de movimento, em detrimento de uma menor tendência de estarem em regiões marcadas pelo perfil residencial. É possível que isso seja uma consequência da insegurança dos participantes em denunciar violências no âmbito familiar, dando preferência às situações vivenciadas em contexto público. As noventa e oito (98) situações denunciadas que envolveram o ambiente residencial compreendem o contexto familiar e de relacionamentos afetivos. Para proteger a privacidade e evitar a identificação das residências em que houve a denúncia, por menor que fosse o risco, optou-se pela espacialização utilizando um ponto de referência que indicasse a localidade aproximada sem, de fato, apontar onde o voluntário morasse. Por isso, há menos casos em trechos internos dos bairros, principalmente ao se considerar as bordas urbanas da Zona Sul e Oeste.

A partir deste momento, as análises não serão apresentadas de modo segmentado entre as bases de dados, visando evitar a repetição excessiva de informações, visto que iriam abordar as mesmas categorias e discussões. Sendo assim, todos os mapas referentes à caracterização das violências e crimes de ódio baseados nos aspectos identitários das vítimas, nas tipologias e nas matrizes apresentarão as informações da DECLIR e do questionário.

4.1.1. Análise das violências a partir das características das vítimas

A primeira variável considerada é a identidade de gênero das vítimas (Figura 05). As violências envolvendo homens cisgêneros estão presentes em múltiplas partes da cidade,

³³ As ruas Empresário João Rodrigues Alves e Bancário Sérgio Guerra compreendem o trecho popularmente conhecido como “Principal dos Bancários”, sendo esse um nome que poderá ser utilizado no trabalho para evitar a repetição das ruas.

compreendendo dois contextos principais. O primeiro, nas regiões periféricas do quadrante sul, sudoeste e oeste; são frutos dos dados da delegacia e apresentam as situações centradas no contexto residencial. Dessa maneira, configuram crimes de ódio majoritariamente praticados por familiares e vizinhos, tendo uma representatividade maior de casos de LGBTfobia, principalmente perpetrados contra homens gays.

O segundo contexto refere-se principalmente aos dados gerados pelo questionário, tendo as maiores concentrações quantitativas e com uma representação segmentada da dinâmica geral pontuada. Em outras palavras, é evidente a relação com os espaços de intenso movimento, tendo polos principais onde os casos estão mais concentrados. A faixa de orla entre Cabo Branco e Tambaú (39), o Parque Sólon de Lucena e seu entorno (35), o Campus I da UFPB (29), o Carrefour do Jardim São Paulo e arredores (25), os Shoppings Manaíra (21), Mangabeira (20) e Tambiá (13) e o Terminal de Integração do Varadouro (13).

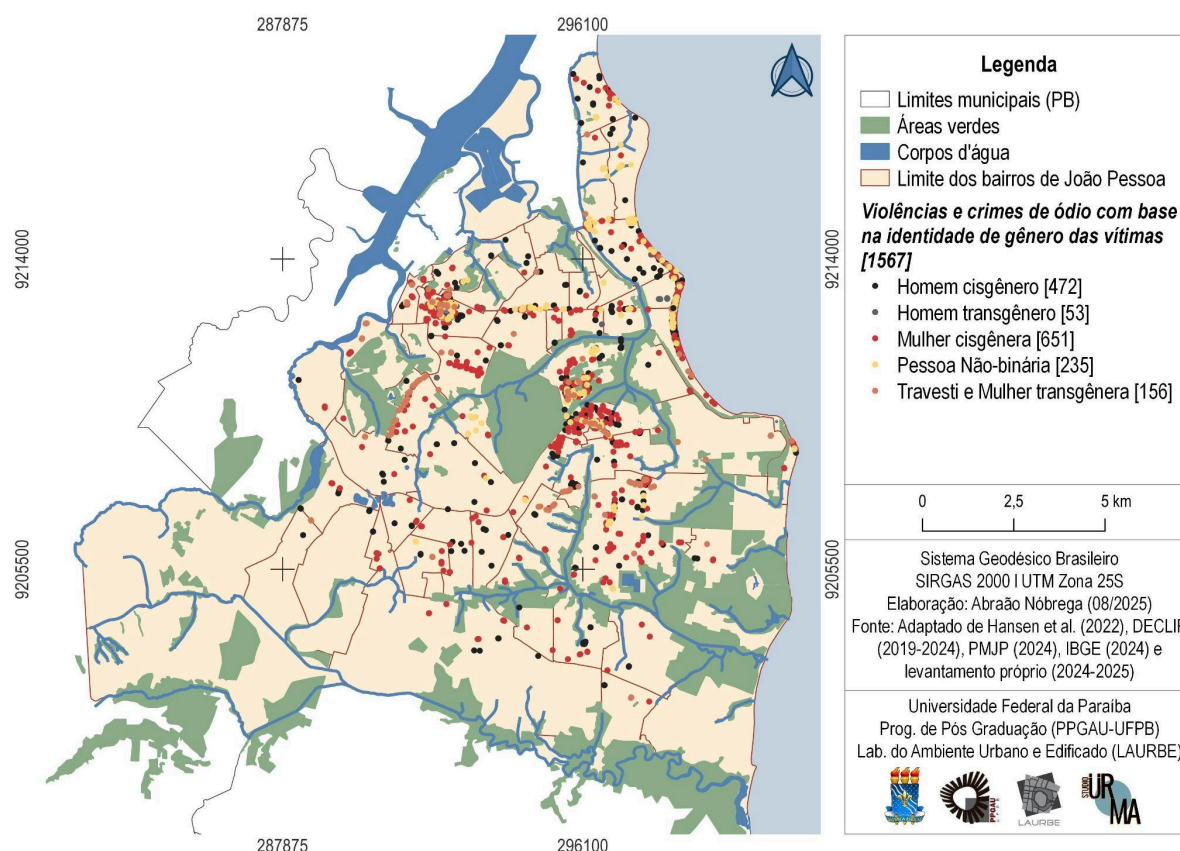
Além dessas regiões prioritárias, há também a presença ordenada de casos ao longo da Av. Pres. Epitácio Pessoa e da R. Bancário Sérgio Guerra. Porém, percebe-se certo grau de descontinuidade nesses eixos viários, tendo alguns trechos com a rarefação de situações. Outro ponto a se destacar é que há existência de situações de ódio em trechos internos de bairros, presentes em áreas com menor fluxo potencial. Porém, esses casos estão alinhando com uma lógica dispersa, tendo pouca proximidade entre si. Além disso, mesmo em regiões hierarquicamente menos impactantes, as situações estão próximas a equipamentos de lazer, compras e outras atividades.

Os homens transgêneros tem uma participação mais singela em termos quantitativos, sendo o grupo com o menor valor absoluto de ocorrências. A lógica espacial dos casos de violência contra esse grupo é mais pulverizada na cidade, existindo em apenas oito bairros, mas com uma representação polarizada em quatro: Bancários (17), Centro (16), Manaíra (8) e Tambaú (7). Além desses, foram mapeadas ocorrências no Costa e Silva, Jaguaribe, Tambauzinho e Tambiá, com variação entre 1 e 2 casos em cada.

A espacialização dos casos está conectada às questões já apresentadas na lógica geral, tendo algumas variações para cada trecho principal, embora todas estejam alinhadas a espaços ou vias de intenso fluxo. No Bancários, todas as violências mapeadas estão dispostas ao longo do eixo viário estruturante do bairro que é popularmente conhecido como a “Principal dos Bancários”. No caso do Centro, a disposição é principalmente concentrada nas imediações do Parque Sólon de Lucena, tendo alguns casos em vias comerciais. Na região de Manaíra e

Tambaú, a disposição é centrada na faixa de orla, principalmente nos arredores de bares e espaços de consumo.

Figura 05: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na identidade de gênero das vítimas.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

As situações de ódio contra mulheres cisgêneras correspondem ao perfil mais abrangente em termos espaciais, apresentando configurações mistas entre a dispersão e a concentração. Considerando primeiramente a disposição de casos dispersos, há uma afinidade com o padrão encontrado nas violências perpetradas contra homens cisgêneros. Foi percebido que, em trechos do quadrante sudoeste, há uma maior presença de atos LGBTfóbicos. Esses foram devidamente denunciados através de inquéritos policiais, majoritariamente em contextos residenciais. No quadrante sudeste, em contrapartida, há maior recorrência de casos de racismo, presentes em espaços públicos e privados (comerciais) levantados através do questionário.

Os dados das mulheres cisgêneras se destacam não apenas pelo quantitativo maior em relação aos demais grupos, mas também por sua multiplicidade espacial, reforçando como a

violência contra mulheres é transversal, conforme defendem Lucena (2020), Miranda e Van Ness (2020) ou Medeiros (2024). Visto que, ao se observar a disposição espacial, percebeu-se que em 80% dos bairros da cidade existe pelo menos uma situação denunciada, tendo apenas 13 sem qualquer caso mapeado.

Passando a observar a disposição concentrada dos casos, percebeu-se a existência de picos em dois contextos. Uma região específica, refletindo uma problemática pontual direcionada ao público em questão, encontrada no entorno do Colégio Século no Jardim Cidade Universitária com quatorze (14) ocorrências. Mas também em espaços que foram comuns para os demais grupos, destacando-se os trechos da orla de Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (60), o Campus I da UFPB (51), o Parque Sólon de Lucena (46), os Shoppings Manaíra (25) e Mangabeira (16), a Praça da Paz (17) e o Terminal de Integração do Varadouro (17). Além disso, sobre a relação com eixos viários de importância da cidade, foram mapeados casos concentrados ao longo de toda Av. Pres. Epitácio Pessoa (18), da R. Josefa Taveira (11) — com ênfase na porção próxima ao Mercado Público de Mangabeira —, e na Av. Primeiro de Maio (10), principalmente nas imediações do Campus do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Sobre os crimes de ódio realizados contra mulheres transgêneras e travestis, destaca-se que sua disposição é majoritariamente concentrada em trechos específicos da cidade, embora tenha algumas situações dispersas em porções mais internas de bairros. Como já foi pontuado nos demais grupos, percebe-se a conexão com o princípio do movimento, tendo representação tanto no espaço de permanência quanto de passagem. Sobre o primeiro caso, destaca-se uma presença concentrada na região da faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (19), Parque Sólon de Lucena (15), Campus I da UFPB (10) e Campus da UNINASSAU (10).

Já com relação aos eixos viários, as principais concentrações estão dispostas ao longo da Avenida Cruz das Armas (20), Avenida Hilton Souto Maior (20) e na “Principal dos Bancários” (11). Fora desses espaços há pouca concentração de casos, com uma dispersão em porções internas de bairros em uma representação de casos mais alinhados ao contexto residencial. Essas são mais recorrentes no quadrante sudeste e oeste da cidade, em bairros periféricos e limítrofes, com denúncias mapeadas através da DECLIR.

Por fim, sobre os casos realizados contra pessoas não-binárias, também foi percebida a relação com movimento, sendo mais representativa a concentração em áreas de permanência, com duas concentrações em eixos viários. Há repetição dos padrões já descritos, com picos de

casos localizados na faixa da orla de Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (39), Praça da Paz (23), Parque Sólon de Lucena (20), Campus I da UFPB (18) e Shoppings Mag (12) e Manaíra (10). Porém, assim como foi perceptível nas mulheres cisgêneras, há concentrações específicas que refletem problemáticas pontuais contra o grupo em questão, sendo encontradas no Mercado Público do Castelo Branco (10), em trechos da Rua Souza Rangel próximos ao Posto São Luiz VIII (10) e na Av. Pres. Epitácio Pessoa, na altura do Assaí Atacadista (10).

Fora desse padrão principal, além das situações mapeadas em contextos residenciais e totalmente dispersas por bairros do quadrante nordeste e sul, há concentrações menores em outras porções da cidade. Dentre eles destacam-se a Praça Barão do Rio Branco (6), o Bessa Shopping (4), o Parque Parahyba I (4), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jardim Oceania (4) e o Mercado Público de Mangabeira (4), reforçando uma conexão com espaços majoritariamente atrelados ao lazer, compras e prestação de serviços.

Sobre o padrão das violências considerando a orientação sexual das vítimas (Figura 06), inicialmente destaca-se que os dados sobre a vivência de pessoas assexuais não serão abordados por consequência da sua baixa representatividade. Visto que, além de representarem apenas cinco situações pela cidade (0,30% dos casos), refletem a vivência de apenas três pessoas. Ou seja, os dados estão mais conectados aos padrões particulares de movimentação desses voluntários do que uma tendência representativa para o grupo em questão. Além disso, em algumas das violências de ódio mapeadas a partir dos registros da DECLIR não foi possível identificar a orientação sexual das vítimas e, por isso, existem nove (9) casos sem identificação, representando 0,57% do total.

Sobre as situações que envolvem pessoas bissexuais, destaca-se a tendência de concentração tanto em espaços de passagem quanto de permanência. Os ambientes com maior destaque são: o Parque Sólon de Lucena (45), a Praça da Paz (26), trechos da orla entre Cabo Branco e Tambaú (26), o Terminal de Integração do Varadouro (25), o Campus I da UFPB (24), as imediações do Carrefour do Jardim São Paulo (16), os Shoppings Manaíra (16), Mag (10) e Mangabeira (10) e um trecho da orla do Bessa (10). Em relação aos eixos de movimento, os mais representativos são a “Principal dos Bancários” (20), a Av. Presidente Epitácio Pessoa (13) e a R. Josefa Taveira (10).

Além desses cenários envolvendo maior concentração espacial, existem casos dispersos presentes em porções internas de bairros em todos os quadrantes da cidade. Destaca-se que mesmo os casos isolados, quando não se observam os de contexto domiciliar,

na maioria das situações estão próximos de: i) equipamentos voltados às compras, principalmente no segmento de mercados, tanto nos locais quanto nos de rede; ii) ambientes educacionais públicos e privados; iii) espaços de lazer e de práticas esportivas como praças, parques e semelhantes.

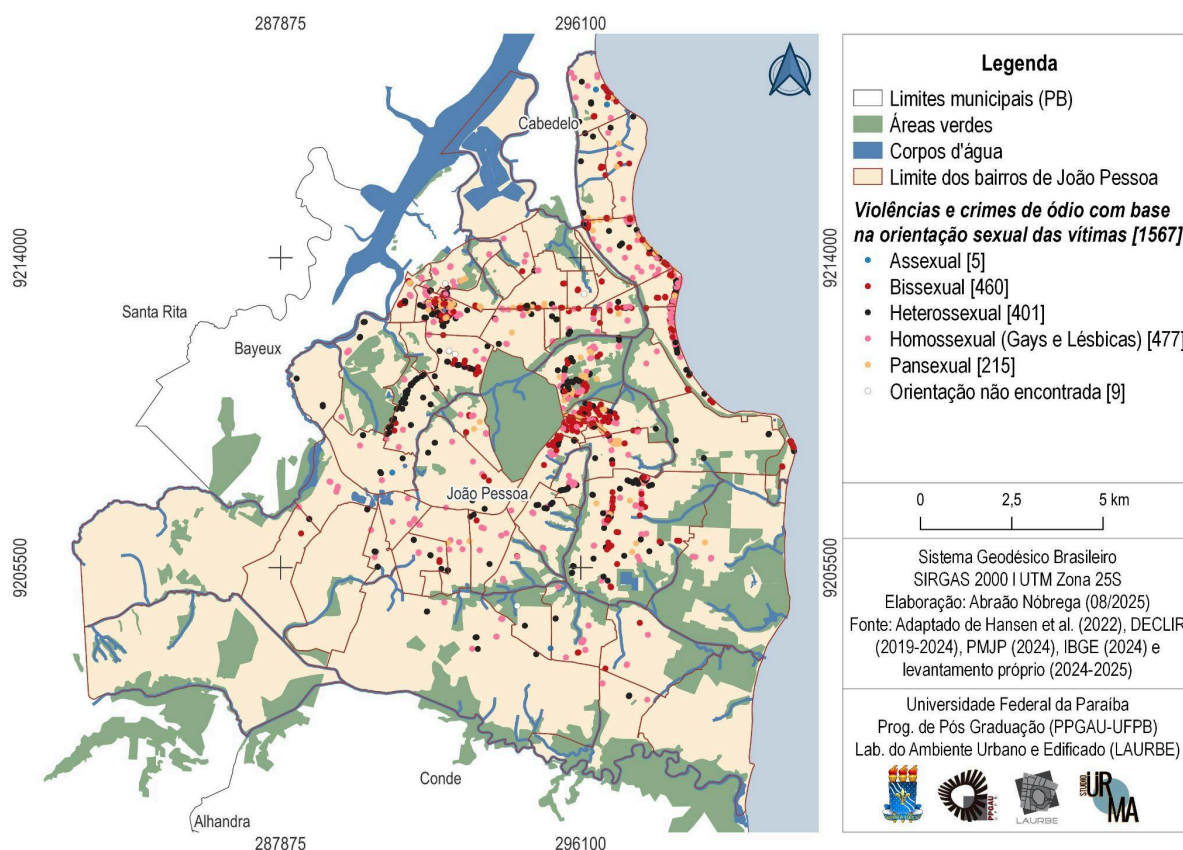
Referente aos casos contra pessoas heterossexuais destaca-se que há uma tendência maior de dispersão na área urbana de João Pessoa, embora apresente algumas localidades de concentração. Os ambientes mais representativos para a massividade de casos próximos são o Campus I da UFPB (32), o Parque Sólon de Lucena (27), trechos da orla entre Cabo Branco e Tambaú (22), os Shoppings Mangabeira (14) e Cidade (12), o Terminal de Integração do Varadouro (10) e o Campus da UNINASSAU (10). Nos eixos de movimento destacam-se a Av. Cruz das Armas (20) e Av. Hilton Souto Maior (20).

Os demais casos estão dispersos em múltiplos contextos espaciais pela cidade, tendo maior representatividade quantitativa nos quadrantes sul e nordeste. Vale o destaque de que as situações contra pessoas heterossexuais englobam não apenas os casos de racismo, como também de LGBTfobia contra mulheres transgêneras e travestis.

A primeira matriz é mais representativa para os casos isolados mapeados na porção sul e no quadrante nordeste, principalmente em bairros como o Bessa, Jardim Oceania e Manaíra. Nos casos presentes na Zona Sul, há uma maior relação com o ambiente residencial, envolvendo conflitos entre vizinhos em práticas racistas mapeadas via DECLIR. Já na porção nordeste, há uma predominância de ocorrências em espaços de compras e lazer, notadamente conhecidos por um padrão socioeconômico mais elevado e com a possibilidade de atos racistas causados por princípios higienistas em uma percepção do não pertencimento ao padrão aquisitivo do local.

A segunda matriz está centrada na vivência de travestis e apresenta uma relação mais proeminente com eixos viários de intenso fluxo — nos bairros de Cruz das Armas, José Américo e Mangabeira —, bem como em porções da orla da cidade, com maior concentração de casos em Tambaú e Manaíra. Além desses espaços, foram mapeados apenas treze (13) casos isolados de LGBTfobia que ocorreram no contexto domiciliar, voltados a conflitos específicos nos registros da DECLIR.

Figura 06: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na orientação sexual das vítimas.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Os casos envolvendo pessoas homossexuais — tanto homens gays quanto mulheres lésbicas — tem a maior abrangência espacial ao se avaliar os casos a partir da orientação sexual das vítimas. Assim como os outros grupos, percebe-se regiões com concentrações abrangendo primordialmente ambientes de permanência. Os locais mais representativos são: trechos da orla entre Cabo Branco e Tambaú (48), o Campus I da UFPB (32), os Shoppings Manaíra (23), Mangabeira (14) e Mag (11), o Parque Sólon de Lucena (20), a Praça da Paz (17) e unidades dos mercados de rede do BeMais do Cidade dos Colibris (12) e do Carrefour do Jardim São Paulo (10).

Outros recortes apresentaram concentrações menores, como o trecho do Centro Histórico na região entre a Praça do Barão do Rio Branco e o Centro Cultural São Francisco (10), o Mercado Público do Castelo Branco (8) e o Shopping Tambiá (8). Observando a relação com eixos de movimento, o único que tem uma disposição de casos dispersa ao longo de sua extensão é a Av. Pres. Epitácio Pessoa, com treze (13) ocorrências mapeadas.

Sobre os casos isolados, há uma dispersão por quase todos os bairros da Zona Sul e Oeste, articulados principalmente com ocorrências no contexto domiciliar, envolvendo conflitos locais documentados pela DECLIR. Alguns bairros que se destacam nesse contexto são: Ernani Sátiro (6), Ernesto Geisel (6), Jardim Veneza (9), João Paulo II (8), Roger (12), Valentina (11) e Varadouro (12). O Bessa (13) e Manaíra (20) — desconsiderando as ocorrências nos shoppings —, também são mais representativos de atos de ódio contra esse grupo, embora as violências estejam presentes em espaços de lazer e compras, com pouca relação ao ambiente domiciliar.

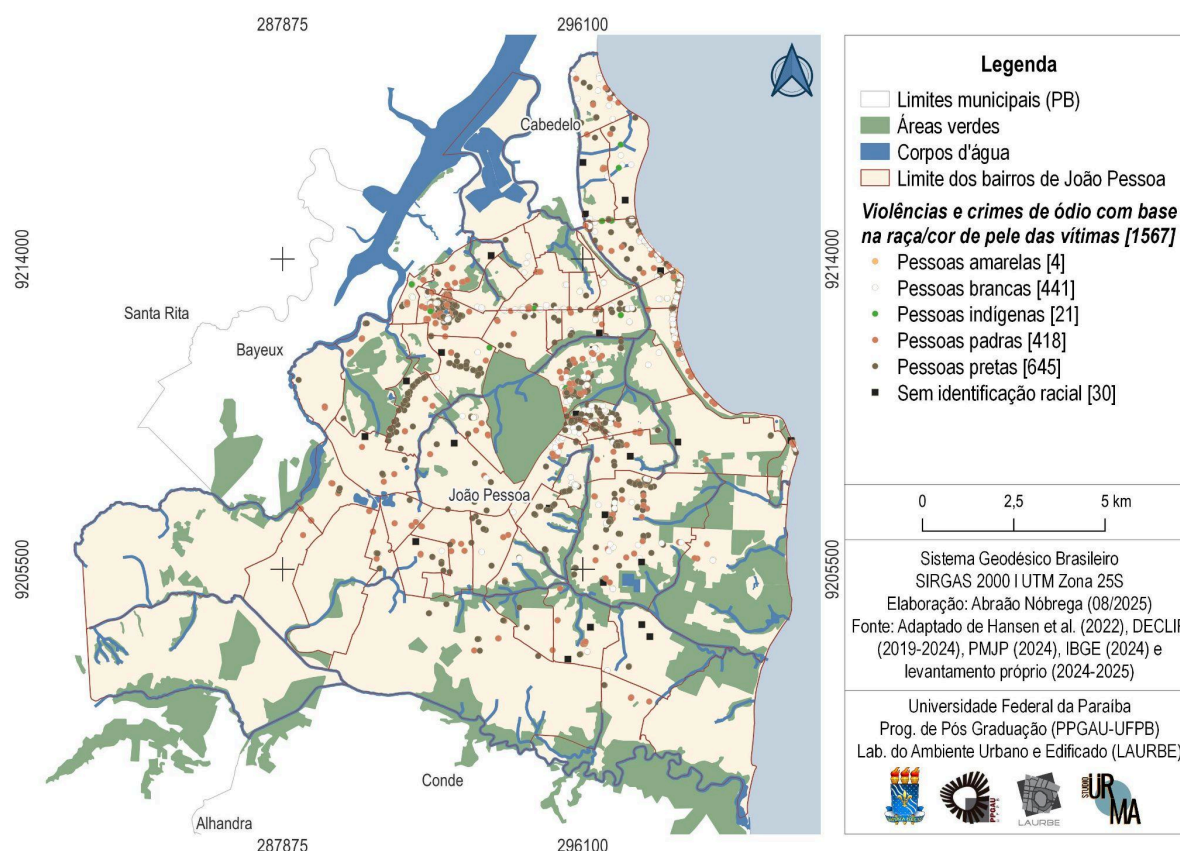
Por fim, sobre pessoas pansexuais, destaca-se que 68% de seus casos estão centrados em cinco espaços: na faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (40), no Parque Sólon de Lucena (38), na “Principal dos Bancários” (38), no Campus I da UFPB (21) e nas imediações do Colégio Século no Jardim Cidade Universitária (12). As demais ocorrências estão dispersas em porções internas dos bairros, principalmente de Mangabeira e Estados, com pouca proximidade entre si e refletindo contextos mais amplos na relação com residências e espaços de compras.

No tocante à raça/cor de pele (Figura 07), assim como foi na orientação sexual, não haverá discussões pautadas nos dados sobre um grupo em específico, como uma consequência de sua pequena participação. Como houve registro de apenas uma pessoa amarela sendo vítima de violências de ódio na cidade, suas experiências não compreendem uma representatividade amostral e, por isso, serão ignoradas na discussão. Outro ponto a se destacar é que, nos registros da DECLIR, não foi possível a identificação dos dados sobre a raça/cor de pele de algumas vítimas, conforme documentado na seção 2.2, resultando em trinta (30) ocorrências sem a devida informação da identidade racial.

As violências contra pessoas brancas refletem atos de LGBTfobia e, em alguns casos, há a sobreposição com atos de intolerância religiosa, perpetrados contra adeptos de religiões de matriz africana. O perfil de ocorrência repete os padrões já observados nos outros dois indicadores identitários, tendo representatividade de casos tanto em espaços de permanência quanto de passagem. Os maiores destaques correspondem à faixa de orla entre Cabo Branco, Tambaú e Manaíra (88), ao Parque Sólon de Lucena (42), ao Campus I da UFPB (37), à Av. Pres. Epitácio Pessoa (23), à Praça da Paz (20), ao Terminal de Integração do Varadouro (20), à unidade do BeMais do Cidade dos Colibris (12) e à Praça Barão do Rio Branco (10). No tocante às ocorrências dispersas, são perceptíveis com maior quantidade em bairros como

Bessa (11), Jardim São Paulo (11) e Mangabeira (19). Situações pontuais, mais isoladas, estão presentes em algumas partes da Zona Sul e em Jaguaribe, Ponta do Seixas e Varjão.

Figura 07: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na raça/cor de pele das vítimas.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Sobre a população indígena, destaca-se que seu quantitativo é baixo e tende a não representar com fidelidade a amostragem populacional. Os poucos casos mapeados estão presentes em espaços específicos da cidade, mas que seguem a tendência percebida para os demais grupos. As ocorrências não são concentradas, tendo realmente um perfil disperso, mas presentes no Parque Sólon de Lucena, Campus I da UFPB, Terminal de Integração do Varadouro, na Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho — popularmente conhecida como o retão de Manaíra —, e na faixa de orla de Tambaú. Todos os casos estão conectados a espaços voltados ao lazer, educação ou compras, reforçando a relação entre a violência e a concentração de pessoas em dado lugar em busca de algum tipo de serviço.

As ocorrências denunciadas por pessoas pardas também seguem o padrão apresentado nos demais grupos, embora as regiões de concentração estejam quase exclusivamente

alinhadas com espaços de permanência, tendo poucos casos atrelados a eixos de circulação. Os lugares com maior quantitativos são: a faixa de Orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (58), o Parque Sólon de Lucena (25), a Praça da Paz (24), o Campus I da UFPB (22), os Shoppings Cidade (12) e Manaíra (14), o Terminal de Integração do Varadouro (10) e o Campus da UNINASSAU (10). Em relação aos casos dispersos, eles estão presentes em quase todos os bairros da Zona Sul, em trechos da Oeste e do quadrante Nordeste. Essas ocorrências estão conectadas tanto ao contexto residencial, principalmente documentados através da DECLIR, como a espaços de compras e lazer, parques, praças, restaurantes e lojas.

Pessoas pretas, por sua vez, tendem a uma afinidade e sobreposição com as principais regiões em que pessoas pardas também vivenciam as violências de maneira concentrada, principalmente as racistas. Porém, diferenciam-se pelo maior quantitativo de casos, remetendo ao impacto do colorismo descrito por Devulsky (2021). No entanto, além de um perfil conectado com violências próximas entre si, pessoas pretas também apresentam casos ao longo de eixos viários. Os espaços de maior representatividade são:

O Parque Sólon de Lucena (82), o Campus I da UFPB (42), A faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (34), a Praça da Paz (24), os Shoppings Mag (19), Manaíra (30), Mangabeira (29) e Tambiá (10) e as imediações da unidade Carrefour do Jardim São Paulo (20). Já referente aos eixos de movimento, destacam-se a “Principal dos Bancários” (30), a Av. Pres. Epitácio Pessoa (21), a Av. Cruz das Armas (20), Av. Hilton Souto Maior (20) e a R. Josefa Taveira (13). Sobre os casos dispersos, o padrão é semelhante ao encontrado com pessoas pardas, com sobreposição ou proximidade em muitas das ocorrências mapeadas do grupo anterior, tendo, como principal diferenciação, o maior número de casos.

4.1.2. *Análise das violências a partir da tipologia e matriz*

Partindo para uma observação direta das violências, agora desconsiderando as características das vítimas, a tipologia dos atos (Figura 08), apresenta perfis específicos na espacialização em consequência do potencial ofensivo. Sobre as violências comportamentais, por serem ações mais sutis e com menos contato entre agressor e vítima, além de oferecerem um menor risco, são parte estruturante da construção de tendência espacial apontada nas avaliações acima.

Há uma conexão direta entre intensidade de fluxo / presença de pessoas com a maior concentração dos casos, tanto por uma lógica de maior probabilidade de ocorrer conflitos, quanto por serem espaços que atraem públicos de diferentes características sociais, econômicas, educacionais e culturais. Dentre os de permanência, os com maior destaque são a faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (107), o Parque Sólon de Lucena e entorno direto (94), o Campus I da UFPB (50), os Shoppings Mag (14), Manaíra (45), Mangabeira (28) e Tambiá (15), o trecho do Centro Histórico entre a Ponto de Cem Réis e o CCSF (30), a Praça da Paz (22) e o Terminal de Integração do Varadouro (10).

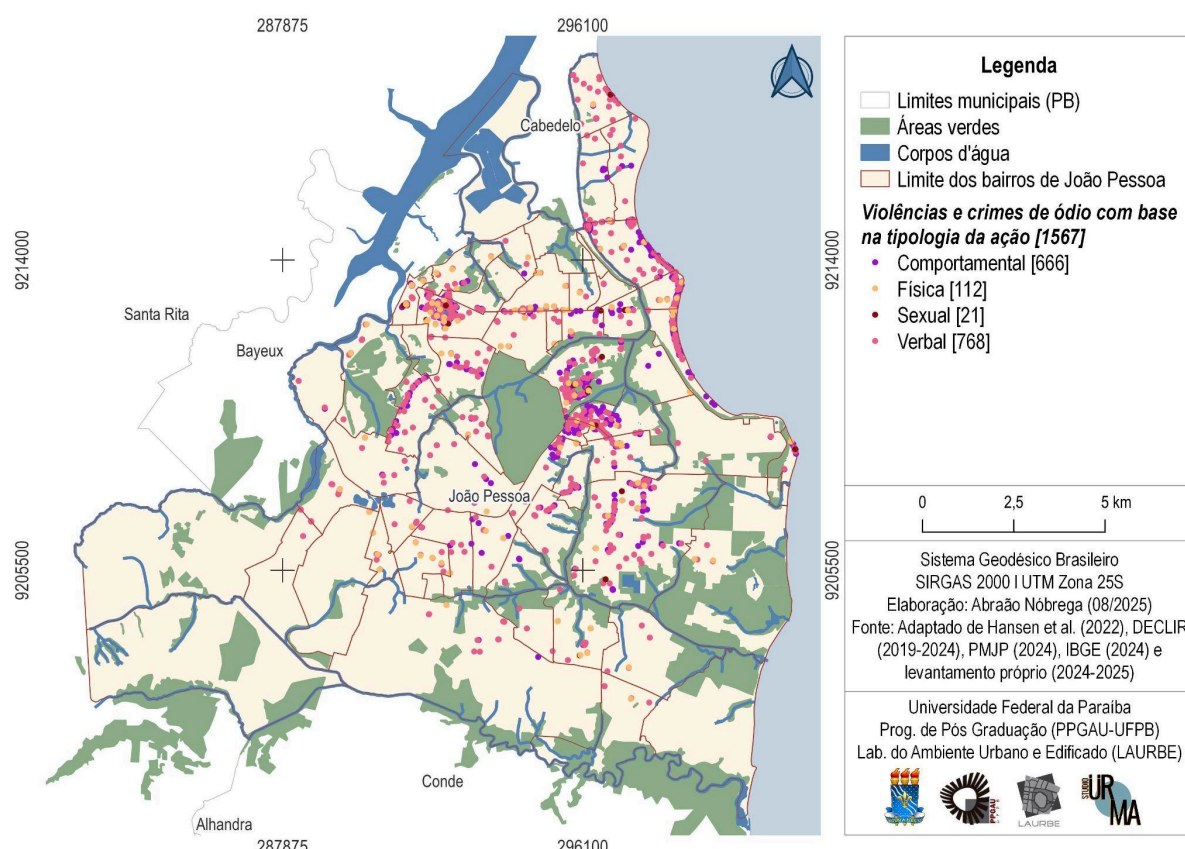
Com relação aos eixos viários, os mais representativos são a “Principal dos Bancários” (25), a Av. Pres. Epitácio Pessoa (21), a Av. Hilton Souto Maior (15) e a Av. Cruz das Armas (14). Tendo a Av. Primeiro de Maio e a R. Josefa Taveira com uma disposição de casos em menor quantidade, mas destacando-se no geral, com oito (8) ocorrências em cada. Os casos dispersos estão mais presentes na Zona Sul e em partes do quadrante Nordeste, tendo proximidade espacial com praças, parques, mercados, igrejas, rotas de transporte público e com o ambiente domiciliar.

A violência verbal é a mais representativa tanto em quantidade de ocorrências quanto na espacialização pela cidade. Embora apresente algum grau de interação entre o agressor e a vítima, ainda é uma ocorrência com baixo risco e apresenta possibilidade de ocorrer em espaços de intenso fluxo. Pois, conectam-se a ideia de o agressor se misturar à massa de pessoas e se safar mais facilmente, como também de possuir algum grau de legitimação por outros indivíduos presentes, conforme Freud (2013) defende na lógica do pensamento coletivo da validação externa.

As ocorrências verbais estão espacialmente sobrepostas com as comportamentais, sendo a parte faltante na estruturação da tendência de localização da violência apontada. A tipologia está presente em todos os contextos avaliados: espaços de permanência, de passagem, dispersa em ambiente domiciliar e em regiões de serviços — englobando comércio, lazer, educação e cultura. Os pontos com maior quantitativo das ocorrências são o Parque Sólon de Lucena e entorno direto (63), a faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (57), o Campus I da UFPB (53), o trecho do Centro Histórico entre a Ponto de Cem Réis e o CCSF (35), a Praça da Paz (30), o Terminal de Integração do Varadouro (21), as imediações do Carrefour do Jardim São Paulo (18) e os Shoppings Mag (10), Manaíra (11) e Mangabeira (11).

Nos eixos viários, os mais representativos são a “Principal dos Bancários” (41), a Av. Pres. Epitácio Pessoa (21), a Av. Hilton Souto Maior (15), a Av. Cruz das Armas (15) e a R. Josefa Taveira (13). Os casos dispersos estão presentes em todas as regiões da cidade, tendo apenas quatorze bairros sem o registro de alguma ocorrência. Em outras palavras, 72% de João Pessoa tem, pelo menos, uma violência verbal denunciada. Além disso, estão espacialmente próximas tanto de regiões mais habitacionais quanto de espaços voltados ao lazer, compras, educação, cultura e semelhantes.

Figura 08: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na tipologia.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

A violência física, por sua vez, tem um perfil espacial mais restrito, uma configuração esperada em consequência do potencial ofensivo maior. No entanto, essa tipologia tem uma distribuição presente em múltiplas porções da cidade, não estando diretamente condicionada a recortes segregados, periféricos e com infraestrutura fragilizada. Foram mapeadas ocorrências mais concentradas nas seguintes regiões: Parque Sólon de Lucena e arredores (14), Av. Pres. Epitácio Pessoa (11), na faixa de orla entre Cabo Branco e Tambaú (8), no Campus I da UFPB (5) e no Terminal de Integração do Varadouro (3).

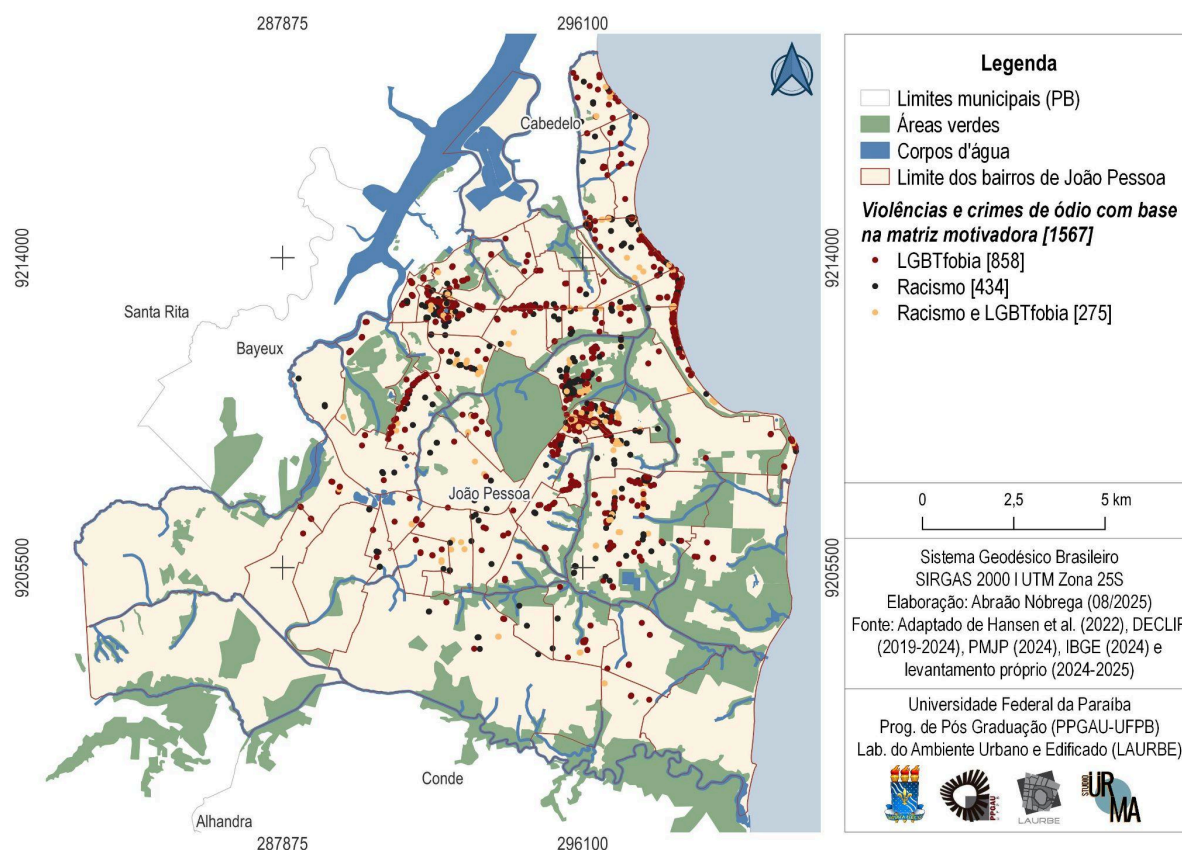
Outras ocorrências estão dispostas de modo isolado, podendo ser encontradas em múltiplas regiões da cidade. Em bairros como Costa e Silva, Funcionários, Mangabeira e Valentina, foram mapeadas quatro ocorrências em média, relacionadas a contextos residenciais e conflitos locais. Outros bairros como Altiplano, Bessa, Manaíra, Jardim Cidade Universitária, Ponta do Seixas, Tambaú e Varadouro, tiveram em média três violências, majoritariamente conectadas a contextos de lazer, principalmente próximos a bares e restaurantes, e compras.

A violência sexual teve pouca representatividade quantitativa, dificultando a sua caracterização enquanto uma tendência, pelo baixo potencial de sua amostragem. Porém, as situações mapeadas que não estão vinculadas diretamente ao ambiente domiciliar estão presentes em espaços já destacados por outras tipologias: Av. Pres. Epitácio Pessoa, Campus I da UFPB, Parque Sólon de Lucena, Praça da Paz, trecho da orla de Manaíra e Terminal de Integração do Varadouro. Além desses, também há relatos presentes na orla do Bessa e da Ponta do Seixas.

A última avaliação mediante a espacialização dos casos é referente a matriz motivadora da ocorrência (Figura 09). O primeiro ponto a se destacar é a predominância da LGBTfobia, tanto em valores quanto em abrangência espacial. A configuração da disposição abrange ambas as lógicas, tendo como os principais espaços da concentração a faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (125), o Parque Sólon de Lucena (84) e a Praça da Paz (40). Tem uma presença massiva também em outras regiões já apontadas, como os shoppings e eixos viários estruturantes da cidade. A parcela de casos que tende a uma maior dispersão e isolamento, compreende grande parte das Zonas Sul e Oeste da cidade, tendo também quantitativo expressivo no quadrante Nordeste.

Já sobre os casos exclusivamente de racismo, embora compartilhem da mesma tendência de concentração e dispersão, são menos representativos na faixa de orla (22). Em contrapartida, tem maior intensidade de concentração na região central da cidade, principalmente no Parque Sólon de Lucena (70), tendo também destaque para o Campus I da UFPB (46). Há uma disposição concentrada também ao longo de eixos estruturantes, principalmente, na Av. Cruz das Armas, Av. Hilton Souto Maior e Av. Pres. Epitácio Pessoa. Os casos dispersos são predominantes na Zona Sul, com algumas ocorrências mais pontuais em porções da Oeste e Norte. Outro contexto relevante são os Shoppings Mag, Manaíra e Mangabeira que, juntos, representam 15% de todas as ocorrências de racismo da pesquisa.

Figura 09: Caracterização das violências e crimes de ódio com base na matriz motivadora da ocorrência.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Por fim, as situações que envolvem a simultaneidade entre racismo e LGBTfobia, carregam as características da espacialização de ambas as matrizes, tendo concentrações mais proeminentes na zona sul, com destaque da Praça da Paz (26) — representando 10% de todos os casos para a categoria —, imediações do Carrefour do Jardim São Paulo (18) e Campus I da UFPB (18). Na região central as ocorrências estão concentradas no Parque Sólon de Lucena e seu entorno direto (32) — totalizando 12% dos casos —, tendo como último espaço de destaque a faixa de orla entre Cabo Branco, Manaíra e Tambaú (27).

Já no contexto privado, novamente os Shoppings Mag, Manaíra e Mangabeira (33) se destacam, representando pouco mais de 12% das violências mapeadas. Os casos dispersos são menos presentes e estão majoritariamente concentrados em Mangabeira (12) e Jaguaribe (8), tendo situações mais isoladas em trechos da Zona Sul e Oeste. Em caráter sintético, o Apêndice C traz um resumo do quantitativo individualizado por bairro, baseado nas duas fontes de dados.

4.2. CONCENTRAÇÕES ESPACIAIS DO ÓDIO: A DENSIDADE ESTIMATIVA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

Para uma avaliação mais robusta sobre a violência de ódio em João Pessoa, optou-se pela realização da interpolação estimativa de densidade (*kernel heatmap*). A utilização dessa ferramenta serviu para caracterizar as relações espaciais entre as ocorrências. Em outras palavras, ela não representa apenas uma contagem dos atos de ódio no lugar, mas sim uma síntese das conexões entre todas as situações mapeadas nos raios métricos utilizados.

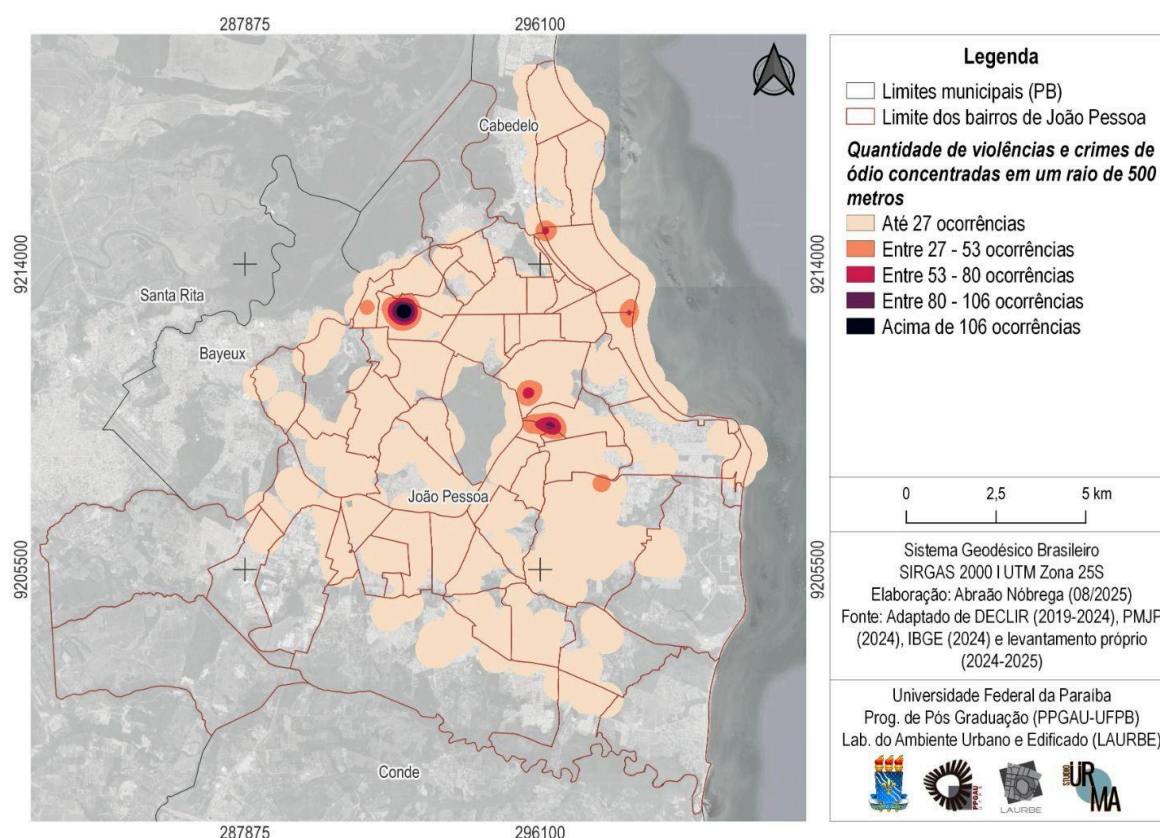
Observando a distribuição dos casos em quinhentos (500) metros (Figura 10), há um claro destaque dos lugares que foram repetidamente citados na seção anterior. Iniciando a análise pela área central de João Pessoa, a região com maior densidade de casos próximos é localizada no Parque Sólon de Lucena e seu entorno direto, compreendendo mais de cento e seis (106) violências conectadas entre si num raio de 500 metros.

A zona mais crítica acomete todo o território do parque e as quadras que estão diretamente voltadas a ele, passando a diminuir o nível de concentração à medida que se expande em seu entorno. Com uma redução progressiva da intensidade de agrupamento das ocorrências, percebe-se uma delimitação de um perímetro, ainda no intervalo médio — entre cinquenta e três (53) e oitenta (80) casos —, na região próxima ao parque, compreendendo a porção com alta densidade de atividades comerciais. A extensão máxima da região que ainda concentra níveis de violência acima da faixa mais baixa se expande até as imediações do Shopping Tambiá, com valores entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) ocorrências.

Ainda na região central da cidade, o entorno do Terminal de Integração do Varadouro se configura como um trecho relevante na escala mais local, mantendo-se na faixa de concentração entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) atos de ódio. Em ambos os casos de destaque da área central, percebe-se que seus níveis estão conectados ao intenso fluxo de passantes, principalmente pela lógica da mobilidade urbana via transporte coletivo convergir para os dois trechos. Entretanto, o Parque Sólon de Lucena é impactado também pela lógica de permanência, gerando ainda mais conexões no aspecto de concentração dos casos, em prol da presença massiva de serviços e comércios em suas proximidades que fomentam uma quantidade maior de pessoas no espaço.

Na Zona Sul, há o destaque para três regiões que aglutinam a maior parte das ocorrências. O Campus I da UFPB atinge a faixa intermediária de concentração, ficando entre cinquenta e três (53) e oitenta (80). Essas situações de violência estão espacialmente mais presentes entre os seguintes centros: de Tecnologia (CT), de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Além desse trecho com maior densidade concentrada de casos, o restante do campus inteiro está inserido na faixa de menor impacto, mas que ainda reflete um número considerável, com vinte e sete (27) situações.

Figura 10: Mapa de calor da concentração total de violências com 500 metros.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Ainda sobre as áreas críticas da Zona Sul, destaca-se a segunda zona com maior concentração de casos mapeados pelo estudo, mantendo-se numa faixa entre oitenta (80) e cento e seis (106) ocorrências. Ela compreende a área de acesso à Praça da Paz que é tangenciada pela “Principal dos Bancários”, estendendo-se até os bares e quiosques presentes na praça. É um núcleo menor ao ser comparado com o do Parque Sólon de Lucena, porém reflete uma densificação excessiva de situações em um recorte espacial menor. Ao observar a área com um nível médio de criticidade de concentração — entre cinquenta e três (53) e

oitenta (80) atos de ódio —, há uma maior abrangência territorial. Passando a envolver a totalidade da praça e os restaurantes, lanchonetes, lojas e bares que a rodeiam, estendendo-se também em direção ao Shopping Sul.

Considerando uma nova redução no nível de criticidade, chegando ao nível entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) ocorrências, há um prolongamento mais expressivo do perímetro de abrangência. Ele se estende pela “Principal dos Bancários”, principalmente, em direção ao acesso do Castelo Branco, mas também no sentido do Jardim Cidade Universitária, porém com menor intensidade. Além disso, as ocorrências mapeadas nas proximidades do Shopping Sul passam a servir como conectores que favorecem o prolongamento também para as porções mais internas do bairro Anatólia. Ele está quase totalmente inserido na faixa de concentração entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) ocorrências, sendo reflexo da sua diminuta territorialidade e também da proximidade com espaços como a Praça da Paz.

Com relação ao prolongamento da zona de criticidade média-baixa — entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) casos —, ao atingir o trecho inicial da “Principal dos Bancários” destaca-se um direcionamento para o Jardim São Paulo. Essa expansão é gerada pelas ocorrências mapeadas na unidade do Carrefour e nas suas imediações. Essas são uma consequência dele ser um estabelecimento com influência de atração local e suas ruas de entorno — que foram recorrentemente citadas entre vítimas de LGBTfobia — serem intensamente utilizadas pela população como atalho no deslocamento entre Bancários, Jardim São Paulo e Água Fria.

A terceira região que se destaca na Zona Sul é uma exceção ao padrão apresentado até agora, pois se trata de um espaço privado, embora seja aberto ao público e tenha intenso fluxo. O Shopping Mangabeira apresentou diversos casos de racismo e LGBTfobia em um recorte espacial pequeno, o que favoreceu a configuração de uma mancha de destaque, ficando também entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) ocorrências. Entende-se que, por ser um espaço de lazer de grande influência para o público da Zona Sul de João Pessoa, o shopping apresenta uma atratividade tão relevante quanto alguns espaços públicos.

Esse fenômeno possivelmente está acontecendo tanto pela presença de diversas lojas — em múltiplos segmentos varejistas —, quanto pelas opções acessíveis de entretenimento como o cinema e a praça de alimentação, o que possibilita o acesso a vários públicos e torna o shopping uma referência para o lazer. Como consequência, há muita diversidade de usuários

presentes, propiciando conflitos. Essa dinâmica também é perceptível no Shopping Manaíra, tendo inclusive um maior quantitativo mapeado pela sua influência ser na escala da cidade.

No caso do Manaíra Shopping ainda pode-se destacar sua posição estratégica marcando o limite entre as cidades de João Pessoa e Cabedelo. Assim, ele se configura como um atrator de movimento para os dois núcleos urbanos. Outro ponto a se observar é um maior potencial de conflito entre públicos de faixas de renda distintas, visto que frequentadores vindos dos bairros da Zona Norte e Leste têm maior concentração de renda média do que os da Zona Sul, Oeste e Cabedelo (IBGE, 2025). Sendo assim, o shopping converge múltiplas dinâmicas de apropriação e de público, propiciando o conflito com maior intensidade.

Por fim, na faixa de orla, há a última concentração com destaque na cidade. Ela abrange o largo de Tambaú, conhecido pela sua atratividade turística, gastronômica, de compras e de lazer noturno. As imediações do largo, que abrangem também o letreiro postal de João Pessoa e o busto de Tamandaré, mantiveram-se na faixa intermediária de densidade de casos. A zona com maior abrangência espacial, direcionando para a calçada da orla tanto de Cabo Branco quanto de Tambaú, bem como com o prolongamento no sentido da Av. Pres. Epitácio Pessoa, é caracterizada pelo nível médio-baixo de criticidade, entre vinte e sete (27) e cinquenta e três (53) ocorrências.

Cabe o destaque de que a configuração espacial influenciou no resultado da interpolação no caso da orla. Ao se comparar com os demais espaços discutidos, percebe-se que a orla é a única região linear entre as mais representativas. Os demais casos estão alinhados a espaços e equipamentos de menor abrangência espacial. Em uma observação de dados absolutos, a disposição das violências ao longo da faixa de orla entre Cabo Branco, Tambaú e Manaíra atingiu cento e setenta e quatro (174) ocorrências, compreendendo 12% de todas as violências mapeadas. Cabe o destaque de esse valor desconsidera os casos mais isolados e também os trechos segregados, como as seis ocorrências entre Cabo Branco e Ponta do Seixas que distam mais de seiscentos metros entre a região de casos concentrados.

Sendo assim, entende-se que sua centralidade e concentração de ocorrências foram diretamente impactadas por consequência de sua configuração espacial. Exatamente por isso que o Largo de Tambaú serviu como espaço de referência e conseguiu destacar algum nível mais alto na concentração espacial, em prol de seu tamanho reduzido. Além disso, ele também é caracterizado por uma intensa atratividade na escala da cidade, por conta de ser a confluência de fluxos entre os passantes de Cabo Branco e Tambaú, como também é

conectado a um dos eixos viários estruturantes de João Pessoa. Por isso, mesmo inserido numa região de maior linearidade, ele se destacou na interpolação de densidade estimativa.

Além dessas regiões mais críticas, cabe o destaque de que uma grande parcela espacial da área urbana de João Pessoa está inserida na faixa de menor concentração de casos. Embora seja a menos impactante, ainda existem diversas ocorrências mapeadas. Dos sessenta e quatro (64) bairros da cidade, dezoito (18) estão integralmente inseridos no perímetro de menor concentração de casos, outros trinta e dois (32) estão majoritariamente inseridos, treze (13) estão parcialmente e apenas o Mussuré está totalmente isento.

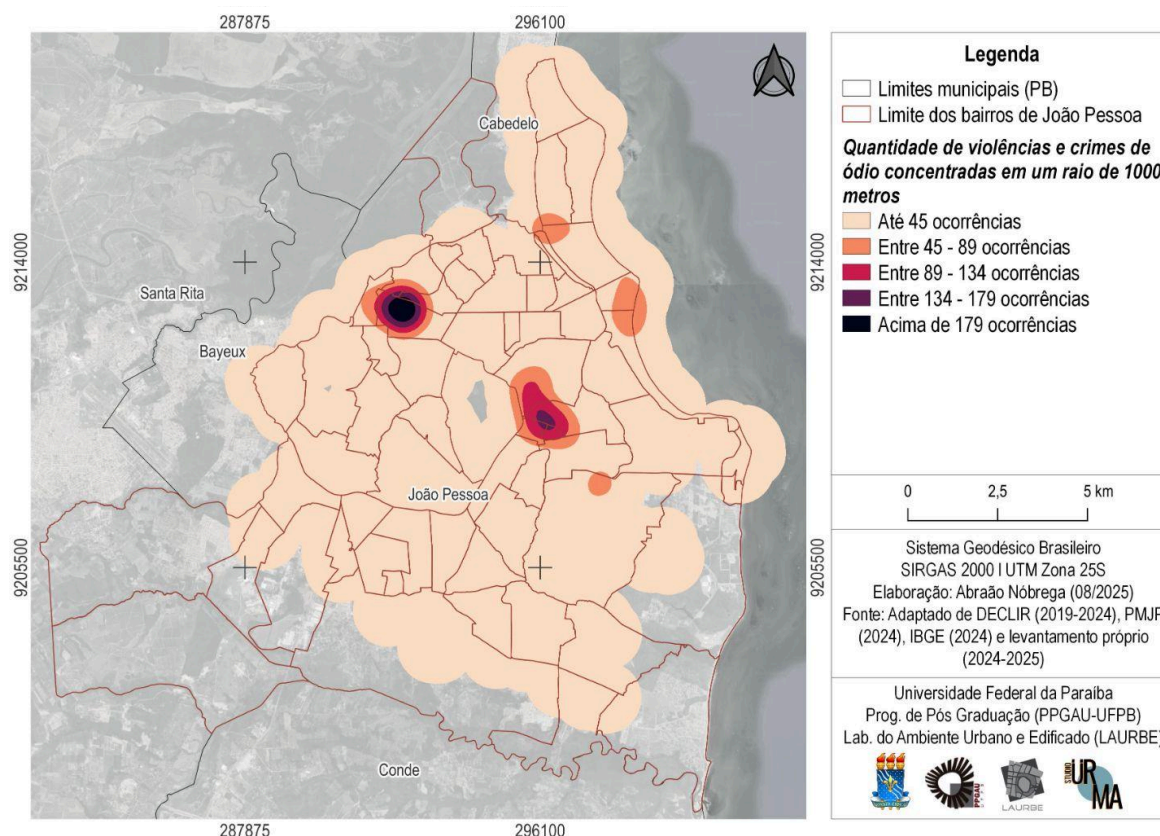
Ao se ampliar o raio de influência para um quilômetro (Figura 11), não são perceptíveis alterações significativas na tendência já descrita. As maiores distinções estão em relação ao quantitativo de casos concentrados e pela conexão entre regiões antes separadas. Na área central, o Parque Sólon de Lucena e o entorno próximo — compreendendo as quadras próximas do parque, mas sem estarem diretamente voltadas para ele —, passaram a estar integralmente inseridos na maior faixa de concentração, num total acima de cento e setenta e nove (179) ocorrências.

Além disso, a zona crítica ampliada englobou a centralidade de casos presentes no Terminal de Integração do Varadouro, expandindo também para o Centro Histórico e envolvendo espaços de lazer como a Praça do Barão do Rio Branco, a Praça Antenor Navarro, os bares e os casarios históricos próximos. Há também um direcionamento para o Roger, conectando-se aos casos mapeados pela DECLIR.

No caso da Zona Sul, as manchas do Campus I da UFPB e da Praça da Paz se integraram e, como consequência, também percebe-se um prolongamento da faixa intermediária de concentração para vias internas do Bancários. Além disso, considerando os bairros de Jardim São Paulo e Anatólia, há a consolidação de sua totalidade territorial inserida em faixa de média concentração de casos. Outro ponto de destaque é que, com o aumento da abrangência espacial, a zona de média criticidade se expandiu em direção ao Parque das Três Ruas, abrangendo-o parcialmente. Há alterações na configuração espacial do perímetro com maior concentração de casos da Zona Sul. Ela passa a ter um formato com uma ponta em direção ao Castelo Branco, expandindo-se para ruas internas do Bancários, próximas à Praça da Paz.

No caso do Shopping Mangabeira, não foram percebidas alterações significativas, apenas o aumento da abrangência como consequência do raio maior. Já no Shopping Manaíra houve uma perda de relevância na concentração, deixando de ter um trecho categorizado como faixa média. O mesmo ocorreu com a faixa da orla, tendo uma queda na relevância de concentração, apenas gerando uma maior abrangência espacial na faixa média-baixa.

Figura 11: Mapa de calor da concentração total de violências com 1000 metros.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Assim como foi apontado no raio de 500 metros, reforça-se como a mancha urbana de João Pessoa está imersa nas áreas de abrangência dos casos de violência dispersos. A faixa de menor concentração passou a representar até quarenta e cinco (45) ocorrências em uma distância de mil metros. Dos sessenta e quatro (64) bairros da cidade, quarenta e nove (49) estão integralmente inseridos no perímetro de menor concentração de casos, um aumento de vinte e nove em relação ao raio anterior. Outros quatro (4) estão majoritariamente inseridos, oito (8) parcialmente e apenas Mussuré está totalmente isento, assim como no outro raio.

Entre as violências de ódio mapeadas, constatou-se que há uma predominância das que estão inseridas no espectro de menor potencial ofensivo, tendo uma discrepância proporcional

em que 51% dos casos foram verbais, 41% comportamentais, 7% físicas e 1% sexual. Com base nisso, por entender que as análises de densidade estimativa produziram um resultado diretamente influenciado pelas violências com maior quantitativo, foi repetida a avaliação utilizando o mesmo interpolador e parâmetros, porém com as ocorrências de ordem física e/ou sexual exclusivamente (Figura 12). Esse processo tinha por objetivo verificar se havia alguma divergência em relação ao padrão espacializado das zonas críticas na concentração de casos.

Ao se comparar os mapas de calor de menor raio (500 metros), percebe-se que existe afinidade entre o padrão de concentração sintético de todas as ocorrências e o de exclusividade das com maior potencial ofensivo. A principal divergência está centrada no quantitativo, visto que há desproporcionalidade entre as amostragens. Por isso, nos mapas de calor referentes às violências físicas e sexuais, embora tenham zonas críticas visual e graficamente próximas ao que se percebe na tendência geral, há uma disparidade no que elas representam em ocorrências. Pois, originalmente, elas se referiam a mais de cento e seis (106) ocorrências, no mapa geral, passando a ser mais de cinco (5) casos no mapa de violência física e sexual.

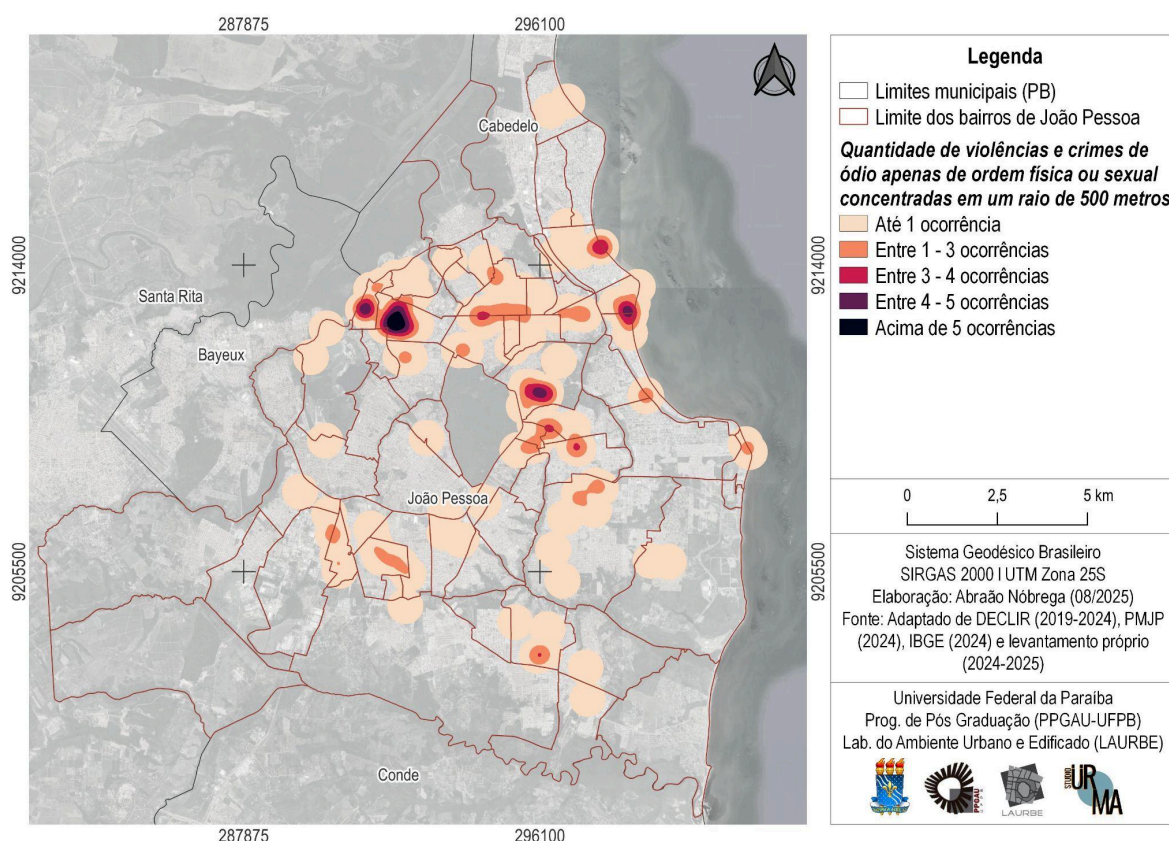
Considerando apenas a questão da disposição espacial e das áreas de concentração, percebe-se, na região central, o maior pico, tendo uma área crítica em todo o Parque Sólon de Lucena e seu entorno direto. Por sua vez, passando para os níveis mais baixos durante a expansão da mancha de concentração no sentido do Shopping Tambiá e parte do Centro Histórico. O Terminal de Integração do Varadouro também apresenta o nível máximo de criticidade, influenciando todo o seu contexto próximo, envolvendo até o Terminal Rodoviário Severino Camelo.

O Campus I da UFPB e a região próxima ao Largo de Tambaú se caracterizam pelo segundo nível mais alto em relação à concentração de casos, reforçando o alinhamento com a tendência geral da violência. Na Praça da Paz também foi percebida a concentração de ocorrências, porém no nível intermediário — entre três (3) e quatro (4) ocorrências —, tendo uma abrangência espacial menor. Porém, na área que marca o prolongamento e, conseqüentemente, a redução para a faixa entre uma (1) e três (3) ocorrências, há maior dimensão espacial, atravessando o bairro Anatólia e chegando a trechos iniciais de Água Fria.

A Av. Pres. Epitácio Pessoa ganha maior destaque nesta segunda etapa da análise, pois embora tenha sido relevante nas demais avaliações realizadas, outras partes da cidade apresentaram maior concentração de ocorrências próximas e isso impactou em sua relevância

no sistema geral, assim como foi pontuado sobre a faixa de orla. No entanto, no caso das violências físicas e sexuais, embora sejam percebidas algumas polarizações, há um intervalo menor entre esses espaços e contextos com uma disposição linear. Dessa maneira, a avenida se destaca principalmente nos trechos entre os bairros Estados, Torre e Expedicionários, passando por uma faixa mais baixa de concentração e voltando a se destacar em Miramar.

Figura 12: Mapa de calor da concentração total de violências físicas e sexuais com 500 metros.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

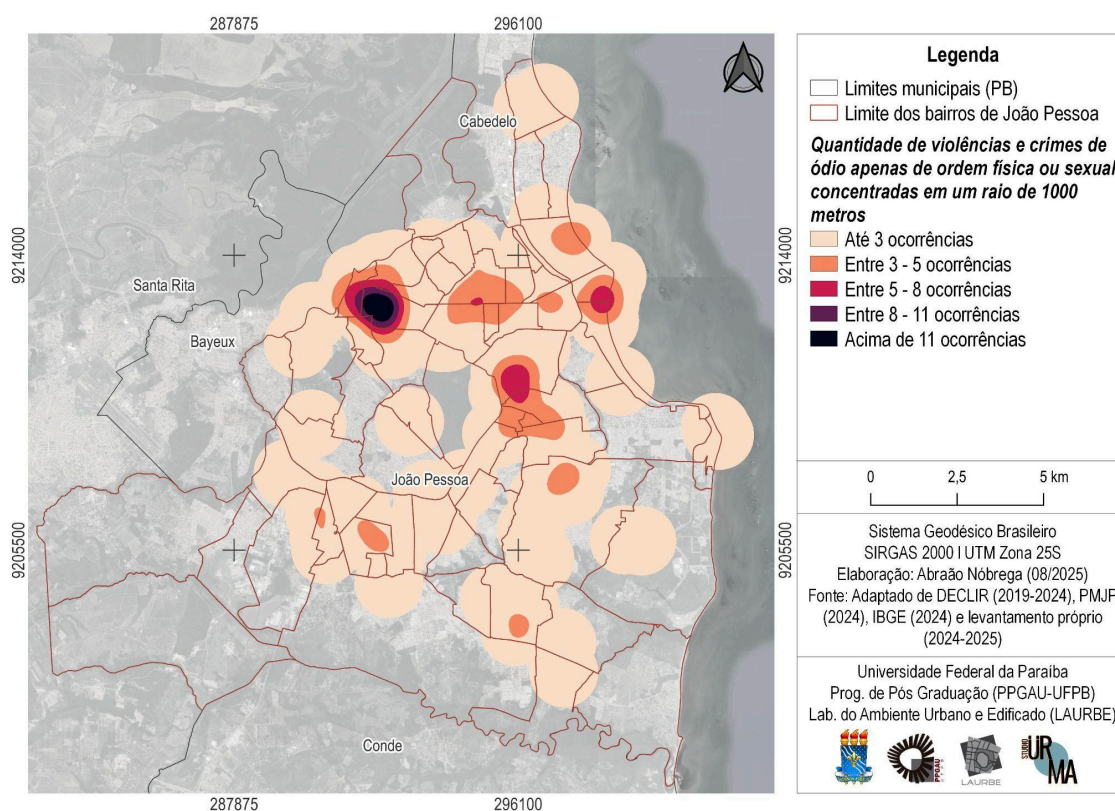
Outras várias microrregiões ganharam alguma relevância na concentração de casos pelo mesmo princípio, visto que, como os valores gerais são mais baixos, há maior chance de uma região se destacar. No caso dos bairros como Costa e Silva, Funcionários e Valentina, essas regiões são resultantes de inquéritos policiais movidos em contextos domiciliares, enquanto que na Ponta do Seixas envolve agressões físicas em ambiente comercial. As demais foram apontadas por participantes do questionário e integram principalmente violências perpetuadas em espaços de convívio e lazer.

Ao expandir o raio de influência para mil metros (Figura 13), apenas se confirma a consolidação das principais regiões críticas na cidade, mantendo afinidade à lógica de

concentração sintética. O bairro Centro tem metade de seu território englobado pela mancha que representa a maior densidade de casos, expandindo até o Varadouro através da conexão espacial entre os dois polos principais da região: o Parque Sólon de Lucena e o Terminal de Integração. Há um prolongamento com redução do nível de criticidade para a porção norte do Varadouro, envolvendo a Praça Antenor Navarro, o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e os equipamentos de lazer noturno dessa região. Também é perceptível a expansão em direção ao Róger e Tambiá, chegando a níveis mais baixos de concentração espacial, ancorada por ocorrências nas imediações do Shopping Tambiá, do Parque Zoobotânico Arruda Câmara e de violências em contexto domiciliar do Róger.

Na Av. Pres. Epitácio Pessoa destaca-se a manutenção de sua relevância na centralidade, tendo aumento significativo da zona de densidade média-baixa para a porção interna do bairro dos Estados e de Pedro Gondim, como também para Torre e Expedicionários mesmo em menor intensidade. Na conexão da avenida à faixa de orla, centrada espacialmente nas imediações do Largo de Tambaú, percebe-se uma redução da centralidade, antes tendo o nível mais alto e com o aumento do raio há uma queda para a faixa média de concentração.

Figura 13: Mapa de calor da concentração total de violências físicas e sexuais com 1000 metros.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de DECLIR (2019-2024), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Esse é um reflexo tanto da proximidade de ocorrências quanto do distanciamento entre as regiões em que ocorrem. Quando se utiliza um raio de quinhentos metros, os espaços com maior densidade não chegam a se relacionar entre si. Na orla se destacam três localizações: o Largo de Tambaú, a faixa de areia próxima ao Hotel Tambaú e as imediações da Cervejaria Express em Manaíra, todas distando mais de quinhentos metros entre si. Dessa maneira acabam tendo centralidades de maior ou menor hierarquia — baseado na quantidade de casos próximos —, mas sem gerar uma conexão em comum. Porém, ao se expandir os raios para um quilômetro, são geradas interações entre as áreas de influência, o que impacta diretamente nos valores de concentração total do sistema e, conseqüentemente, podendo reduzir a relevância de algum outro trecho com base no comparativo geral.

O mesmo fenômeno ocorreu na integração entre as manchas de concentração dos bairros Anatólia, Bancários, Castelo Branco e Jardim São Paulo. No raio de quinhentos metros existiam concentrações pontuais separadas pela distância, tendo maior relevância local, porém, ao aumentar o raio, além de se conectarem e expandirem o perímetro destacado, também perderam centralidade; saindo da faixa média-alta para média e/ou média-baixa. As demais concentrações pontuais apenas expandiram sua área de influência, sem alteração nos padrões encontrados.

Com base nos dados levantados, destaca-se que, embora esta pesquisa tenha acessado mais informações quantitativas sobre violências de potencial ofensivo mais baixo, ao se observar exclusivamente as ocorrências físicas e sexuais, percebeu-se afinidade na tendência de localização e concentração com as verbais e comportamentais. Essa semelhança reforça que práticas de ódio, independente do quão severo seja seu risco a integridade da vítima, são perpetradas em uma diversidade de espaços pela cidade, abrangendo tanto localidades mais segregadas em relação ao sistema urbano, quanto em ambientes centrais e importantes para a vida pública e social dos cidadãos.

Sendo assim, para a realização das avaliações físicas do espaço, em prol de observar sobre as possíveis relações entre a concentração de violências de ódio e as características do espaço, foi proposta a definição de alguns recortes de estudo ampliado (Figura 14). Baseado nos princípios adotados pelo estudo desenvolvido por Saboya, Banki e Santana (2016), optou-se pela caracterização de duas categorias:

- I. **Recortes de Estudo Principais:** esse grupo é referente às regiões que estão inseridas nas zonas críticas de concentração da violência, entendidas como as de pior desempenho e, por isso, destacam-se como fundamentais para a análise;
- II. **Recortes de Estudo de Controle:** esse grupo abrange regiões inseridas nos mesmos bairros que os recortes principais, porém inseridos em zonas de pouca ou nenhuma concentração de violências como estratégia de comparação dos perfis.

O principal parâmetro utilizado para a definição de quais seriam os recortes principais foi a concentração absoluta de violências de ódio, a partir da análise de densidade estimativa sintética. Como resultado, nessa primeira etapa de definição, foram estipulados dois recortes principais e seus respectivos recortes de controle. Eles são:

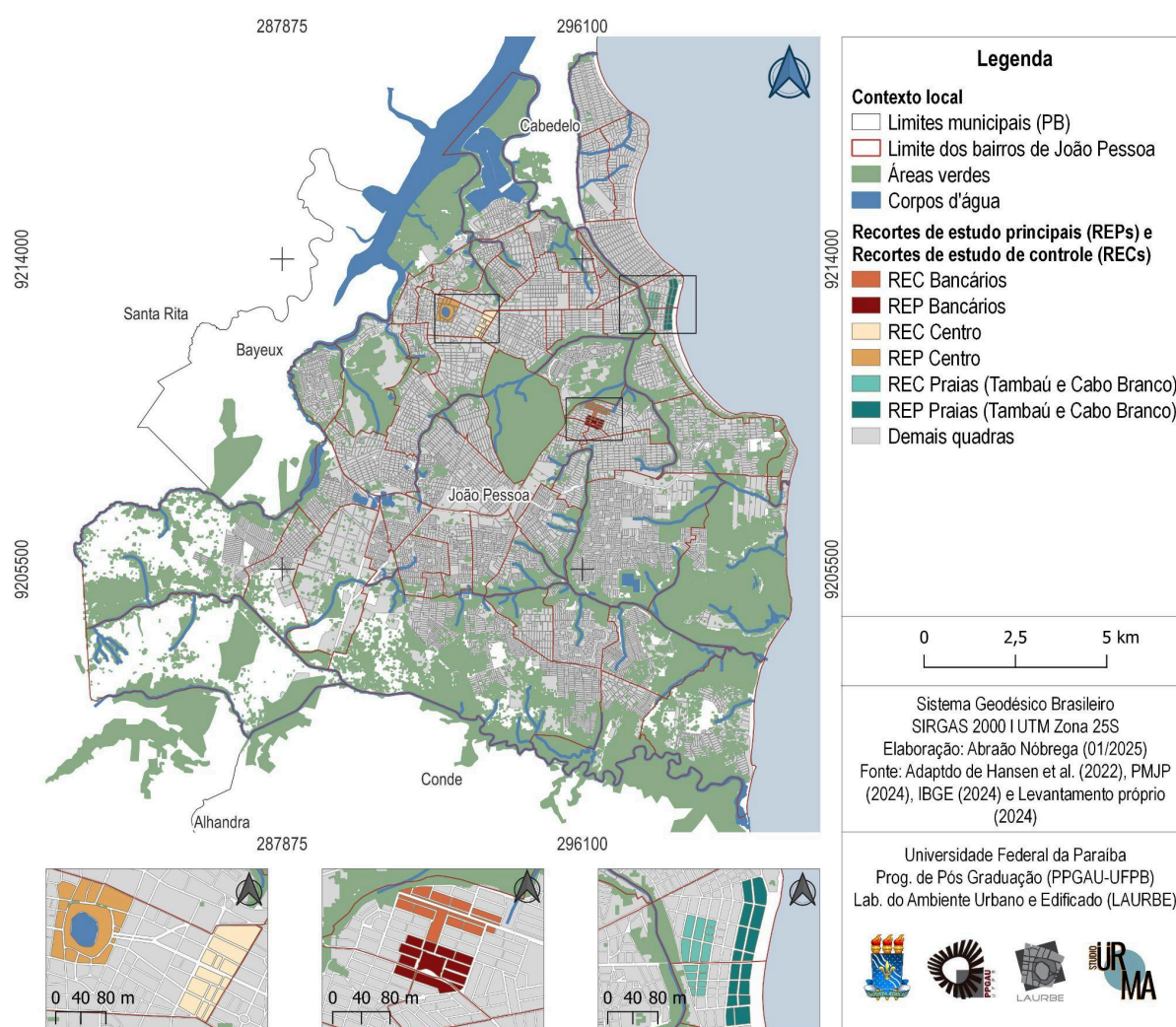
- I. **Principal do Centro:** O Parque Sólon de Lucena e todas as quadras que o circundam, configurando o entorno direto a partir das faces voltadas para o parque. Esse recorte compreende um total de quatorze (14) quadras.
 - A. Controle do Centro: trecho localizado no limite entre o Centro e a Torre, sendo delimitado ao norte pela porção inicial da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, na altura do Colégio Lourdinias e, ao sul, pela Avenida Dom Pedro II, no trecho da sede do Conselho Regional de Medicina da Paraíba (CRM-PB). Esse recorte compreende um total de treze (13) quadras.
- II. **Principal do Bancários:** A Praça da Paz e todas as quadras que a circundam, configurando o entorno direto a partir das faces voltadas para a praça, tendo o acréscimo de quatro quadras sem contato direto em consequência do traçado do bairro, mas que são próximas e diretamente relacionadas a ela. Esse recorte compreende um total de doze (12) quadras.
 - A. Controle do Bancários: abrange parte do Parque das Três Ruas, na sua porção inicial próxima à ponte Eng. Serafim Rodríguez Martínez, que conecta o parque ao campus da UFPB. Também envolve todas as quadras ao redor, configurando o entorno direto. Esse recorte compreende um total de quinze (15) quadras.

Tanto os recortes principais quanto os de controle compartilham características semelhantes entre si. Todos estão conectados a eixos viários de importância — seja ela local ou global —, detém ou estão próximos a equipamentos de lazer, compras e cultura, com atratividade de públicos, além de apresentarem áreas proporcionais ao serem pareados por região. Como acréscimo, mediante o fato de se observar o cunho quantitativo de violências e entender que a disposição linear influenciou no resultado de concentração, optou-se pela adição de outro recorte:

III. Principal das Praias: o trecho da orla entre os bairros de Tambaú e Cabo Branco, delimitado ao norte pela Feirinha Turística de Tambaú e, ao sul pela Avenida Monsenhor Odilon Coutinho, tendo sua parte central marcada pelo Largo de Tambaú. Além das quadras da própria faixa litorânea, adicionou-se a via paralela para um quantitativo proporcional aos demais recortes, totalizando dezesseis (16) quadras.

A. Controle da Praia: trecho localizado no limite entre Tambaú e Cabo Branco, distribuído nos dois bairros. Ao centro, marcando a divisão, há a porção final da Avenida Presidente Epitácio Pessoa, na altura do restaurante McDonald's. Diferentemente do recorte principal, este não é longilíneo, em consequência do traçado, tendo uma configuração mais quadrangular. É delimitado ao norte pela Rua Helena Maria Lima e ao sul pela Avenida Adolfo Loureiro França. Esse recorte compreende um total de dezesseis (16) quadras.

Figura 14: Localização dos recortes de estudo principais e de controle.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Considerou-se que esses seis recortes de estudo ampliado funcionam como uma amostragem para a cidade, pois compreendem diferentes dinâmicas socioespaciais e refletem as múltiplas características de João Pessoa. Além disso, conforme já pontuado, eles apresentam algumas afinidades entre si, permitindo uma leitura comparativa de seus componentes por entender que apresentam semelhanças de contexto social e morfológico.

4.3. ENTRE DORES E RISADAS: A RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE A VIOLÊNCIA E OS ESPAÇOS DE LAZER

Para atingir um dos objetivos específicos, foi realizado o mapeamento dos espaços de lazer e socialização ao redor dos recortes de estudo (Figura 15). A análise considerou três raios de influência, baseados na atratividade dos trechos e na demanda por deslocamento. Iniciou por quinhentos metros (500m), para a contextualização estrita dos recortes e do entorno direto. Em seguida, mil metros (1000m), para uma observação do entorno próximo e encerrou com mil e quinhentos metros (1500m), para uma avaliação que considerou um entorno longínquo. Foram contabilizados, ao todo, mil quatrocentos e treze (1413) espaços, com uma subdivisão de quatrocentos e sessenta e cinco (465) na área ao redor do Centro, trezentos e trinta e dois (332) na do Bancários e seiscentos e dezesseis (616) na das Praias.

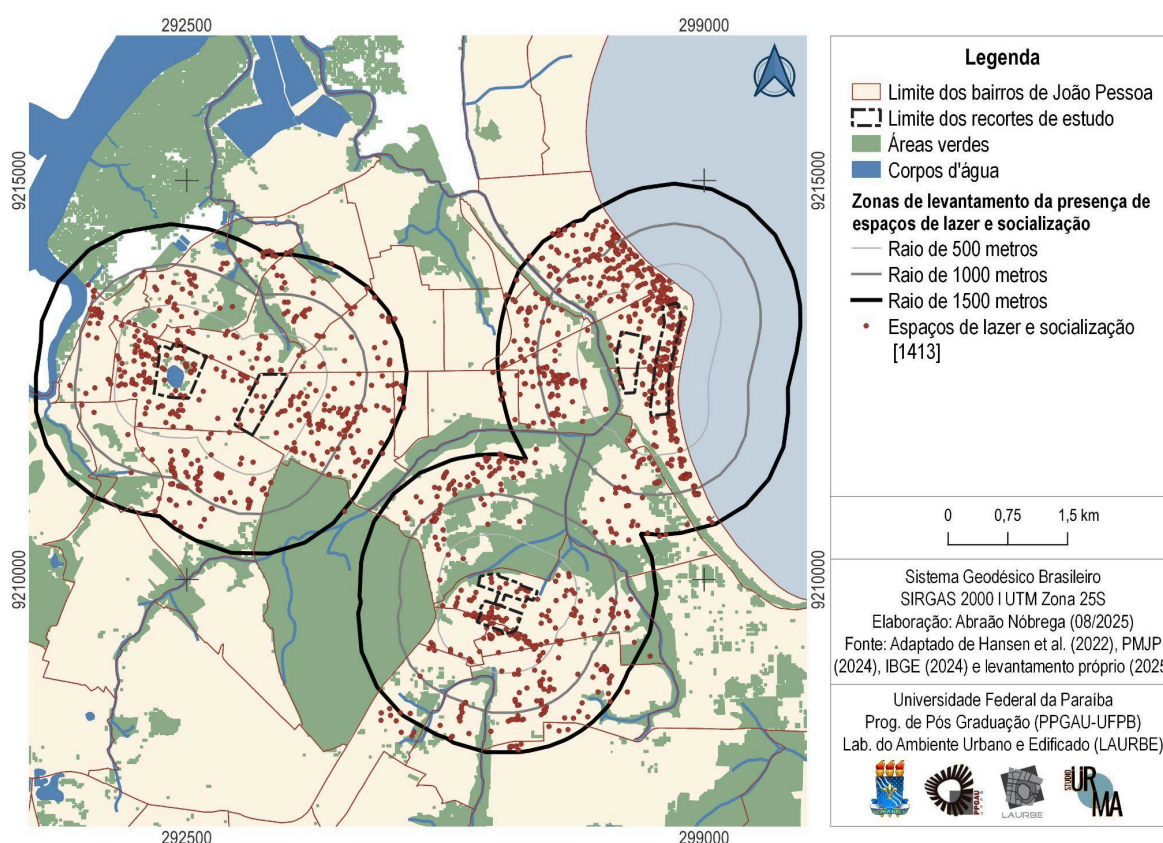
Sobre os espaços de lazer mapeados na região do Centro, percebe-se que há uma dispersão por todo o trecho avaliado, com uma lógica de distribuição bem abrangente, tendo poucas regiões concentradas espacialmente. As exceções estão principalmente localizadas no centro histórico, envolvendo os vários marcos e patrimônios materiais. Há também concentrações específicas, em prol dos múltiplos ambientes de lazer noturno, nas imediações da Praça do Barão do Rio Branco e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, majoritariamente representados por bares e espaços culturais. Além dessas concentrações mais proeminentes, há algumas mais pontuais de restaurantes e lanchonetes ao longo das vias estruturais do bairro da Torre — Av. Ministro José Américo de Almeida —, e de Jaguaribe — Av. Primeiro de Maio —, principalmente nas imediações do campus do IFPB.

Na região do Bancários, há uma concentração expressiva de espaços de lazer e socialização, — principalmente de bares, lanchonetes, sorveterias e hamburguerias —, na Praça da Paz e seu entorno direto, com ênfase em atividades distribuídas ao longo do dia. Outro foco significativo de espaços de lazer próximos é ao longo de todo o eixo da “Principal

dos Bancários”, com diversas opções de comedorias e bares, estendendo essa lógica de concentração até o limite entre o Bancários e o Jardim Cidade Universitária; no momento de transição entre o entorno direto e o próximo.

Outro trecho com destaque para proximidade de espaços de lazer está nas imediações ao norte do Campus I da UFPB, com presença expressiva de praças e bares que acompanham o traçado do bairro. Além desses dois recortes, no entorno do Parque das Três Ruas, no limite entre o Jardim São Paulo e Água Fria, em partes do Jardim Cidade Universitária e nas imediações da comunidade Timbó, também se percebe a concentração de atividades de lazer voltadas majoritariamente às comedorias e aos bares.

Figura 15: Localização dos espaços de lazer e socialização nos três raios de influência e atração a partir dos recortes de estudo ampliado.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

A região das praias apresenta tanto o maior quantitativo, quanto a concentração espacial mais evidente, principalmente nos bairros de Tambaú e Manaíra. Há uma massificação disposta ao longo de toda a orla, com presença de restaurantes, lanchonetes, bares e quiosques por todo o trecho avaliado. Percebe-se mais estabelecimentos ao longo da

Av. João Maurício e da Av. General Edson Ramalho, visto que são vias estruturantes para o bairro de Manaíra. Há de se destacar também a presença mais espaçada, mas igualmente quantitativa, à medida que se observa as porções internas, sendo um fenômeno que também ocorre nos bairros de Tambaú e Cabo Branco. Os bares, cafés e restaurantes de Miramar se destacaram já considerando o entorno próximo e longínquo.

Com relação às categorias de uso (Figura 16), destaca-se inicialmente que há uma predominância no lazer privado e mercantilizado — totalizando mil e duzentos e noventa e três (1293) —, centrado principalmente em espaços voltados à comercialização de bebidas e alimentos, em detrimento às poucas opções de atividades em espaços públicos — com apenas cento e vinte (120) espaços. Sobre os bares³⁴, destaca-se que é a segunda categoria mais relevante no quantitativo avaliado, tendo presença equilibrada nas regiões, mas com predominância na faixa de orla, com cento e vinte e nove (129) do total.

Esse uso tem maior concentração ao longo da faixa litorânea de Cabo Branco e Tambaú, em trechos da Av. Esperança (Manaíra), na R. Joaquim Avundano e entorno direto — conhecido popularmente como a rua dos cafés de Miramar —, por todo o entorno norte do Campus I da UFPB, na Praça da Paz e entorno direto, com direcionamento para a Av. Flamboyant no Anatolia e se estendendo até partes da R. Inácio Ramos de Andrade no Jardim Cidade Universitária. Também há concentrações na região do Centro Histórico, principalmente nas imediações da Praça do Barão do Rio Branco e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, na Av. Sinésio Guimarães e na Av. Aragão Neto, ambas na Torre.

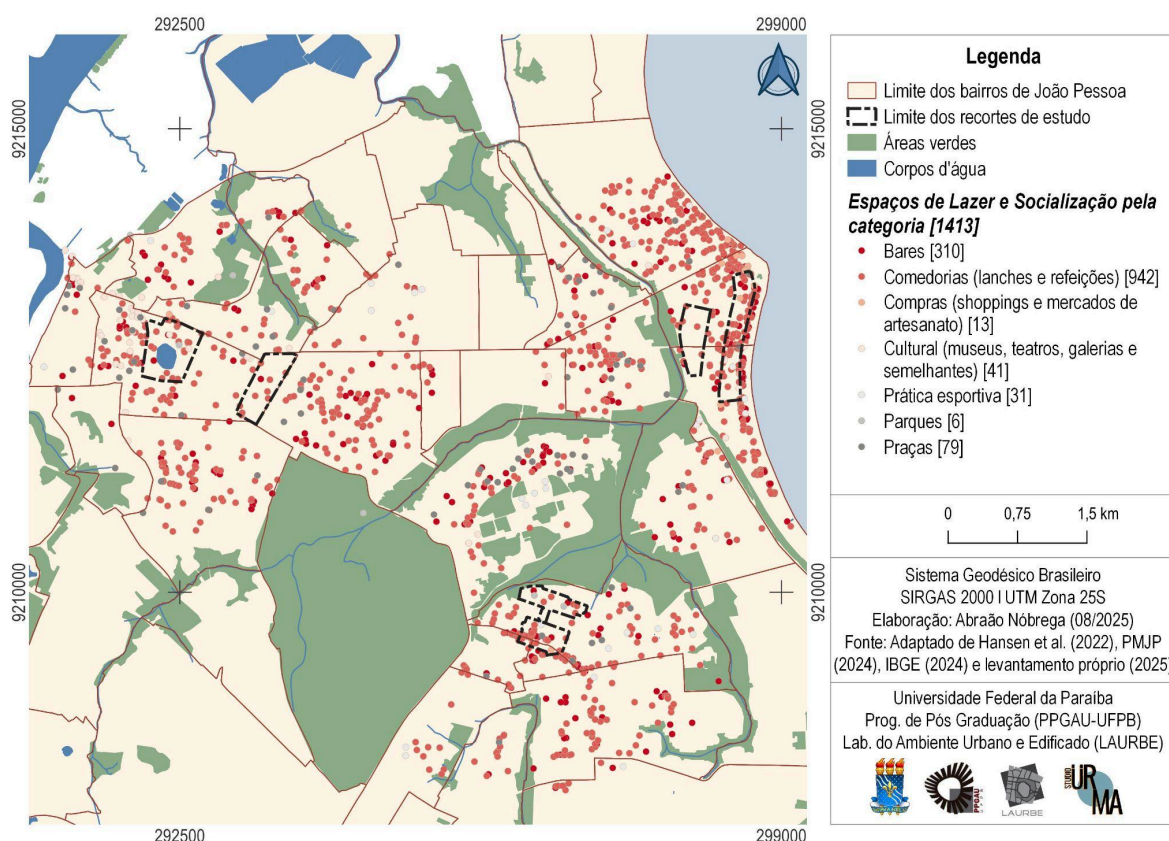
Com relação às comédorias³⁵, por ser o grupo com maior diversidade no que se refere às possibilidades de estabelecimentos, seu quantitativo expressivo reflete a pluralidade de opções no recorte espacial avaliado. Elas estão presentes massivamente em todas as três zonas, tendo quantitativos menos proporcionais entre si do que os bares. Na praia há um total de quatrocentos e trinta e cinco (435), seguido pelo Centro com trezentos e dois (302) e o Bancários com duzentos e cinco (205) estabelecimentos.

³⁴ Destaca-se que essa categoria abrange não apenas os bares propriamente ditos, mas também alguns quiosques e depósitos de bebidas em que há mobiliário para permanência. Pois, entende-se que todos compartilham a venda de produtos alcoólicos como atividade central, embora também comercializem petiscos e acompanhamentos alimentícios.

³⁵ Destaca-se que essa categoria abrange os estabelecimentos voltados ao comércio de alimentos. Sendo assim, compreende as lanchonetes, pizzarias, hamburguerias, sorveterias, açaiterias, cafeterias, docerias, restaurantes e outras atividades econômicas semelhantes.

Sobre a disposição espacial das comedorias, em todos os três recortes percebe-se uma distribuição abrangente com poucas regiões sem a presença de estabelecimentos. A maior parte das regiões sem acesso direto está alinhada à ocorrência de grandes espaços verdes, tendo, como exceções, trechos do Varadouro e do bairro dos Estados, além do bairro Trincheiras que tem apenas um espaço mapeado.

Figura 16: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base na categoria.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

No que se refere aos espaços de compras, eles são pouco representativos e estão concentrados na região das praias, tendo poucas unidades no Bancários e no Centro. Estes espaços correspondem aos Shoppings Centers e aos mercados/feiras de artesanato, por isso estão concentrados quase unicamente na orla, pelo seu potencial turístico. Sobre os espaços culturais, há uma densidade maior na região central de João Pessoa, pois engloba todas as atividades envolvendo centros culturais, museus, galerias, edificações históricas e teatros. Os dois espaços mapeados na região do Bancários estão no Campus I da UFPB, compreendendo a Sala de Concerto Radegundis Feitosa e a Galeria de Arte Lavandeira, ambas alocadas no

Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA-UFPB). Na região da praia, há presença de alguns teatros, galerias e do Espaço Cultural José Lins do Rego.

Com relação aos espaços esportivos, eles estão distribuídos proporcionalmente entre os três recortes, tendo predominância no Bancários. Envolvem ambientes como ginásios, quadras poliesportivas, campos de futebol, academias ao ar livre e até uma zona de paintball no centro histórico. Sobre sua disposição espacial, há uma tendência de dispersão nos recortes, mas a disposição no Bancários e Praias os concentra em trechos isolados. Além disso, eles têm pouca representatividade no Centro. Parques e praças têm uma distribuição abrangente por todos os recortes, tendo concentrações mais pronunciadas no Centro e em trechos dos outros recortes, abrangendo bairros como Brisamar, Castelo Branco e Miramar.

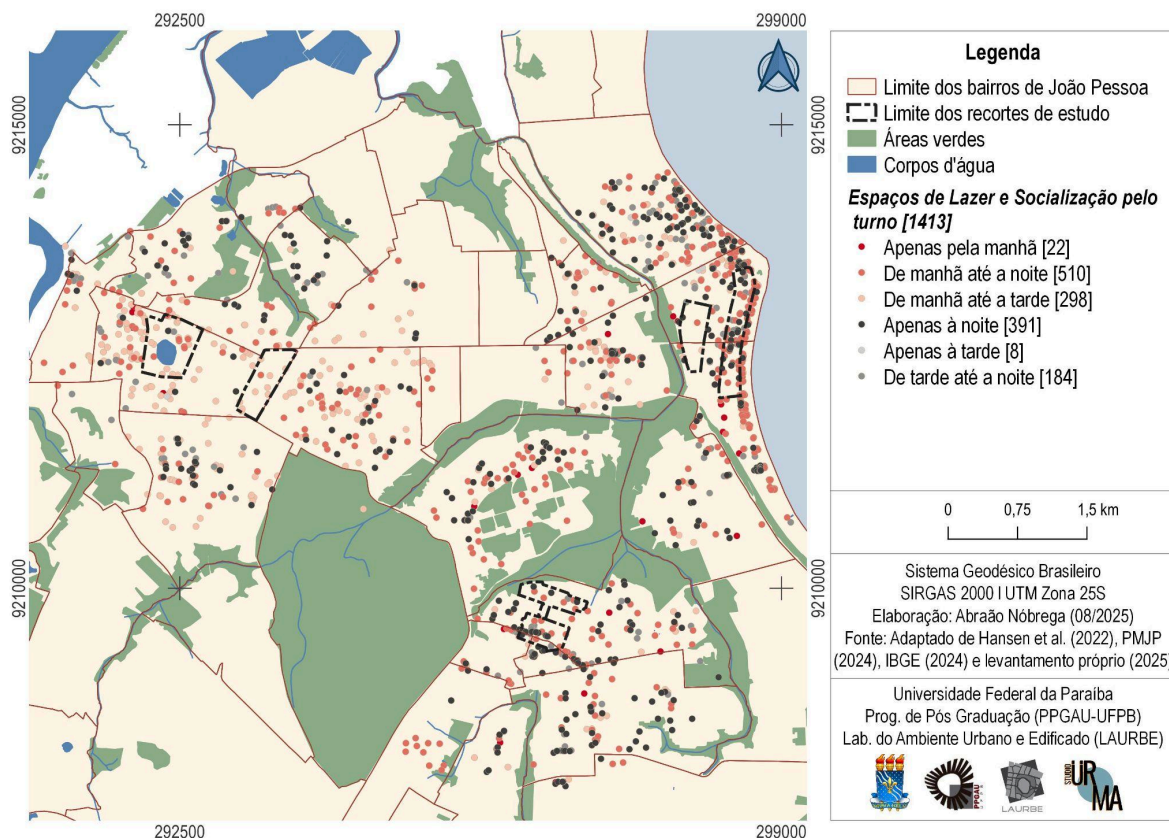
Em relação ao turno de funcionamento (Figura 17), há uma polarização de estabelecimentos que passam o dia inteiro abertos, mesmo considerando aqueles que fecham temporariamente em alguma parte do dia³⁶. Observando em paralelo todos os ambientes que estão em funcionamento apenas pela manhã, entre manhã e tarde ou o dia todo, percebe-se que há uma distribuição espacial que abrange todos os recortes de maneira proporcional entre si. Embora seja possível apontar concentrações específicas, há grandes quantitativos em todas as regiões e são poucas áreas com isolamento ou uma ausência total. Correlacionando com as atividades desses ambientes, eles se distribuem da seguinte maneira: comedorias (538 locais, representando 65%), bares (135, 16%), parques e praças (85, 10%), espaços culturais (31, 3,8%), ambientes de prática esportiva (29, 3,7%) e locais de compras (12, 1,5%).

Sobre os ambientes com predominância de funcionamento noturno, abrangendo as categorias apenas à noite, apenas à tarde e tarde até a noite, destaca-se a tendência de maior concentração nas regiões das Praias e do Bancários, tendo um quantitativo menor no Centro. Sobre a disposição espacial, na região central de João Pessoa, há uma maior dispersão pelo trecho avaliado, tendo poucas áreas com vários locais próximos entre si. Destacam-se nesse caso alguns trechos de Jaguaribe, principalmente ao longo da Av. Primeiro de Maio, o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e partes dos bairros Treze de Maio e Roger, com distribuição linear pela R. Coronel Barata e dispersa nas imediações da R. Dezenove de Março.

³⁶ Por exemplo, um ambiente de lazer que funcione a partir das 8 horas da manhã até meio-dia, reabrindo às 15 horas e encerrando as atividades às 22 horas, será um estabelecimento marcado como turno de manhã até a noite, mesmo tendo trechos do dia sem estar aberto ao público.

Na região do Bancários há uma concentração expressiva na Praça da Paz, nas quadras do entorno direto e ao longo das vias R. Empresário João Rodrigues Alves e R. Bancário Sérgio Guerra. Além disso, no Castelo Branco há uma série de espaços de lazer noturno nas imediações ao norte do Campus I da UFPB. Também percebe-se uma distribuição linear bem concentrada em parte da R. Eloy de Medeiros Costa, no Jardim Cidade Universitária, e vários casos dispersos nas imediações do Parque das Três Ruas e da Comunidade do Timbó.

Figura 17: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base no turno.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

Na região das Praias, são perceptíveis algumas concentrações específicas, no Largo de Tambaú, marcando o limite com o Cabo Branco, seguindo por toda a faixa litorânea no sentido de Manaíra. Há um maior quantitativo nas duas vias da orla, na principal (Av. João Maurício) e em sua paralela (Av. General Edson Ramalho). Outra área com destaque é a rua dos cafés de Miramar (R. Joaquim Avundano) e trechos da Av. Senador Ruy Carneiro, no limite com o bairro de Brisamar.

Sobre a distribuição dos espaços em uma correlação com os usos, eles se distribuem da seguinte maneira: comedorias (404 locais, representando 69%), bares (166, 29%), espaços

culturais (11, 1,7%) e ambientes de prática esportiva (2, 0,3%). Destaca-se que os bares, embora tenham menor quantitativo, tiveram o maior crescimento proporcional ao se comparar os ambientes a partir do turno de funcionamento, enquanto as comedorias tiveram um aumento singelo e outros espaços regrediram.

Outro ponto observado em relação aos espaços de lazer e socialização foi sobre o potencial de consumo alcoólico baseado na comercialização de bebidas (Figura 18). A classificação foi baseada na interseção entre o uso e o turno de funcionamento. Todos os ambientes categorizados como bares — englobando depósitos de bebidas e alguns quiosques —, foram designados automaticamente como aqueles em que há comercialização de bebidas. Outros espaços foram adicionados a essa categoria, mesmo sendo classificados como lugares de compras, abrangendo os mercados 24 horas³⁷ da orla de Cabo Branco e Manaíra, bem como os Shoppings Sul e Tambiá, com base nos estabelecimentos presentes nas praças de alimentação.

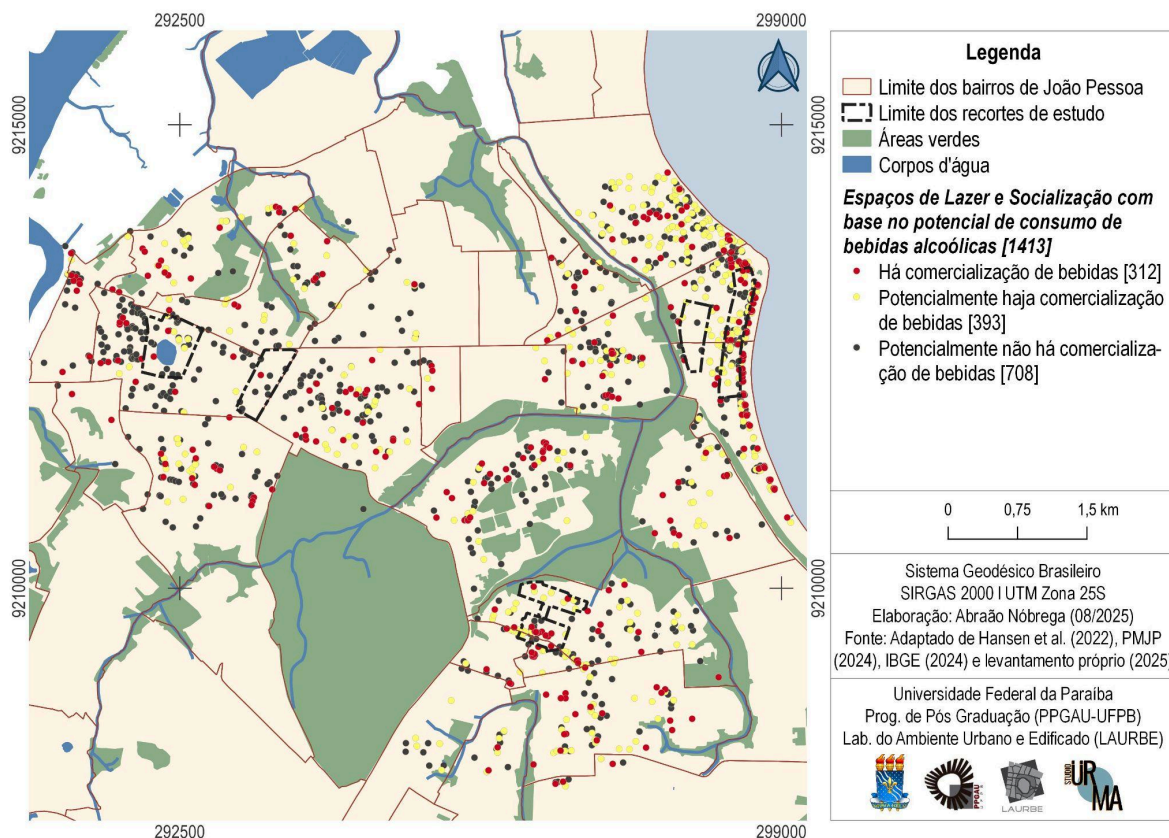
O segundo grupo é referente aos espaços em que há uma grande chance de existir a venda de alguns tipos de bebidas alcoólicas, mas que seria necessário realizar a conferência individualizada para garantir que nos cardápios havia esse tipo de produto. Por isso, entendendo que essa seria uma atividade com grande demanda de tempo, foi desconsiderada como uma etapa para esta pesquisa. Sendo assim, esta categoria considera os ambientes que são voltados majoritariamente para o lazer noturno, entendendo que há um potencial mais proeminente do consumo de bebidas alcoólicas durante as comemorações, encontros e ações sociais.

Nesse sentido, a categoria abrange espaços como: pizzarias, hamburguerias, restaurantes, lanchonetes, churrascarias e outras atividades semelhantes que estejam em funcionamento durante o dia inteiro, da tarde até a noite ou apenas à noite. Eles foram classificados como lugares em que “potencialmente haja a comercialização de bebidas” por considerar que esses espaços, embora tenham a prática do lazer e socialização diretamente

³⁷ Embora esses espaços possuam características semelhantes aos depósitos de bebidas — pela venda de produtos alcoólicos e tendo uma grande seção destinada a isso —, eles foram designados locais de compra. Visto que, comercializam também alimentos, produtos de higiene e limpeza, souvenirs, alguns tipos de ferramentas e afins. Esses estabelecimentos, no entanto, foram os únicos considerados no estudo, pois se diferem da lógica de supermercados ao momento em que proporcionam um espaço de permanência e consumo que pode ser utilizado durante todo o dia, incluindo a madrugada, vinculado a produtos alcoólicos. No caso de não terem o espaço de permanência, por estarem diretamente voltados à orla, há interação com o mobiliário público de modo a manterem a relação de compra e lazer espacialmente próxima.

voltada para a comida, também podem abarcar práticas sociais atrelados ao consumo de cervejas e destilados.

Figura 18: Disposição dos espaços de lazer e socialização categorizados com base no potencial de consumo alcoólico, baseado na comercialização de bebidas.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

Por fim, o terceiro grupo, refere-se aos espaços em que potencialmente não há a venda de bebidas alcoólicas. Eles foram definidos considerando os ambientes de funcionamento diurno, pela sua menor chance de envolver atividades sociais e comemorações vinculadas ao consumo de produtos como cervejas e destilados, embora sempre exista a possibilidade, mesmo pequena, da venda. Esses espaços são majoritariamente representados por sorveterias, açaiterias, cafeterias, padarias e docerias, por entendê-los como espaços mais voltados para uma prática de lazer centrada na comida em si e com pouca ou nenhuma relação com bebidas alcoólicas. Essa categoria também abrange espaços voltados para a prática esportiva, praças e parques, ambientes culturais e alguns lugares de compras. Visto que a tendência de uso deles está conectada a princípios mais físicos, econômicos ou contemplativos, também tendo pouca ou nenhuma conexão com produtos alcoólicos.

Como última avaliação, baseado nos apontamentos de Freud (2013) sobre a lógica do pensamento coletivo e da validação externa, buscou-se avaliar se existia alguma correlação espacial entre os espaços de lazer com a venda de bebida alcoólica e a concentração das violências de ódio. Sendo assim, foi realizada uma nova interpolação estimativa de densidade, essa considerando exclusivamente os estabelecimentos em que se tinha a certeza da venda de produtos alcoólicos, ou seja, os que compunham o primeiro grupo no mapeamento anterior.

Essa etapa metodológica foi pautada no entendimento de que o consumo de álcool atua como um mecanismo de desinibição social, retirando temporariamente as travas sociais e comportamentais do indivíduo, conforme descrevem os trabalhos de Sayette *et al.* (2012), Sayette (2017) e Silva e Godinho (2025). Esse sendo um ponto em destaque principalmente ao se considerar a possibilidade de validação externa de outros indivíduos num espaço que, por terem pensamentos alinhados, fomentariam a prática discriminatória (Freud, 2013). Assim, espaços de lazer financeiramente acessíveis que atraem muitos grupos distintos, ao se sobreporem com regiões com alta concentração de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, poderiam favorecer a ocorrência de atos de ódio.

Pois, ao se inserir num contexto que outras pessoas próximas concordam com seus posicionamentos e trazem alguma validação diante das ações, o álcool atuaria como um gatilho para favorecer a ideia de que pensamentos racistas e/ou LGBTfóbicos poderiam ser expostos sem o devido receio de repressões. Assim, onde tivesse uma maior concentração espacial de ambientes que proporcionem tanto a sobreposição territorial de grupos (aqui se considerando o fato de que os três REPs estudados são centrados principalmente em áreas de lazer público sejam eles parques, praças ou praia) quanto a quebra de inibições pelo consumo de bebidas, potencialmente resultaria numa maior frequência de violências.

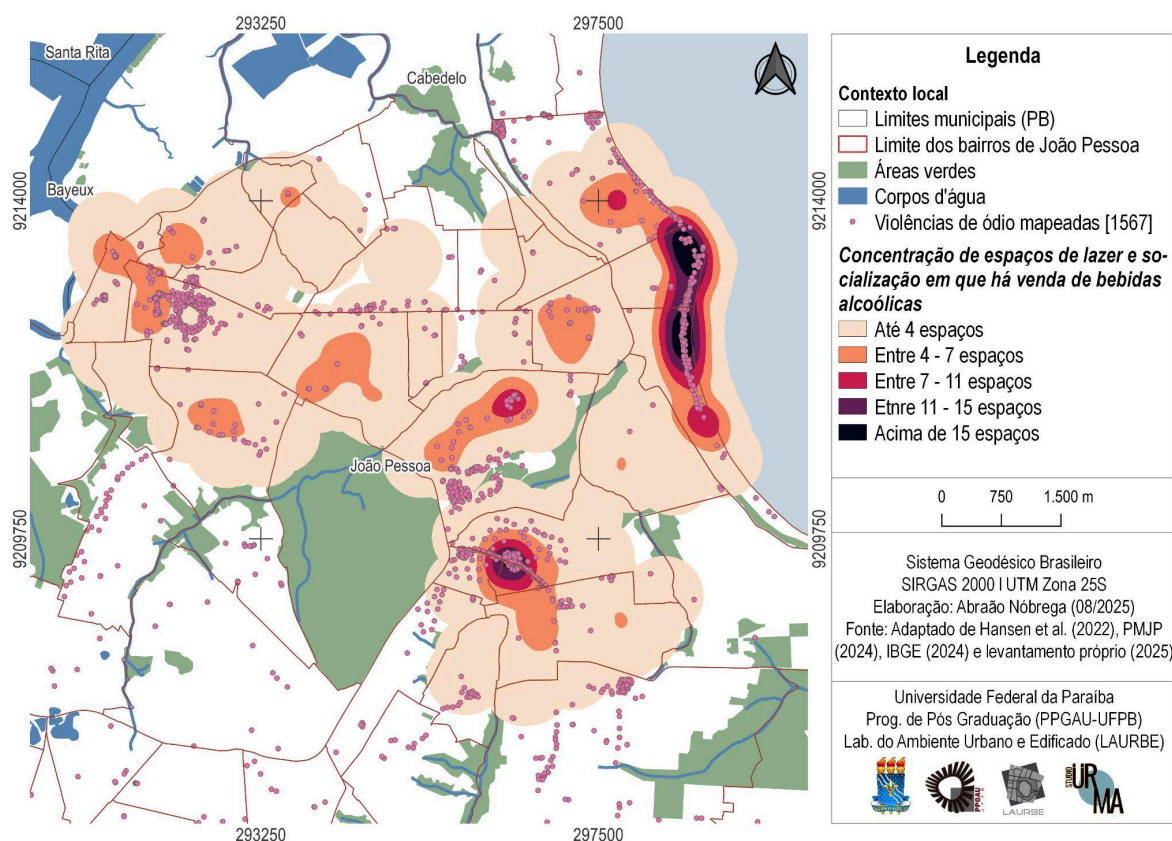
O resultado da interpolação evidenciou a correlação esperada, principalmente nos recortes da Praia e do Bancários (Figura 19). Na faixa litorânea, há, simultaneamente, uma disposição linear de violências e de bares, quiosques e ambientes com consumo alcoólico. Mesmo considerando que o traçado da praia propicia uma disposição não concentrada, pela quantidade de espaços de lazer com venda de bebidas alcoólicas, há a região de maior relevância espacial, tendo acima de quinze ambientes num raio de quinhentos metros.

A abrangência dessa faixa mais “crítica” se estende desde o Cabo Branco indo até o início de Manaíra, estando diretamente sobreposto com a maior parte das violências de ódio mapeadas na faixa de praia. Até mesmo as partes que têm uma menor concentração de

espaços de lazer alcoólicos, chegando até quatro, compreendem aproximadamente 90% das violências realizadas nos bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, tendo como escape poucas situações dispersas em ruas internas e as que ocorreram nos Shoppings Mag e Manaíra.

Ao observar o recorte da região do Bancários, há a consolidação do mesmo fenômeno com uma sobreposição espacial direta entre a concentração dos espaços de lazer alcoólicos e a massificação de violências perpetuadas. Essa sobreposição está tanto nas imediações da Praça da Paz, que é o epicentro principal para as duas questões — ambientes de lazer alcoólicos e ocorrências —, quanto no Castelo Branco. Ao se desconsiderar as ocorrências perpetradas no Campus I, onde foi proibida a comercialização de bebidas, as demais estão conectadas ou ao trecho de concentração média e média-baixa de bares nas proximidades do Mercado Público do bairro ou estão inseridos na região de menor concentração de espaços de lazer alcoólicos.

Figura 19: Relação espacial entre a concentração de espaços em que há a comercialização de bebidas alcoólicas, via interpolação de densidade estimativa, com a presença de violências e crimes de ódio.



Fonte: Elaboração própria (2025) com dados adaptados de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

No trecho do Centro é onde se percebe a menor correlação espacial entre a concentração de espaços de lazer alcoólicos e as ocorrências mapeadas. Em parte é consequência de uma maior dispersão dos ambientes que vendem bebidas por toda a região. Embora existam trechos com essa sobreposição, pois ao se observar as áreas que tenham níveis no intervalo médio-baixo de densidade de espaços próximos, destacam-se trechos do centro histórico notadamente conhecidos pelo lazer com tendências noturnas. Podendo-se citar as imediações da Praça do Barão do Rio Branco que se estende para a Cachaçaria Philipeia, a General Store e os bares Loca Como Tu Madre e Caravela Cultural; ou a região da Praça Antenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves com a presença de bares como a Vila do Porto, o Centrô, o Mofado Bar e a Travel Medusa Pub.

Dessa maneira, conclui-se que há uma forte influência comportamental na perpetração da violência de ódio, associada a questões sociais e da quebra de inibições mediante a validação de grupo. As análises desenvolvidas neste capítulo destacaram a centralidade no que se refere ações de ódio em ambientes que atraem público e que são socialmente relevantes, pela sua possibilidade de usufruto gratuito e de fácil acesso para públicos diversos. Além disso, o uso da interpolação de densidade estimativa auxiliou na delimitação dos recortes de estudo ampliados para observação das características físicas e destacaram como há uma sobreposição direta entre a concentração do lazer atrelado ao álcool com uma maior chance de que violências de ódio ocorram.

5. ESTRUTURAS ESPACIAIS E A INCERTEZA DA INTEGRIDADE: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RECORTES DE ESTUDO AMPLIADO

“Sua lei me tornou ilegal, me chamaram de suja, louca e sem moral [...] Não sou nova aqui e não te peço licença. Sua permissão, nunca fez diferença! Com toda educação: foda-se sua crença [...]” (Urias, 2019). Na canção *Diaba* a cantora Urias explicita sobre a luta diária de pessoas LGBTQIAP+, principalmente trans, para terem sua existência reconhecida e o direito de ocupar os espaços. Nos versos, em contraponto com a acidez marcante na fala da intérprete, a cantora traz trechos de cultos religiosos em inglês, conectando a condenação, o simbolismo imposto à pessoas dissidentes — com alusão ao título da música —, a resistência em ocupar e de impor o direito de poder estar nos lugares. Este capítulo sintetiza as informações levantadas nos recortes de estudo ampliado, avaliando como as condicionantes físicas estão relacionadas com a concentração de violências de ódio mapeadas.

5.1. INTEGRAÇÃO E ISOLAMENTO: ANÁLISE ANGULAR DE SEGMENTOS EM JOÃO PESSOA

Antes do direcionamento das discussões para as características físicas dos recortes ampliados, a análise angular de segmentos foi realizada considerando a escala da cidade (Figura 20). Seu principal objetivo esteve alinhado com a observação dos padrões de integração viária em raio global, possibilitando o entendimento sobre a tendência geral da mobilidade para cada um dos recortes, a comparação dos diferentes perfis pelos valores médios tanto interna (principal x controle) quanto externamente (principal x principal) e, por fim, a maneira que eles se inserem no sistema viário global.

A configuração do modelo viário de João Pessoa é diretamente conectada à região do centro antigo, que estrutura toda a expansão viária e, consequentemente, a rede de vias mais integradas, conforme aponta o estudo de Donegan e Tavares (2024). A partir da área histórica, originária do traçado urbano, tem-se a consolidação de um conjunto de eixos/vetores em uma disposição radial que hierarquizam a integração viária na cidade, distribuindo os fluxos, principalmente, no sentido Leste, Sudeste e Sul, dentre os quais serão abordados os três que se destacaram no mapeamento de violência.

A Av. Pres. Epitácio Pessoa conecta a cidade no sentido leste-oeste, mantendo-se inteiramente na faixa mais elevada de integração e distribui os fluxos a partir do Centro indo

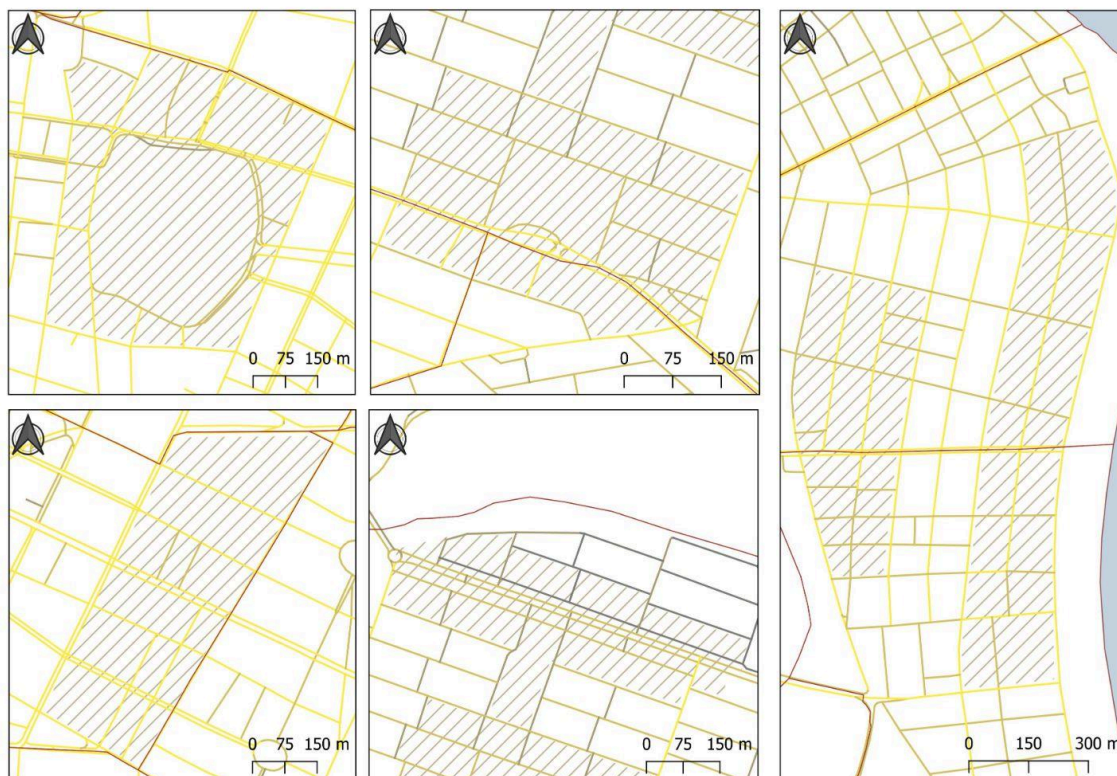
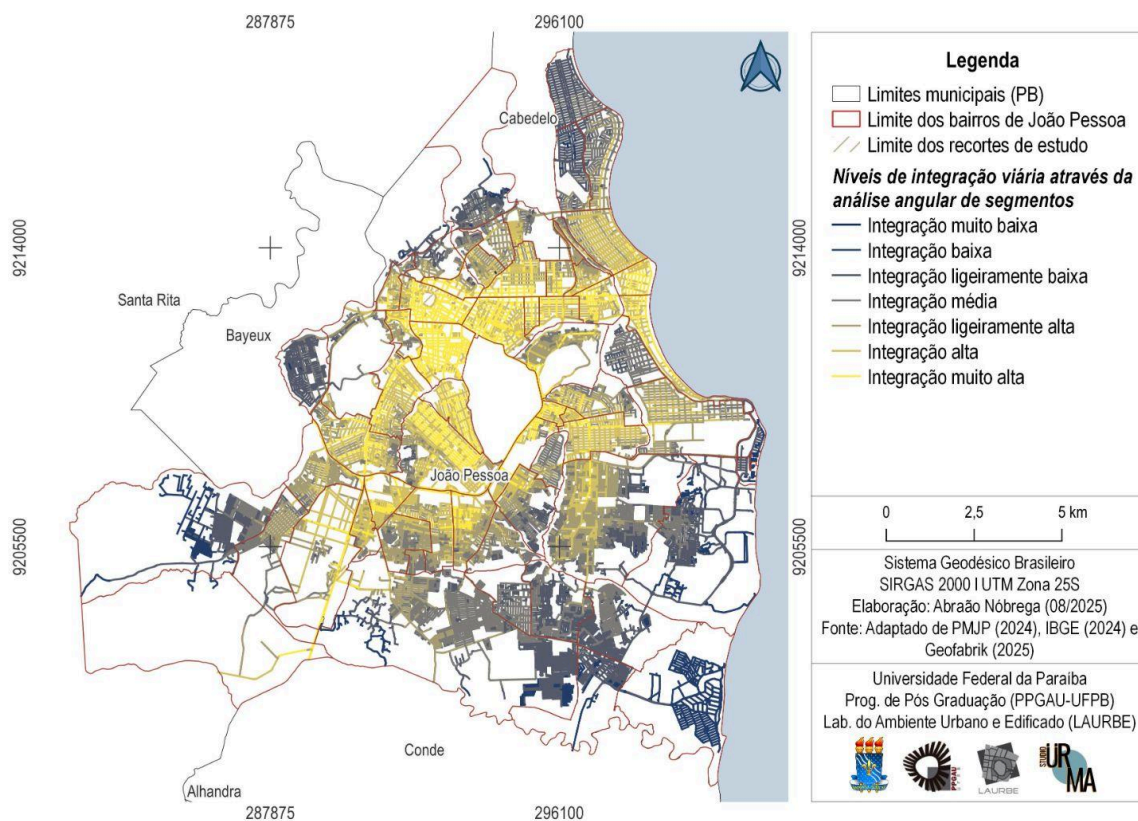
até Tambaú. Assim, ordena a diluição hierárquica da integração, por meio das vias coletoras, em todos os bairros alinhados a esse vetor de crescimento (Torre, Estados, Expedicionários, Tambauzinho, Brisamar e Miramar).

Outro eixo estruturante é composto pela interação entre a Av. Cruz das Armas e a BR-101, conectando a região central da cidade com o quadrante sudoeste. Caracterizado pela alta integração em quase sua totalidade e por intensos deslocamentos de carga. Essa movimentação diária elevada é consequência da sua centralidade no sistema viário da cidade, da sua proximidade com o setor industrial e por dar vazão às mercadorias através da BR-101 com destino a cidade de Recife-PE. A Av. Cruz das Armas, embora seja hierarquicamente relevante no sistema, não é cercada por uma malha integrada em boa parte de sua extensão. Há reduções drásticas à medida que se avança no sentido sul para bairros como o Indústrias e o próprio Distrito Industrial. Essa configuração é consequência da descontinuidade morfológica gerada pelo modo de ocupação do território através de grandes equipamentos.

A Av. Dom Pedro II conecta a área central originária da cidade com o quadrante sudeste, interligando bairros de alta densidade populacional de João Pessoa. É um eixo que se mantém com o maior nível de integração por toda sua extensão e se articula com vias igualmente integradas com grande impacto local, como as ruas Empresário João Rodrigues Alves, Bancário Sérgio Guerra e Josefa Taveira. A distribuição dos fluxos e da hierarquia de integração a partir do eixo da Av. D. Pedro II se difere da Av. Pres. Epitácio Pessoa por uma maior presença de vias com valores médios e baixos. Essa diferenciação fica mais evidente ao se observar as porções mais perimetrais de bairros como o Bancários, Castelo Branco e Mangabeira, que estão diretamente conectados a esse eixo.

Considerando que o padrão da integração elevada está ancorado à região do centro originário e se articula por alguns vetores de crescimento, percebe-se uma clara tendência na lógica da segregação. Quanto mais distante do centro antigo e, consequentemente, mais próximo de regiões limítrofes, maior será a redução dos níveis de integração. Bairros como Aeroclube, Bessa e Jardim Oceania, na Zona Norte, são classificados, quase na totalidade, como fortemente segregados. Eles têm níveis baixos em boa parte de sua malha viária como consequência da distância dos eixos mais conectados e da configuração morfológica que limita as possíveis conexões ao sistema global.

Figura 20: Hierarquização da malha viária a partir da Análise Angular de Segmentos, com ampliações dos recortes de estudo distribuídos em Centro, Bancários e Praias.



Fonte: Adapta dados de PMJP (2024), IBGE (2024) e Geofabrik (2025).

O mesmo processo ocorre com bairros como Barra de Gramame, Costa do Sol, Muçumagro, Paratibe, Penha, Ponta do Seixas, Valentina e outros. São bairros presentes em porções mais próximas aos limites de João Pessoa, distantes tanto do centro antigo quanto dos eixos estruturais da mobilidade. Além disso, também têm poucas rotas de conexão com o modelo viário em sua totalidade, favorecendo seu isolamento. Já em bairros como Alto do Céu, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Mandacaru, Róger e Padre Zé, embora eles estejam espacialmente próximos da região central, a malha viária que os compõe está pouco conectada com os eixos principais de expansão, o que os segrega em relação ao contexto geral.

Para observar a lógica de integração nos recortes, em paralelo, também foi consultada a Lei Ordinária Nº 15.197/24 (PMJP, 2024), que institui e atualiza a hierarquia viária de João Pessoa. Nos recortes presentes no Centro, há predominância das faixas de integração alta e muito alta, sendo um comportamento esperado. Ambos estão espacialmente inseridos na área central que concentra os valores médios mais elevados, além de terem conexões diretas ou próximas com eixos estruturais, como a Av. Pres. Epitácio Pessoa e a Av. D. Pedro II.

No REP, existem vias nos três níveis mais altos de integração. No anel viário que circunda o Parque Sólon de Lucena, as ruas que o constituem estão classificadas como de “integração alta” como consequência da sua configuração espacial. Ainda nesse conjunto de ruas, no trecho que dá acesso às baías mais próximas do parque, em que há um desvio da via principal do anel viário, há uma segunda redução de hierarquia pela descontinuidade gerada, passando para o nível ligeiramente alto de integração. Além dessas, os eixos de deslocamento que se conectam com o Varadouro através das rotas de ônibus — relacionadas com os viadutos do Centro Histórico —, estão com níveis reduzidos em relação ao geral do recorte.

Já no REC, apenas duas ruas estão classificadas em outra faixa de valor que não seja a mais alta. Essa é uma consequência tanto do recorte estar próximo da área central originária, quanto da sua relação com vias arteriais de importância global para o sistema. De modo transversal, o recorte é delimitado ao norte pela Av. Pres. Epitácio Pessoa, sendo atravessado em sua porção central pelas avenidas Duarte da Silveira e Camilo de Holanda, tendo a delimitação ao sul pela Av. Dom Pedro II. Dessa maneira, pela relação direta com eixos altamente integrados e que distribuem fluxos pela cidade, o REC tem a tendência de ter níveis médios mais altos, estando quase a totalidade das vias na integração máxima.

No Bancários há mais variação ao comparar o perfil médio de integração. No REP existem vias nos três níveis mais altos de integração, tendo uma clara conexão com a

hierarquia viária. A representatividade de vias com integração muito alta é mais pontual, abrangendo a R. Empresário João Rodrigues Alves, atualmente classificada como arterial (PMJP, 2024) e a R. Bancário Antônio Jacinto de Souza, que é uma coletora responsável por conectar o fluxo da principal com a porção interna do bairro, chegando até o Parque das Três Ruas. Também abrange a Av. Flamboyant, outra via classificada como coletora, que distribui o fluxo e direciona para o interior do Anatolia. Há ainda algumas vias locais que estão diretamente conectadas com a rua Empresário João Rodrigues Alves, apresentando o nível mais alto de integração em prol da sua proximidade com o eixo relevante, mas sem destaque no sistema.

A segunda faixa (integração alta) é a que mais representa o REP, abrangendo a maior parte de sua espacialidade. Todas as ruas paralelas à via arterial estão classificadas nesta categoria, além das que tangenciam a Praça da Paz. As poucas que estão na terceira faixa (integração ligeiramente alta) atuam como as conexões transversais entre as que estão no grupo anterior, compondo o restante dos fluxos no recorte e conectando-o com o REC.

O REC, por sua vez, observando o valor médio, ele tem um desempenho um pouco abaixo ao ser comparado com o REP. Nele há vias classificadas em quatro faixas, indo da integração média até a muito alta. Nos extremos do recorte, nas faces do sentido leste-oeste, ele é tangenciado pelas únicas vias com integração muito alta. Essas ruas são coletoras que distribuem o fluxo da principal do bairro para a porção interna.

Assim como no recorte principal, as vias categorizadas como de integração alta são as que estruturam o espaço no sentido longitudinal. Nesse caso, elas conectam as duas ruas coletoras que são as mais relevantes hierarquicamente, distribuindo os fluxos internamente no recorte. Além delas, parte das vias do Parque das Três Ruas também estão nessa faixa de valor, servindo como eixos de conexão entre o Castelo Branco — por meio da ponte Eng. Serafim Rodríguez Martínez —, e o restante do Bancários, além da comunidade do Timbó.

As vias com integrações ligeiramente altas estão presentes como as conexões entre as do grupo anterior, ordenando os fluxos de modo transversal no recorte. Grande parte das ruas ao norte do parque estão classificadas como de média integração, consequência de sua pouca conectividade com o restante do sistema. São ruas locais e com pouca relevância na distribuição de fluxos, sendo acessadas, majoritariamente, apenas pelos moradores das habitações e, com isso, refletem uma maior segregação em relação ao raio global.

Nas Praias, percebe-se uma configuração com características semelhantes aos demais recortes. Tanto no REP quanto no REC todas as vias estão classificadas nos dois níveis mais altos de integração, tendo predominância espacial das que estão na faixa “muito alta”. A Av. Pres. Epitácio Pessoa perpassa ambos os recortes transversalmente, dividindo-os nos bairros de Tambaú e Cabo Branco. Com isso, a região central é marcada pela integração de maior nível, tendo uma distribuição de fluxos na lógica longitudinal partindo da avenida no sentido norte-sul, mantendo a alta integração.

As vias que auxiliam na distribuição dos fluxos, partindo das coletoras, são todas classificadas como ruas de integração alta. Elas estão mais presentes no REC, que tem um traçado mais entroncado, com quadras menores e maior segmentação das vias, favorecendo os valores levemente inferiores na integração de raio global.

Por fim, em uma avaliação comparativa (Tabela 33) percebe-se que há uma afinidade entre os recortes tanto numa comparação par a par quanto intersetor. Embora existam variações na concentração de integração e valores médios ao se observar a relação entre recortes principais e de controle, elas são de pequena escala e com pouca distinção real. Não há uma dicotomia comparativa de setores em que um tenha alta integração em detrimento a outros com alta segregação. O par de recortes que mais destoa do padrão encontrado é o do Bancários, por ser a única região estudada que apresenta integração média. Dessa maneira, destaca-se que há pouca divergência no padrão de integração viária nos recortes, não apontando para uma afinidade clara entre a concentração de violência e o potencial de movimento, ao menos a partir de uma ótica viária na escala da cidade.

Tabela 33: Comparativo entre a faixa média de integração dos recortes.

Objeto de Estudo	Qtd. de segmentos viários	Faixa média de integração	Destoa o padrão encontrado
REC Centro	78	Integração muito alta	Não
REP Centro	237	Integração muito alta	Não
REC Bancários	95	Integração ligeiramente alta	Sim
REP Bancários	125	Integração alta	Sim
REC Praias	78	Integração muito alta	Não
REP Praias	95	Integração muito alta	Não

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.2. PADRÕES POTENCIAIS DE MOVIMENTO PELA FORMA URBANA: ANÁLISE VIA MODELO BASEADO EM AGENTES

Mantendo o foco no movimento potencial, porém considerando os espaços convexos, foi utilizado o modelo baseado em agentes para simular os possíveis padrões de movimentação nos recortes de estudo ampliado (Penn, 2001; Penn e Turner, 2001). Como esse processo é realizado a partir do espaço convexo, é uma simulação que considera apenas as propriedades configuracionais da morfologia urbana e da visibilidade, a partir da relação entre cheios e vazios. Em outras palavras, é uma avaliação que considera os grafos de visibilidade a serem utilizados na AVEC e compartilha de alguns de seus componentes.

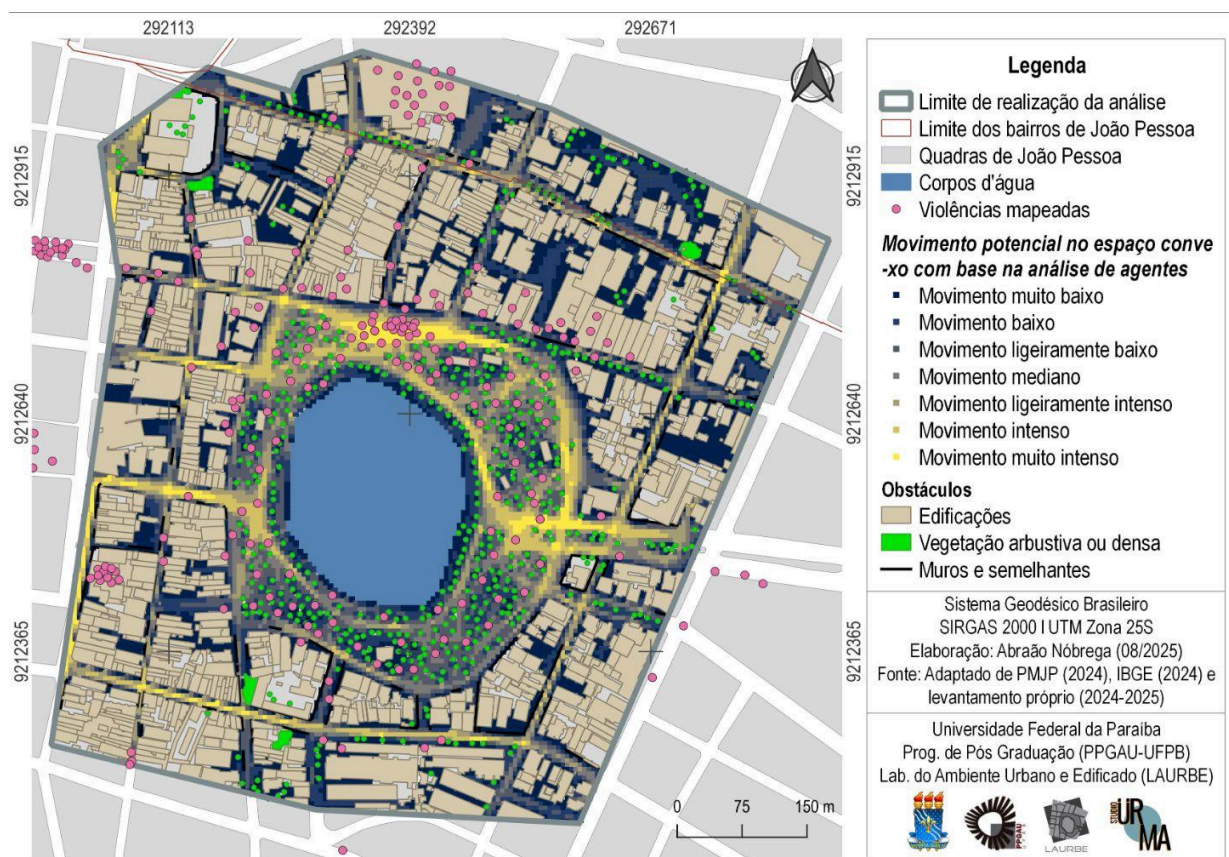
Neste trabalho, os elementos que foram apontados como obstáculos ou limitadores do movimento foram as edificações e elementos edificados como totens, esculturas e marcos visuais; as árvores — utilizando como referência um valor aproximado para seus troncos, pela análise considerar o deslocamento e não a visibilidade —, áreas de vegetação arbustiva densa; muros e semelhantes, além de aspectos configuracionais próprios dos recortes como a presença de corpos d'água ou desníveis acentuados que controlam/impedem o fluxo.

No caso do REP Centro (Figura 21), o resultado obtido tem características conforme o esperado. Como a análise é realizada nos espaços convexos e a configuração do recorte é totalmente articulada a partir do Parque Sólon de Lucena, que é um grande espaço livre público de poucos elementos edificados e/ou obstáculos que impedem o fluxo; a maior parte das áreas de movimento intenso estão no parque. Há uma predominância de concentração em duas regiões: a área de conexão com o corredor que dá acesso à Av. Pres. Epitácio Pessoa e as imediações do Terminal de Integração da Lagoa. Também se destacam caminhos que interligam os dois ambientes citados acima, como também as imediações diretas do parque, reforçando sua articulação com os quiosques, lanchonetes, lojas e serviços ao redor.

Percebe-se também o prolongamento de eixos de movimento concentrado em direção a ambientes como o Shopping Terceirão e a Praça Barão do Rio Branco. Pode-se pontuar ainda que a morfologia de entorno ao parque reforça a tendência de conexão dele com as quadras próximas, concentrando vários eixos de deslocamento que se alinham com áreas repletas de atividades comerciais. Tendo também a presença hierarquicamente relevante ao longo de eixos como as avenidas Dom Pedro I e Dom Pedro II.

Ao se observar a relação entre violências e esses espaços com maior intensidade de movimento, percebe-se uma sobreposição espacial com áreas em que as ocorrências mapeadas estão mais concentradas. Toda a porção ao norte do parque está categorizada entre os níveis de movimento mediano a muito intenso, tendo tanto espaços e permanência quanto eixos de deslocamento mais proeminentes se sobrepondo com as ocorrências, principalmente no Terminal de Integração de Lagoa e imediações diretas. Sobre a tipologia, há predominância de violências verbais, com presença significativa também de ocorrências comportamentais e poucas situações físicas e/ou sexuais.

Figura 21: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REP Centro.

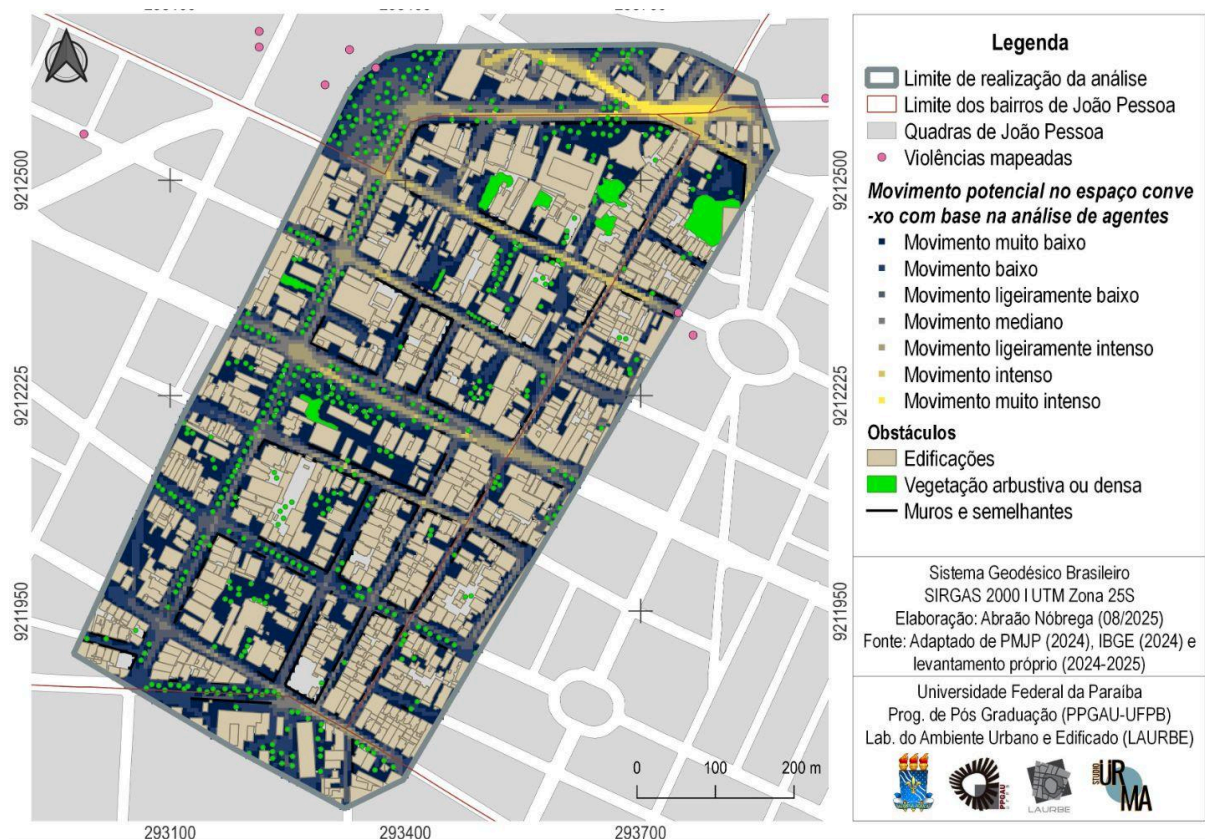


Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

No caso do REC (Figura 22), há apenas uma região notadamente com expressividade no potencial de movimento. Ela está ancorada na intersecção entre a parte inicial da Av. Pres. Epitácio Pessoa e a R. João Bernardo de Albuquerque. Esse trecho está próximo à Usina Cultural Energisa e à Praça da Independência, configurando-se como a região de maior amplitude na região estudada, o que lhe induz maior probabilidade de fluxo nesse tipo de análise. O trecho da Av. Duarte da Silveira que transpassa o recorte apresenta também intensidade de movimento, porém em menor escala ao ser comparada e o restante dos espaços

são caracterizados por níveis baixos ou muito baixos na concentração potencial de movimento. Isso é uma consequência da pouca presença de ambientes amplos e com poucos obstáculos, visto que o REC abrange apenas um pequeno fragmento da Praça da Independência e o restante de seus espaços convexos é centrado nos eixos viários.

Figura 22: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REC Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025)

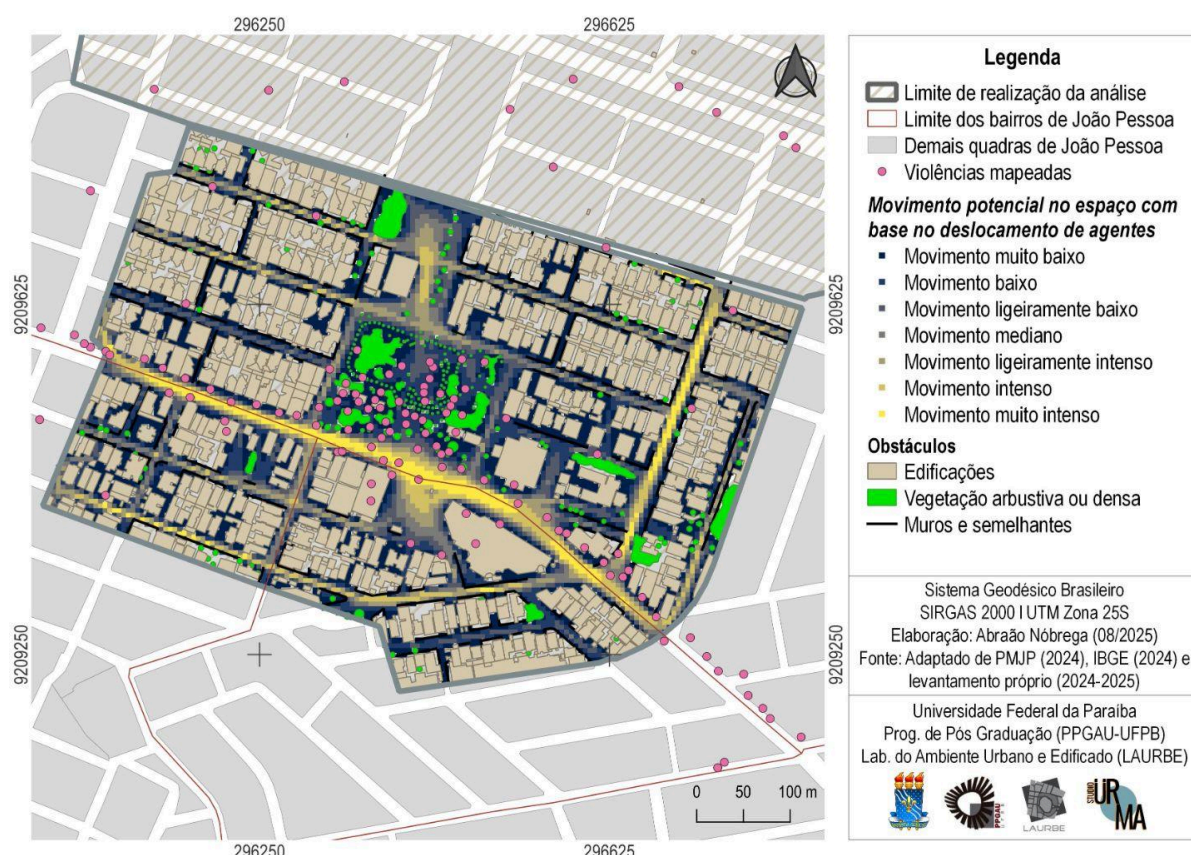
Na correlação com as ocorrências mapeadas, no recorte há praticamente a inexistência de casos mapeados, apenas duas situações. É perceptível a existência de algumas situações próximas, estando mais concentradas na Praça da Independência e já na porção inicial da Av. Pres. Epitácio Pessoa, nas imediações diretas da área estudada. Dessa maneira, pontua-se que não há qualquer grau de sobreposição entre as violências e a análise nesse recorte.

Passando para o Bancários (Figura 23), iniciando pelo REP, obtiveram-se resultados um pouco fora do esperado. Percebe-se uma afinidade entre os eixos viários estruturantes do setor com a maior intensidade de fluxo e, em contrapartida, a Praça da Paz não apresenta centralidade de movimento relevante. Entende-se que sua configuração impacta diretamente no processamento deste método, pois há uma concentração de obstáculos por toda a extensão da praça, o que pode ter interferido em seu potencial de conexão do movimento de um

extremo ao outro do setor no sentido norte-sul. Essa interferência também pode ter ocorrido pela presença de um espaço aberto ao lado do Shopping Sul, com uma menor interferência no acesso, possivelmente sendo interpretada no software como área de movimento intenso, embora não reflita a lógica de uso na realidade.

Essa diferenciação se dá pelo fato de que o espaço aberto em questão é o estacionamento do Shopping e, embora tenha uma utilização como conector de fluxos para atravessar a quadra, não detém a mesma intensidade que o eixo viário. A Praça da Paz, embora tenha mais obstáculos, atua de maneira mais significativa na conexão e dispersão de fluxos para o recorte, mesmo que seus níveis tenham se mantido entre medianos e baixos. Tanto a via arterial quanto às coletoras diretamente relacionadas refletem a tendência real de movimento no recorte, tendo intensidade tanto em trânsito veicular individual e coletivo, quanto pedonal.

Figura 23: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REP Bancários.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025)

Observando a sobreposição entre as ocorrências mapeadas e a intensidade de fluxo, percebe-se uma clara relação ao longo dos eixos viários de maior importância para o recorte.

Há também a forte relação com a Praça da Paz, mesmo que os níveis de movimento sejam apontados como menores. Ao observar exclusivamente o equipamento, há uma rota que atravessa no eixo norte-sul que tem os maiores níveis na intensidade de movimento e também apresenta a disposição de parte dos casos. A outra lógica de concentração está alinhada exatamente nos espaços de menor concentração de movimento, próximas às áreas de vegetação mais densas, pouco iluminadas e com menor visibilidade dos quiosques e bares. Sobre a tipologia, há predominância de violências verbais, com presença significativa também de ocorrências comportamentais e poucas situações físicas e/ou sexuais.

O REC (Figura 24), tem um resultado mais próximo ao esperado. Há uma intensidade de fluxo diretamente conectada ao Parque das Três Ruas, por toda a extensão que tem no recorte. Há também o destaque de quais são os caminhos mais possíveis de terem maior frequência de uso, correspondendo espacialmente às pistas de caminhada e da ciclovia.

Figura 24: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Percebe-se o prolongamento da região de maior intensidade para a ponte Eng. Serafim Rodríguez Martínez que conecta ao Campus da UFPB, sendo uma rota intensamente acessada

por universitários da região. Embora que o trecho apontado como o de maior movimento corresponda à área voltada para veículos, tendo uma redução no deslocamento peatonal.

Com relação à sobreposição com as violências mapeadas, percebe-se uma afinidade ao longo do parque e das áreas de maior fluxo em sua totalidade, tendo menor representatividade de ocorrências nas ruas locais. Sobre a tipologia, há uma predominância de ocorrências comportamentais, com algumas situações de violência verbal mapeadas.

Passando para a região das Praias (Figura 25), iniciando pelo REP, destaca-se um resultado alinhado ao esperado. A região de maior intensidade de fluxo é clara e bem delimitada, abrangendo toda a faixa de areia no recorte, interligando os bairros de Cabo Branco e Tambaú. Esse eixo com fluxo muito intenso se expande também por toda a faixa de areia, deslocando-se para a calçada na região do Hotel Tambaú se estendendo em direção à Manaíra até o limite da região estudada.

Em paralelo, há um segundo trecho hierarquicamente relevante que é o da própria calçada que dá acesso à areia, tendo também uma intensidade de fluxo destacável, porém em menor escala. Essa dualidade, no entanto, pode vir a sofrer uma inversão a depender do turno, visto que durante a manhã e tarde a região da areia é, de fato, mais utilizada pelo público em prol do banho de sol e mar. Já durante a noite, ocorre o processo inverso e a calçadinha se torna o principal espaço de utilização pela presença dos bares, quiosques, lanchonetes e acesso a restaurantes, comércios e espaços turísticos.

Outros dois espaços apresentam centralidade na presença de fluxo, mesmo que numa menor intensidade, estando conectados ao corredor da Av. Pres. Epitácio Pessoa. O primeiro é o Largo de Tambaú, que se mantém na faixa de fluxo entre ligeiramente intenso e intenso por toda a sua extensão, e até mesmo nos trechos viários que surgem dele rumo ao limite da zona estudada. O segundo é o eixo da Av. Nossa Senhora dos Navegantes que direciona e coleta o fluxo vindo da Epitácio em direção à Manaíra.

Com relação à sobreposição entre o movimento e a violência, destaca-se que há uma afinidade entre as áreas de maior intensidade com as que concentram mais ocorrências. A maior parte dos casos ou está localizada entre a calçadinha da orla e a faixa de areia ou no próprio Largo de Tambaú e imediações diretas. Referindo-se à tipologia, há uma predominância de ocorrências comportamentais, com presença significativa de violências verbais e algumas físicas.

Figura 25: Distribuição de fluxos baseado na análise de agentes nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024-2025).

Sobre o REC, destaca-se inicialmente que os resultados obtidos estão alinhados às expectativas, tendo uma delimitação mais destacada no trecho da Av. Pres. Epitácio Pessoa e nas ruas que coletam e distribuem o fluxo até as vias locais. Como esse recorte abrange uma porção interna dos bairros e não apresenta espaços livres públicos ou até mesmo áreas mais vazias, há uma consolidação do movimento estar conectado às ruas, mesmo na análise de espaços convexos. Há apenas a distinção entre as vias ligadas às quadras mais internas — que

obtiveram melhores resultados —, em detrimentos às perimetrais recorte — que tiveram um desempenho mais baixo.

Em relação à sobreposição com as ocorrências mapeadas, assim como foi no caso do REC do Centro, há pouco quantitativo mapeado na região, tendo apenas três situações no recorte de controle da praia. Dessa maneira, também é apontado que nessa avaliação não foi possível destacar relações entre as duas temáticas.

Por fim, em uma observação comparativa (Tabela 34), percebe-se que há uma dicotomia em uma avaliação macro. Nos recortes principais há a repetição do padrão destacado, havendo a sobreposição de ocorrências em regiões com potencial de fluxo intenso ou muito intenso, não havendo exceções à regra. Já no caso dos recortes de controle, há maior heterogeneidade no comportamento dos resultados. O único que apresentou um quantitativo relevante foi o do Bancários, possibilitando a conferência de afinidade com o padrão já apontado nos recortes principais. Já os RECs do Centro e das Praias tiveram uma participação quase nula no mapeamento de violências, inviabilizando a análise que relaciona o movimento potencial em espaços convexos e a ocorrência de crimes de ódio.

Tabela 34: Síntese comparativa entre a relação do movimento em espaços convexos e concentração de violências nos recortes

Objeto de Estudo	Quantidade de violências na região estudada	Concentra violências nos eixos/espacos de movimento	Ratifica o padrão encontrado
REC Centro	2	Não	-
REP Centro	204	Sim	Sim
REC Bancários	18	Sim	Sim
REP Bancários	103	Sim	Sim
REC Praias	3	Sim*	-
REP Praias	103	Sim	Sim
Observação: As violências mapeadas estão sobrepostas nos eixos de movimento mais intenso, porém pela baixa representatividade amostral destaca-se que não há um reforço do padrão dada a baixa relevância.			

Fonte: Elaboração própria (2025).

Além disso, como nos RECs do Centro e Praias não há a presença de espaços livres públicos, também percebe-se o impacto na caracterização do resultado do método baseado em agentes, pois acabam apontando para uma lógica de movimento centrada nos eixos viários assim como a análise angular de segmentos, reduzindo a margem de comparação tanto par a par quanto intersetor. Conclui-se que, pela configuração morfológica dos recortes, ao observar

a disposição de quadras e a proporção entre espaços abertos e fechados, não há tanta ramificação de caminhos para a consolidação de rotas de fuga mediante situações de perigo. Sendo assim, as violências acabam sendo perpetradas mesmo em áreas de grande intensidade de fluxo, conforme ratificado pela análise nos recortes principais.

5.3. ENTRE O VISÍVEL E O ESCONDIDO: MAPEAMENTO DE INTERFACES E ANÁLISE DE VISIBILIDADE EM ESPAÇOS CONVEXOS

5.3.1. *Caracterização de interfaces*

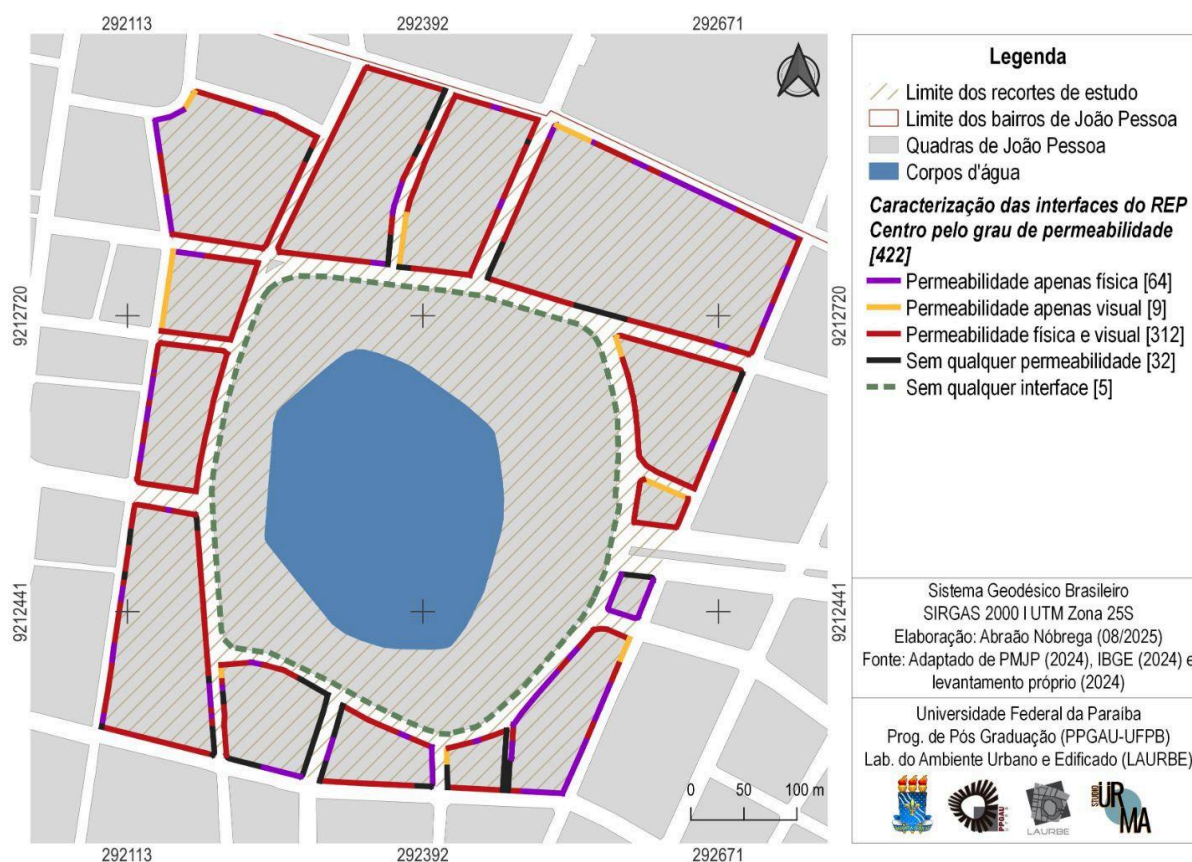
Passando para a temática da visibilidade, o estudo foi iniciado pelo mapeamento das interfaces das edificações, classificando-as com base no grau de permeabilidade que elas apresentaram, conforme o estudo realizado por Dias (2019). Sua utilização na pesquisa esteve alinhada com dois objetivos: i) a categorização das interfaces propriamente ditas, permitindo a observação dos padrões entre regiões mais ou menos permeáveis tanto num sentido físico quanto visual; ii) o material desenvolvido também serviu de base para o processamento da AVEC, mantendo as interfaces caracterizadas pela negação às ruas, criando barreiras visuais.

No caso do Centro (Figura 26), iniciando pelo REP, destaca-se uma predominância marcante de interfaces que têm simultaneamente a permeabilidade física e visual. Essa categoria é responsável por 74% de todo o mapeamento no recorte, reforçando uma conexão mais direta entre o espaço urbano/público e o edificado. Esse é um resultado alinhado às expectativas, sendo esperado por causa do perfil de ocupação da região central ser marcado majoritariamente por usos comerciais (PMJP, 2021). Sendo assim, considerando a presença de lojas e atividades semelhantes, além de terem relação com o fluxo intenso, demandam uma interação facilitada entre a rua e as edificações para a captação de clientes em potencial.

Por isso, a presença de interfaces com permeabilidade física e visual em larga escala e dispersa por toda a extensão do recorte compreende a expectativa, cabendo o adendo de que é uma caracterização durante o horário comercial. Pois, após as 18h00, sabe-se que há um esvaziamento generalizado, consequência do fechamento das lojas e alteração para uma configuração de interfaces sem qualquer conexão com o espaço público.

Observando de modo aproximado, apenas quatorze (14) das oitenta e quatro (84) interfaces voltadas diretamente para o parque, representando 16% nessa relação, são caracterizadas pela ausência de conexão visual. Elas correspondem espacialmente às edificações que estão sem uso aparente — embora em alguns dos casos tenha uma presença consolidada de usuários nas imediações em consequência da apropriação de ambulantes que promovem a venda de produtos em frente aos edifícios vazios —, tendo apenas duas que destoam desse perfil. Elas correspondem à unidade da Zeny Doces e Salgados do Centro e ao consultório odontológico Marinho, que tem sua face principal voltada para a Av. Padre Meira.

Figura 26: Caracterização das interfaces no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

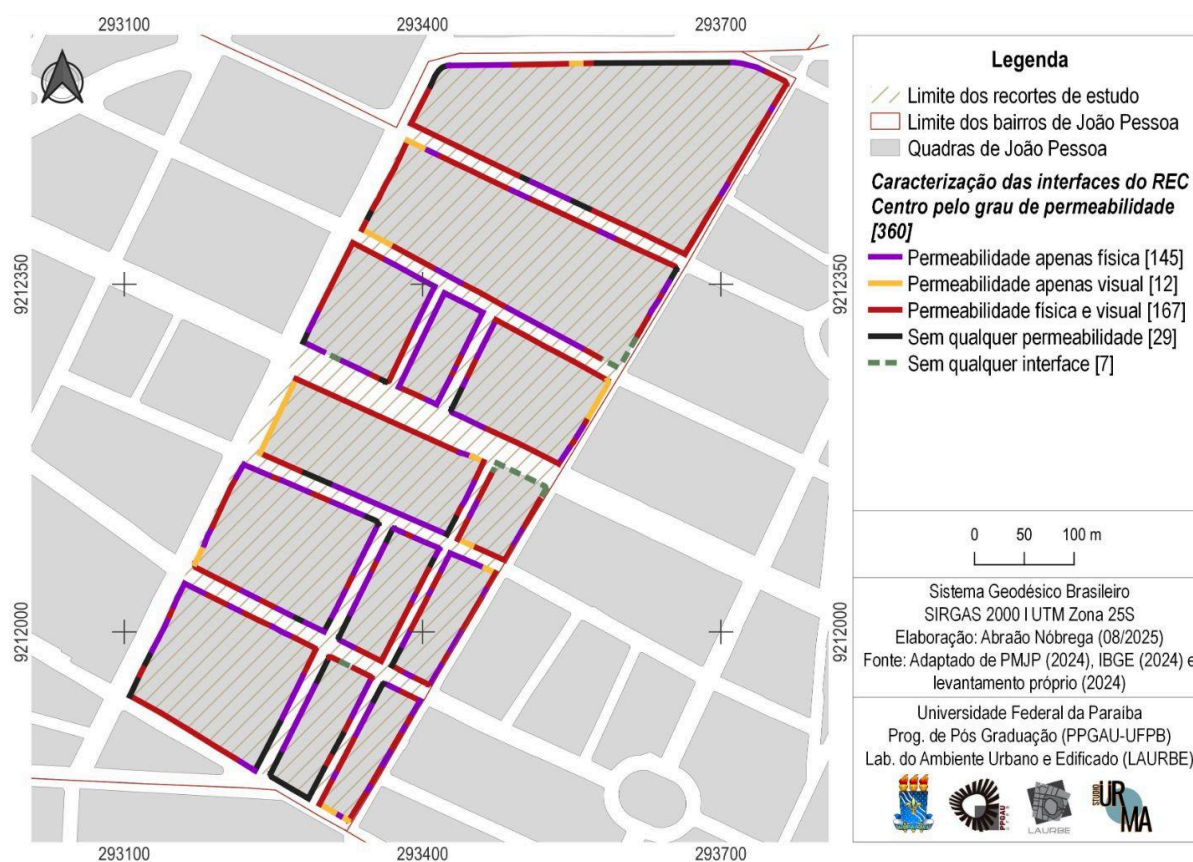
Com relação às interfaces apenas físicas ou as sem qualquer tipo de permeabilidade, destaca-se que estão mais presentes nas áreas de borda, tendo pouco quantitativo. Porém, após o encerramento do expediente a configuração do recorte passa por alterações, tendo uma maior representatividade de interfaces sem conexões visuais. Desse modo, em termos da leitura espacial, o REP é caracterizado por dois cenários: o primeiro sendo altamente integrado e acessível, conectado através da permeabilidade física e visual entre a maior parte

das edificações e tendo o parque como elemento central sem limitadores de fluxo ou visão, porém, à noite, inverte-se a dinâmica com uma massificação de interfaces sem conexões.

Com relação ao REC (Figura 27), destaca-se que as interfaces tendem a apresentar mais distribuição tipológica, mesmo durante o dia. Embora ainda haja predominância das que apresentam permeabilidade física e visual (com 46% do total), percebe-se um aumento das que têm apenas a física (40%) ao se comparar com o REP. Esse recorte também apresenta um resultado nos moldes esperados, pois embora esteja ainda na região central de João Pessoa, já abrange uma região mais afastada do principal núcleo comercial e de serviços.

Não se percebe um padrão claro em relação à disposição das interfaces de permeabilidade física e visual, pois embora sejam mais presentes ao longo das vias hierarquicamente mais importantes, como a Av. Duarte da Silveira, o mesmo não acontece ao se observar a Av. Pres. Epitácio Pessoa. Além disso, também é recorrente em trechos internos e perimetrais ao recorte. Sendo também uma consequência dos usos do solo — que serão avaliados de maneira aprofundada na seção 5.4.

Figura 27: Caracterização das interfaces no REC Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Sobre as regiões com menor conectividade visual, destaca-se que há uma abrangência por todo o recorte, estado presente em múltiplos contextos, envolvendo tanto as vias arteriais quanto coletoras e locais, com uma resposta direta da configuração de usos. Há poucas localidades que as interfaces são exclusivamente muros altos, ou seja, a ausência de qualquer tipo de permeabilidade, estando mais presentes nas proximidades da Av. D. Pedro II. Em termos gerais, percebe-se que o REC também é uma região permeável, porém em menor intensidade e com menos visibilidade que o REP, sugerindo um potencial de vigilância natural mais frágil (Jacobs, 2001). Além de que, essa dinâmica reflete o contexto diurno, passando para um maior isolamento à noite, com o encerramento de atividades comerciais.

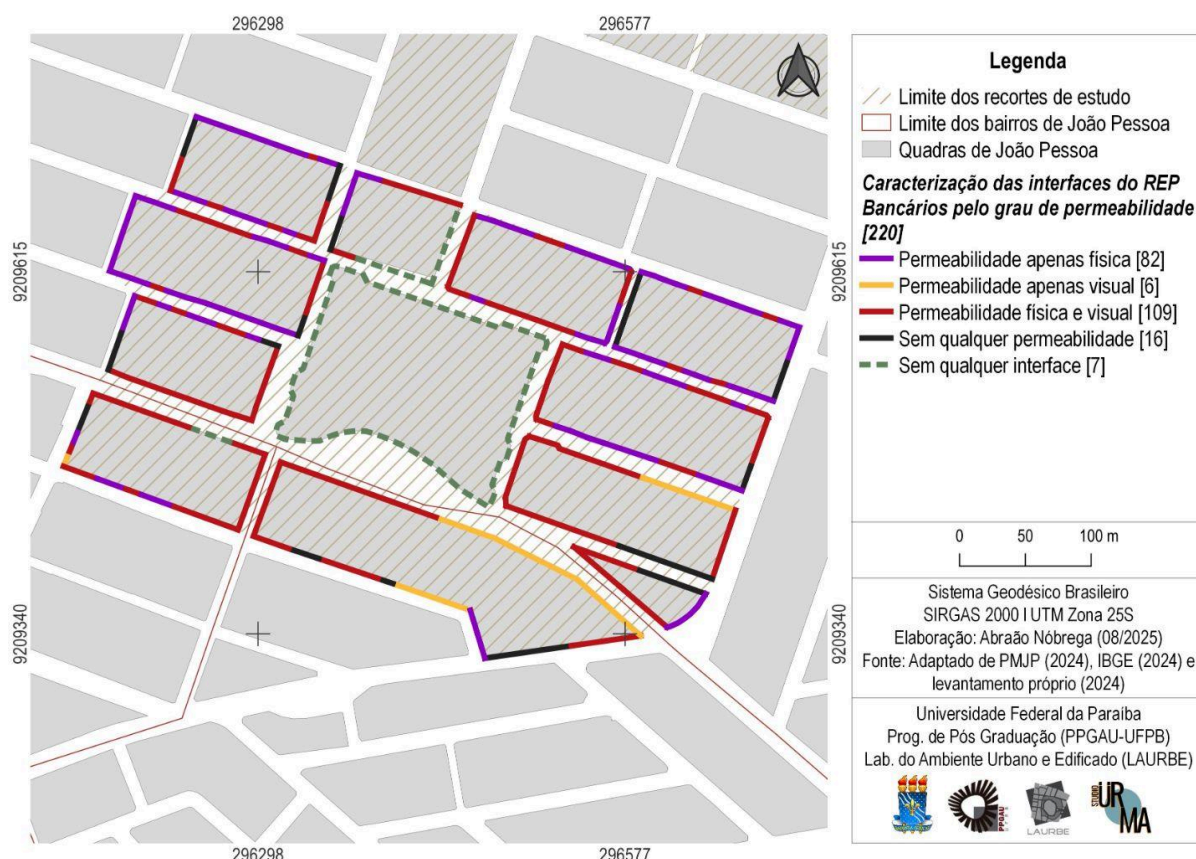
Seguindo para os recortes no Bancários, iniciando pelo REP (Figura 28), destaca-se uma predominância centrada nas interfaces de permeabilidade física e visual, correspondendo a 50% do total. Esse é um resultado alinhado com a expectativa, visto que o recorte é atravessado pela “Principal dos Bancários”, um eixo arterial da cidade, caracterizado pela movimentação intensa e diversidade de atividades. Sofrendo influência também da Praça da Paz que é um grande atrativo local em relação à quantidade de pessoas, refletindo na concentração de fachadas ativas pelo mesmo processo destacado no REP do Centro.

Percebe-se que a maior parte das interfaces com a permeabilidade física e visual está voltada ou para a praça ou para a “principal”. Além disso, há de se destacar que em parte das interfaces mapeadas nessa categoria, há uma conservação de seu status mesmo após as 18h00. Diferentemente do que acontece com o Centro, na região do Bancários há uma diversidade de atividades, tendo menor esvaziamento após o encerramento do horário comercial.

Percebe-se também que há uma proximidade física entre as interfaces permeáveis apenas visualmente e o movimento potencial em consequência da praça ou do eixo viário. Elementos como gradis marcam principalmente as imediações do Shopping Sul, permitindo uma maior continuidade visual no recorte, tanto pela escolha arquitetônica do uso de elementos vazados, quanto pela configuração morfológica de uma via mais larga e a presença de um grande espaço livre público. Também há um grande trecho de integração visual na quadra com o Centro Municipal de Educação Infantil Arthur Antônio Belarmino Ferreira, com um muro baixo, mas sem acesso físico, por toda a extensão do equipamento, conectando-o ao estacionamento da UPA Bancários.

Sobre as interfaces sem permeabilidade visual — sejam apenas físicas ou sem qualquer tipo —, percebe-se que estão mais presentes ao longo das ruas locais, em bordas internas e fundos de quadras. Além disso, também destaca-se que estão conectadas, ocorrendo associadas em grande parte dos casos, em que muitos lotes de esquina, por terem duas fachadas, acabam tendo uma em cada tipologia, garantindo apenas o acesso físico ao lote, combinando garagens e muros altos.

Figura 28: Caracterização das interfaces no REP Bancários.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

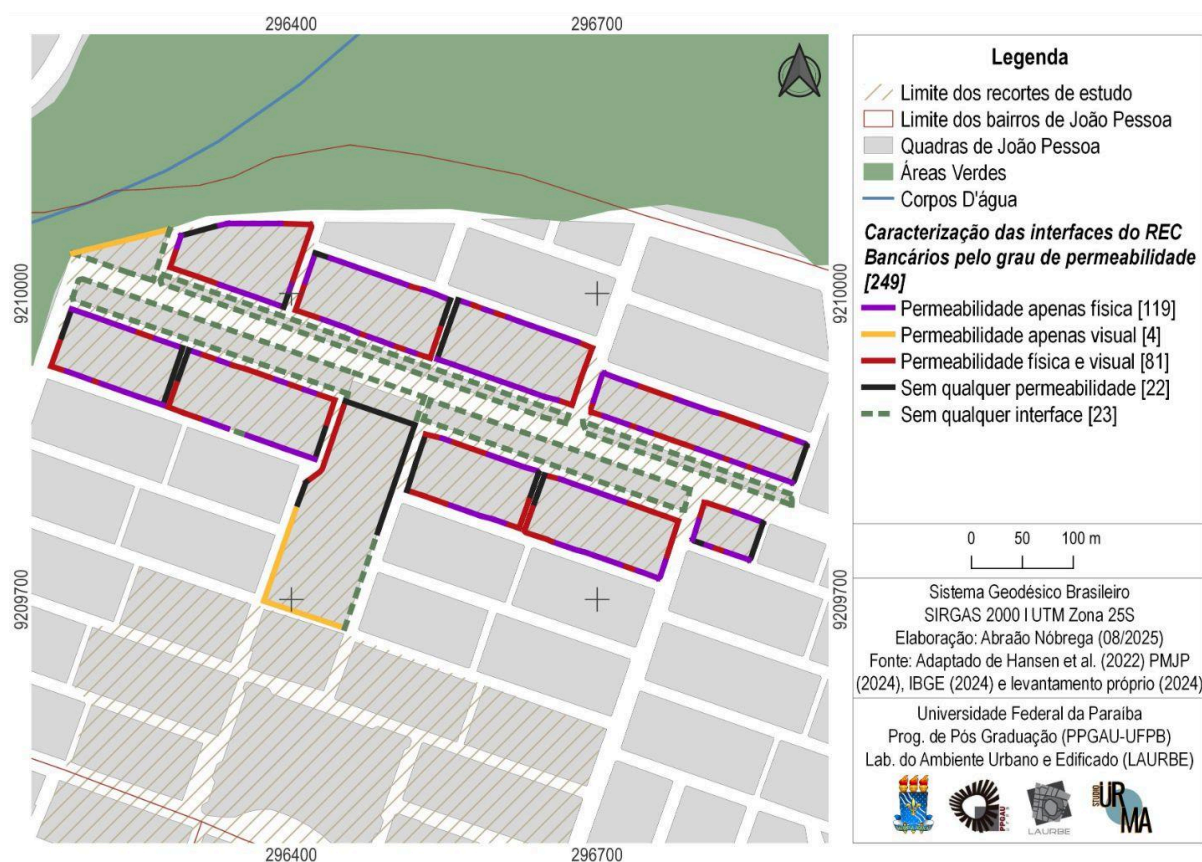
Em termos gerais, o REP é caracterizado por uma boa continuidade física e visual, tendo um padrão morfológico diferente aos já apontados. Pois, trata-se de uma região mais caracterizada pela presença de usos residenciais, embora ainda com uma expressiva relação de movimento em decorrência da Praça da Paz e da via arterial.

Passando para o REC (Figura 29), destaca-se um aumento expressivo nas interfaces de conexão apenas física (representando 48% do total), como um reflexo claro da mudança de configuração do recorte, centrada na transição para uma área majoritariamente de uso residencial. Sua abrangência é dispersa em todo o recorte, envolvendo os diferentes contextos,

estando presente tanto nas faces voltadas para o parque quanto nas bordas internas e fundos de quadra. Destaca-se que esse paradigma está alinhado com as expectativas e que também reflete o quão recente é o processo de intervenção para construção do Parque das Três Ruas em sua qualidade atual, datado em 6 de janeiro de 2023. Até então não existia a infraestrutura e os elementos que garantem uma maior qualidade ambiental, favorecendo a consolidação de barreiras para um espaço tido como inseguro (Jacobs, 2011; Dias, 2019; Dias e Jesus, 2022).

Sendo assim, as edificações mais recentes, independente ao uso do solo, apresentam uma tendência de utilizarem interfaces ativas ou que, pelo menos, promovam uma maior conexão física e/ou visual entre o espaço edificado e o parque. Até mesmo sendo uma alternativa de marketing para divulgação dos projetos arquitetônicos de residências multifamiliares ou para favorecer a captação de clientes para os ambientes comerciais, de serviço e comedorias (Gehl, 2013). Dessa maneira, as interfaces com permeabilidade física e visual estão mais presentes ao longo das faces de quadras voltadas para o parque e suas proximidades, tendo uma representatividade menor nas bordas.

Figura 29: Caracterização das interfaces no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

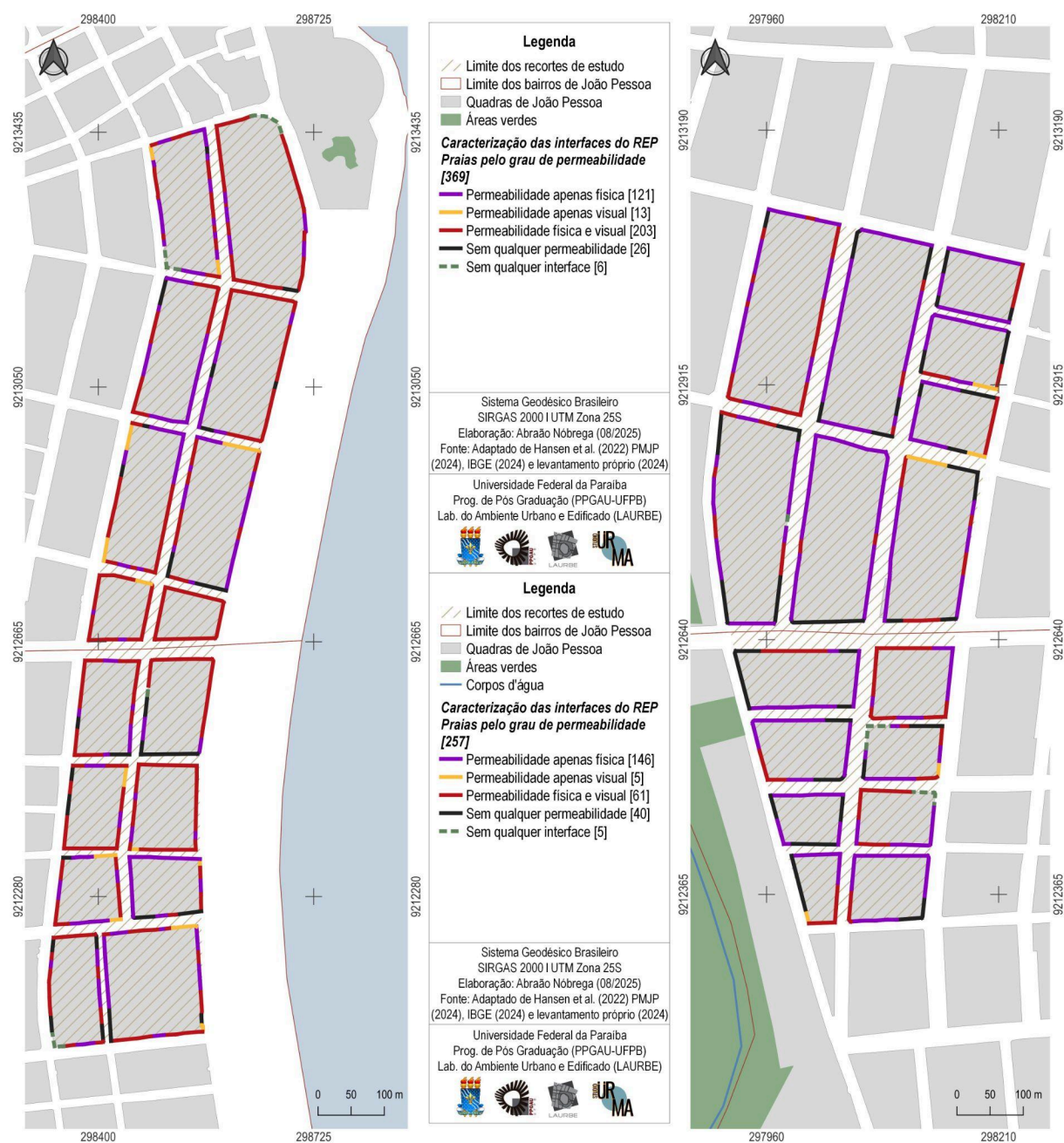
Sobre as interfaces que não tem qualquer tipo de permeabilidade, destaca-se que elas são mais numerosas em relação ao REP, apresentando a mesma relação apontada sobre a afinidade com as interfaces físicas na combinação de muros altos e garagens como os elementos de transição nas esquinas. Além disso, a configuração morfológica da região em que o REC está é caracterizada pela presença de becos que favorecem a uma maior ramificação de caminhos no bairro. No entanto, destaca-se que a maior parte desses ambientes é delimitada por interfaces sem qualquer tipo de comunicação, favorecendo o sentimento de insegurança ao se avaliar questões como a iluminação, manutenção e turno de uso (Jacobs, 2011; Medeiros, 2024).

Em termos gerais, o REC apresenta menos interação entre o ambiente edificado e o urbano ao ser comparado com o REP, embora ambos os casos tenham espaços livres públicos de relevância local. Destaca-se que há um processo atual nas imediações do parque linear em consequência dele ser uma obra recente, tendo sido inaugurada em 21 de setembro de 2024. Por isso, especula-se que em alguns anos haverá uma maior afinidade com o padrão encontrado nas imediações da Praça da Paz, tanto por uma substituição das habitações unifamiliares para as multi, quanto pelo surgimento de mais comércios e comédorias.

No caso das Praias, falando inicialmente do REP (Figura 30), destaca-se uma predominância das interfaces com permeabilidade física e visual, compreendendo 55% do total, sendo um resultado esperado. Trata-se de uma região de intensa movimentação, fortemente caracterizada pelo apelo turístico e, consequentemente, de estabelecimentos voltados a essa dinâmica. Por isso, assim como os demais recortes principais, há uma necessidade de integração tanto física quanto visual para que turistas e possíveis clientes sejam captados pelas lojas, restaurantes e bares (Gehl, 2013).

Há uma relação estreita com a demanda de usos do solo com a caracterização das interfaces mais ativas, sendo um elemento presente também nos hotéis e outros modelos de hospedagem. As fachadas com permeabilidade física também são bastante presentes, sendo o segundo grupo em termos quantitativos, com um total de 33%, estando mais presente nas bordas internas e faces de quadras voltadas para o interior do recorte. Das setenta (70) interfaces voltadas para a orla, apenas vinte (20) não tem permeabilidade visual, estando mais presentes em lotes com residências tanto uni quanto multifamiliares.

Figura 30: Caracterização das interfaces nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Em termos gerais, o REP Praias apresenta bons níveis de permeabilidade tanto física quanto visual, tendo quadras pequenas que permitem uma maior ramificação dos caminhos, além de predominância de fachadas convidativas. Além disso, assim como na região do Bancários, a diversidade dos usos e do público favorecem a uma manutenção do mapeamento das interfaces apresentadas, tendo uma vida noturna igualmente movimentada, com a permanência das interfaces categorizadas como permeáveis física e visual, principalmente nas faces de quadras voltadas para a orla.

O REC, por sua vez, apresenta uma característica oposta, tendo maior recorrência de interfaces apenas de permeabilidade física, totalizando 57%. Essa concentração tipológica é relacionada a uma maior presença de edificações multifamiliares, sendo impactada também pelo padrão socioeconômico mais elevado que favorece o uso de estratégias arquitetônicas com uma maior negação às ruas e de isolamento das edificações (Netto, Vargas e Saboya, 2012; Dias, 2019).

Até mesmo a relação com a Av. Pres. Epitácio Pessoa não favoreceu a uma maior presença de interfaces permeáveis, tendo proporções semelhantes entre as faces de quadras que apresentam fachadas ativas e aquelas que tem desde apenas o acesso físico até a negação completa à rua. Proporcionalmente, os trechos que são completamente impermeáveis também estão mais presentes neste recorte do que em relação aos demais, visto que nos outros as interfaces impermeáveis não atingiram 10% da amostra e no REC Praias ultrapassaram 15%.

Em uma perspectiva geral, esse recorte é o que mais promove o afastamento entre o meio urbano e o arquitetônico, tendo pouca relação visual entre o contexto público e privado, mesmo estando em um trecho integrado da malha viária e com relação direta a uma das vias arteriais mais importantes da cidade.

Por fim, em uma comparação geral (Tabela 35), destaca-se que há uma afinidade entre os recortes em uma lógica intersetorial. Todos os REPs apresentaram uma configuração semelhante: predominância de interfaces com permeabilidade física e visual, um favorecimento moderado a intenso da conexão visual e percentuais mais baixos nas interfaces impermeáveis. Em contrapartida, os RECs também apresentam afinidades em suas características gerais, tendo ou uma predominância de interfaces apenas físicas ou uma proporção mais equitativa, conexão visual menos favorecida e percentuais mais elevados de negação às ruas.

Tabela 35: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de conexão visual nos recortes

Objeto de Estudo	Tipologia predominante	Conexão visual favorecida	% sem permeabilidade	Variação do perfil ao longo do dia
REC Centro	Permeabilidade física e visual	Moderada	8%	Média
REP Centro	Permeabilidade física e visual	Intensa	7%	Muita
REC Bancários	Permeabilidade apenas física	Reduzida	9%	Pouca
REP Bancários	Permeabilidade física e visual	Moderada	7%	Pouca
REC Praias	Permeabilidade apenas física	Inferior	15,5%	Pouca

REP Praias	Permeabilidade física e visual	Moderada	6%	Pouca
-------------------	--------------------------------	----------	----	-------

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esse é um ponto que destoa de argumentações clássicas na temática da segurança no meio público, visto que as áreas que apresentaram os melhores desempenhos na relação com a rua são simultaneamente as regiões com maior concentração de violências. Enquanto que os trechos com resultados mais próximos ao descrito como insatisfatório apresentam casos mais isolados e menos frequentes. Cabe o destaque, no entanto, que o princípio de segurança defendido por autores clássicos como Gehl (2013) ou Jacobs (2011) é atrelado fortemente ao contexto patrimonial, em que a vigilância social impacta mais fortemente. Além de que, a sensação de segurança não é uma garantia direta dela.

No tocante à violência de ódio, os apontamentos trazidos até então reforçam que há uma relação menos proeminente entre as ocorrências e a configuração morfológica, sendo uma dinâmica mais impactada por fatores sociais e comportamentais, geradas pela presença de pessoas de diferentes grupos sociais e pela sobreposição de suas territorialidades.

5.3.2. *Análises de visibilidade no espaço convexo*

Passando para as análises de visibilidade no espaço convexo, cabe o destaque de que foi utilizado um raio de cem metros ao redor dos recortes de estudo, ampliando a área baseando-se nos apontamentos de Turner et al. (2001) e parâmetros de acuidade visual descritos por Gehl (2013). Dessa maneira, houve a expansão do levantamento de interfaces, adicionando apenas as que não tinham permeabilidade visual, exatamente por serem obstáculos a serem considerados para o processamento. Assim como, a vetorização assistida por sensoriamento remoto das edificações e vegetações de grande porte ou maciços vegetais.

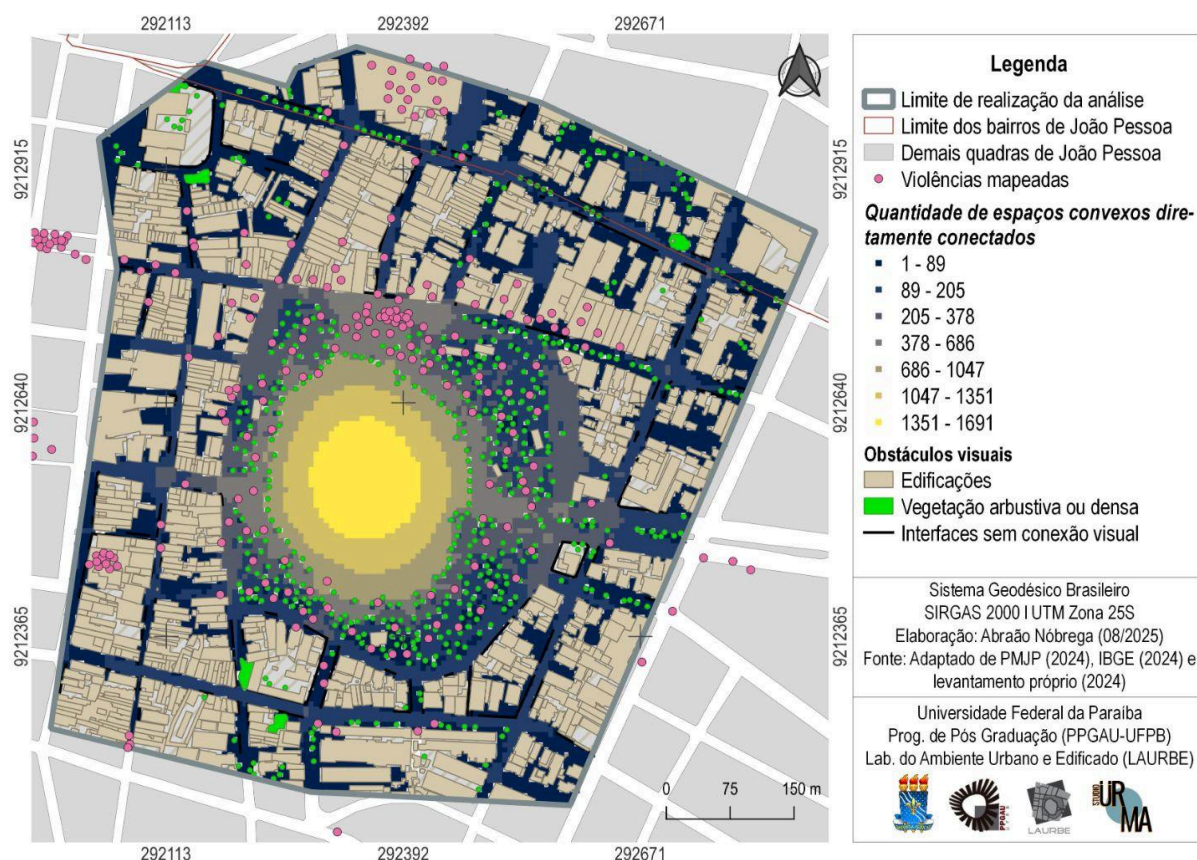
A primeira grandeza avaliada foi a conectividade visual, servindo como indicador local que representa o potencial de percepção e orientabilidade espacial em dado ambiente, visto que mede quantos outros espaços convexos estão diretamente visíveis a partir de um ponto. Ou seja, para cada pixel de referência, o valor apresentado é referente a quantos outros pixels estão intervisíveis de maneira direta com a referência. Dessa maneira, é uma forma de representar o quão boa é a visibilidade ao redor dos ambientes (Turner *et al.*, 2001).

Iniciando pelo Centro, o REP (Figura 31) apresenta uma concentração expressiva na área compreendida pela lagoa do Parque Sólon de Lucena, tendo os valores mais altos de todo

o levantamento, mantendo-se entre mil e quarenta e sete (1047) a mil seiscentos e noventa e um (1691) espaços convexos conectados entre si. Por se tratar de um grande vazio circular, com ausência de barreiras edificadas em seu perímetro direto, tendo uma grande faixa de espaço livre público — aqui se considerando a infraestrutura do parque em si —, a região torna-se um foco perceptivo do conjunto.

Era um resultado esperado por considerar a lagoa como encontro de campos de visão, pois, dada a forma circular e a configuração concêntrica do parque, há uma convergência visual que lhe garantiria valores elevados na conectividade. Ao direcionar o foco para a espacialidade do parque, destaca-se que há uma redução drástica em relação aos valores, porém ainda com níveis elevados ao serem comparados com os demais recortes estudados. Há essa distinção pelo fato de que o nível máximo do REP Centro é muito superior e, com isso, as demais áreas causam a falsa impressão de que são pouco conectadas, porém, em detrimento aos demais recortes, a sua faixa média (378 - 686 espaços conectados) estaria equivalente ao alto ou muito alto nos demais.

Figura 31: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Considerando a visibilidade no parque, a região que abrange o intervalo ligeiramente alto (686-1047 espaços conectados) reflete aos valores elevados das demais regiões, reforçando como há uma boa conectividade visual no parque mesmo com a presença de inúmeras árvores e alguns elementos edificadas. Destaca-se que essa relação é consequência também do porte arbóreo que impacta menos no campo visual de um humano médio, considerando a altura dos olhos entre 1,5 a 1,6 metros.

Sendo assim, as regiões que estão menos conectadas são reflexo dos estabelecimentos espalhados pelo parque — quiosques, restaurantes e marcos edificadas —, da maior proximidade entre as árvores ou da presença pontual de bambuzais e vegetações com copas mais baixas que acabam gerando zonas mais segregadas por causa da filtragem de visibilidade, alterando o alcance perceptivo em trechos do parque. Já em relação ao entorno direto, considerando as quadras com faces voltadas diretamente para o parque, há a predominância da baixa conectividade visual, um padrão que é mantido até o limite da região estudada. Esse sendo uma consequência da presença massiva de edificações e de larguras menores nos eixos de passagem, criando uma transição abrupta entre as ambiências.

Em síntese, o REP, apresenta um padrão de conectividade visual altamente vinculada ao vazio espacial da lagoa do Parque Sólon de Lucena e configuração de outros dois padrões secundários à medida que se observa o próprio parque (níveis altos) e o contexto urbano de entorno (níveis baixos).

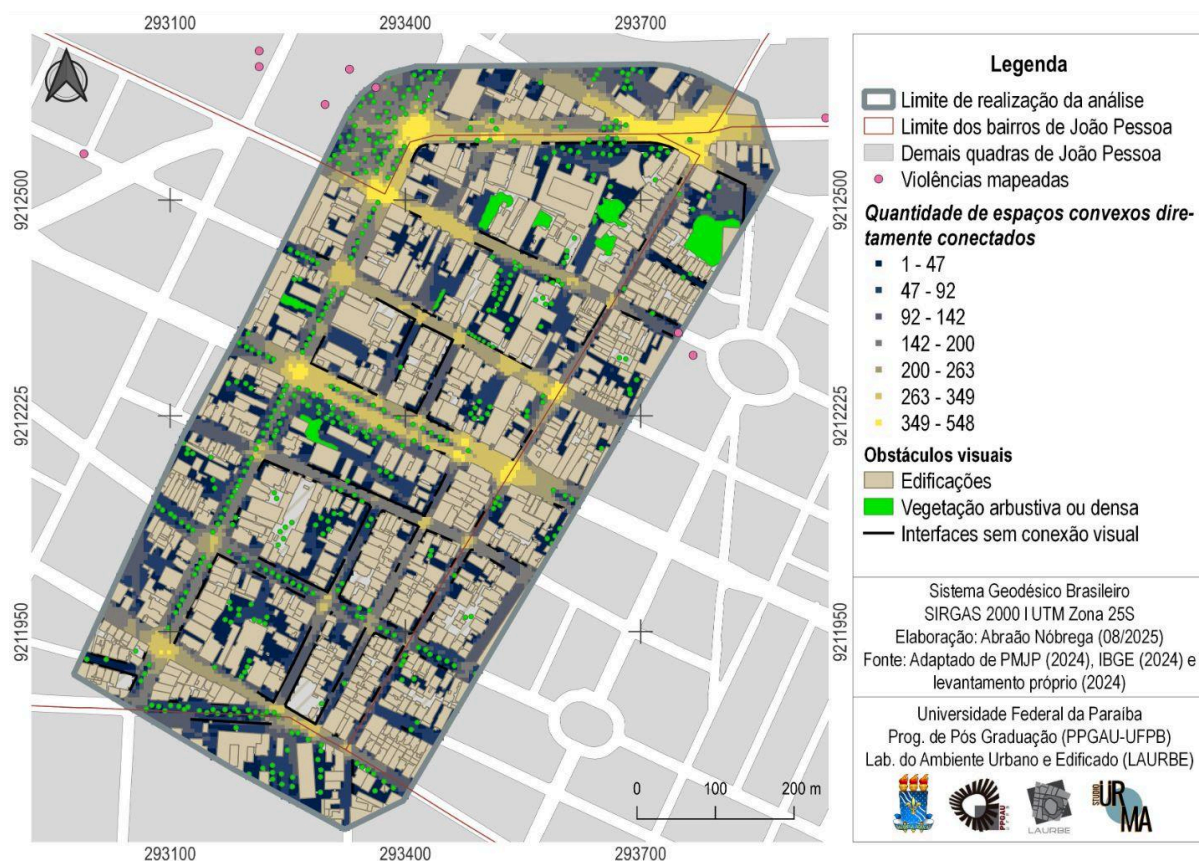
O REC (Figura 32) apresenta um padrão mais linear na conectividade visual, estando diretamente associado aos eixos viários. São perceptíveis vários aglomerados pontuais de conectividade elevada, distribuídos principalmente nos entroncamentos ao longo da Av. Maximiano Figueiredo, com maior proximidade no trecho entre a Av. Duarte da Silveira e da Av. Pres. Epitácio Pessoa. Como o recorte tem a ausência de espaços livres, tendo em vista que foi englobado apenas um fragmento inicial da Praça da Independência, a conectividade visual fica articulada diretamente com os cruzamentos por gerarem espaços mais amplos.

Além desses, há uma concentração expressiva na região próxima à Usina Cultural Energisa, quase constituindo uma mancha única de conexão elevada com a da praça. Também percebe-se valores mais altos ao longo de todo o trecho da Av. Duarte da Silveira no recorte, em consequência de sua largura maior, tendo redução da conectividade no canteiro central. Os demais cruzamentos repetem o padrão encontrado nas vias anteriormente citadas, porém com

uma escala muito menor e, na maior parte dos casos, com valores mais baixos, mas ainda assim, destacam-se como a principal espacialidade no que se refere à conexão visual do REC.

Passando para a avaliar a região mais ao sul do recorte, percebe-se uma mudança abrupta no nível de conectividade, em que os trechos viários mais internos apresentam campos visuais mais fragmentados, com valores baixos. Esse processo evidencia como a morfologia densa, presença de vegetações mais agrupadas e a disposição de interfaces sem permeabilidade podem impactar diretamente na visibilidade em um contexto urbano. Dessa maneira, a configuração visual encontrada no REC é da centralização nos corredores principais do trecho, principalmente por serem os poucos espaços mais amplos, tendo uma maior frequência de interrupções e quebras de campos visuais nas regiões internas.

Figura 32: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REC Centro.

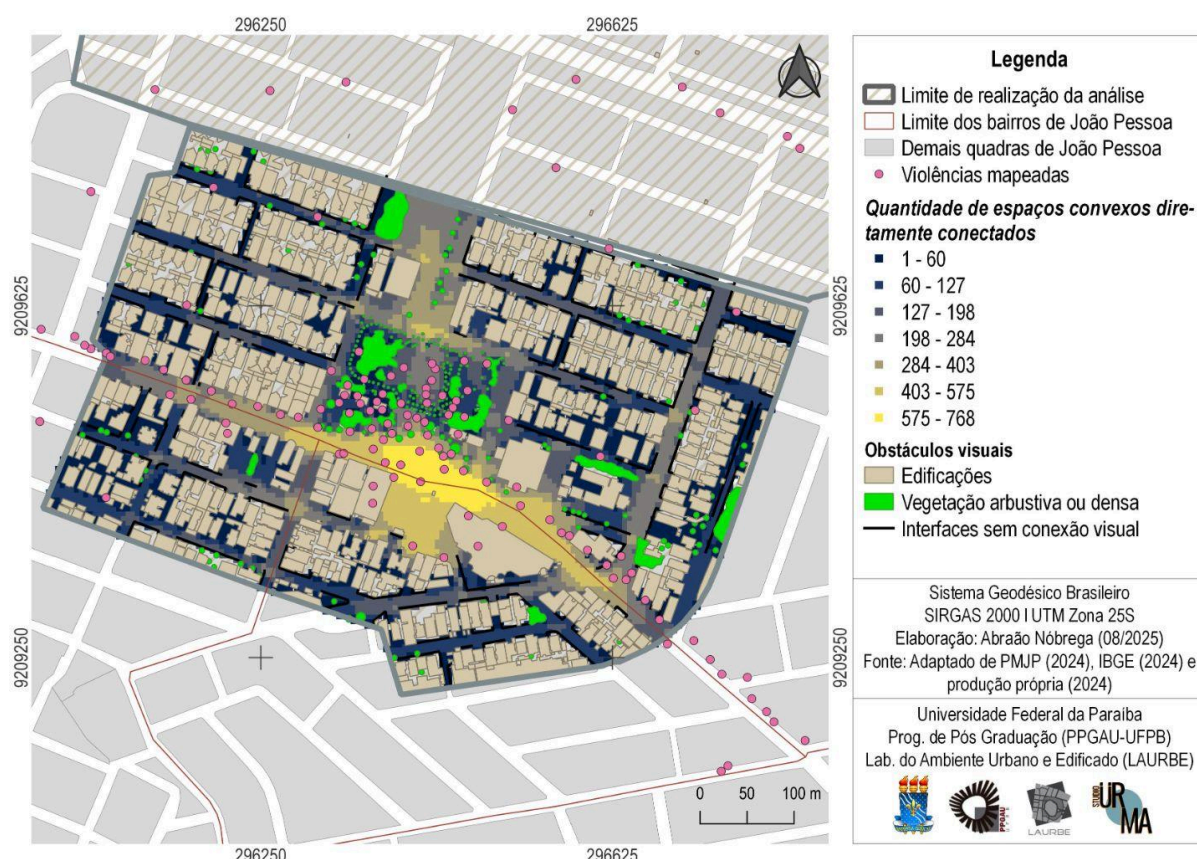


Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Passando para a região do Bancários (Figura 33), o REP apresenta uma configuração da conectividade muito alinhada com a região próxima da Praça da Paz. Assim como no REP Centro, a presença de um grande espaço livre público reflete em uma maior conectividade centrada nele, pela sua diferenciação em relação à ocupação do espaço. No entanto, no caso

do Bancários há um pequeno distanciamento em relação a esse padrão por consequência de dois pontos: i) o grande quantitativo de vegetações arbustivas densas, copas de árvores mais baixas e elementos que atuam como barreiras visuais na praça; ii) o grande espaço visualmente conectado que compreende o leito carroçável da rua Empresário João Rodrigues e o estacionamento do Shopping Sul.

Figura 33: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REP Bancários.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Por consequência desses dois fatores, há um deslocamento da mancha de maior centralidade da conexão visual no REP, não sendo diretamente na praça, mas sim em seu entorno direto. Essa concentração mais evidente fica ancorada no eixo viário pelo fato de que é uma via larga — com quatro faixas de rolamento —, além de que no trecho em questão há um canteiro central amplo que abriga um retorno. Por isso, o núcleo mais conectado se expande a partir desse espaço e mantém uma configuração longitudinal, prolongando-se ao longo da via. O segundo nível mais elevado de conectividade (403-575 espaços conectados) está presente ao longo da “principal do Bancários”, por quase toda sua extensão, tendo quedas na hierarquia nos limites do recorte. O estacionamento do Shopping Sul também é

caracterizado por essa faixa de valor, com uma centralidade que se estende até à rua paralela, onde logo tem uma queda de valores por consequência das edificações.

A Praça da Paz, por sua vez, configura-se com um eixo visual que interliga seus extremos no sentido norte-sul, tendo uma conectividade média, sendo a região com menor presença de arbustos e obstáculos. Esse eixo presente na praça compreende a paginação de piso que marca um fluxo principal e também se alinha com uma lógica de visibilidade que se estende até o limite do REP, mantendo a conectividade através dos espaços vazios ao lado do ginásio e da grande área aberta logo em sequência.

Além disso, a presença densa e contínua de edificações próximas, interligadas também por interfaces sem permeabilidade e com espaços estreitos entre as quadras, limitam o alcance visual de modo transversal no recorte, favorecendo a uma percepção mais compartimentada do espaço, com níveis de conexão mais baixos. Em síntese, o REP é caracterizado por uma polarização da visibilidade em um espaço de transição entre o eixo viário e o espaço livre público, apresentando um padrão misto ao se comparar com os recortes do Centro.

No caso do REC (Figura 34), há a reprodução do mesmo fenômeno apontado nas imediações da Praça da Paz, tendo como diferença a consolidação de dois núcleos principais na conectividade. O primeiro, mais próximo ao extremo oeste do recorte, está ancorado exatamente na ponte que interliga o setor ao Castelo Branco, englobando também a área da rotatória que distribui o fluxo para o parque linear. Essa concentração é consequência da grande área aberta e da limitação imposta pelos maciços vegetais dos dois lados da ponte, assim é forçada uma perspectiva centrada na ponte e no eixo longitudinal do recorte. Além disso, pelo fato da transição para o parque ser realizada por uma rotatória que interliga todas as sete vias possíveis — aqui se considerando todas as opções de manobra —, há a demanda de um espaço amplo e sem obstáculos, favorecendo a uma boa conexão visual.

O segundo trecho compreende o encontro entre o Parque das Três Ruas com a rua Bancário Antônio Jacinto de Souza, que é uma das coletoras em relação à principal e tem uma relevância local para distribuição dos fluxos. Em outras palavras, por esse trecho ser marcado pela presença de vias importantes para a mobilidade e, conseqüentemente, mais largas para comportar essa demanda, há uma maior amplitude visual. Além disso, na região em que há maior conectividade visual, é uma área do parque com menor quantidade de árvores exatamente por causa do cruzamento das vias de fluxo intenso e da demanda por uma boa visibilidade para os motoristas.

Figura 34: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Além desses dois núcleos principais, percebe-se a configuração de núcleos secundários por toda a extensão do parque, com menor impacto e escala, mas reproduzindo a mesma dinâmica. Pois, estão presentes nos cruzamentos entre as vias e pela necessidade de uma boa visibilidade para os motoristas também são regiões com uma redução na presença de árvores e elementos que atuam como barreiras. Além disso, o parque, em sua totalidade, apresenta níveis mais elevados na conectividade visual, embora seja densamente arborizado. A questão é que o paisagismo é marcado majoritariamente por árvores de grande porte e que deixam como obstáculos na altura dos olhos, na maior parte dos casos, apenas os troncos.

Além do parque, passando para uma observação das porções internas do recorte, há uma rápida mudança do paradigma de conectividade visual, apresentando valores mais baixos rapidamente, como consequência da ocupação mais densa de edificações e da presença concentrada de interfaces sem permeabilidade visual. Em síntese, assim como no REP Centro, a conectividade elevada está alinhada com o espaço livre público, embora aqui também tenha forte influência dos eixos viários, mantendo um padrão de boa visibilidade por quase todo o recorte em consequência da forma linear do parque.

No caso das Praias (Figura 35), o REP é caracterizado pela concentração expressiva em disposição linear da mancha de maior conectividade visual. Assim como o REP Centro e REC Bancários, há centralização no espaço livre público que neste caso é a faixa de areia. No REP Praias há níveis elevados, acima da média, assim como no Centro. Ficou com valores totais um pouco abaixo da região da lagoa por uma questão morfológica, pois a forma circular permite maior amplitude de campos visuais enquanto a linear reduz as possíveis conexões.

Figura 35: Níveis de conectividade visual nos espaços convexos nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Assim como no Centro, em decorrência dos níveis mais altos que abrangem a faixa elevada de conectividade, os demais trechos passam por uma falsa sensação de pouca visibilidade, pois se inserem nas faixas de valor mais baixas. No entanto, comparando os valores médios (381-572 espaços conectados) do REP Praias com os demais, percebe-se que estão alinhados com níveis altos e ligeiramente altos.

O núcleo principal na faixa de areia se estende por quase toda a área estudada, tendo áreas de redução bem delimitadas. Seja pela presença de múltiplos quiosques adensados, criando uma região com baixa visibilidade, ou pela ocorrência de um maciço de vegetações ciliares, reduzindo rapidamente os níveis de conectividade. Além dele, como uma transição ainda na faixa de areia, há uma redução gradual dos valores encontrados, chegando até o limite do setor ou nas imediações do Hotel Tambaú, onde há uma queda drástica, chegando aos valores mais baixos.

Além do núcleo principal e de sua região próxima que é igualmente conectada, existem pequenos focos de conectividade ao longo do Largo de Tambaú e dos cruzamentos por toda a Av. Nossa Senhora dos Navegantes. Passando para níveis baixos rapidamente à medida que se observa a proximidade de edificações e interfaces impermeáveis nas faces mais internas. Em síntese, o REP é caracterizado pela conectividade visual polarizada no espaço livre público, assim como no Centro, tendo valores mais baixos em eixos viários.

No REC, pela ausência de espaços livres públicos ou vias largas, tem a concentração de conectividade visual na Av. Pres. Epitácio Pessoa e em seus cruzamentos com as vias coletoras. Não se percebeu a configuração de núcleos mais proeminentes, apenas de regiões pontuais que, pela largura das vias, acabam gerando maior amplitude visual, voltada diretamente para os motoristas. Além disso, o recorte é tangenciando por grandes maciços vegetais e uma ocupação bastante densa na porção oeste, favorecendo níveis baixos de conectividade até mesmo estando próximo da região mais integrada.

Em síntese, pela ausência de espaços abertos, a concentração da visibilidade no REC é totalmente dependente dos eixos viários estruturantes, tendo alinhamento maior com a demanda dos motoristas e não de pedestres. Além disso, a ocupação densa e a presença majoritária de interfaces visualmente impermeáveis favorece a níveis baixos com uma maior disposição espacial, compreendendo em larga escala o recorte.

Por fim, em uma observação geral sobre os recortes (Tabela 36), destaca-se que há a consolidação de padrões na conectividade visual que se repetem nos recortes. Os REPs Centro e Praias, além do REC Bancários, apresentam afinidade e consolidação de núcleos de valores mais elevados em espaços livres públicos. Os RECs Centro e Praias também apresentaram similaridades, pois, em prol da ausência de ambientes amplos, a conectividade visual ficou atrelada diretamente aos eixos viários, reforçando a própria hierarquia do sistema. O REP Bancários é o que apresenta características mais híbridas, tendo uma afinidade tanto com o eixo viário quanto com o espaço livre público na consolidação de seu núcleo mais conectado.

Tabela 36: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de conexão visual nos recortes

Objeto de Estudo	Valor médio da conectividade	Faixa de predominância	Tem núcleos consolidados	Espaço mais visível
REC Centro	137	Ligeiramente baixa	Não	Rua
REP Centro	327	Média	Sim	Espaço livre público
REC Bancários	156	Ligeiramente baixa	Sim	Espaço livre público
REP Bancários	185	Ligeiramente baixa	Sim	Rua
REC Praias	134	Ligeiramente baixa	Não	Rua
REP Praias	274	Média	Sim	Espaço livre público

Fonte: Elaboração própria (2025).

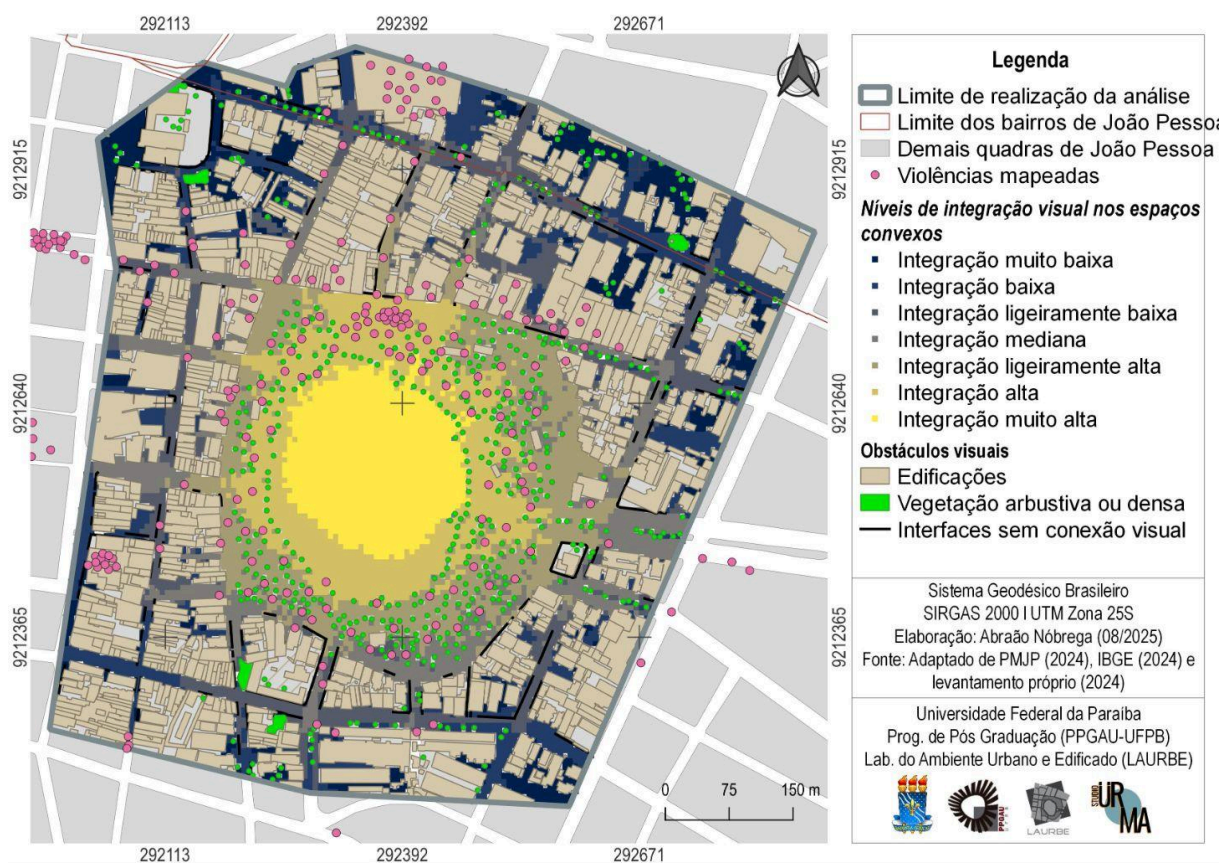
A segunda grandeza avaliada na AVEC foi a de integração visual. Ela serve como indicador do quão um espaço é visualmente acessível em relação aos demais do sistema (Turner et al., 2001). Diferentemente da conectividade que quantifica quantos espaços estão diretamente visíveis, a integração representa a quantidade de “passos visuais” que são necessários para “chegar” visualmente a algum lugar. Em outras palavras, para cada pixel de referência, o valor apresentado é referente a quantidade de outros pixels que são necessários para que o campo visual alcance a referência. Dessa maneira, é uma forma de representar o quão intensa é a relação de um dado espaço com todo o sistema.

No Centro (Figura 36), o REP apresenta características semelhantes ao que foram apresentados na conectividade visual. Pelo fato da lagoa ser um grande vazio em termos de espaço convexo, ela se destaca como um ponto focal no sistema, tornando-se o ambiente com valores mais elevados. Além disso, como a morfologia do parque e do entorno direto é estruturada a partir desse corpo d’água, a configuração radial acaba criando anéis concêntricos que marcam as transições entre faixas de valor da integração. No entanto, embora exista um

campo visual extenso e hierarquicamente dominante centrado na lagoa, que oferece uma ampla visibilidade interna, destacam-se dois pontos dicotômicos.

Em primeiro lugar, por mais que exista a interação visual direta, o acesso físico não acontece da mesma maneira, visto que a lagoa é inacessível ao transeunte e, sequer, o trapiche pode ser utilizado. Dessa maneira, o potencial social de encontro, uso e interações são inexistentes, servindo apenas como conectivo visual (Hillier et al., 1987; 1993). Em contrapartida, o parque em si também apresenta níveis elevados na integração visual, estando mais alinhado ao potencial de uso e a relação com a facilidade de visualização no espaço, mesmo que apresente algumas regiões mais segregadas em consequência da densidade de ocupação por vegetação e pelos elementos edificados;

Figura 36: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Em segundo lugar, o contraste com o entorno direto através da dualidade de um centro intensamente integrado e uma borda edificada com maior tendência à segregação, evidenciando uma ruptura morfológica entre o parque e o traçado urbano que o circunda. Essa questão se dá pela inexistência de uma continuidade entre a amplitude gerada pelo parque

para seu entorno. Não há uma distribuição linear ou sequer radial ao se observar a primeira linha de quadras sem faces diretamente voltadas para o parque. A ocupação densa, combinada com fachadas sem permeabilidade constituem trechos marcados pela integração baixa ou muito baixa em toda a região perimetral do recorte.

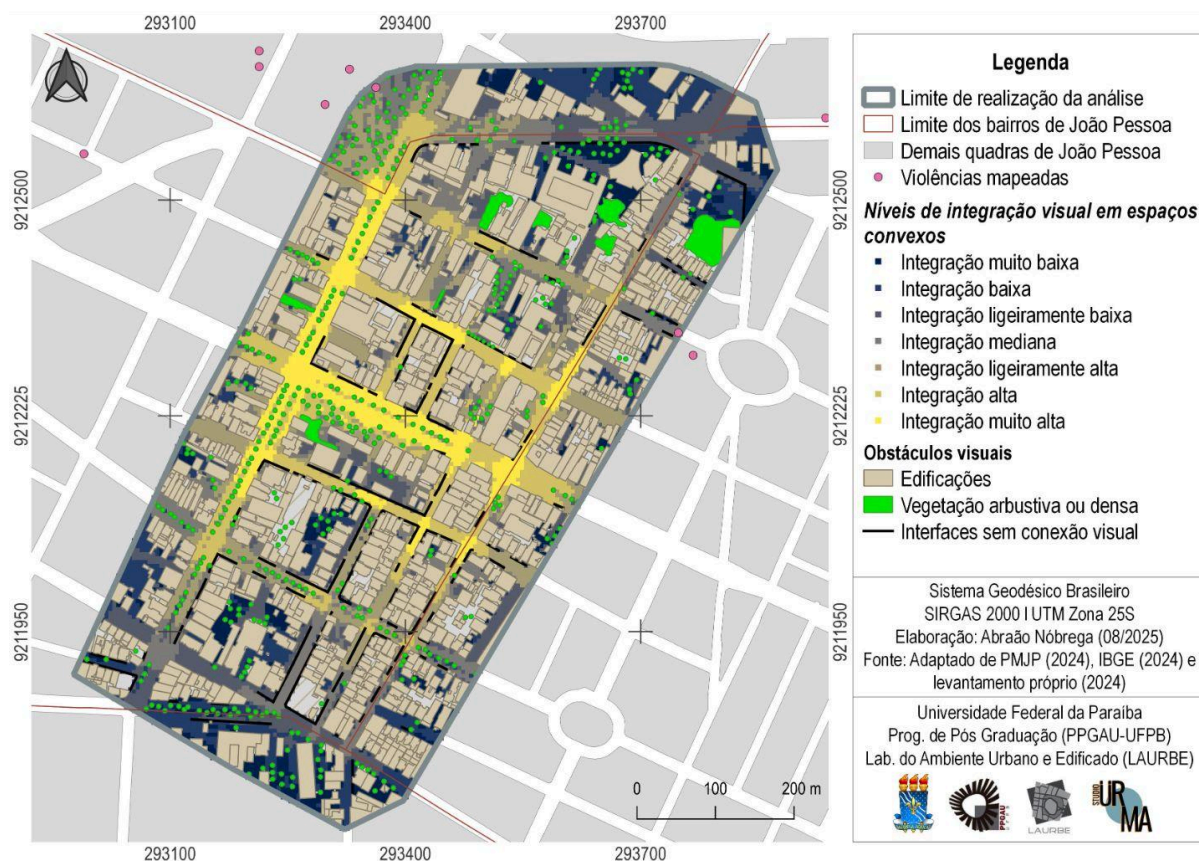
Em síntese, os resultados referentes à integração visual no REP estão alinhados às expectativas. Destaca-se que o Parque Sólon de Lucena é intensamente legível e integrado internamente, porém destoa em relação ao contexto urbano inerente. Desse modo, o parque, em termos de visibilidade, torna-se um equipamento que não atua como um conector urbano para além de suas imediações diretas.

O REC (Figura 37) apresenta a integração visual elevada em um padrão linear diretamente relacionado com alguns dos eixos viários mais relevantes para o recorte. É um resultado que destoa em parte do que foi encontrado na conectividade, pois há um deslocamento entre as regiões mais facilmente visíveis e das que são mais integradas no sistema.

Essa dualidade se dá em parte pelo fato de que a região mais conectada é resultante de uma maior amplitude espacial em um padrão de área, referindo-se a uma variável mais local. Enquanto que a integração tende a representar de maneira mais sistêmica a interação entre os espaços convexos, sendo influenciada pela facilidade de visualização entre os espaços representados pelos pixels. No caso do REC, a extensão contínua e com poucas barreiras ao longo dos eixos viários foi mais impactante na construção do dado do que o trecho com amplitude radial que é proporcionalmente menor.

A integração elevada no REC não é concentrada em apenas um único ponto como foi visto no REP, mas sim distribuída em uma rede que acompanha parte das vias estruturantes da malha. A região de encontro entre as avenidas Duarte da Silveira e Maximiano Figueiredo marca a parte central da integração visual do recorte, distribuindo ao longo dos eixos viários tendo a configuração de dois cenários: i) transições suaves nas quadras com ou a ocupação menos densa ou a presença de poucas interfaces impermeáveis visualmente, mantendo níveis até a integração mediana; ii) transições bruscas nas quadras com maior densidade de ocupação, mais interfaces impermeáveis ou as duas variáveis combinadas, marcando a presença de níveis baixos ou muito baixos próximos aos medianos e ligeiramente altos.

Figura 37: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REC Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

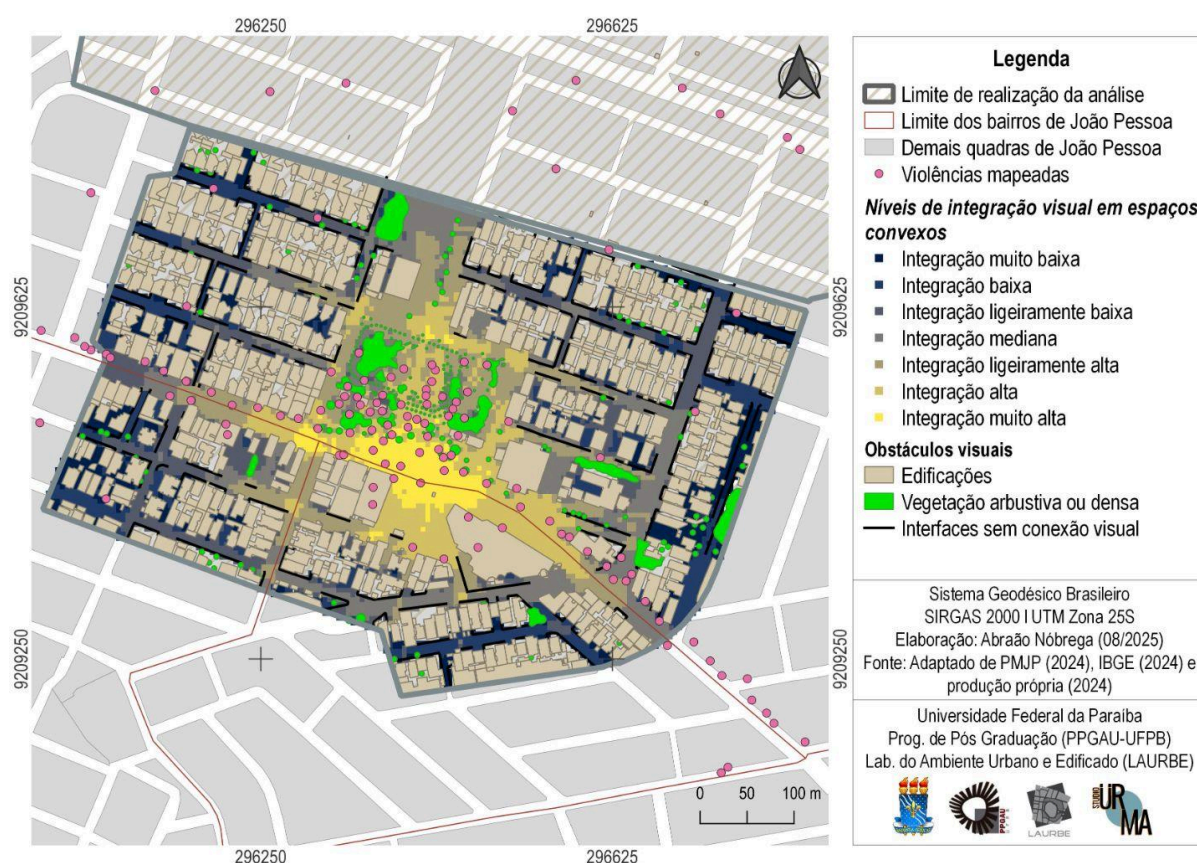
Em síntese, a configuração morfológica do recorte, em termos gerais, dilui os contrastes de visibilidade, com uma redução de elementos que marcam abruptamente a separação entre ambiente público e privado. Mesmo as regiões menos integradas, ainda mantém conexões visuais indiretas e com transições mais sutis, evitando rupturas completas. Além disso, a maior parte das regiões que têm os níveis mais baixos estão diretamente vinculadas com as porções internas das quadras, que naturalmente terão esse comportamento, visto que o planejamento urbano aplicado em João Pessoa não considera um sistema que de implantação das edificações que gere espaços públicos nos interiores de quadras.

Com relação ao Bancários (Figura 38), o REP apresenta uma afinidade entre as regiões de maior conectividade e de integração, mantendo a relação mais proeminente com a Praça da Paz e suas imediações diretas, porém com uma maior abrangência territorial. Todas as ruas que circundam a praça estão inseridas num contexto de integração mais elevada, flutuando entre níveis muito altos e ligeiramente altos, tendo pequenas regiões com redução em consequência das áreas de vegetação densa.

A integração é caracterizada por um perfil híbrido entre a influência radial e a linear, tendo o núcleo ancorado em frente à praça, abrangendo todo o eixo viário e parte do estacionamento do shopping. Por consequência da morfologia do recorte, os níveis mais elevados de integração se espalharam em todas as direções, porém com maior predominância em um sentido longitudinal, acompanhando a rua Empresário João Rodrigues Alves.

Entretanto, a praça em si também apresenta uma centralidade relevante, concentrando valores entre altos e ligeiramente altos em toda a sua extensão, reforçando sua atuação como um conector local. Tendo a área com maior influência causada pela disposição de vegetação de modo a delimitar o foco visual para o interior da praça. Em outras palavras, essa configuração sugere à convergência visual com o olhar e o deslocamento naturalmente dirigindo-se rumo ao centro, conferindo à praça o papel de foco perceptivo no setor. Esse destaque acaba disputando a centralidade com a região em frente à praça, pela convergência dos fluxos viários que geram a necessidade de um eixo visual amplo e contínuo.

Figura 38: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REP Bancários.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

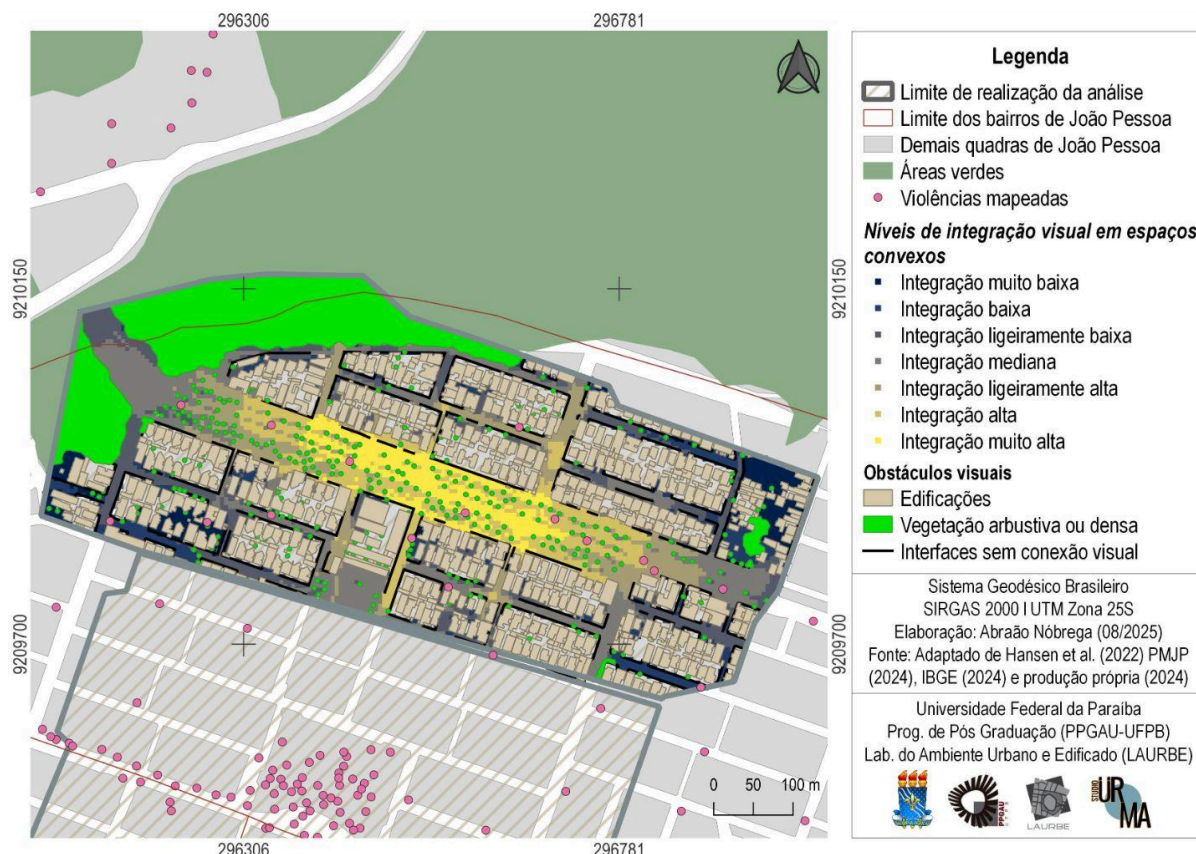
Ao se observar as bordas do recorte, percebe-se dois cenários em relação às transições nos níveis de integração: i) está mais presente nas quadras ao norte e leste do setor, tendo uma mudança no paradigma de visibilidade de maneira mais sutil, com uma gradação suave e mantendo níveis ligeiramente baixos como uma média geral; ii) é mais perceptível nas quadras ao sul e ao oeste, tendo transições mais diretas e abruptas com reduções pouco sutis em consequência do maior adensamento de ocupação, dos espaços entre quadras e de continuidade de fachadas mais impermeáveis, tendo valores médios mais baixos.

Em síntese, o recorte é caracterizado pela integração visual focalizada na região de entorno direto da Praça da Paz e com diferentes contextos de transição rumo às bordas. Tendo uma boa abrangência espacial ao se observar a proporção entre o setor em sua totalidade e a área mais integrada. Além disso, é claramente hierarquizado em questão da visibilidade, tendo uma delimitação consolidada na dualidade de centro visível e borda segregada.

O REC (Figura 39) tem sua integração visual totalmente interligada com o Parque das Três Ruas, em uma configuração linear com uma abrangência extensa. A configuração morfológica do setor dá todo o suporte para a conformação desse cenário, visto que ele é inteiramente articulado a partir da estrutura do parque. Além disso, tem uma composição de quadras que seguem a lógica longitudinal e favorece o emolduramento da perspectiva forçada, a arborização existente, embora densa, acompanha o formato do parque não destoando em empraçamentos radiais, além que no limite do recorte há uma delimitação imposta pelos grandes maciços de vegetação nativa que reforçam a perspectiva visual na figura da ponte para o Castelo Branco. Dessa maneira, o REC tem um contraste marcante em relação ao REP, apresentando um padrão de integração totalmente diferente embora compartilhem características espaciais com relação a eixos viários e espaços livres públicos.

A linha central funciona como uma espinha dorsal que conecta longitudinalmente o setor e o articula com as ruas adjacentes. Essa continuidade sugere um elevado potencial de legibilidade urbana e facilidade de orientação, visto que o olhar encontra direcionamento de maneira consistente. Além disso, por ter os níveis mais altos de integração por uma grande extensão, a tendência geral do recorte é ter poucas áreas mais segregadas visualmente (Turner *et al.*, 2001).

Figura 39: Níveis de integração visual nos espaços convexos no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Percebe-se a transição para faixas mais baixas com uma gradação sutil, de modo que quase todo o recorte esteja com níveis, pelo menos, categorizados como de integração ligeiramente baixa. Em suma, o REC tem uma estrutura urbana mais fluida e integrada visualmente, com um favorecimento maior a uma boa legibilidade.

Passando para as praias (Figura 40), o REP apresenta um resultado um pouco fora das expectativas, pois em decorrência de sua configuração longilínea, esperava-se uma área de integração muito alta que tivesse uma disposição completamente linear. Entretanto, percebe-se que há uma configuração híbrida, com uma tendência de acompanhar o traçado do recorte, mas em uma perspectiva mais ampla, propaga-se de maneira concêntrica. O núcleo mais integrado abrange todo o Largo de Tambaú e a sua conexão com a calçada da orla, estendendo-se longitudinalmente em um raio de aproximadamente cem metros ao redor do ponto de convergência que é o letreiro turístico de João Pessoa.

Essa configuração da área mais integrada visualmente é um reflexo da amplitude visual gerada pela faixa litorânea — considerando a pouca presença de barreiras visuais na

altura média dos olhos —, sendo associada com eixos perpendiculares de vias estruturantes. No caso, a Av. Pres. Epitácio Pessoa que culmina no Largo de Tambaú e consolida um extenso corredor visual e também a R. José Augusto Trindade, paralela à Epitácio, que constitui um tronco de cone no traçado do bairro, culminando no Solar Tambaú que é tangenciado pelo largo. Essa relação da faixa litorânea com os eixos perpendiculares cria uma região com formato “K” e que favorece uma dispersão mais radial e menos linear.

Figura 40: Níveis de integração visual nos espaços convexos nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Por isso, a partir da área de maior integração visual, destaca-se a conformação de anéis concêntricos, distantes entre si em aproximadamente cem metros, marcando as transições entre faixas de valor. Essa configuração não acontece apenas no eixo longitudinal, abrange também a expansão da integração visual para o interior do recorte, mantendo o formato de semicírculo até as quadras perimetrais.

Outra variável que potencialmente favoreceu a consolidação desse padrão é a morfologia do recorte, com múltiplos padrões de quadras organizados em uma disposição sinuosa. Além disso, a presença do Hotel Tambaú como uma edificação “pé na areia”, possivelmente afetou a escala geral da visibilidade, pois altera o padrão mapeado em todo o restante do recorte, gerando um grande obstáculo visual na região de bora o que pode ter contribuído para que toda a região de limite estivesse marcada pela integração muito baixa.

Em síntese, o REP das Praias é marcado pela definição clara de um núcleo bem integrado visualmente, que atua como um conector na escala local por causa da sua abrangência tanto no eixo transversal quanto longitudinal. Além disso, é possível que esse recorte tenha sido afetado pelo efeito de bordas, destacando um padrão que não é totalmente verossímil por causa da fragmentação de um contexto maior, visto que a faixa litorânea é muito mais extensa e as áreas marcadas com integração muito baixa podem, na verdade, ter resultados melhores ao ampliar a escala de análise.

Assim como foi na avaliação de conectividade, o REC mantém os maiores valores de integração visual relacionados com os eixos viários e cruzamentos. Não há um núcleo consolidado como encontrado nos outros recortes, embora seja perceptível uma delimitação principal. Essa região é caracterizada exatamente pelo tronco de cone apontado no REP, sendo composto pelos trechos da Av. Pres. Epitácio Pessoa e da R. José Augusto Trindade no trecho, compreendendo também a Rua Monteiro Lobato que as conecta. Além dessa região hierarquicamente mais relevante na integração visual, percebe-se a conformação de pequenos núcleos nos cruzamentos, em decorrência de serem os poucos espaços que permitem alguma conexão mais marcante.

Por causa das interfaces visualmente impermeáveis, vários trechos de quadras foram totalmente segregados em relação ao contexto urbano, não tendo qualquer valor levantado na integração visual. De maneira resumida, esse recorte mantém o padrão já encontrado na variável anterior, tendo pouca distinção. Seu traçado mais regular e com pouca

permeabilidade visual favorece a uma baixa integração em múltiplos trechos, sendo uma questão mais perceptível nas quadras ao sul do recorte e nas perimetrais do norte.

Por fim, em uma observação geral sobre os recortes (Tabela 37), destaca-se que em termos de padrão não foram encontradas divergências relevantes entre os recortes. Em uma observação de qual era a faixa predominante espacialmente — realizada através da contagem dos pixels categorizados — percebeu-se afinidade entre os RECs do Centro e da Praia. Ela foi causada por eles terem a integração ligeiramente baixa como representante com mais área no recorte e, concomitante, ambos apresentam uma área mais integrada dispersa de modo linear/em rede, com uma relação proeminente com os eixos viários. O REP da Praia e ambos os recortes do Bancários tem uma integração mediana como a mais recorrente e apresentam afinidade entre o espaço mais visível e a maneira de dispersão da integração, tendo semelhanças com o REP do Centro.

Tabela 37: Síntese comparativa entre a tipologia principal e o grau de integração visual nos recortes

Objeto de Estudo	Faixa mais presente espacialmente	Padrão de dispersão da integração	Espaço mais visível
REC Centro	Int. Ligeiramente baixa	Rede / linear	Rua
REP Centro	Int. Ligeiramente alta	Radial	Espaço livre público
REC Bancários	Integração mediana	Linear	Espaço livre público
REP Bancários	Integração mediana	Radial / linear	Rua
REC Praias	Int. Ligeiramente baixa	Rede / linear	Rua
REP Praias	Integração mediana	Radial / linear	Espaço livre público

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.4. ENTRE CASAS, COMÉRCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS: CATEGORIZAÇÃO DOS USOS DO SOLO E DO ÍNDICE DE USO MISTO

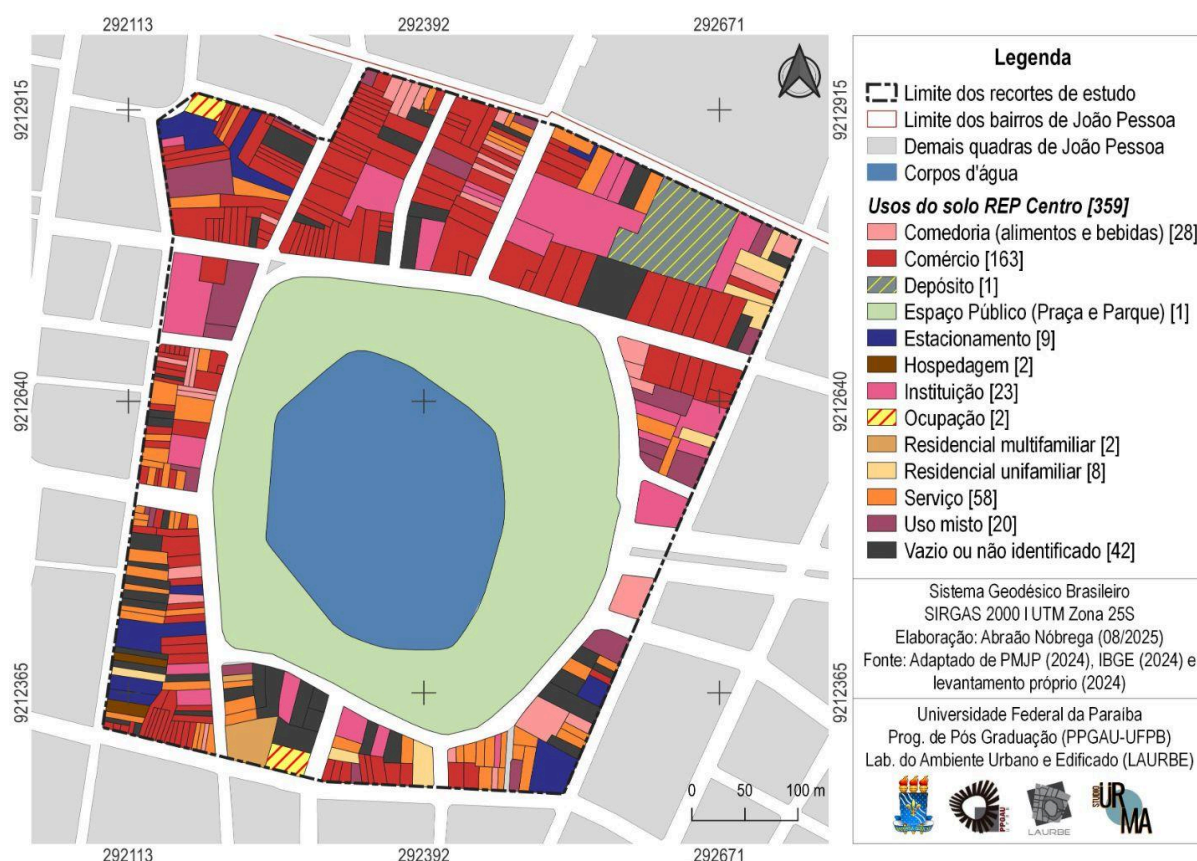
5.4.1. Caracterização dos usos do solo

Sobre os usos do solo, iniciando pelo Centro (Figura 41), os resultados do REP estão totalmente alinhados com as expectativas. Visto que, a área central é, no senso comum, caracterizada pela diversidade de atividades comerciais em múltiplos segmentos, bem como pela prestação de serviços em menor escala, conforme evidenciado no atlas municipal (PMJP, 2021). O levantamento constatou que o uso comercial representa 45% do total, sendo seguido pela prestação de serviços com 16%. Os demais usos tem uma participação mais escassa,

principalmente pela localização do trecho estudado ser o núcleo consolidado do bairro, reforçando o perfil comercial.

Apenas três quadras do recorte não tem nenhuma atividade comercial mapeada, reforçando sua abrangência espacial. Percebe-se que a presença dos comércios está alinhada tanto com as vias mais importantes quanto com as mais locais e até nas ruas pedestrianizadas. Embora seja perceptível uma disposição abrangente pelo recorte, há uma maior concentração nas quadras na porção norte, onde atingem quase a totalidade de usos mapeados. Essa dominância se dá em consequência das múltiplas subcategorias, pois envolvem a venda de utensílios domésticos, vestuários, cosméticos, produtos de beleza, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e papelarias. Observando a interação entre os usos e as interfaces, destaca-se que são fortemente intrínsecas, havendo sobreposição direta entre os lotes com atividades comerciais e a presença das interfaces com permeabilidade física e visual.

Figura 41: Usos do solo no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

A prestação de serviços tem uma disposição ampla no recorte, porém com uma presença mais concentrada nas quadras perimetrais na porção oeste e sul. Está,

majoritariamente, nas faces voltadas para o interior do bairro, também apresentando uma correlação espacial com as interfaces mais permeáveis. Os vazios urbanos são a terceira categoria mais representativa, estando concentrados nas quadras perimetrias ao sul e oeste, tendo algumas ocorrências nas quadras ao norte do Parque Sólon de Lucena. Além disso, esse “uso” está relacionado com as interfaces sem qualquer tipo de permeabilidade, tendo a sobreposição entre essas categorias em quase todos os lotes classificados como vazios.

As instituições, embora em menor número, estão dispersas pelo recorte com uma boa abrangência espacial. Têm uma configuração radial centrada no Parque Sólon de Lucena, com múltiplos espaços voltados para o parque como os Museus da Cannabis e da Polícia Militar ou a Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT+ e de Igualdade Racial. Usos mistos representam uma pluralidade de situações, visto que refletem a composição de mais de um tipo de atividade no mesmo lote e/ou edificação. No caso do REP, essas interações estão centradas na relação entre comércios, serviços e residenciais multifamiliares. Há predominância de simultaneidade das duas primeiras funções, compreendendo edificações como o Shopping Triunfo. Apenas um dos lotes classificados como uso misto envolve também a habitação, sendo ele o edifício Manoel Pires, localizado em frente ao Parque Sólon de Lucena e tendo a loja de departamento Torra em seus pavimentos iniciais, seguidos por treze andares de apartamentos.

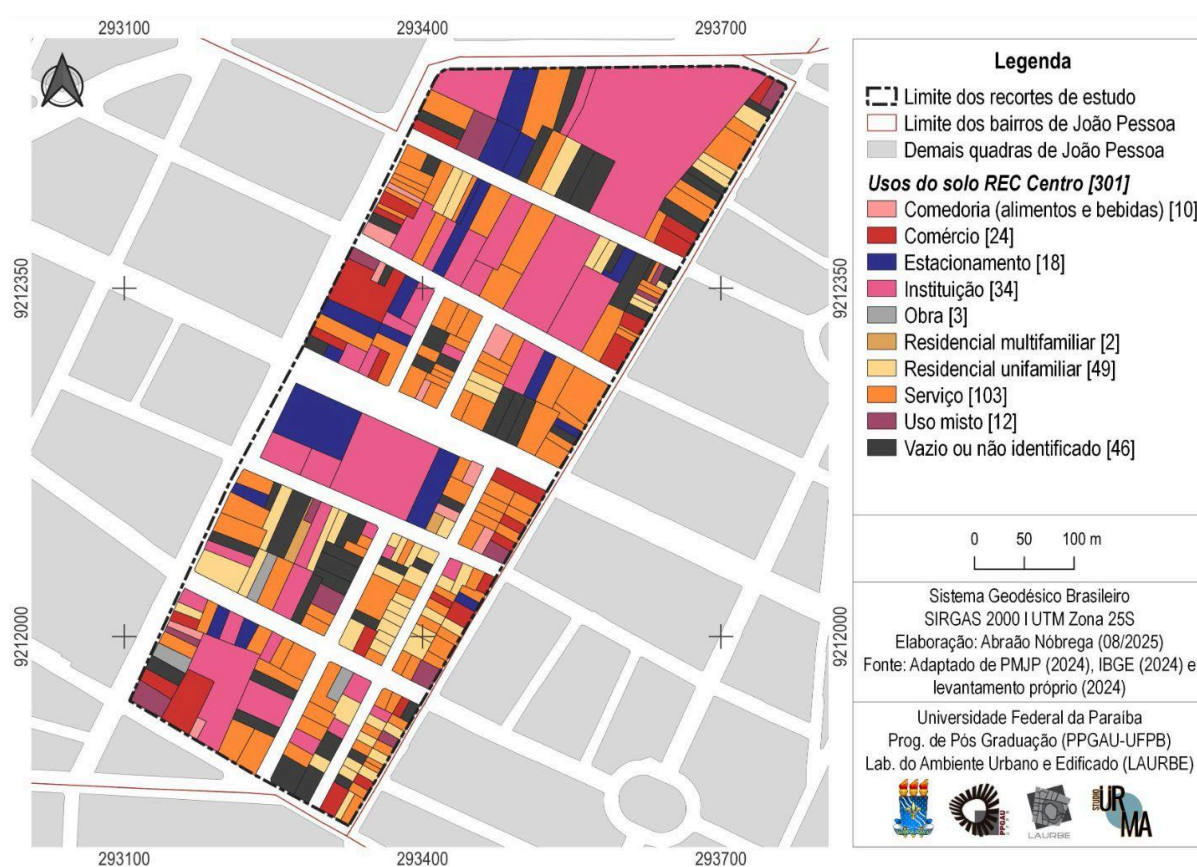
Habitações compreendem uma das atividades menos representativas no recorte. Estão alocadas nas quadras perimetrais, de maneira pontual e distantes entre si. Não representam uma parcela significativa, o que já era esperado por consequência do esvaziamento na área central e histórica de João Pessoa. Cabe o destaque de que um dos lotes classificados como habitação multifamiliar abrange a Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), uma unidade vinculada à UFPB. Em síntese, o REP é caracterizado por um perfil alinhado ao setor econômico terciário, com forte influência e predominância de usos comerciais e de prestação de serviços. A pouca existência de habitações, combinada com as demais categorias de uso mapeadas, reforçam a dinâmica de forte vitalidade diurna e esvaziamento após o encerramento do horário comercial (Saboya, Banki e Santana, 2016).

O REC (Figura 42), embora apresente afinidade com o que foi mapeado no REP, é caracterizado por proporções totalmente diferentes em relação aos principais usos encontrados. Ainda assim, está nos padrões esperados, por se tratar de um trecho que marca a

transição entre a região central e o começo de bairros com configurações mais mistas em termos de atividades e proporção de uso residencial (PMJP, 2021).

A atividade mais relevante para o recorte é a prestação de serviços, compreendendo cerca de 30% do total. Destaca-se que todas as quadras têm, pelo menos, um lote classificado com essa função, apontando para uma disposição que abrange toda a territorialidade estudada. Com relação às subcategorias, percebe-se a divisão muito centrada em dois contextos principais: i) atividades voltadas ao mercado automobilísticos, como oficinas mecânicas e borracharias; ii) clínicas médicas e odontológicas em diversas especialidades.

Figura 42: Usos do solo no REC Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Além disso, embora estejam presentes em todo o recorte, é possível destacar a maior concentração na região central, com proximidade à Av. Duarte da Silveira, de acordo com a afinidade dos eixos apontados. As oficinas e borracharias tendem a se localizar nos lotes de maior dimensão, voltados para a avenida, enquanto que as clínicas médicas e odontológicas estão nos lotes menores, presentes nas quadras pequenas e voltados para vias internas. Além

disso, essa categoria tem relações ambíguas com as interfaces, tanto com as de maior permeabilidade, como também, no caso das clínicas médicas, com as de apenas acesso físico.

As residências unifamiliares configuram o segundo uso mais representativo, estando concentradas, em suma, na porção sul, marcando o começo da transição da tendência de usos dos bairros. Visto que, a partir dessa região onde o recorte se insere, há uma mudança do paradigma saindo da região central, marcada pelas atividades comerciais, para bairros com um perfil mais habitacional, conforme destacado no atlas municipal (PMJP, 2021).

A presença de vazios urbanos também é significativa no recorte, tendo uma disposição abrangente e presente em quase todas as quadras. Com relação à sobreposição com as interfaces, percebe-se que há uma afinidade com as sem qualquer tipo de permeabilidade, porém, alguns exemplares detêm muros baixos e/ou elementos que permitem a conexão visual e física. Por fim, as instituições são o último uso com maior impacto no recorte, tendo uma disposição igualmente abrangente, espalhada por toda a territorialidade. Uma de suas características é a de estar nos maiores lotes disponíveis, visto que as principais subcategorias abrangem escolas e equipamentos de grande dimensão³⁸.

Em síntese, o REC ainda é caracterizado por um perfil alinhado ao setor econômico terciário, tendo uma dominância evidente de prestação de serviços, presença de instituições educacionais e do poder executivo. Além disso, o recorte marca a transição entre o perfil de ocupação, passando a apresentar maior quantidade de residências em prol de sua proximidade com o bairro Torre. Em termos da relação com a violência de ódio, foram percebidas relações mais frágeis com os usos nos dois recortes. Não há concentração expressiva de casos próximos a lotes vazios, conforme referências clássicas defendem, além de que há ocorrências concentradas mesmo em áreas com usos diversos.

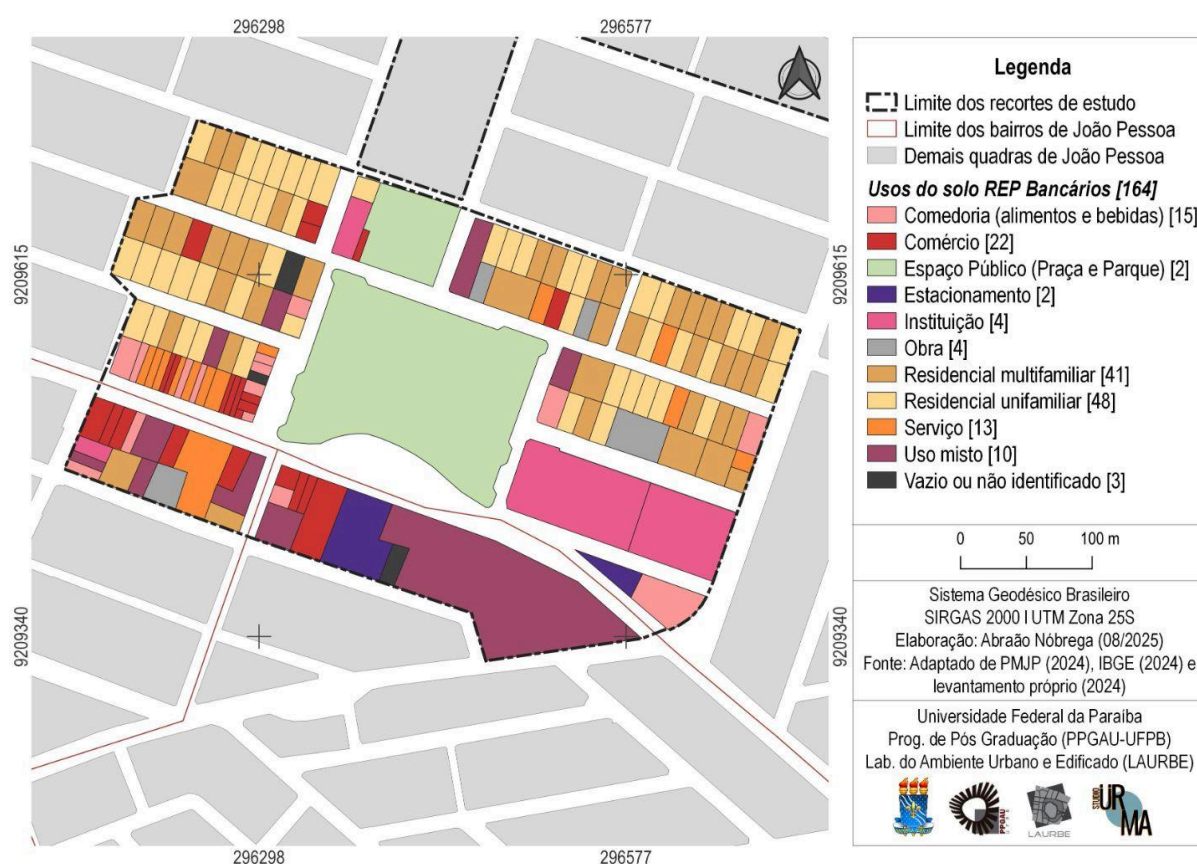
Passando para a região do Bancários (Figura 43), o REP é caracterizado por uma dualidade em relação ao perfil de ocupação, retratando a influência direta da conexão com a Rua Empresário João Rodrigues. Sua característica ambígua está alinhada com a expectativa, por entender que a proximidade espacial com um eixo viário arterial iria fomentar a presença de usos comerciais, de prestação de serviços e comédorias (Hillier, 2007). Como também,

³⁸ Refere-se aos elementos de suporte em relação às escolas, englobando edificações como auditórios, ginásios, quadras esportivas e afins. Há também presença de órgãos públicos com estruturas de grande extensão como a sede do Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba.

pelo fato de o bairro apresentar uma tendência geral de ocupação residencial, marcando assim as duas dinâmicas de ocupação bem consolidadas espacialmente (PMJP, 2021).

Desse modo, a avaliação do recorte destoa das demais, visto que ao invés de observar diretamente por categoria, será discutida a configuração a partir da lógica espacial e a configuração dos dois padrões de distribuição. Percebe-se que os usos comerciais, prestação de serviço e comédorias estão presentes em duas situações: i) ao longo de todo o trecho da Rua Empresário João Rodrigues e ii) nos lotes com faces voltadas para a Praça da Paz. Essa característica de disposição especial está altamente conectada com o conceito de usos que procuram movimento descritos por Hillier (2007).

Figura 43: Usos do solo no REP Bancários.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Sendo assim, ao avaliar os demais contextos espaciais do recorte, há uma mudança brusca entre a concentração de atividades, passando para uma predominância do uso residencial à medida que se avalia as ruas internas que não estão voltadas para a Praça. Uma particularidade em comparação ao REP Centro é que não há uma tendência de esvaziamento na região do Bancários mesmo após o fim do horário comercial. Essa dinâmica é

consequência da diversidade de funções, tendo subcategorias para todos os usos não residenciais em uma dinâmica de atuação ao longo do dia.

As atividades comerciais presentes no eixo viário estão voltadas principalmente para a venda no segmento alimentício, vestuário e produtos diversos, como bicicletas. Esses ambientes, com exceção dos mercados locais e de rede, tem um funcionamento alinhado ao horário comercial, encerrando as atividades às 18h00 em média. Já os mercados e padarias apresentam uma extensão no funcionamento, tendo atividades até às 22h00. Em contraponto, os serviços presentes, majoritariamente voltados a clínicas, laboratórios, gráficas e imobiliárias, também encerram atividades no horário comercial. No entanto, não há um esvaziamento marcante na movimentação humana em consequência da presença de comedorias com turnos à noite, mantendo a lógica ativa independente do horário do dia.

Além disso, a presença do Shopping Sul também fomenta um fluxo intenso de pessoas na região. Durante o dia em prol de serviços como os Correios ou a Casa Lotérica e, durante a noite, com opções de lazer e compras, pela praça de alimentação com múltiplos tipos de estabelecimento ou serviços como estúdios de tatuagem e *body piercing*, academia e aulas de judô. Há também a grande atratividade de pessoas para a Praça da Paz, por ela ser um respiro social na área urbana consolidada, com opções de lazer para múltiplos públicos em prol dos equipamentos da própria praça e também dos bares, quiosques e comedorias ao seu redor. Há de se considerar também a presença da UPA, com funcionamento 24 horas, em uma proximidade espacial com esse núcleo de atividades.

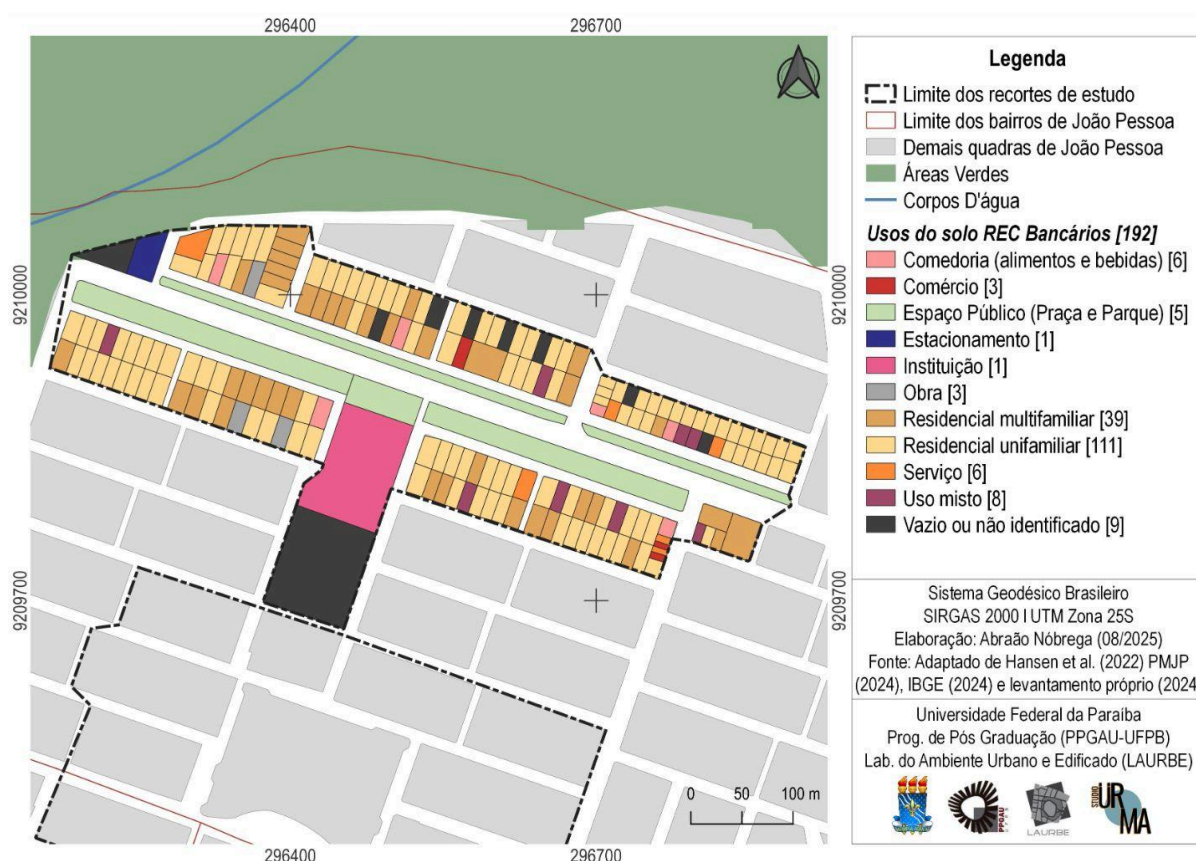
Observando a dinâmica residencial no recorte, ela é caracterizada principalmente pelo uso unifamiliar com menor tendência de verticalização (PMJP, 2021). Como impactos da especulação imobiliária, é uma dinâmica que tem passado por alterações gradualmente, apontando para um crescimento do uso multifamiliar e verticalizado, sendo perceptível que as duas categorias estão quase com o mesmo quantitativo. Especula-se que em alguns anos haverá uma inversão na proporção, marcando uma substituição do perfil horizontalizado por um vertical em uma média de quatro a seis pavimentos.

Outro ponto a se destacar é que, embora as atividades não-residenciais estejam fortemente conectadas a um eixo no recorte, seu impacto abrange também as áreas residenciais como consequência da pouca distância. Principalmente nas quadras próximas à Praça da Paz, há uma utilização do equipamento acontecendo de maneira mais concentrada até às 22h00, como um reflexo do uso dos bares e comedorias, mantendo o fluxo de pessoas

até mesmo em vias locais. Em síntese, o REP Bancários é marcado por uma dualidade espacial muito consolidada entre o uso residencial e as atividades econômicas do setor terciário. Destaca-se a mudança do paradigma de ocupação de modo gradual, ao se comparar os dados trazidos pelo atlas municipal (PMJP, 2021) com o levantamento realizado no final de 2024, evidenciando um aumento proporcional das residências multifamiliares verticais.

O REC (Figura 44), é configurado por um reforço claro do perfil consolidado do bairro. Por se tratar de uma porção mais afastada do eixo central, marcando parte da perimetral do Bancários, ele é majoritariamente ocupado pelo uso residencial, havendo predominância das unifamiliares horizontais, com um total de 58%. Como o Parque das Três Ruas é um equipamento recente, a valorização de seu entorno ainda é uma dinâmica inicial, tanto na substituição das casas térreas por prédios residenciais quanto no aumento de usos comerciais, de serviço ou comédorias.

Figura 44: Usos do solo no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Como a região passou a ter um maior destaque na escala local por causa do parque e da infraestrutura inerente a ele — considerando as melhorias viárias que ocorreram, a

consolidação de equipamentos públicos de lazer, prática esportiva e a integração com o Castelo Branco através da ponte —, percebe-se que, aos poucos, atividades não-residenciais estão substituindo residências que são voltadas para o parque, bem como se tem fomentado a verticalização nos arredores. De modo que essas atividades, embora ainda com quantitativos pequenos, estão presentes nos lotes voltados ao parque, havendo poucas exceções ao padrão.

Os vazios, embora não estejam majoritariamente voltados ao parque, também compartilham de relação direta com o equipamento. Considerando os lotes de pequena dimensão, todos estão caracterizados por residências unifamiliares sem ocupação, algumas tendo placas de venda ou aluguel, enquanto outras estão em início de arruinamento. Os lotes de maior dimensão refletem grandes terrenos ociosos. O que está localizado no extremo noroeste do recorte é subdividido com uma função espontânea de estacionamento, em consequência dos bares e da academia de jiu-jitsu nas proximidades. O trecho marcado como vazio tem uma topografia acentuada e que desfavorece a utilização, permanecendo à mercê da especulação. O outro grande vazio marca a transição entre os dois recortes, sendo delimitado ao norte pela Escola Municipal Aruanda e ao sul pela Quadra de Basquete dos Bancários.

Em síntese, o REC é uma representação da dinâmica geral do Bancários, tendo uma forte presença de usos residenciais. Porém, também reflete a transição que o bairro está passando, com uma substituição gradual de seu padrão construtivo. Consequência da especulação imobiliária fortemente atrelada às obras viárias e infraestruturais realizadas nos últimos anos, bem como à proximidade de grandes âncoras de desenvolvimento como a UFPB e ao sentido de expansão de João Pessoa. Na relação com a violência, ambos os recortes ratificam a fragilidade da relação entre os casos mapeados e os usos do solo. Não foi percebida a sobreposição com os vazios, tendo uma distribuição, na verdade, mais atrelada com o uso comercial, conforme também pontuado por Saboya, Banki e Santana (2016).

Com relação à região das Praias (Figura 45), o REP é marcado por uma diversidade de funções e miscigenação a nível de quadra. De todos os recortes avaliados é onde se destaca uma proporção mais equilibrada entre os diversos usos mapeados, embora haja uma predominância de residências unifamiliares (PMJP, 2021). De maneira geral, os usos não-residenciais estão conectados diretamente com o apoio ao turista, por se tratar de uma das regiões de maior apelo turístico da cidade. Assim como no caso do Bancários, há uma dinâmica de esvaziamento noturno menos presente. Visto que há diversidade de atuações em todas as subcategorias dos usos mapeados.

As atividades comerciais dispersas no recorte envolvem a venda de produtos turísticos — como o artesanato, itens de decoração e lembranças da cidade —, de moda praia, e lojas de conveniência 24 horas com produtos diversos. Sendo assim, o uso comercial está intrinsecamente relacionado com o turismo e dispõe de atividades durante todo o dia, tendo uma redução de sua funcionalidade, ao desconsiderar os que não fecham, por volta das 23h.

Figura 45: Usos do solo nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

As comedorias seguem o mesmo princípio que as atividades comerciais, embora seja perceptível uma maior dissonância. Embora os estabelecimentos sejam voltados para o apoio turístico, existem subcategorias voltadas a suprir necessidades em turnos específicos. Foram mapeados restaurantes com funcionamento exclusivamente diurno ou noturno, variando de acordo com o tipo de alimento. Bem como, existem lanchonetes, bares, quiosques e outros ramos que funcionam durante todo o dia, tendo encerramento de atividades por volta da meia-noite e contribuindo para a vitalidade do recorte em uma temporalidade maior.

Os serviços, na maioria, também são conectados ao apelo turístico, envolvendo agências de viagem, casas de câmbio, aluguel de bicicletas para passeios na orla, aluguel de veículos e contratação de *city tour*. Também foram mapeados serviços com uma tendência de atendimento aos moradores locais como academias, empresas de automação e agências imobiliárias. Percebe-se que, embora tenham uma disposição por todo o recorte, há maior concentração deles em Tambaú.

Os usos residenciais permeiam todo o recorte, distribuídos por quase todas as quadras, com exceção de apenas uma — que tem como único funcionamento o Solar Tambaú. Sua distribuição não é homogênea, havendo padrões de concentração em pontos distintos do recorte, mas com predominância nas quadras presentes no Cabo Branco, principalmente ao sul do recorte, o que condiz com o atlas municipal (PMJP, 2021). No documento é apontado que o uso residencial é a predominância no bairro, embora tenha afinidade com atividades de apoio ao turismo, centradas principalmente na Av. Cabo Branco.

Já Tambaú é descrito como um bairro de predominância residencial com processo consolidado de verticalização e atividades econômicas ligadas ao turismo muito evidente (PMJP, 2021). Essa descrição é reafirmada ao se observar a maneira como as hospedagens, englobando os múltiplos formatos, estão dispostas no recorte. Observa-se uma predominância em Tambaú, majoritariamente nos lotes com faces voltadas diretamente para a praia, tendo pouca presença no trecho avaliado do Cabo Branco.

Em suma, o REP tem uma clara dicotomia em sua caracterização dos usos do solo. Por um lado, apresenta uma quantidade marcante de edificações residenciais, dispostas nos dois bairros compreendidos. Por outro, tem uma diversidade de funções comerciais e de serviço fortemente ligadas ao turismo, miscigenadas entre as habitações. Dessa maneira, reflete uma multiplicidade de contextos em relação a processos como o esvaziamento noturno e a vitalidade urbana fomentada pela presença contínua de pessoas.

O REC tem uma ocupação quase totalmente categorizada pelo uso habitacional. Assemelha-se ao que foi mapeado no REC Bancários, visto que ambos estão localizados na área mais limítrofe de seus respectivos bairros. Assim, refletem a tendência geral de ocupação ao se avaliar o perfil descrito no atlas municipal (PMJP, 2021). Sobre a dinâmica de suas subcategorias, percebe-se que há uma dicotomia em termos quantitativos e espaciais.

Isso ocorre pelo fato de, em termos numéricos, as residências unifamiliares apresentarem a dominância no recorte, sendo o uso mais representativo ao considerar o todo, compreendendo 39% dos lotes. Entretanto, ao se avaliar a partir da dimensão espacial, as residências multifamiliares ultrapassam, ocupando muito mais do trecho estudado, por causa da demanda gerada pela verticalização. Sendo assim, na maior parte das quadras, percebe-se que houve alterações no parcelamento originário, com o remembramento de dois ou mais lotes para comportar prédios residenciais com mais de dez pavimentos. Além disso, ao se observar a relação com as interfaces, esse uso está fortemente conectado com a ausência de permeabilidade visual, dando ênfase ao uso de estratégias que permitem apenas o acesso físico, mas sem qualquer comunicação com o meio urbano.

As poucas atividades além da categoria habitacional estão concentradas nas faces de quadras voltadas para a Av. Pres. Epitácio Pessoa e também para a R. José Augusto Trindade, que se destacou como uma via secundária de importância para ambos os recortes da praia. De modo geral, são essas atividades, principalmente as comerciais e de prestação de serviços, que configuram as áreas de “respiro” no que se refere às interfaces mais permeáveis. Destaca-se também que não há uma forte dinâmica de esvaziamento noturno, visto que não há uma intensidade de fluxo durante o dia, havendo pouca diferenciação com a noite. A movimentação no recorte está mais alinhada ao trânsito veicular como consequência de sua proximidade com eixo arterial e que conecta múltiplas áreas da cidade.

Em síntese, destaca-se que o REC não tem um padrão espacial em questão de usos. As habitações estão presentes em todas as quadras, compreendendo tanto espacialmente quanto numericamente o recorte, também não reforçando um padrão específico de disposição. Em outras palavras, é a ratificação da dinâmica descrita pelo atlas, evidenciando uma baixa mutabilidade da dinâmica espacial local. E, com relação à violência, há um reforço dos apontamentos descritos nos outros recortes. Evidencia-se que há uma relação mais proeminente entre os atos de ódio com atividades que geram movimento e atraem pessoas do que as regiões vazias nos recortes.

De modo geral, alguns dos recortes apresentam afinidades entre os padrões mapeados (Tabela 38). No caso dos RECs Bancários e Praias, percebe-se uma caracterização pautada no uso residencial como uma representação amostral do perfil dos bairros em que estão inseridos. Eles se diferem pela proporção entre casas térreas e prédios residenciais, sendo que cada categoria representa respectivamente um recorte. O REP Bancários e o REC Centro, embora em áreas distintas da cidade, acabam tendo afinidades por serem os dois com a maior dualidade proporcional entre habitações e atividades não-residenciais. Já os REPs Centro e Praias são os únicos que não compartilham características próximas uns dos outros. O primeiro por ter uma ocupação quase que exclusivamente caracterizada por atividades comerciais e de serviços, enquanto o segundo é o único que apresenta uma distribuição proporcional entre as atividades.

Tabela 38: Síntese comparativa entre as tipologias principais e o grau de lotes vazios nos recortes

Objeto de Estudo	Uso mais presente	Segundo uso mais relevante	% de lotes vazios	Recorte com mais semelhança
REC Centro	Serviços	Residencial Unifamiliar	15%	REP Bancários
REP Centro	Comércio	Serviços	12%	-
REC Bancários	Residencial Unifamiliar	Residencial Multifamiliar	5%	REC Praias
REP Bancários	Residencial Unifamiliar	Residencial Multifamiliar	2%	REC Centro
REC Praias	Residencial Unifamiliar	Residencial Multifamiliar	5%	REC Bancários
REP Praias	Residencial Unifamiliar	Residencial Multifamiliar	3%	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.4.2. Perfil de quadras com base no índice de uso misto

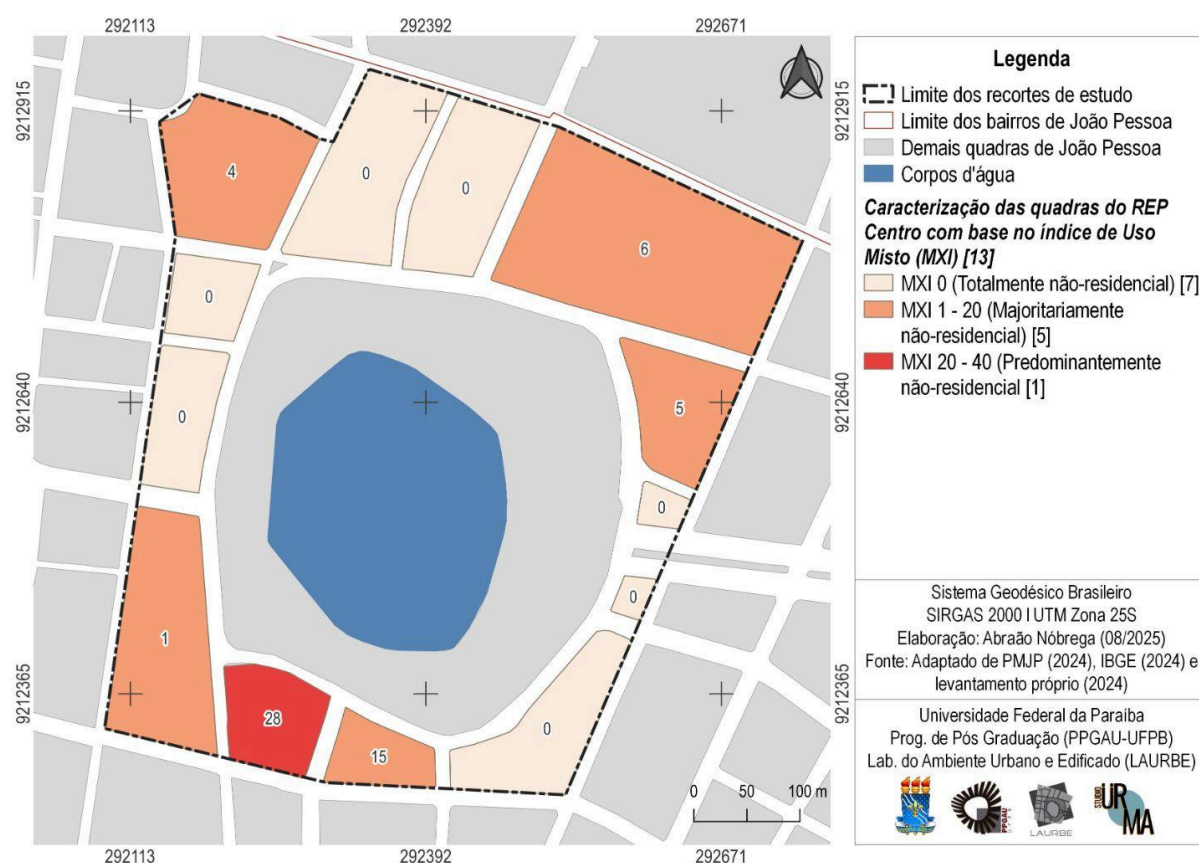
O perfil de ocupação das quadras, foi obtido pelo método do índice de uso misto, aqui referido como MXI. Essa abordagem quantifica a relação espacial entre os usos do solo — categorizando-os em dois grupos: residenciais e não-residenciais —, e do quanto de área é proporcionalmente ocupada por habitações em relação ao total de área no térreo. Neste trabalho não foi realizada análise considerando os espaços públicos como praças ou parques, deixando-os com a mesma configuração gráfica que as quadras além dos recortes.

Iniciando pelo Centro (Figura 46), todas as quadras válidas do REP permanecem entre as três categorias iniciais do índice, reafirmando o perfil de ocupação altamente comercial. Visto que, quanto menor o valor gerado, maior é a presença de atividades não-residenciais.

Metade das quadras avaliadas estão classificadas com zero (0) no índice, evidenciando uma quadra inteiramente ocupada por atividades econômicas. Vale salientar que essa análise considera os usos do solo ao nível do pedestre, em outras palavras, edificações de uso misto que tenham habitações apenas nos andares superiores continuariam sendo classificadas como não-residenciais. Desse modo, a quadra em que o edifício Manoel Pires está inserido está classificada com zero, exatamente pelas moradias serem apenas a partir do terceiro andar.

As quadras categorizadas com valores entre um e vinte (1-20) apresentam um uso majoritário de atividades econômicas, mas não atingem a exclusividade. No recorte, 40% das quadras mantiveram-se nesse intervalo. Cabe o destaque que, neste trabalho, as ocupações foram consideradas como uso habitacional mesmo que não detenham níveis de salubridade ou formalidade, favorecendo essa categorização. Há uma ocupação presente no único caso de quadra avaliada com um índice entre vinte e quarenta (MXI 20-40), em que há predominância de uso econômico, mas começando a apontar para uma tendência de maior equilíbrio.

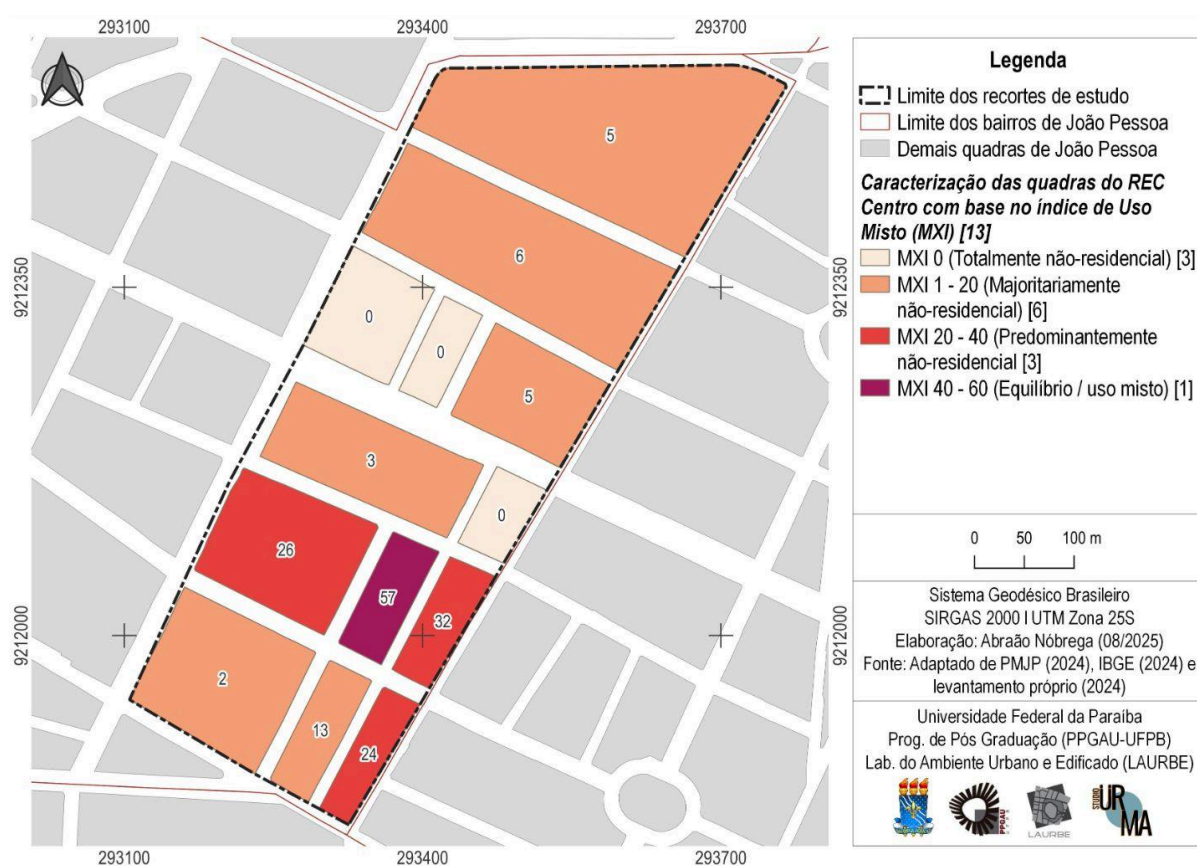
Figura 46: Classificação das quadras com base no MXI no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

O REC (Figura 47), apresenta uma abrangência maior em relação às categorias do índice, chegando até a faixa intermediária de classificação. Além disso, percebe-se que há uma redução do quantitativo das quadras que são exclusivamente de atividades econômicas (MXI 0) ao se comparar com o recorte principal. Destaca-se sobre essa categoria que todas as quadras classificadas estão alinhadas com a Av. Duarte da Silveira. A faixa de dominância de usos econômicos (MXI 1-20) reflete a tendência geral do recorte, sendo a categoria mais representativa tanto em termos numéricos quanto em espaciais, com uma abrangência territorial mais ampla e disposta por todo o recorte. Cabe o destaque, no entanto, que a tendência dessa faixa percebida no REC é de maior proximidade com a inexistência de habitações, visto que a maior parte dos valores estão próximos do mínimo.

Figura 47: Classificação das quadras com base no MXI no REC Centro.

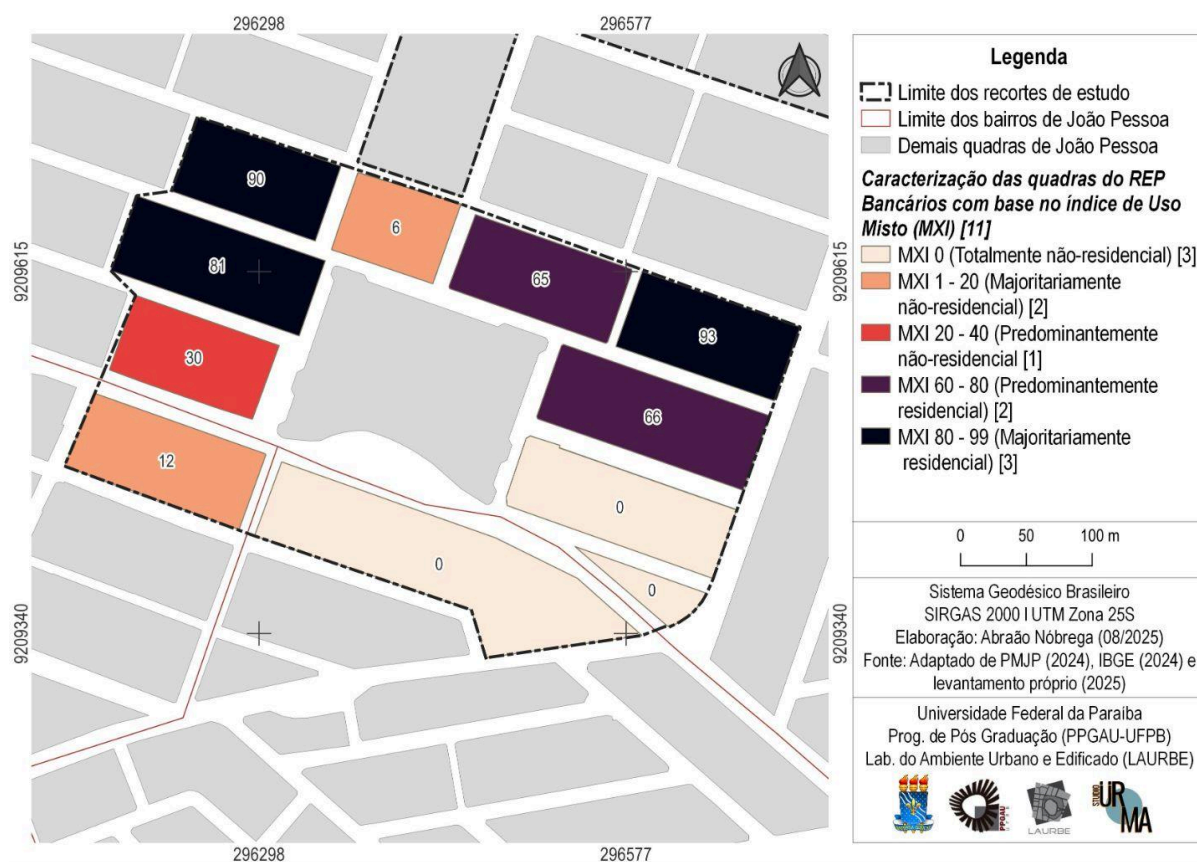


Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

A faixa de predominância econômica (MXI 20-40) teve um aumento significativo ao comprar com o REP, passando a abranger três quadras na região ao sul. Sendo também a região em que a única classificada na faixa de equilíbrio (MXI 40-60) também está localizada. Reafirmando o potencial do trecho como a mudança do perfil de ocupação, marcado pela transição de uso em um aumento gradual das residências.

Passando para a região do Bancários (Figura 48), os apontamentos feitos sobre os usos do solo são ratificados com a categorização do MXI nas quadras do REP. Percebe-se uma clara distinção das características centrais discutidas baseado na tendência dos trechos. Com relação às quadras voltadas para a Rua Empresário João Rodrigues, há configuração de duas dinâmicas: i) exclusividade de atividades econômicas no trecho que envolve o Shopping Sul, a UPA e a unidade do restaurante Habib's; ii) nas quadras do limite oeste, ainda voltadas para o eixo viário, percebe-se uma concentração dominante de atividades econômicas, variando o valor do índice entre as faixas de predominância e quase exclusividade.

Figura 48: Classificação das quadras com base no MXI no REP Bancários.

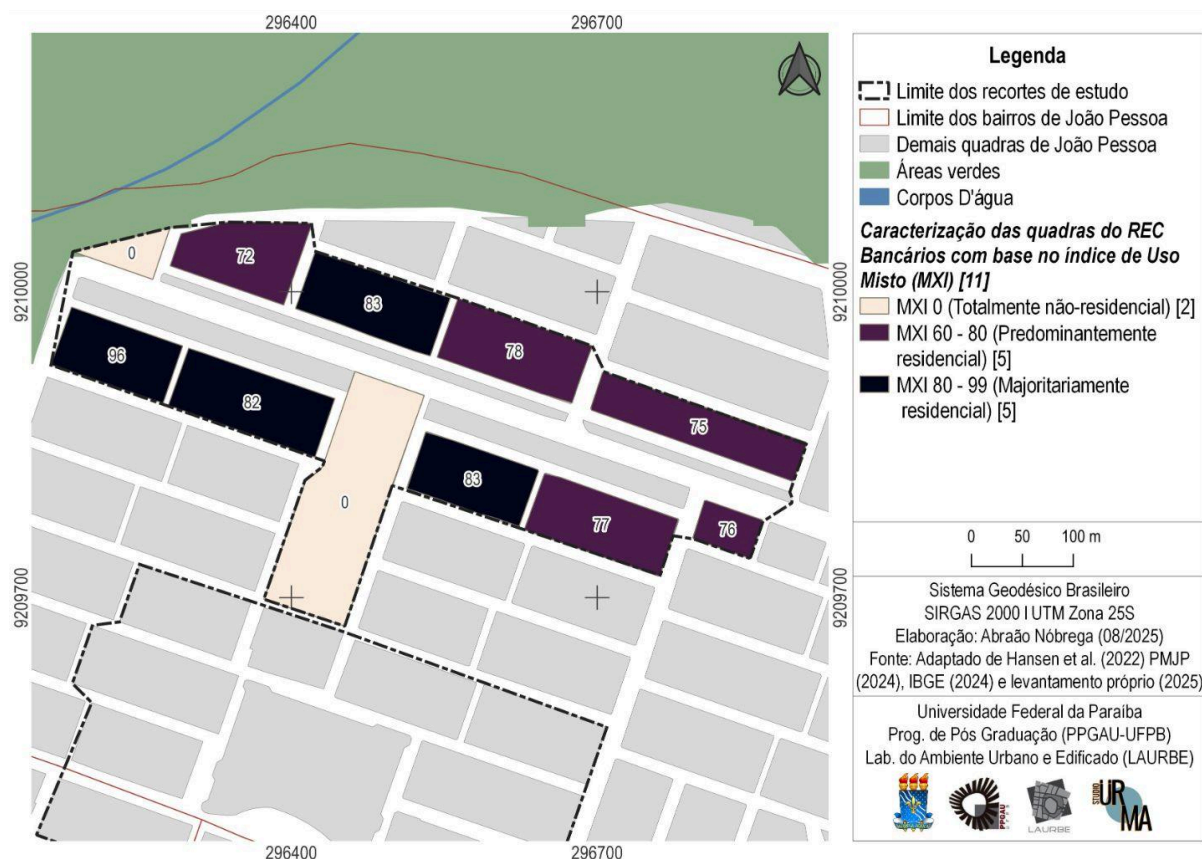


Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

Além delas, ao se observar as quadras voltadas para a Praça da Paz, percebe-se que há a miscigenação de atividades, mas com maior prevalência para as habitações, visto que os usos econômicos se concentram nos lotes diretamente voltados para a praça e acabam sendo minorias em relação às suas quadras. Dessa maneira, surgem as faixas de classificação mais alinhadas ao perfil domiciliar, englobando valores entre 60 e 99 para o MXI.

O REC (Figura 49), destaca ainda mais a configuração residencial, ratificando o perfil mapeado nos usos. Há apenas duas quadras que têm o índice como 0, englobando os lotes da Escola Municipal Aruanda e do grande terreno vazio ao seu lado, além do outro vazio presente no limite do recorte. Sendo assim, de maneira geral, as demais quadras estão classificadas nas faixas de predominância residencial, variando assim como o REP, com valores entre 60 e 99.

Figura 49: Classificação das quadras com base no MXI no REC Bancários.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2025).

Passando para a região das praias (Figura 50), o REP tem a configuração mais abrangente em relação às faixas de classificação do MXI, reforçando o potencial de quadras mistas descrito nos usos do solo. Há uma distribuição por todo o recorte com variação nos níveis de classificação do índice, havendo maior quantitativo na faixa que se refere a predominância de atividades econômicas (MXI 20-40).

Nas quadras voltadas para a praia percebe-se que há maior constância em valores baixos do índice, principalmente no trecho presente em Tambaú. As quadras em Cabo Branco

marcam mais fortemente a transição para a predominância da atividade residencial, com quadras mais alinhadas aos valores altos do índice.

Figura 50: Classificação das quadras com base no MXI nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Por fim, o REC é o único de todos os recortes que atingiu o valor mais alto do índice, apresentando uma quadra totalmente residencial. Além disso, também é o único que não tem classificações nas faixas mais baixas (MXI 0-20), reforçando a característica de ocupação quase que restrita em termos residenciais, assim como percebido no REC Bancários. As

quadras que são voltadas para a Av. Pres. Epitácio Pessoa apresentam valores mais baixos, de acordo com a presença dos usos comerciais e de prestação de serviço, inclusive abrangendo a que apresentou o valor na faixa mais baixa registrada, com índice em 33.

De maneira geral, considerando o perfil mapeado nos recortes, destaca-se que há uma ratificação de todas as dinâmicas apontadas pelo mapeamento de usos do solo, tendo o MXI como uma forma de validação quantitativa para categorizar proporções do modo de ocupação (Tabela 39). Verificando as afinidades de maneira quantitativa a partir do valor médio entre o total atribuído pelo MXI, dividido pelo número de quadras, percebe-se a maior similaridade entre os recortes do Bancários e das Praias, com valores muito próximos entre os principais e os de controle. Desse modo, os do Centro acabam se mantendo como os mais afins entre si por serem os que mais destoam em relação ao contexto geral observado.

Tabela 39: Síntese comparativa da categorização do MXI nos recortes

Objeto de Estudo	Valor médio	Categoria do MXI	Recorte com maior afinidade em valores
REC Centro	13	Majoritariamente Econômico	REP Centro
REP Centro	4	Majoritariamente Econômico	REC Centro
REC Bancários	65	Majoritariamente Residencial	REC Praias
REP Bancários	41	Equilíbrio entre usos	REP Praias
REC Praias	77	Majoritariamente Residencial	REC Bancários
REP Praias	37	Predominância Econômica	REP Bancários

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.5. O ACOLHIMENTO E A SEGURANÇA NO DESLOCAMENTO: APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE SENSÍVEL A GÊNERO

Como última ação metodológica, aplicada na caracterização dos aspectos físicos do espaço, foram utilizados dois conjuntos de indicadores que compõem o índice de caminhabilidade sensível a gênero criado por Medeiros (2024). Seu desenvolvimento foi fundamentado a partir de uma revisão sistemática de múltiplos indicadores, tanto nacionais quanto internacionais, voltados à quantificação e qualificação de características socioespaciais pela ótica do potencial de caminhabilidade de calçadas. Sua particularidade é centrada na estruturação de um público-alvo, descartando a lógica generalista e tida como neutra dos demais índices. O trabalho de Medeiros (2024) considera quais são os elementos que influenciam diretamente na caminhabilidade a partir da vivência de mulheres.

Dessa maneira, o índice considera questões específicas e direcionadas, a partir da construção social do gênero, por entender que a lógica de produção e uso do espaço é afetada pelos papéis impostos de maneira diferente para homens e mulheres (Medeiros, 2024). Por isso, optou-se pela sua utilização, embora o escopo e público-alvo desta pesquisa tenham particularidades e destoem em algumas demandas do que é a base fundamental do índice. Entretanto, a temática de gênero também é uma questão basal discutida nesta dissertação, tanto por englobar parte do público-alvo, quanto por entender que existem afinidades na base discriminatória que fundamenta atos racistas, sexistas e LGBTfóbicos.

A análise considerou dois dos indicadores, pela afinidade com a proposta deste trabalho. Optou-se pela fragmentação e aplicação apenas da análise centrada na amigabilidade do espaço e na percepção de segurança. Conforme apontado no método, para cada indicador, havia um conjunto de critérios a serem avaliados entre péssimo e ótimo. Assim, seria construída uma média por temática, referenciada com o nível de serviço. Ao fim, também foi gerada uma média entre os dois indicadores para gerar o Nível de Serviço Final (NSF) que será apresentado neste tópico. Os mapas que espacializam a categorização das quadras nos níveis de serviço por temática estão disponíveis no Apêndice D para conferência individual.

Iniciando a avaliação pelo Centro (Figura 51), o REP é caracterizado por uma clara demarcação de zonas com perfis específicos. Apenas as faces da grande quadra que abriga o Parque Sólon de Lucena foram classificadas como boas, cabendo o destaque da existência de algumas flutuações nos valores. Como essa discussão é centrada no NSF, ela representa a média das dez categorias avaliadas e, por isso, homogeneiza o resultado. Nos mapas presentes no Apêndice D percebe-se que há faces de quadras classificadas como boas em um dos indicadores, seja ele o da amigabilidade do espaço ou da percepção de segurança, e regular no outro, gerando uma média que tende a afetar o NSF para menos.

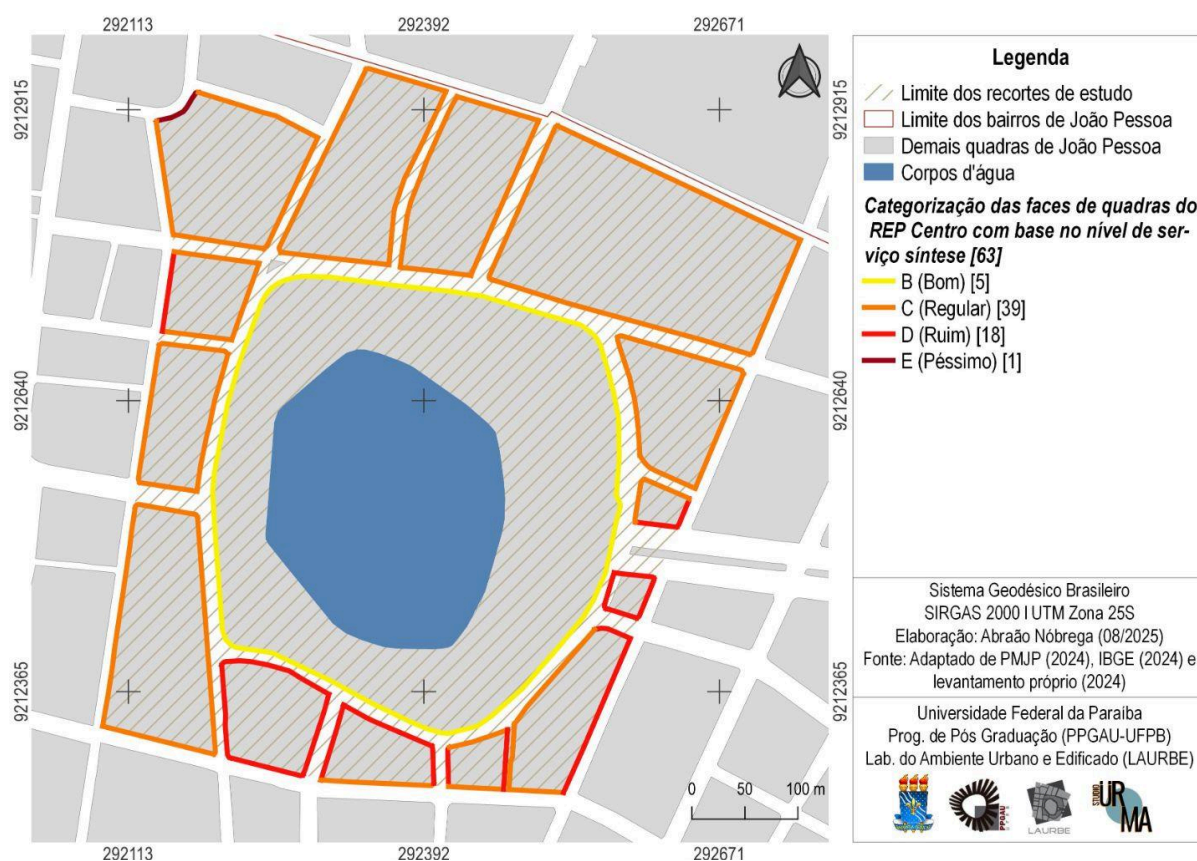
Assim, apenas as faces da quadra do parque mantiveram valores no que é entendido como bom, tendo notas acima de quatro pontos, mesmo que na comparação por indicador, as faces sul e oeste tenham classificações regulares na percepção de segurança. Em termos gerais, o ponto que fragilizou as notas nessas faces foi a qualidade da iluminação pública, tratando-se de um trecho com avaliação ruim (caracterizado por nota 2), fazendo a média do indicador baixar, gerando a classificação como regular.

O segundo perfil é mais presente nas faces das quadras ao norte e oeste do recorte, tendo valores médios, majoritariamente, na categoria regular. Houveram algumas flutuações

mais acentuadas na comparação entre os Níveis de Serviço em Amigabilidade (NS1) e em Percepção de Segurança (NS2). Em alguns casos, o mesmo trecho era classificado como bom (nota 4) em um indicador e ruim (nota 2) em outro, configurando o desempenho regular ao avaliar a tendência geral.

Os pontos que mais afetaram as avaliações das quadras no trecho norte foram: os elementos de proteção e conforto ambiental, a existência de mobiliários, os elementos de vigilância formal e a presença de esconderijos. As quadras ao oeste do recorte compartilham características semelhantes com relação às da porção norte, havendo maior impacto nas suas avaliações os seguintes pontos: a presença de mobiliários, os elementos de sinalização urbana, a qualidade da iluminação pública, os elementos de vigilância formal e a presença de esconderijos.

Figura 51: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REP Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

A região sul e parte da leste são caracterizadas pelo terceiro perfil, com valores médios mais baixos e tendo uma predominância de avaliações ruins. O que as difere das demais quadras estudadas é uma maior recorrência de critérios com notas baixas, além de

maior presença de notas entre péssimo e ruim. Os elementos que tiveram maior impacto geral foram: a diversidade de usos do solo, os mecanismos de proteção e conforto ambiental, a existência de mobiliários, a sinalização urbana, os elementos de vigilância formal e a permeabilidade de fachadas.

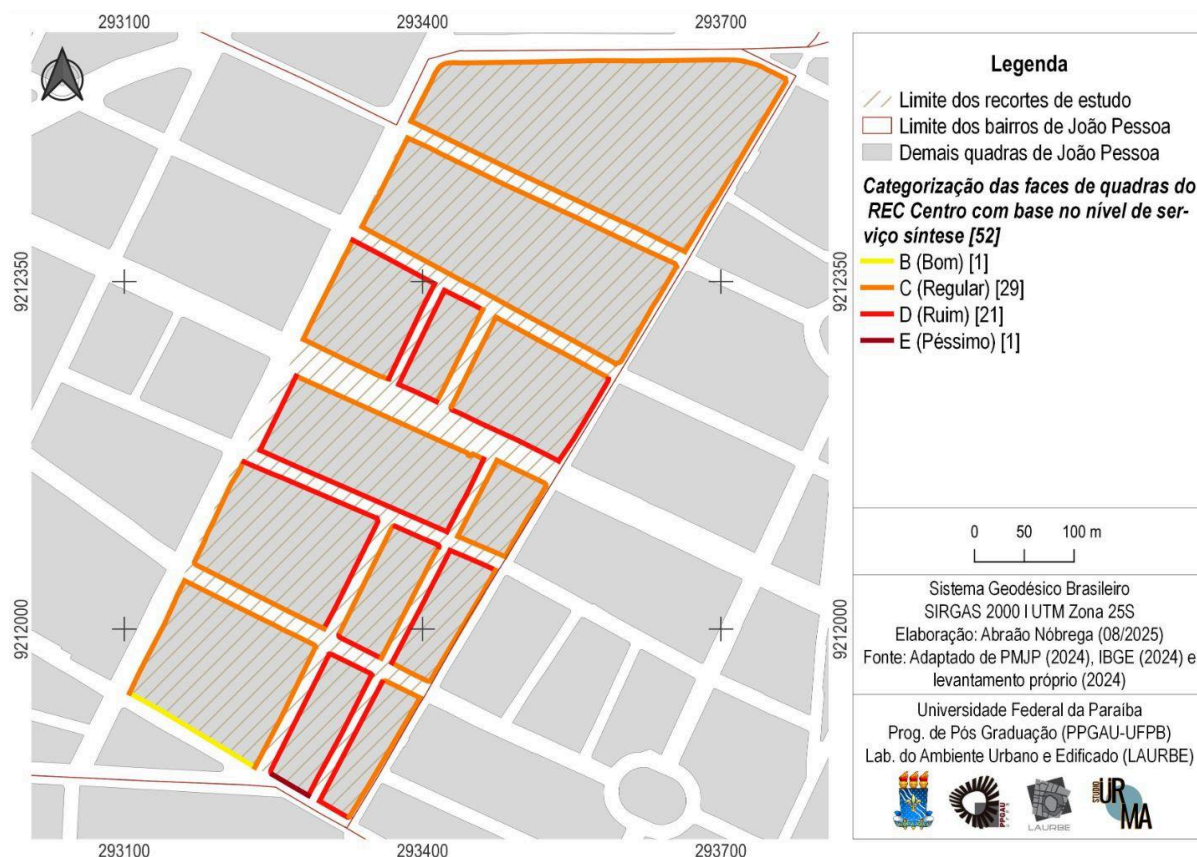
Há apenas um trecho classificado como péssimo em todo o recorte, sendo reflexo de avaliações baixas em todos os critérios, tendo, como o melhor desempenho, a co-presença de pessoas, classificada como regular. Nos outros nove critérios as avaliações permaneceram entre ruim ou péssimo, reforçando uma problemática pontual, com infraestruturas mais fragilizadas e maior fomento à sensação de insegurança.

O REC (Figura 52) tem uma tendência geral mais uniforme, com predominância de uma categoria, embora exista certo equilíbrio e sobreposição espacial entre as faces classificadas como ruins e regulares. Destaca-se que há certa disparidade entre os NS1 e NS2, em que os trechos acabam classificados como regulares ou ruins por uma consequência de divergência de notas péssimas e/ou ruins no indicador de amigabilidade do espaço, enquanto que no de percepção de segurança houve notas entre regular e bom.

As faces das quadras ao sul tendem a uma predominância de NSF ruim, sendo impactados diretamente pelos seguintes critérios: a co-presença de pessoas no trecho, os elementos de proteção e conforto térmico, a presença de mobiliários, a qualidade da iluminação pública, os elementos de vigilância formal e a permeabilidade de fachadas. Outros critérios como a diversidade de usos do solo e a qualidade da manutenção das calçadas tiveram divergências, com notas variando entre ruins e ótimas, de modo que também impactaram numa caracterização geral, mas em menor escala que os demais.

Nas quadras ao norte — tendo a Av. Duarte da Silveira como marco divisório —, há uma predominância de classificação como regular, com a maior parte das faces de quadras sendo avaliadas com notas três em quase todos os critérios, embora alguns se diferenciem, tendo notas mais baixas. Sendo eles: os elementos de proteção e conforto térmico, a presença de mobiliários, a visibilidade no entorno e a qualidade da iluminação pública. Assim como o REP, há apenas um trecho classificado como péssimo, tendo a maior parte de suas avaliações com notas entre ruins e péssimas, com exceção apenas da co-presença de pessoas (avaliada como ótima) e da presença de esconderijos (lida como regular).

Figura 52: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REC Centro.



Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

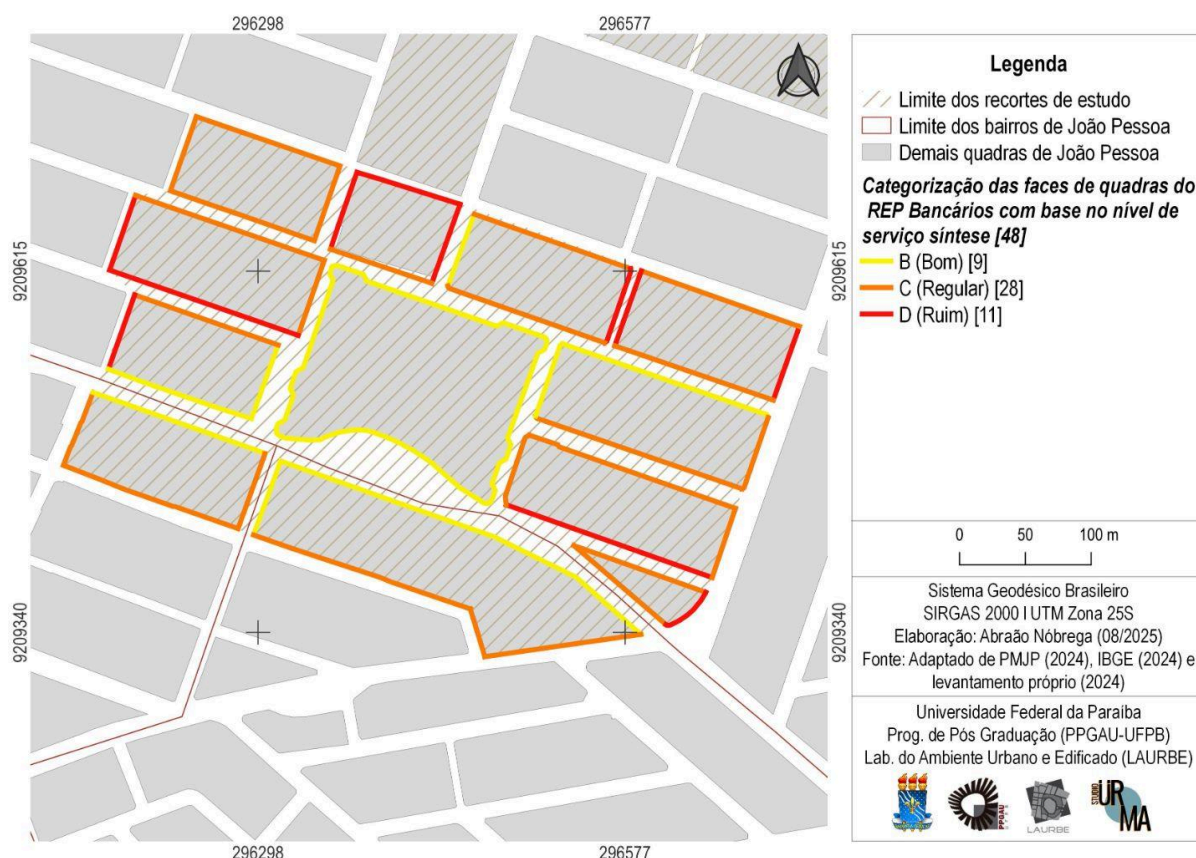
No tocante às violências de ódio, não foi percebida uma relação exclusiva de recorrência entre os atos de ódio mapeados e faces de quadras classificadas com médias mais baixas no Centro. A área com maior predomínio é o interior do Parque Sólon de Lucena, tendo uma massividade de situações ocorrendo também em seu entorno direto. Em outras palavras, considerando os atos de ódio que foram mapeados além da área do parque, percebeu-se recorrência em faces classificadas como boas, ruins e regulares.

No Bancários (Figura 53), o REP é caracterizado por duas tendências principais na concentração espacial de faces de quadra no mesmo espectro de classificação. A primeira refere-se à região com melhor desempenho e compreende a maior parte das faces de quadras voltadas para a R. Empresário João Rodrigues, bem como todas as da Praça da Paz e de parte de seus arredores. Em termos gerais, as faces de quadra voltadas para a via principal estão com desempenhos bons, tendo um único trecho que não se encaixa nesse padrão por consequência de sua diversidade de usos mais baixa (uma comedoria e seu estacionamento),

além da ausência total de qualquer tipo de elemento que promova a proteção térmica, fazendo com que a média do trecho fique abaixo do padrão para o restante da via.

Embora exista alguma variação nas faces da Praça da Paz, nas avaliações por critério, principalmente na questão da qualidade da iluminação pública, presença de esconderijos e elementos de sinalização; a praça obteve um bom desempenho, flutuando suas notas médias entre 4,17 a 4,52. Além disso, em alguns trechos das quadras próximas, mantiveram-se bons resultados, consolidando um padrão mais positivo nas imediações diretas do equipamento, destacando seu papel fundamental na escala local.

Figura 53: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REP Bancários.



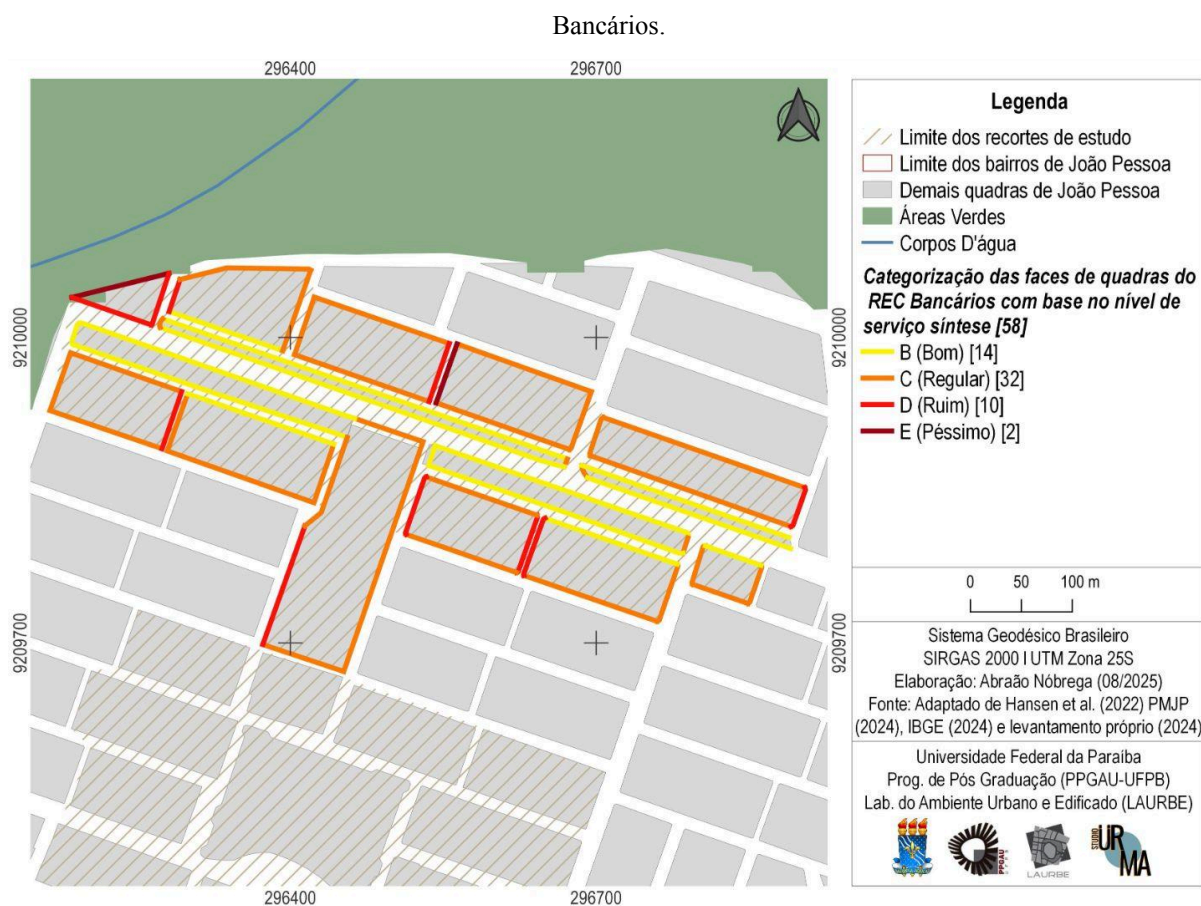
Fonte: Adaptado de PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

No restante do recorte percebe-se uma variação entre notas ruins e regulares, sem uma configuração de padrão espacial consolidada. De modo geral, os critérios que mais impactaram as avaliações dessas faces foram: a presença de elementos de proteção térmica e conforto, a presença de mobiliários, a diversidade de usos do solo, os elementos de vigilância formal e a permeabilidade de fachadas. Esses elementos tendem a ter uma maior dificuldade de avaliações boas em trechos residenciais, visto que há maior monofuncionalidade e uma

menor valorização da demanda de permanência nas calçadas, tornando rara a presença de alguma proteção ou mobiliário de apoio. Além disso, há a proximidade espacial com a Praça da Paz que representa a confluência desses elementos, favorecendo ainda mais a rarefação desses itens no interior do recorte.

No REC (Figura 54), há uma lógica de hierarquização diretamente influenciada pelo Parque das Três Ruas. Todas as faces de maior extensão do parque estão classificadas como boas, com maior impacto da avaliação na amigabilidade do espaço. Apenas pelo critério de sinalização que as faces do parque não atingiram a validação como ótimas. No que se refere à percepção de segurança, os únicos critérios que destoaram das classificações mais positivas foram a presença de elementos de vigilância e a presença de esconderijos.

Figura 54: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero no REC



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Com relação às quadras circundantes ao parque, há uma tendência de avaliações regulares, sendo a categoria mais representativa de modo sistemático ao recorte. Os critérios que mais impactaram foram: os elementos de proteção e conforto térmico, a presença de mobiliários e a visibilidade do entorno. A presença dos elementos de vigilância formal, a

qualidade da iluminação pública e a presença de esconderijos também foram significativos em alguns trechos, com avaliações mais baixas, porém em uma abrangência espacial menor.

No terceiro padrão que foi mapeado, há uma categorização centrada em avaliações ruins e péssimas nos becos que caracterizam a ramificação de caminhos e rotas de deslocamento entre quadras. Por serem trechos de passagem, não há uma infraestrutura consolidada tanto em proteção térmica, quanto em mobiliários, sinalização e iluminação. Além disso, a tendência de fachadas e interfaces é de nenhuma permeabilidade visual, contribuindo para uma sensação de opressividade pelo conjunto de fraquezas.

Em termos gerais, assim como no Centro, não foram perceptíveis interações específicas entre a violência de ódio e os trechos com médias mais baixas. No REP, há uma sobreposição entre a maior densidade de ocorrências nos trechos de avaliações boas, apontando para a desconexão entre o fenômeno e o espaço. No REC, as poucas situações mapeadas ratificam essa questão, pois estão, majoritariamente, concentradas nos trechos com avaliações boas.

Passando para as praias (Figura 55), o REP é caracterizado por uma tendência tanto espacial quanto numérica no predomínio das avaliações regulares. As poucas faces categorizadas com um desempenho bom estão, majoritariamente, voltadas para a faixa da orla, refletindo uma concentração maior de infraestruturas no trecho. Sobre a região que engloba a via litorânea destaca-se que a própria calçada da praia não foi devidamente categorizada pela inexistência das quadras, mas impactou em parte dos resultados obtidos no REP. Por exemplo, na questão da iluminação pública não se obteve o desempenho ótimo, pois em nenhuma das quadras — aqui referindo-se exclusivamente às faces voltadas para a praia —, havia dispositivos de iluminação pública, eles estavam locados apenas na calçada da orla.

Outros dois critérios que também influenciaram diretamente os resultados nas faces das quadras na orla foram a presença de elementos de proteção térmica e a presença de mobiliários. Semelhante ao que foi percebido no REP Bancários, há um impacto direto da própria calçada da praia. Ela é delimitada, em quase toda sua extensão, por um banco linear que impacta na disposição de mobiliários em todas as faces voltadas para a via litorânea. Além disso, há várias concentrações dispersas ao longo do trecho, de vegetação de porte arbóreo e palmáceas que de alguma maneira criam o sombreamento natural do trecho, gerando uma compensação que gera a ausência nas quadras estudadas.

Figura 55: Classificação das faces de quadra com base no índice de caminhabilidade sensível a gênero nos recortes das Praias.



Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022), PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024).

Em termos gerais, passando a avaliar as características homogêneas no recorte, percebe-se que essa é uma problemática estendida para as demais faces, não ficando restrita apenas na via litorânea. Há pouca oferta de mobiliários nas quadras internas, assim como são muito pontuais os elementos que garantem algum tipo de sombreamento no passeio público. Cabe o destaque de que marquises e elementos que sirvam de abrigo que estejam, exclusivamente, nos acessos das edificações, não foram avaliados como proteções. Visto que

não protegem o transeunte de modo geral, apenas em situações específicas e espacialmente reduzidas. Além disso, outros dois critérios impactaram nas avaliações do REP: a visibilidade do entorno e, em alguns trechos, a sinalização urbana.

Em apenas dois recortes não foram mapeadas faces de quadras com avaliações péssimas no NSF. Eles são os principais do Bancários e da Praia, destacando um desempenho médio mais positivo em relação aos demais. Tendo como contraponto o REC Praias que foi o único recorte avaliado sem qualquer trecho com desempenho bom no NSF. O REC é marcado pela predominância do desempenho ruim em termos quantitativos, porém, em termos espaciais, a avaliação regular é mais abrangente, visto que ele é composto por uma dicotomia de quadras extensas e pequenas. Assim como foi pontuado referente aos recortes do Bancários, a maior concentração do uso residencial tem uma afinidade com esse desempenho mais baixo, principalmente ao se refletir sobre o impacto dos residenciais multifamiliares com alta verticalização, sendo uma das principais características do REC.

Os pontos que mais influenciaram nas avaliações negativas foram: a baixa permeabilidade das fachadas e interfaces, a pouca diversidade de usos do solo, a ausência de elementos de proteção térmica e conforto, a ausência de mobiliários urbanos. A qualidade da iluminação pública e a presença de elementos da vigilância formal também foram significativos para alguns trechos, porém em menor escala de abrangência no recorte. Percebe-se também que a maior parte das quadras pequenas tiveram avaliações ruins, enquanto que as mais extensas obtiveram resultados melhores, sendo reflexo também da menor quantidade de lotes, principalmente causada pelos remembramentos para implantação das edificações mais verticalizadas concentradas majoritariamente no trecho de Cabo Branco.

Assim como nos demais, não foram encontradas interações mais perceptíveis entre a violência de ódio e avaliações ruins. O REC é, inclusive, caracterizado pela quase inexistência de ocorrências mapeadas e, de modo geral, obteve o pior desempenho de todos os recortes. Por fim, em uma observação comparativa (Tabela 40), percebe-se que o desempenho médio, em sua totalidade, é marcado pela avaliação regular, tanto para os indicadores separadamente quanto para a média geral. Em nenhum dos casos obteve-se um desempenho bom como avaliação geral do recorte, embora o REP Praias tenha se aproximado, ficando a menos de 0,1 pontos para a classificação no indicador de segurança.

Pelo desempenho elevado na segurança e um resultado mediano em amigabilidade do espaço, o REP Praias foi categorizado com o melhor desempenho. Em segundo lugar, quase

em empate técnico, estão os recortes do Bancários, mas com prevalência do REC. Em contrapartida, o pior desempenho, sendo o único que obteve o NSF como ruim, tem-se o REC Praias, um reflexo da avaliação negativa principalmente do indicador de amigabilidade.

Tabela 40: Síntese comparativa do índice de caminhabilidade sensível a gênero

Objeto de Estudo	Média Amigabilidade	NS1	Média Seguridade	NS2	Média Geral	NSF
REC Centro	2,92	D	3,23	C	3,08	C
REP Centro	3,21	C	3,29	C	3,25	C
REC Bancários	3,49	C	3,57	C	3,53	C
REP Bancários	3,40	C	3,62	C	3,51	C
REC Praias	2,79	D	3,03	C	2,91	D
REP Praias	3,27	C	3,93	C	3,60	C

Fonte: Elaboração própria (2025).

De todos os recortes, os do Bancários tiveram o maior equilíbrio no desempenho, alternando-se entre quem obteve os melhores resultados nos níveis de serviço por indicador. Tiveram uma distinção de 0,02 pontos na média final, reforçando a distinção quase inexistente entre os perfis mapeados. O Centro teve uma diferenciação mais pronunciada em consequência da avaliação como ruim no recorte de controle gerada principalmente pela falta de mobiliários e proteção térmica, embora tenha quase alcançado a categoria de regular. Ainda assim, há semelhança entre os perfis encontrados nos dois recortes, tendo como único par que destoia da tendência geral os da praia.

Outro ponto de destaque é que em todos os casos a avaliação da percepção de seguridade conseguiu avaliações melhores em detrimento à amigabilidade do espaço, com uma variação entre 0,08 e 0,66. Reafirmando como os espaços dificilmente são pensados para o acolhimento e suporte aos usuários, principalmente ao se falar da vivência pela ótica das mulheridades e feminilidades³⁹.

Por fim, este trabalho alerta para a relação mais frágil entre a violência de ódio e as características espaciais. Bem como para a pouca existência de pesquisas que tentam entender a correlação entre esses dois temas. Sendo assim, fazem-se necessários novos estudos que contribuam para uma visão mais consubstanciada de como é a ocorrência do fenômeno das violências de ódio e suas interações com o campo socioespacial. Tanto por um viés científico,

³⁹ Esses termos são abordados pela professora Letícia Nascimento em sua obra *Transfeminismo* (Nascimento, 2021) como uma perspectiva conceitual que visa englobar múltiplas vivências do que é a experiência de mulheres e pessoas alinhadas ao feminino, assim englobando mulheres cis e trans, pessoas não binárias e outras expressões de gênero.

para contribuir no avanço teórico da temática e possibilitar resultados delimitados na lógica de causa e efeito; quanto pelo prático para fornecer subsídio para o planejamento urbano e de políticas públicas que venham a contribuir para uma redução das estatísticas alarmantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação demonstrou como o fenômeno da violência de ódio ocorre em João Pessoa, evidenciando a dinâmica de subnotificação via canais institucionais, quais são as regiões mais críticas, as áreas de transição na concentração de ocorrências e uma perspectiva generalista sobre características físicas do espaço em trechos amostrais relevantes. Aponta para uma interação mais robusta entre a violência de ódio e condicionantes sociais, notadamente vinculada à sobreposição territorial de diferentes grupos em espaços de lazer e socialização, principalmente os financeiramente acessíveis. Além disso, destaca-se também a conexão percebida entre picos de concentração de atos de ódio com a presença de bares e outros estabelecimentos caracterizados pela venda de bebidas alcoólicas. Questão que pode favorecer a ruptura de inibições sociais e facilitar que agressores sintam-se mais propensos a perpetrar atos discriminatórios.

Em uma observação segmentada, com base na natureza de cada tipo de resultado, os aspectos sociais encontrados reafirmam a insegurança vivenciada no dia-a-dia por pessoas LGBTQIAP+ e de raças/cores de pele não-brancas. Referente ao material produzido a partir dos dados da Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT+ e da Igualdade Racial, percebeu-se que a saúde mental é uma das principais demandas trazidas pelo público-alvo do equipamento. Sendo uma das temáticas centrais na atuação da coordenadoria, tanto pela psicoterapia quanto pelo acompanhamento psiquiátrico. Essa dinâmica reforça o quanto a vulnerabilidade social está atrelada à desregulação da saúde, sendo um equipamento fundamental para dar suporte no tratamento de traumas e de comorbidades vinculadas.

A busca pelo suporte de saúde mental é uma consequência plausível pela alta taxa de vitimação entre os usuários da Casa Amarela. Visto que, ao longo dos anos, o intervalo de pessoas que relataram alguma violência permaneceu entre 66% a 74% dos cadastros realizados. Um dado alarmante que teve seu pico proporcional em 2024, mesmo em um contexto de queda de novos usuários cadastrados. Há de se destacar também que há equilíbrio proporcional entre as categorias das violências, embora haja predominância de atos verbais e consequentemente com menor potencial ofensivo, as ocorrências físicas e sexuais ainda são estatisticamente relevantes na comparação global, compreendendo 35% das situações.

Além disso, pontua-se que não há garantia de um ambiente seguro, visto que independente de ser um contexto público ou privado, os atos de ódio LGBTfóbicos ou racistas permanecem acontecendo. O ambiente domiciliar é, inclusive, o mais recorrente entre as

denúncias, seguido pelas escolas que também deveriam ser lidos como um local seguro para que todos possam ser quem são.

Ainda numa esfera privada, os bares foram o terceiro lugar mais citado, corroborando com o levantamento posterior sobre os espaços de lazer e socialização feito nesta pesquisa, o que reafirma o potencial significativo de violências de ódio ocorrem em um contexto de desinibição sensorial e social fomentada pelo consumo do álcool. No contexto público, a rua é a menção mais recorrente nos registros, embora não estivesse originalmente disponível nas opções de denúncia, as ocorrências foram tão constantes que superou as opções existentes.

Percebe-se uma afinidade com os registros da Delegacia Especializada em Crimes LGBTfóbicos, de Intolerância Religiosa e Racistas, pois há uma predominância das violências acontecerem na esfera privada, com destaque para o ambiente domiciliar. Contexto no qual a maior parte dos casos referem-se a violências verbais, englobando ameaças de vida e insultos muitas vezes praticados por vizinhos e familiares. E, assim como na Casa Amarela, há um predomínio dos atos serem fundamentados por LGBTfobia, com grande distância quantitativa para o racismo e outras matrizes.

Como uma base complementar, os resultados gerados a partir dos questionários reafirmaram a não uniformidade nas ocorrências em termos de espacialização. Enquanto que os dados oficializados via equipamentos deram ênfase ao contexto domiciliar, embora também existam dados expressivos para o público; as denúncias coletadas através do questionário apontaram para localidades majoritariamente centradas no lazer e socialização. Uma das possíveis justificativas para esse comportamento dos dados está relacionada à subnotificação dos casos, em que são levados para os órgãos de fiscalização apenas situações mais fáceis de validação e comprovação da ocorrência. Os atos denunciados pelo questionário tendem a abarcar situações corriqueiras, muitas vezes descredibilizadas pela própria incerteza das vítimas no reconhecimento como um crime de ódio.

Por isso, os dados do questionário também apresentam termos quantitativos mais altos, o que se tornou um dos pontos centrais na caracterização das zonas mais críticas. Visto que todos os trechos principais que foram escolhidos para as análises físicas são reconhecidos como ambientes públicos de relevância local, integrados na rede de espaços livres da cidade, com fácil acesso por vários modais de transporte e centrados em práticas acessíveis para o lazer e a socialização. Características essas que favorecem a sobreposição territorial entre grupos sociais distintos em prol das múltiplas possibilidades de apropriação do espaço.

Sobre as características de um público-alvo das ações de ódio, destaca-se que há uma pluralidade na caracterização das vítimas. Observando a variável do gênero, em termos proporcionais entre a quantidade de participantes e de violências, há um reforço da prerrogativa de que travestis e mulheres transgêneras são os principais alvos de atos de ódio, corroborando com as altas taxas de violência mapeadas por Benevides (2017-2024) ou apontamentos trazidos por autores como Deus *et al.* (2020), Carvalho e Maciel (2020) ou Nascimento (2021). Porém, por sua baixa adesão em termos quantitativos de participantes, o dado construído é mais frágil e não favorece a uma afirmação consolidada em relação aos padrões mapeados.

As mulheres cisgêneras compõem o outro extremo em termos de participação na pesquisa, sendo o mais representativo entre todos os grupos e, consequentemente, com maior quantitativo de ocorrências mapeadas. As pessoas não-binárias também se destacam como um grupo relevante para o mapeamento, visto que configuram um meio-termo entre as características dos dados. Em outras palavras, são proporcionalmente afetadas de maneira expressiva, assim como tiveram uma adesão mais significativa em termos numéricos.

Assim, destaca-se que numa lógica de dados absolutos, mulheres cisgêneras compõem o grupo mais afetado por atos de ódio, embora com menor proporcionalidade de casos por participante. Em contrapartida, embora mais frágeis, as informações sobre mulheres transgêneras e travestis apontam que esse é o grupo mais fragilizado e exposto às violências estruturais, como uma consequência à subversão aos papéis impostos pela sociedade. Sendo essa uma motivação igualmente vinculada às pessoas não-binárias que obtiveram termos quantitativos mais robustos.

No tocante à orientação sexual, há também uma dualidade no grupo mais vulnerável. Entende-se que as ocorrências contra ambos estão fundamentadas na mesma matriz LGBTfóbica, pautada no fato de não serem monossexualidades⁴⁰. Em relação aos valores absolutos, pessoas bissexuais foram as mais recorrentes entre as vítimas dos crimes de ódio em João Pessoa, sendo o segundo grupo com maior adesão ao questionário. No entanto, ao se observar proporcionalmente a relação entre o total de respostas e de vítimas, metade dos participantes denunciaram algum tipo de ocorrência. Já pessoas pansexuais, foram as que

⁴⁰ Termo que se refere às orientações sexuais centrada na atração por apenas um gênero/sexo. Como exemplos, pessoas heterossexuais ou homossexuais.

proporcionalmente apresentaram a maior taxa de ocorrências, 8 em cada 10, embora com um quantitativo mais baixo em números totais.

Em termos raciais, há uma predominância centrada em pessoas negras, aglutinando os dados de pretos e pardos, tanto pela LGBTfobia quanto pelo racismo. Embora pessoas brancas tenham destaque em termos quantitativos e até mesmo proporcionais, é uma consequência da intersecção entre gênero e orientação sexual, não havendo ocorrências geradas pelo marcador de raça ou cor de pele. O perfil majoritário entre as vítimas é de pessoas pretas, indo ao encontro dos apontamentos trazidos por Devulsky (2021), reforçando como o colorismo atua no racismo estrutural brasileiro.

Embora pessoas pardas sejam significativamente vitimadas por atos de ódio, pessoas com a pele mais escura estão mais expostas e vulneráveis às violências por uma menor passabilidade causada pela estrutura de privilégios da branquitude (Ribeiro, 2019; Almeida, 2021; Devulsky, 2021; Bento, 2022). Por isso, tanto em termos numéricos quanto em proporcionais, pessoas pretas se configuraram como o público mais afetado no mapeamento realizado, articulando a maior parte das violências racistas, mas também abarcando a LGBTfobia pela sobreposição dos marcadores identitários.

Sendo assim, em termos sociais, observou-se a multiplicidade de perfis das pessoas que estão mais expostas ao ódio. Entende-se que é uma consequência também do modo como este trabalho foi construído e de como parte dos seus resultados foram estruturados a partir da adesão popular. Em outras palavras, reafirma-se a importância da participação comunitária em pesquisas como esta para que dados com maior robustez possam ser construídos e permitir uma argumentação consolidada no debate de demandas públicas a partir da visão de múltiplos grupos sociais.

Destaca-se também a importância de trabalhos que contribuam para o mapeamento dos dados de vulnerabilização de pessoas fora da hegemonia social dos padrões de raça, gênero e orientação sexual. Principalmente através de abordagens multidisciplinares e centradas na diversidade de contribuições geradas pelos distintos campos do conhecimento. Essa validação não é apenas por uma visão acadêmica ou técnica que lida com um fenômeno como algo desconectado da realidade, mas sim valorizando o papel social da ciência de entender as causas e motivações, possibilitando a construção de dados que embasem políticas públicas que interfiram na lógica excludente e favoreçam a equidade na vida pública.

Considerando os resultados geoprocessados, destaca-se que há uma multiplicidade de contextos no que se refere à espacialização dos atos de ódio. Na escala da cidade, embora sejam perceptíveis trechos que concentram a maior parte dos casos, sendo os que geraram os recortes de estudo ampliado, não se pode desconsiderar certo alinhamento com as hipóteses que nortearam a pesquisa. A primeira era a de que violências de menor potencial ofensivo estariam mais presentes em trechos movimentados, caracterizados pela quantidade expressiva de pessoas tanto em permanência quanto em trânsito, em prol da maior facilidade do agressor se misturar na multidão e passar despercebido pela vigilância formal. Essa parte da hipótese foi ratificada pelos achados, com a maior recorrência de violências verbais e comportamentais nas imediações de espaços públicos com abrangência de atração tanto na escala local quanto da cidade, bem como ao longo de eixos viários estruturais e grandes atratores de movimento.

Ainda sobre a primeira hipótese, esperava-se que as situações com maior potencial ofensivo, como as violências físicas e sexuais, estariam concentradas em lugares menos movimentados e com pouca concentração de pessoas pelo menor potencial de existirem testemunhas ou de a vítima fugir. Nesse caso, os resultados encontrados não ratificaram o esperado, visto que, embora tenham um quantitativo significativamente menor, há uma afinidade na disposição espacial com o padrão encontrado nas violências verbais e comportamentais. Ao mesmo tempo, não é possível apontar que ocorreu uma negação total à ideia em questão, visto que também existiram ocorrências mapeadas em trechos mais segregados na malha viária e com menor intensidade de movimento potencial.

A segunda hipótese da pesquisa era a de que havia um descolamento entre a qualidade física do espaço e a presença de violências de ódio. Os principais trechos que concentraram as situações mapeadas obtiveram classificações positivas ao se considerar princípios hegemônicos da bibliografia de referência na questão da violência urbana. Em outras palavras, os resultados físicos convergiram para a ratificação da hipótese. Nos recortes de estudo principal, a caracterização de todos permaneceu com dados semelhantes: níveis elevados na integração viária, áreas abrangentes de integração e conexão visual, diversidade de usos do solo⁴¹, presença considerável de interfaces ativas e resultados regulares no potencial de caminhabilidade pela perspectiva de gênero. Além disso, os recortes de controle, que são marcados por terem uma menor concentração de violências, obtiveram desempenhos

⁴¹ Nesse caso, há apenas uma discordância em relação ao contexto geral. O Centro é marcado por atividades não-residenciais, tendo pouca diversidade no contexto de miscigenação. No entanto, ainda assim é um setor marcado por variação de atividades, existindo múltiplos segmentos como subcategorias.

semelhantes, destacando poucas alterações nos padrões mapeados em relação aos seus respectivos setores.

Sendo assim, uma das principais reflexões desta dissertação é que a violência de ódio têm relações mais frágeis com o espaço físico, sendo impactada majoritariamente por fatores sociais e comportamentais. Questão que foi reforçada pelo levantamento dos espaços de lazer e socialização ao redor dos recortes de estudo ampliado, pois foi percebida uma sobreposição quase perfeita entre as regiões de maior concentração de violências de ódio com a de espaços de lazer relacionados com a venda e consumo de bebidas alcoólicas. Sendo assim, considerando que os recortes de estudo principais são caracterizados pelas práticas de lazer financeiramente acessíveis e com uma relação clara com a venda de bebidas alcoólicas, destaca-se como a desinibição social e a possível validação externa pela afinidade no pensamento coletivo — mesmo que preconceituoso —, estão mais conectadas com a violência de ódio do que as características espaciais estritamente (Freud, 2013).

Sendo assim, entendeu-se que a violência de ódio, embora seja um fenômeno de ordem multifatorial, é influenciada de maneira desigual. A ordem social, conectada à lógica comportamental, tem maior impacto na perpetuação de atos de ódio, principalmente ao lidar com a possibilidade de estar sob efeitos de bebidas alcoólicas. A lógica espacial apresenta afinidades ao se observar a articulação do fenômeno com grandes equipamentos voltados ao lazer financeiramente acessível como os parques, praças e praias. Pois, graças a seu potencial de utilização por múltiplos grupos distintos, graças ao pouco custo envolvido e a facilidade de acesso, há uma sobreposição entre territórios e essa questão acaba se tornando também uma possível facilitadora da ocorrência de atritos e, conseqüentemente, de atos de ódio.

Além disso, embora este trabalho não consiga abarcar sozinho toda a complexidade do fenômeno da violência de ódio, suas causas, motivações e relações com o espaço, foram apresentadas uma série de avaliações que encaminham demandas específicas de estudos para sua continuação. Como principais reflexões constituídas nesta dissertação, destaca-se:

- I. A lógica de ocorrência das violências de ódio se difere do padrão de outras tipologias. Embora a sensação de segurança não reflita, necessariamente, em um menor potencial de crimes virem acontecer de fato, a permeabilidade de fachadas, diversidade de usos e movimentação de pessoas são marcadores comuns dentre os elencados como indicadores de segurança. No entanto, esta dissertação reforça que até em ambientes

com essas características há a possibilidade elevada de ocorrência de atos de ódio, principalmente os de menor potencial ofensivo;

- II. A venda e, conseqüentemente, o consumo de bebidas alcoólicas se configuraram como elementos de forte impacto na concentração de violências de ódio. Destaca-se como a redução dos inibidores e filtros sociais favorecidos pelo álcool estão alinhados com as regiões críticas no mapeamento;
- III. O lazer, em especial o financeiramente acessível, está fortemente conectado também com a lógica de concentração de crimes de ódio em escala geral. Graças a atratividade de múltiplos públicos e da sobreposição entre suas lógicas de apropriação do espaço, há um favorecimento da ocorrência de atritos e, em parte dos casos, da evolução para atos discriminatórios e violências de ódio.

Dessa maneira, esta dissertação contribui para o avanço científico à medida que constrói discussões ainda com pouca expressividade no campo da arquitetura e do urbanismo, principalmente pela sua abordagem centrada em uma ótica multidisciplinar que articula métodos e teorias de outros campos para uma contribuição consubstanciada nas ciências sociais aplicadas. Destaca-se também que seu foco foi de abranger as questões mais diretas na relação entre o espaço e o fenômeno da violência de ódio, gerando desdobramentos através de seus resultados e que, como uma possibilidade de continuação desta dissertação, há a avaliação centrada na relação entre o lazer e crimes de ódio a partir da lógica de configuração territorial, considerando a segregação socioespacial como marcador central.

Conclui-se que a prática do ódio é um fenômeno não limitado pelo espaço, acontecendo de modo independente e permeando múltiplos contextos da cidade. Ele reflete a desestruturação de uma parte da sociedade que confunde a visão de mundo individual com um sistema de regras e imposições a serem obedecidos por todos. No fim, a violência não é um fenômeno isolado, é um resultado da lógica social coercitiva que condena todos os que fogem da hegemonia e do padrão a uma vida carregada de ataques, estigmas e sofrimento. Portanto, embora o espaço possa ser repensado de modo a favorecer uma maior sensação de segurança através de elementos de vigilância e infraestrutura, será com a reforma na educação de base que novas gerações poderão se desvencilhar de modelos sociais fadados ao derramamento de sangue e encerramento de vidas pelo simples fato de diferenças existirem.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Patrícia Alonso. Quando o design exclui o outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa, PB. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n.134.05, jul. 2011.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 2007.

AVELAR, Dani. **Brasil tem pelo menos 77 leis antitrans em vigor em 18 estados**. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/brasil-tem-pelo-menos-77-leis-antitrans-e-em-vigor-em-18-estados.shtml>> Acesso em 23/12/24.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENEVIDES, Bruna G. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2018. 121p.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022. 142p.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 107p.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 121p.

BENEVIDES, Bruna G. **2023**: Brasil invicto como campeão no consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). Catarinas, 2023. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>> Acesso em: 27/12/2024.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2019. 68p.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2020. 84p.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2021. 114p.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. Decreto de Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941. Cria o Código de Processo Penal. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei: Livro I do processo em geral. **Casa Civil**, 3 out. 1941.

BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Casa Civil**, 5 Jan. 1989.

BRASIL. Lei Nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Casa Civil**, 26 set. 1995.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Casa Civil**, 10 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Secretaria geral**, 23 ago. 2006.

BRASIL. Lei Nº 12.288, de 20 de Julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Casa Civil**, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei Nº 14.382, de 27 de Junho de 2022. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021. **Secretaria-Geral**, 27 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.532, de 11 de Janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Secretaria-Geral**, 11 jan. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara Nº 122, de 12 de Dezembro de 2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Senado Federal**, 12 dez. 2006.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara Nº 580, de 27 de Março de 2007. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. **Câmara dos Deputados**, 27 mar. 2007.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara Nº 5.167, de 05 de Maio de 2009. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Câmara dos Deputados**, 05 mai. 2009.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 7.582, de 25 de Maio de 2014. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. **Congresso Nacional**, 20 mai. 2014.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: UNESP, 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Mauro da Silva de; MACIEL JÚNIOR, Auterives. Violência e crimes de ódio na atualidade: LGBTQ+ em questão. In: MELO, Iran Ferreira de; AZEVEDO, Natanael Duarte de. **Corpos dissidentes, corpos resistentes**: do caos à lama. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 525-546

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Provimento Nº 73 de 28 de Junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). **Corregedoria Nacional de Justiça**, 28 jun, 2018.

COSTA, Benhur Pinós da; BERNARDES, Antônio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente-SP: o lazer noturno e as relações de interface. **Cidades**, [S.l.], v. 10, n. 17. p.30-60, 15 jan. 2021.

DEUS, Leandro Andrei Beser de *et al.* Por uma cidade sem medo: uma espacialização da violência contra pessoas LGBTQ+ no Rio de Janeiro. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 9, n. 17, p. 123-138, abr. 2020.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIAS, Shayenne Barbosa. **Arquitetura hostil e percepção da sensação de insegurança**: uma barreira para vitalidade e urbanidade, no bairro do Espinheiro. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

DIAS, Shayenne Barbosa; JESUS, Cláudio Roberto de. Cidade hostil. **GEOgrafias**, v.27, n.1, 2019.

DIÓGENES, Marina Guerra; ALBERNAZ, Maria Paula. A cidade como um espaço pautado pelo gênero: observações sobre a invisibilização das mulheres no direito à cidade. **Thesis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 177-190, ago 2024.

DONEGAN, Lucy; TAVARES, Felipe. Limites e centralidades: investigando modelos de cidade com diferentes delimitações. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). **Lugares e suas interfaces intraurbanas**: qualidade de sistemas urbanos e edificados. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023 Cap. 3. p. 76-103.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, [S.L.], v. 1, n. 46, p. 311-340, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460311>.

ESPOSITO, Dario; SANTORO, Stefania; CAMARDA, Domenico. Agent-Based Analysis of Urban Spaces Using Space Syntax and Spatial Cognition Approaches: a case study in bari, italy. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 11, p. 4625, 5 jun. 2020.

FACCHINI, Regina. Diversidade sexual e de gênero e violência: situando reflexões e pesquisas. In: KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira (org.). **Gênero e diversidade sexual**: percursos e reflexões na construção de um observatório LGBT. São Paulo: Pontocom, 2016. Cap. 2. p. 28-42.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2c290f1f-6b52-4ba2-b1de-5bb33f7245fb>. Acesso em: 02/01/2025.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/4f923d12-3cb2-4a24-9b63-e41789581d30>. Acesso em: 02/01/2025.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em: 02/01/2025.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguraarnca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 02/01/2025.

FERNANDES, Yuri Alves. **10 relatos que mostram a importância de criminalizar a LGBTfobia**, Portal Projeto Colabora, 2021. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>>. Acesso em: 16/12/2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 22º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2013.

GOMES, Ana Maria; REIS, Aparecido Francisco dos; KURASHIGE, Keith Diego. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2 - Jul/Dez, p.30-43. 2013.

GOMES, Diógenes Farias; OLIVEIRA, Lúcia Conde de; DIAS, Maria Socorro de Araújo. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 78-91, 29 dez. 2022. Escola de Saúde Pública Visconde Sabóia. <http://dx.doi.org/10.36925/sanare.v21i2.1667>.

HANSEN, M.C., *et. al.* **Mapas globais de alta resolução da mudança da cobertura florestal no século XXI**. 2022. Dados disponíveis em: <<https://storage.googleapis.com/earthenginepartners-hansen/GFC-2022-v1.10/download.html>> Acesso em: 10/02/2025.

HDT, Human Dignity Trust. **Map of Jurisdictions that Criminalise LGBT People**, 2024. Disponível em: <<https://www.humandignitytrust.org/lgbt-the-law/map-of-criminalisation/>> Acesso em 03/01/2025.

HILLIER, Bill. **Space is the machine**. London: Space Syntax Ltd, 2007

HILLIER, Bill *et al.* Creating Life: or, does architecture determine anything? **Architecture & Comport / Architecture & Behav.** Vol 3, nº 3, p. 233–250, 1987.

HILLIER, Bill *et al.* Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian

movement. **Environment and Planning B**, Londres: Pion Publication, v. 20, n. 1, p. 29-66, 1993.

HILLIER, Bill.; HANSON, Julianne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: University Press, 1984.

HOEK, J. W. Van den. The MXI (Mixed-use Index) as a Tool for Urban Planning and Analysis (Paper 03). In: **Corporations and Cities: Envisioning Corporate Real Estate in the Urban Future**. 2008.

HOLANDA, Frederico. de. **O espaço de exceção**. Brasília: FRBH, 2018.

HOLLANDA, Francisco Buarque de. **Ópera do malandro**. Rio de Janeiro: Philips, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Características étnico-raciais da população: classificação e identidades**. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Tabela de dados demográficos agregados por bairros**. 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852&t=resultados>> Acesso em 10/11/2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **IBGE Cidades: João Pessoa**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em: 28/09/2024.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. A contribuição da análise interseccional e espacial da desigualdade de gênero no município de São Paulo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, V.21, n.1, p.94-113, 2021.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Possível correlação entre verticalização e racismo/injúria racial no município de São Paulo como recalque espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 1-31, 16 out. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001. 142 p.

LIDONI, Grieco da Costa. **Necropolítica LGBT+ em Rondônia: omissão de dados de LGBTfobia e a não possibilidade de luto pelas vidas precárias**. 2022. 42 f. Monografia

(Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**: volume único. 5. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

LINKE, Clarisse Cunha; TAVARES, Rossana Brandão. Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador . **Thesis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 33-49, ago 2024.

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de. **Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades**: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público. Gramado: Aspas Editora, 2020.

MAIA, John Donovan. **Flutua**. São Paulo: Independente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mYQd7HsvVtI>>. Acesso em 08 set. 2025.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata M. Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador. **Revista USP**, [S.L.], n. 92, p. 32-45, 28 fev. 2012.

MARTINS, Matheus de Oliveira; FERNANDES FILHO, Francisco Nilton Vieira; BARROS, Amélia de Farias Panet. Territórios de lazer LGBTQ+ na cidade de João Pessoa. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 6, n. 10, p. 235–247, 2020. DOI: 10.55663/RBDU.especial2020.martins.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Luana Stephanie de. **Índice de caminhabilidade sensível a gênero**: uma abordagem metodológica. 2024. 300 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

MICHEL, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2011. Portal Homofobia Mata, 2011. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2013-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2012. Portal Homofobia Mata, 2012. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2013-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2013. Portal Homofobia Mata, 2013. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2013-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2014. Portal Homofobia Mata, 2014. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2016-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2015. Portal Homofobia Mata, 2015. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2016-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2016. Portal Homofobia Mata, 2016. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/relatorios/2016-2/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: relatório 2017. Portal Homofobia Mata, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/homicidios-de-lgbt-no-brasil-em-2018/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICHELS, Eduardo. **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: relatório 2018. Portal Homofobia Mata, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/homicidios-de-lgbt-no-brasil-em-2018/>> Acesso em: 27/12/2024.

MICROPOLIS, **Por que a rua dá medo?** 2016. Disponível em: <<https://micropolis.com.br/Por-que-a-rua-da-medo#:~:text=Por%20que%20a%20rua%20d%C3%A1,a%20cidade%20e%20seus%20habitantes>> Acesso em 05/01/2025.

MIRANDA, Julia Vansetti; VAN NES, Akkelies. Sexual Violence in the City: space, gender, and the occurrence of sexual violence in rotterdam. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 18, p. 7609, 15 set. 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Língua(gem) e gênero neutro. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, [S.L.], v. 24, n. 47, p. 146-163, 1 out. 2021.

MULAMBA. **P.u.t.a**. In: MULAMBA. São Paulo: YB Music, 2018. 1 disco sonoro. Faixa 2. Disponível em: <<https://music.youtube.com/search?q=p.u.t.a.+mulamba>> Acesso em 03 out. 2025.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Costa; DANTAS, George Alexandre Ferreira; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Atratores urbanos, acessibilidade e dinâmica de precificação imobiliária na região metropolitana de Natal, RN: o caso de São Gonçalo do Amarante. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). **Lugares e suas interfaces intraurbanas**: qualidade de sistemas urbanos e edificados. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023. Cap. 2. p. 45-75.

NETTO, Vinicius de Moraes; VARGAS, Julio Celso; SABOYA, Renato Tibiriçá de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**. [S.L.], v. 4, n. 446, p. 261, 2012.

NHONGO, Eufrásio João Sozinho; FONTANA, Denise Cybis; GUASSELLI, Laurindo Antônio. Padrões espaciais mensais de focos de calor a partir de estimativa de densidade de kernel, na reserva do Niassa - Moçambique. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 19., 2019, Santos. **Anais do XIX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Santos: Inpe, 2019. p. 1772-1776.

OBSERVATÓRIA, **Monitoramento de PLs LGBTQIA+**. 2024. Disponível em: <<https://observatoria.org/#PLsAnti>> Acesso em: 23/12/2024.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2021**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2022**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia,

2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2023**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2024.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. O crime de ódio contra LGBTQs no Brasil: algumas hipóteses interpretativas. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 10, n. 14, 2017.

OSOGUIAN, Casa de Cultura Ilê Asé. **Cadterreiros**. 2025. Disponível em: <<https://cadterreiros.cciao.org/busca>> Acesso em 11/11/2025.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 7.309, de 10 de Janeiro de 2003. Proíbe a discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero no Estado da Paraíba. (Redação da ementa dada pela Lei Nº 10909 de 08/06/2017). **Palácio do governo do estado da Paraíba**, 10 jan. 2003.

PARAÍBA (Estado). Lei nº 10.895, de 29 de Maio de 2017. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências. **Palácio do governo do estado da Paraíba**, 25 mai. 2017.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

PENN, Alan. Space Syntax and Cognition: or why the axial line?, **Proceedings of the Third Space Syntax Symposium**, Georgia Tech., Atlanta GA, 2001.

PENN, Alan; TURNER, Alasdair. Space Syntax Based Agent Simulation. In: International Conference on Pedestrian and Evacuation Dynamics, 1 Duisburg, 2001. **Proceedings...** Duisburg: University of Duisburg, 2001.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes *et al.* **O uso da sintaxe espacial na análise do desempenho do transporte urbano**: limites e potencialidades. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. 56 p.

PERET, Luiz Eduardo Neves. Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBTQ do Rio de Janeiro. **Contemporânea**, [S.L.], v.8, n.1, p. 63-76. 2010.

PMJP, Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Atlas Municipal de João Pessoa**. 2021.

Disponível em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/files/atlas/Perfil_de_bairro.pdf> Acesso em: 15/10/2025.

PMJP, Prefeitura Municipal de João Pessoa. Lei Ordinária Nº 12.400. Cria a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, transforma cargos e dá outras providências. **Paço do Gabinete**, 5 Jul. 2012.

PMJP, Prefeitura Municipal de João Pessoa. Lei Ordinária Nº 15.197. Dispõe sobre o sistema viário básico do município de João Pessoa/PB, e dá outras providências. **Paço do Gabinete**, 23 Mai. 2024.

PORNHUB. **2021 Year in Review**. Pornhub, 2021. Disponível em: <<https://www.pornhub.com/insights/yir-2021>> Acesso em: 27/12/2024.

PORNHUB. **2022 Year in Review**. Pornhub, 2022. Disponível em: <<https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review>> Acesso em: 27/12/2024.

PORNHUB. **2023 Year in Review**. Pornhub, 2023. Disponível em: <<https://www.pornhub.com/insights/2023-year-in-review#top-20-countries>> Acesso em: 27/12/2024.

PORNHUB. **2024 Year in Review**. Pornhub, 2024. Disponível em: <<https://www.pornhub.com/insights/2024-year-in-review>> Acesso em: 27/12/2024.

PRADO, Nathalie. Gênero e políticas de mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 6., 2021, Brasília. **Anais VI ENANPARQ**. Brasília: Fau-Unb, 2021. p. 1299-1315.

RAMPASI, Natalia de Lara; OLDONI, Sirlei Maria. Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. **Revista Thêma et Scientia**. v. 2, n. 10, p. 385-406, dez. 2020.

REGO, Viviane Marina Jales. **Cidade, entornos e três praças**: formas e vidas urbanas no Corredor Cultural de Mossoró - RN. 115 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

REZENDE, Rogério; HEYNEN, Hilde. A segregação espacial e dinâmica de gênero em Brasília. **Thesis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 155-176, ago 2024.

- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- RIBEIRO, Raísa Duarte da Silva. **Feminismos**: o que as feministas querem? Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021.
- RIBEIRO, Uenderson Wesley Rodrigues; MATOS, Rosângela da Luz. Heteronormatividade e produções de violências lgbtfóbicas: análise a partir da teoria queer. **Reves - Revista Relações Sociais**, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 6001-6012, 30 nov. 2020.
- RIZZATTI, Maurício *et al.* Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. **Metodologias e Aprendizado**. [S.L.], v. 3, p. 44-53, 12 jun. 2020.
- SABOYA, Renato Tibiriçá de; BANKI, Gabriela Hall; SANTANA, Júlia Mayer Alves de. Uso do solo, visibilidade e ocorrência de crimes: um estudo de caso em Florianópolis, Santa Catarina. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 2, n. 13, p. 255-274, dez. 2016.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAYETTE, Michael A. The effects of alcohol on emotion in social drinkers. **Behaviour research and therapy**, 88, 76–89, 2017.
- SAYETTE, Michael A. et al. Alcohol and Group Formation. **Psychological Science**, [S.L.], v. 23, n. 8, p. 869-878, 3 Jul. 2012.
- SCHWARTZ, Steven. **Wicked**. Nova York: Broadway, 2003.
- SERPA, Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades**, [S.L.], v. 10, n. 17. p.61-75, 15 jan. 2021.
- SEVERINI, Valéria Ferraz; NUNES, Gabriela Parreira. Arquitetura hostil: cidade para quem?. **Cadernos CERU**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 76-95, 26 dez. 2022. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v33i2p76-95.
- SILVA, Clara Raicy Oliveira Mariano; GODINHO, Mônica Oliveira Dominici. Álcool no meio social: o impacto e o consumo de álcool nos comportamentos social e afetivo de jovens adultos. **Revista Foco**. vol .18 nº .11, e10167, p.01-15, 2025.
- SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1903.
- TENÓRIO, Maria Elisa Chaves; DONEGAN, Lucy. Vivacidade na praça da paz em João

Pessoa - PB: uma análise configuracional de vistas, caminhos e usos . **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 13, n. 01, p. e022028, 2022. DOI: 10.20396/parc.v13i00.8667202.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2008 Global Update**. 2009. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-2009-update/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2009 Global Update**. 2010. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/transgender-europe-tdor-2010/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2010 Global Update**. 2011. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/transgender-europe-tdor-2011/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2011 Global Update**. 2012. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-nov-2012-update/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2012 Global Update**. 2013. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/transgender-europe-tdor-2013/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2013 Global Update**. 2014. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/transgender-europe-tdor-2014/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2014 Global Update**. 2015. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/transgender-day-of-remembrance-15-tmmupdate/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2015 Global Update**. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tdov-2016-tmm-update/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2016 Global Update**. 2017. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-trans-day-remembrance-2016/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2017 Global Update**. 2018.

Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2017/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2018 Global Update**. 2019. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2018/>> Acesso em: 27/12/2024

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2019 Global Update**. 2020. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2019/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2020 Global Update**. 2021. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2021 Global Update**. 2022. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2022 Global Update**. 2023. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2022/>> Acesso em: 27/12/2024.

TGEU, Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2023 Global Update**. 2024. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/>> Acesso em: 23/12/2024.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

TURNER, Alasdair *et al.* From isovists to visibility graphs: a methodology for the analysis of architectural space. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 28, n. 1, Fev. 2001.

URIAS. **Diaba**. São Paulo: Head Media, 2019. Disponível em: <https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_IWwHCiAb9PzAYX-D8A9I4o_5LDdmk5STY> Acesso em: 5 out. 2025.

VASCONCELOS, Nádia Machado de *et al.* Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da pesquisa nacional de saúde 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 41-49, abr. 2023.

ANEXOS

ANEXO A - FICHA PARA TRIAGEM SOCIAL NA COORDENADORIA LGBT+

COORDENADORIA DE PROMOÇÃO A CIDADANIA LGBT E IGUALDADE RACIAL



FICHA DE TRIAGEM SOCIAL

Data do Cadastro:		Assessoria/o/e Promoção da cidadania LGBT+ e Racial:	
Nome Social:			
Nome de Registro:			
Data de Nascimento:			
RG:	CPF:	Nº cartão do SUS:	
Contato:		Whatsapp:	
Contato em caso de emergência:		Pessoa do Contato:	
Filiação:		Naturalidade:	
Cidade onde reside:		End:	
Bairro:			
E-mail:			
IDENTIDADE DE GÊNERO			
☐ Travesti	☐ Mulher Trans	☐ Homem Trans	
☐ Mulher Cis	☐ Homem Cis	☐ Não binário	
☐ Outros, Quais?			
ORIENTAÇÃO SEXUAL			
☐ Heterossexual	☐ Lésbica	☐ Gay	
☐ Bissexual	☐ Outros, Quais?		
RAÇA/COR			
☐ Preta	☐ Parda	☐ Branca	
☐ Amarela	☐ Indígena	☐ Quilombola	
CREDO RELIGIOSO:			
☐ Católica	☐ Evangélica	☐ Espírita - kardecista	
☐ Matriz Africana (candomblé, Umbanda, Jurema, entre outras)	☐ Ateu	☐ Agnóstico	
☐ Outros, Quais?			
ESTADO CIVIL:			
☐ Casado(a)	☐ Solteiro(a)	☐ Viúvo	☐ Outros, Quais?
Tem filhos? Se sim, quantos? Quantos residem com você?			
Você possui alguma deficiência?		☐ Sim	☐ Não
SE SIM, ASSINALE O ITEM:			
☐ Visual Total	☐ Baixa Visão	☐ Auditiva	
☐ Física	☐ Intelectual	☐ Múltipla	
☐ Outros			
NÍVEL DE ESCOLARIDADE:			
☐ Ensino Fundamental Incompleto	☐ Ensino Fundamental Completo	☐ Ensino Médio Incompleto	
☐ Ensino Médio Completo	☐ Ensino Superior Incompleto	☐ Ensino Superior Completo	
☐ Especialização	☐ Mestrado	☐ Doutorado	☐ Outros, Quais?
COMO SE ENCAIXA NO MERCADO DE TRABALHO ATUALMENTE			
Profissão:			
☐ Trabalhando	☐ Desempregada(o)	☐ Outros, Quais?	
Recebe algum Benefício Social?		☐ Sim	☐ Não

[illegible]

APÊNDICES

APÊNDICE A - MODELO DO QUESTIONÁRIO UTILIZADO**Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB.****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)****Participação do estudo**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Urbano, cruel e intolerante: relações entre padrões espaciais e concentração de crimes de ódio em João Pessoa, PB”, coordenada por Abraão P. de Oliveira Nóbrega. O objetivo deste estudo é entender a relação entre os aspectos físicos do espaço e a ocorrência de atos discriminatórios, a partir da caracterização das áreas com maior densidade de crimes de ódio mapeados.

Caso você aceite participar, você terá que responder a um questionário com até 20 perguntas sobre características da rua que afetam a sua percepção de segurança e situações que tenha passado por violências. As perguntas estão divididas em perfil social, percepção sobre segurança e experiências com a violência urbana e tem previsão de duração de 5 minutos. Não serão coletados dados pessoais que lhe identifiquem e, ao final da pesquisa, as informações coletadas serão utilizadas apenas para publicação de artigos em revistas científicas e congressos.

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto(a) a riscos. Eles são:

1. Baixo risco de gatilho psicológico, no tocante a experiências com a violência urbana LGBTfóbica ou racista.
2. Baixo risco físico durante as respostas, semelhante a atividades como contemplação do espaço urbano.

Caso aconteçam situações de desconforto, serão tomadas as seguintes providências: haverá prestação de suporte até o retorno do seu bem-estar sob a responsabilidade do pesquisador responsável pela pesquisa.

Esta pesquisa tem como benefícios:

1. Mapeamento das características mais importantes para a percepção de segurança de minorias sociais;
2. Mapeamento das áreas de maior risco para pessoas não-brancas e/ou pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ em João Pessoa auxiliando a traçar estratégias de planejamento urbano.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e as informações obtidas por esta pesquisa poderão ser utilizadas em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, SEM a sua identificação. O pesquisador se responsabiliza pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como pela não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a sua assistência durante toda a pesquisa e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você também poderá entrar em contato com o pesquisador, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail, a partir dos contatos que constam ao final do documento. Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de Dezembro de 2025, através de contato via e-mail.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária e você não será pago(a), de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação, você será indenizado(a) conforme determina a lei. Após ser esclarecido(a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, marque a opção de estar ciente dos riscos e benefícios e expresse seu desejo em participar.

Pesquisador responsável: Abraão P. de O. Nóbrega

E-mail para contato: abraao.nobrega@academico.ufpb.br

Telefone para contato: (83) 3216 7601 ou 3216 7913

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde - CCS

Endereço: Centro de Ciências da Saúde - 1º andar Campus I - Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB

Telefone: (83) 3216 7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

* Indicam respostas obrigatórias

E-mail *

Para que receba uma cópia das suas respostas

1. Deseja participar? *

Marcar apenas uma oval.

() Estou ciente dos riscos e benefícios e desejo participar voluntariamente

() Estou ciente dos riscos e benefícios, mas não desejo participar da pesquisa

Seção 1. Perfil Social

2. Qual sua identidade de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

() Homem cisgênero (pessoa do sexo biológico masculino e que a identidade de gênero também é masculina)

() Homem transgênero (pessoa do sexo biológico feminino, mas que a identidade de gênero é masculina)

() Mulher cisgênera (pessoa do sexo biológico feminino e que a identidade de gênero também é feminina)

() Travesti e/ou Mulher transgênera (pessoa do sexo biológico masculino, mas que a identidade de gênero é feminina)

() Pessoa não-binária (pessoa que independente do sexo biológico não se limita ao padrão binário homem/mulher em sua identidade de gênero)

() Outra identidade de gênero _____

3. Com qual raça/cor você se autodeclara? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sou amarelo/a

☐ Sou branco/a

☐ Sou indígena

☐ Sou pardo/a

☐ Sou negro/a ou preto/a

☐ Sou de outra raça/cor _____

4. Qual sua orientação sexual? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Assexual (pessoa que detém pouca ou nenhuma atração sexual, podendo ou não ser condicional, por pessoas tanto do gênero/sexo oposto quanto semelhante ao seu).

☐ Bissexual (pessoa que detém atração sexual por múltiplas/diversas expressões de gênero/sexo)

☐ Heterossexual (pessoa que detém atração sexual por pessoas do gênero/sexo oposto ao seu).

☐ Homossexual (pessoa que detém atração sexual por pessoas do gênero/sexo semelhante ao seu).

☐ Pansexual (pessoa detém atração sexual por todas as expressões de gênero/sexo)

☐ Outra orientação _____

5. Você é uma pessoa com deficiência (PCD)? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

6. Caso tenha respondido "sim" na pergunta anterior, especifique, por favor

Marque todas que se aplicam.

☐ Deficiência visual total ou parcial (baixa visão)

☐ Deficiência auditiva total ou parcial

☐ Deficiência intelectual

☐ Deficiência física (tenho deficiência em algum membro, mas que não afeta minha mobilidade)

☐ Deficiência físico-motora (utilizo cadeira de rodas)

☐ Mobilidade reduzida (sou idoso/a; utilizo muletas e/ou semelhantes para locomoção)

☐ Múltiplas deficiências

☐ Outro tipo de deficiência _____

7. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

☐ 18 a 29

☐ 30 a 39

☐ 40 a 49

☐ 50 a 59

☐ 60+

8. Qual sua renda salarial média? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Entre 1 e 2 salários mínimos
- ☐ Entre 2 e 3 salários mínimos
- ☐ Entre 3 e 5 salários mínimos
- ☐ Acima de 5 salários mínimos

9. Como você normalmente se locomove na cidade? *

Marque até três opções.

- ☐ A pé
- ☐ Bicicleta
- ☐ Carro próprio
- ☐ Moto própria
- ☐ Ônibus
- ☐ Carros e/ou Motos por aplicativo (Uber, 99 e aplicativos semelhantes)
- ☐ Caronas
- ☐ Outros _____

Seção 2. Percepção sobre segurança e medo

10. Classifique, com notas de 1 a 4, os critérios abaixo, considerando o impacto deles para sua **sensação de segurança** quando está se locomovendo pela calçada *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Sem impacto	2 - Pouco impacto	3 - Médio impacto	4 - Muito impacto
Co-presença (ter outras pessoas na rua também)	()	()	()	()
Diversidade de usos (diferentes funções numa mesma rua)	()	()	()	()
Fachadas ativas/atrativas	()	()	()	()
Permeabilidade visual (ter muros baixos, gradis e semelhantes. Possibilitando a conexão visual entre a rua e as edificações)	()	()	()	()
Permeabilidade física (ter a possibilidade de acessar as edificações caso precise de ajuda)	()	()	()	()
Iluminação pública	()	()	()	()
Presença de segurança formal (policiais, câmeras para a rua e afins)	()	()	()	()
Ausência de esconderijos (não ter lugares onde possam se esconder para cometer crimes)	()	()	()	()
Boa visibilidade na rua e arredores (conseguir ver tudo à	()	()	()	()

sua volta)

Ausência de depredações, pichações e afins	()	()	()	()
---	-----	-----	-----	-----

Manutenção da calçada (não ter pisos quebrados, não ter lixo acumulado e afins)	()	()	()	()
---	-----	-----	-----	-----

Facilidade de se locomover na calçada (ter poucos obstáculos, pouco desnível e afins)	()	()	()	()
---	-----	-----	-----	-----

Ter mais de uma rota possível (poder se locomover em diferentes caminhos, sem uma delimitação, como passarelas)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

11. Classifique, com notas de 1 a 4, os critérios abaixo, considerando o impacto deles para sua **sensação de medo** quando está se locomovendo pela calçada *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Sem impacto	2 - Pouco impacto	3 - Médio impacto	4 - Muito impacto
Ruas vazias (estar só ou com poucas pessoas na rua)	()	()	()	()
Pouca diversidade de usos (diferentes funções numa mesma rua)	()	()	()	()
Fachadas mortas (muros altos, sem conexão visual ou possibilidade de acesso)	()	()	()	()
Ruas escuras ou mal iluminadas	()	()	()	()
Ausência de segurança formal (policiais, câmeras para a rua e	()	()	()	()

afins)

Excesso de elementos de segurança formal (policiais, câmeras para a rua e afins)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Presença de esconderijos (ter lugares onde possam se esconder para cometer crimes)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Má visibilidade na rua e arredores (não conseguir ver tudo à sua volta)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Presença de depredações, pichações e afins	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Ausência de manutenção da calçada (ter pisos quebrados, ter lixo acumulado e afins)	()	()	()	()
---	-----	-----	-----	-----

Dificuldade de se locomover na calçada (ter muitos obstáculos, muito desnível e afins)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Só ter uma rota possível (só poder se locomover em um caminho)	()	()	()	()
---	-----	-----	-----	-----

Recorrência de conflito com veículos (carros parando nas calçadas e situações afins)	()	()	()	()
--	-----	-----	-----	-----

Seção 3. Qualificação do participante sobre experiências com crimes de ódio

12. Você é morador(a) ou frequenta João Pessoa? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, sou morador(a)

☐ Sim, eu frequento

☐ Não

13. Já foi vítima de algum crime de ódio em João Pessoa? *

Considere as seguintes situações:

Pessoas de raças/cores não brancas: tentativas ou agressões sexuais, físicas, verbais ou comportamentais motivadas por racismo

Pessoas LGBTQIAP+: tentativas ou agressões sexuais, físicas, verbais ou comportamentais motivadas por LGBTfobia

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Seção 4. Experiências de crimes de ódio

14. Você já foi vítima de violência comportamental? *

Exemplo: Olhares acusatórios seguidos ou algum gesto que denota a ameaças e/ou chacota como o "quebrar a mão" referindo a um homem homossexual

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, frequentemente

☐ Sim, algumas vezes

☐ Sim, poucas vezes

☐ Não, nunca

15. Você já foi vítima de violência verbal? *

Exemplos: Insultos, ofensas, ameaças, assédios e/ou importunações sexuais verbais ou ações semelhantes, sejam de ordem misógina, racista ou LGBTfóbica.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, frequentemente

☐ Sim, algumas vezes

☐ Sim, poucas vezes

☐ Não, nunca

16. Você já foi vítima de violência física? *

Exemplo: Tentativas ou agressões diretas ao corpo (lesão corporal).

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, algumas vezes
- ☐ Sim, poucas vezes
- ☐ Não, nunca

17. Você já foi vítima de violência física? *

Exemplo: Tentativas ou agressões diretas ao corpo (lesão corporal).

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, algumas vezes
- ☐ Sim, poucas vezes
- ☐ Não, nunca

18. Você já foi vítima de violência sexual? *

Exemplo: Tentativa ou agressão sexual e/ou importunação sexual.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, algumas vezes
- ☐ Sim, poucas vezes
- ☐ Não, nunca

19. Em que turno essas violências mais aconteceram? *

É possível marcar até duas opções

() Manhã

() Tarde

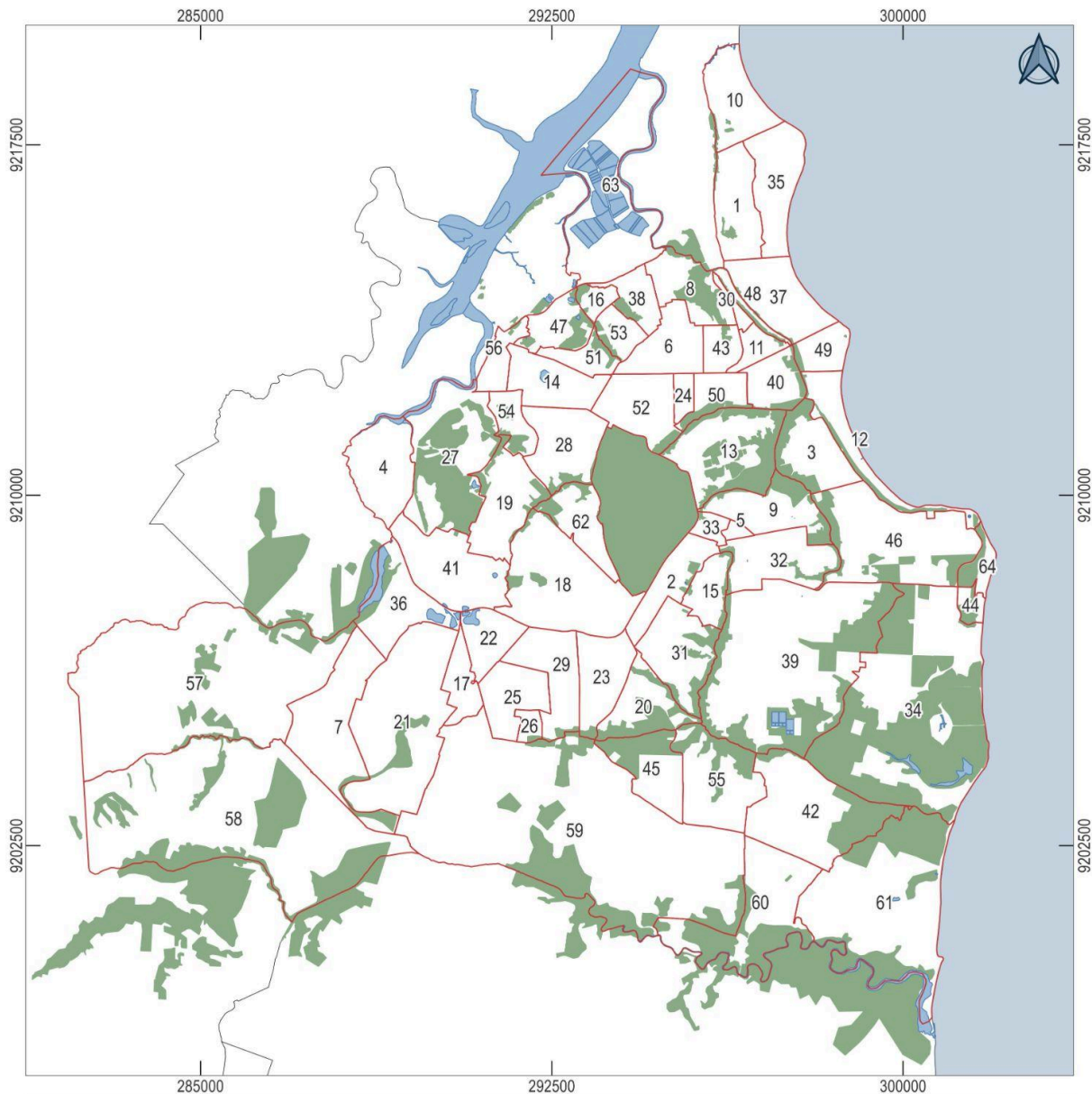
() Noite

() Madrugada

20. Cite os lugares onde você foi vítima de situações de violência de crimes de ódio e qual tipo foi *

Por exemplo: Praça da Paz (verbal), Praia de Manaíra próximo ao Mag Shopping (física)

APÊNDICE B - LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS, VIAS E LUGARES CITADOS



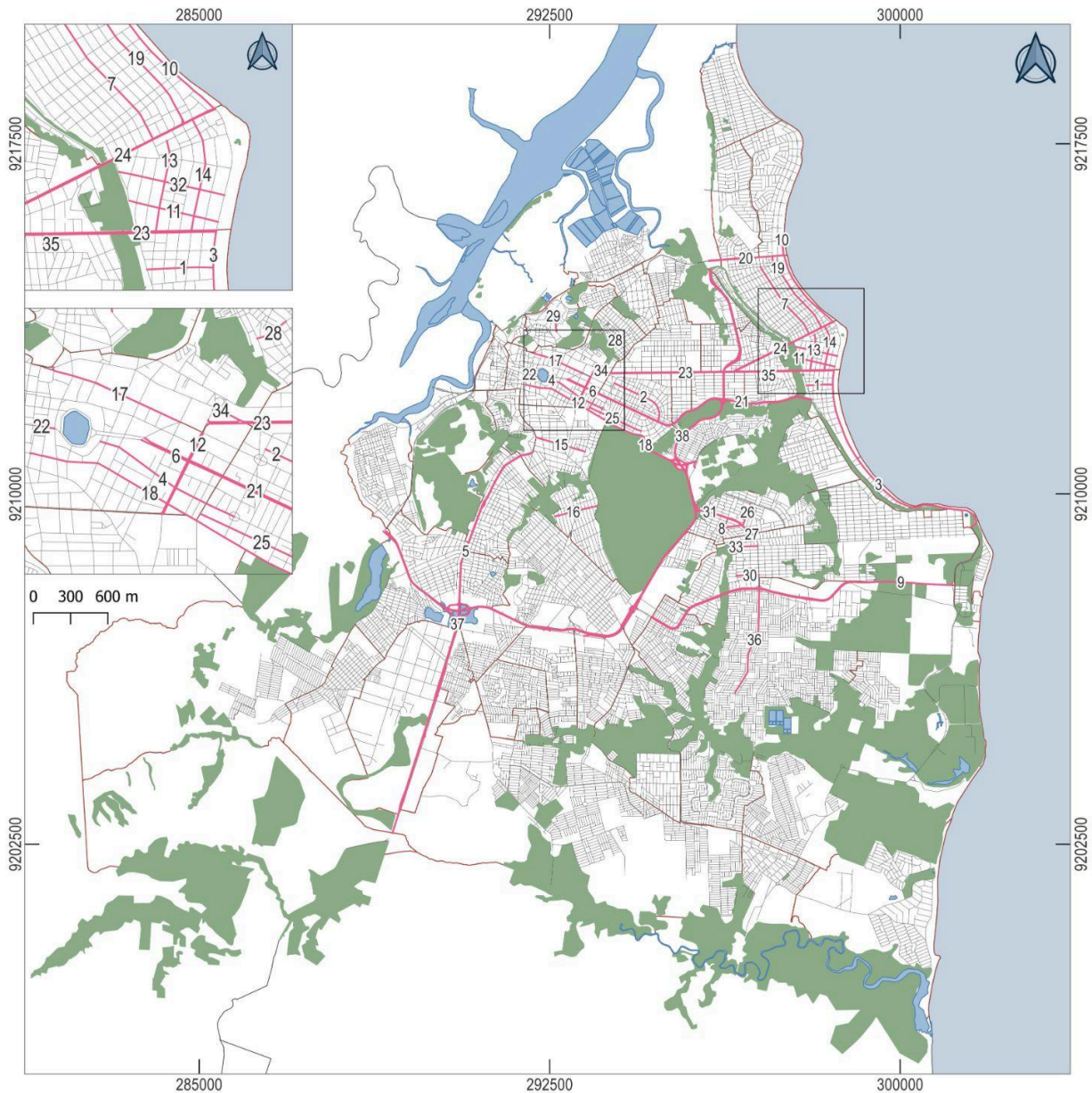
Id. Nome Bairro		Id. Nome Bairro		Id. Nome Bairro	
1	Aeroclube	17	Costa e Silva	33	Jardim São Paulo
2	Água Fria	18	Cristo Redentor	34	Costa do Sol
3	Altiplano Cabo Branco	19	Cruz das Armas	35	Jardim Oceania
4	Alto do Mateus	20	Cuiá	36	Jardim Veneza
5	Anatolia	21	Distrito Industrial	37	Manaira
6	Estados	22	Ernani Sátiro	38	Mandacarú
7	Indústrias	23	Ernesto Geisel	39	Mangabeira
8	Ipês	24	Expedicionários	40	Miramar
9	Bancários	25	Funcionários	41	Oitzeiro
10	Bessa	26	Grotão	42	Paratibe
11	Brisamar	27	Ilha do Bispo	43	Pedro Gondim
12	Cabo Branco	28	Jaguaribe	44	Penha
13	Castelo Branco	29	João Paulo II	45	Planalto da Boa Esperança
14	Centro	30	João Agripino	46	Portal do Sol
15	Cidade dos Colibris	31	José Américo	47	Roger
16	Padre Zé	32	Jardim Cidade Universitária	48	São José
				49	Tambaú
				50	Tambauzinho
				51	Tambiá
				52	Torre
				53	Treze de Maio
				54	Trincheiras
				55	Valentina
				56	Varadouro
				57	Mumbaba
				58	Mussuré
				59	Gramame
				60	Muçumagro
				61	Barra de Gramame
				62	Varjão
				63	Alto do Céu
				64	Ponta do Seixas

Legenda

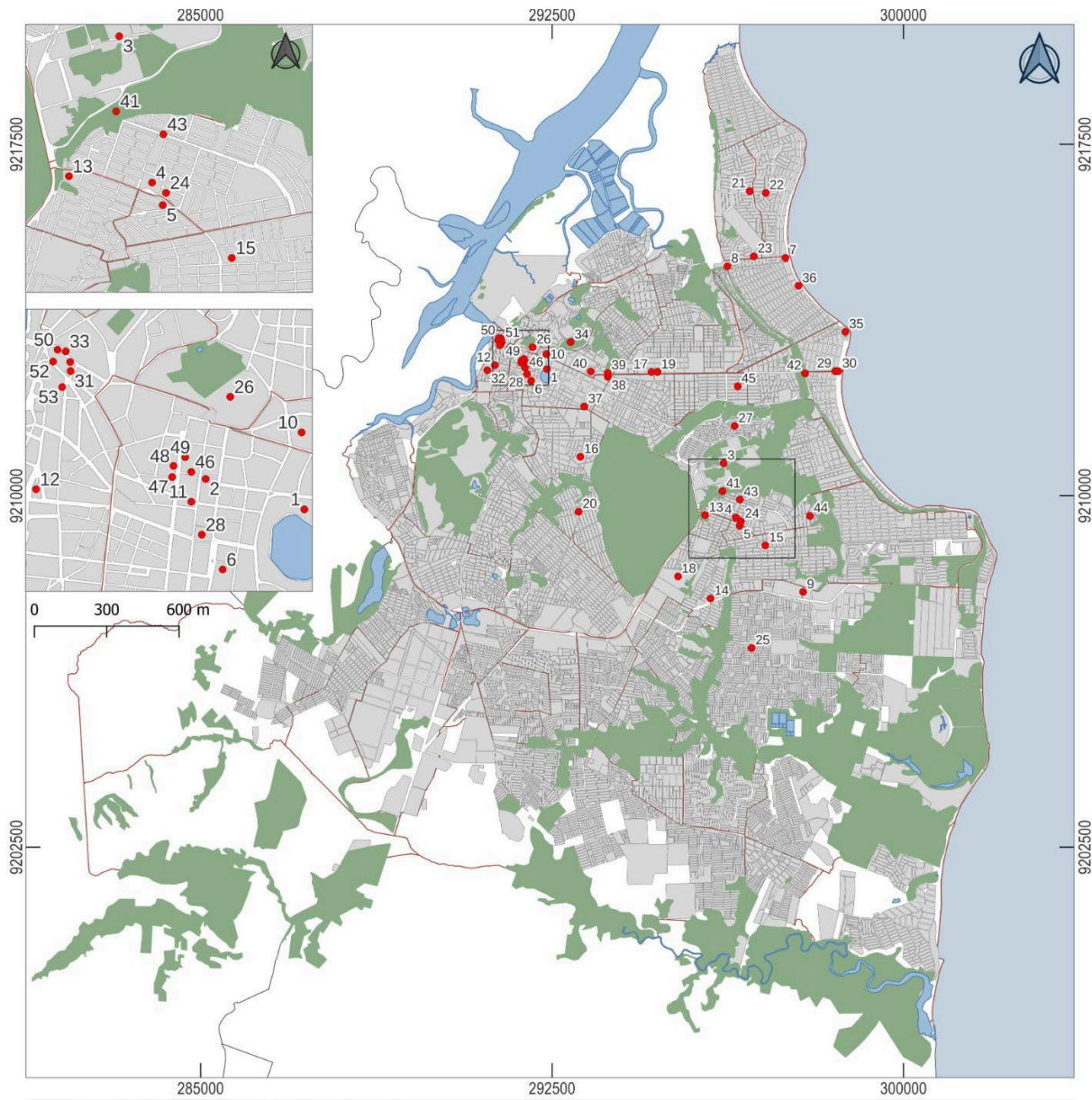
- Áreas verdes
- Corpos d'água
- Limite dos bairros de João Pessoa

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (10/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP
(2024), IBGE (2024) e produção própria (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)



Id. Nome da Via			Id. Nome da Via			Legenda
1	Av Adolfo Loureiro	18	Av Dom Pedro II	35	R Joaquim Avundano	
2	Av Aragão e Melo	19	Av Gal Edson Ramalho	36	R Josefa Taveira	Áreas verdes
3	Av Cabo Branco	20	Av Gov Flávio Ribeiro Coutinho	37	Rod Br-101	Corpos d'água
4	Av Camilo De Holanda	21	Av Min José Americo De Almeida	38	Rod Br-230	Limite dos bairros de João Pessoa
5	Av Cruz Das Armas	22	Av Padre Meira			Logradouros citados
6	Av Duarte Da Silveira	23	Av Pres Epitácio Pessoa			Demais logradouros da cidade
7	Av Esperança	24	Av Sen Ruy Carneiro			Sistema Geodésico Brasileiro
8	Av Flamboyant	25	Av Sinesio Guimarães			SIRGAS 2000 UTM Zona 25S
9	Av Hilton Souto Maior	26	R Antonio Jacinto De Souza			Elaboração: Abraão Nóbrega (10/2025)
10	Av João Maurício	27	R Ban Sérgio Guerra			Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP
11	Av José Augusto Trindade	28	R Cel Barata			(2024), IBGE (2024) e produção própria (2024)
12	Av Maximiano Figueiredo	29	R Dezenove De Marco			Universidade Federal da Paraíba
13	Av Monteiro Lobato	30	R Eloy De Medeiros Costa			Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
14	Av N.ª Dos Navegantes	31	R Empre João Rodrigues Alves			Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)
15	Av Primeiro De Maio	32	R Helena Meira Lima			
16	Av Souza Rangel	33	R Inácio Ramos De Andrade			
17	Av Dom Pedro I	34	R João Bernardo De Albuquerque			



Id Nome do Local		Id Nome do Local		Id Nome do Local	
1	Parque Sólton de Lucena	19	Assai Atacadista	38	Colégio Lourdinias
2	Praça Barão do Rio Branco	20	Posto São Luiz VIII	39	Usina Cultural Energisa
3	Campus I - UFPB	21	Bessa Shopping	40	Praça da Independência
4	Praça da Paz	22	Parque Parahyba I	41	Ponte Eng. Serafim Rodriguez Martínez
5	Shopping Sul	23	UPA Oceania	42	McDonald's Epitácio Pessoa
6	Shopping Cidade	24	UPA Bancários	43	Parque das Três Ruas
7	Mag Shopping	25	Mercado Público de Mangabeira	44	Comunidade Urbana do Timbó
8	Manaira Shopping	26	Centro Cultural São Francisco	45	Espaço Cultural José Lins do Rego
9	Mangabeira Shopping	27	Mercado Público do Castelo Branco	46	Cachaçaria Philipeia
10	Shopping Tambiá	28	Ponto dos Cem Réis	47	General Store
11	Shopping Terceirão	29	Largo de Tambaú	48	Loca Como Tu Madre
12	Terminal de Integração do Varadouro	30	Letreiro João Pessoa	49	Caravela Cultural
13	Carrefour Jd. São Paulo	31	Praça Antenor Navarro	50	Vila do Porto
14	Bemais Cidade dos Colibris	32	Terminal Rodoviário Severino Camelo	51	Centrô Bar
15	Colégio Século Jd. Cidade Universitária	33	Largo de São Frei Pedro Gonçalves	52	Mofado Bar
16	Campus IFPB	34	Parque Zoolotânico Arruda Câmara	53	Travel Medusa Pub
17	Campus UNINASSAU	35	Hotel Tambaú		
18	Campus UNIPÊ	36	Cervejaria Express		
		37	CRM-PB		

Legenda

- Áreas verdes
- Corpos d'água
- Limite dos bairros de João Pessoa
- Quadras
- Locais citados

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (10/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP (2024), IBGE (2024) e produção própria (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)

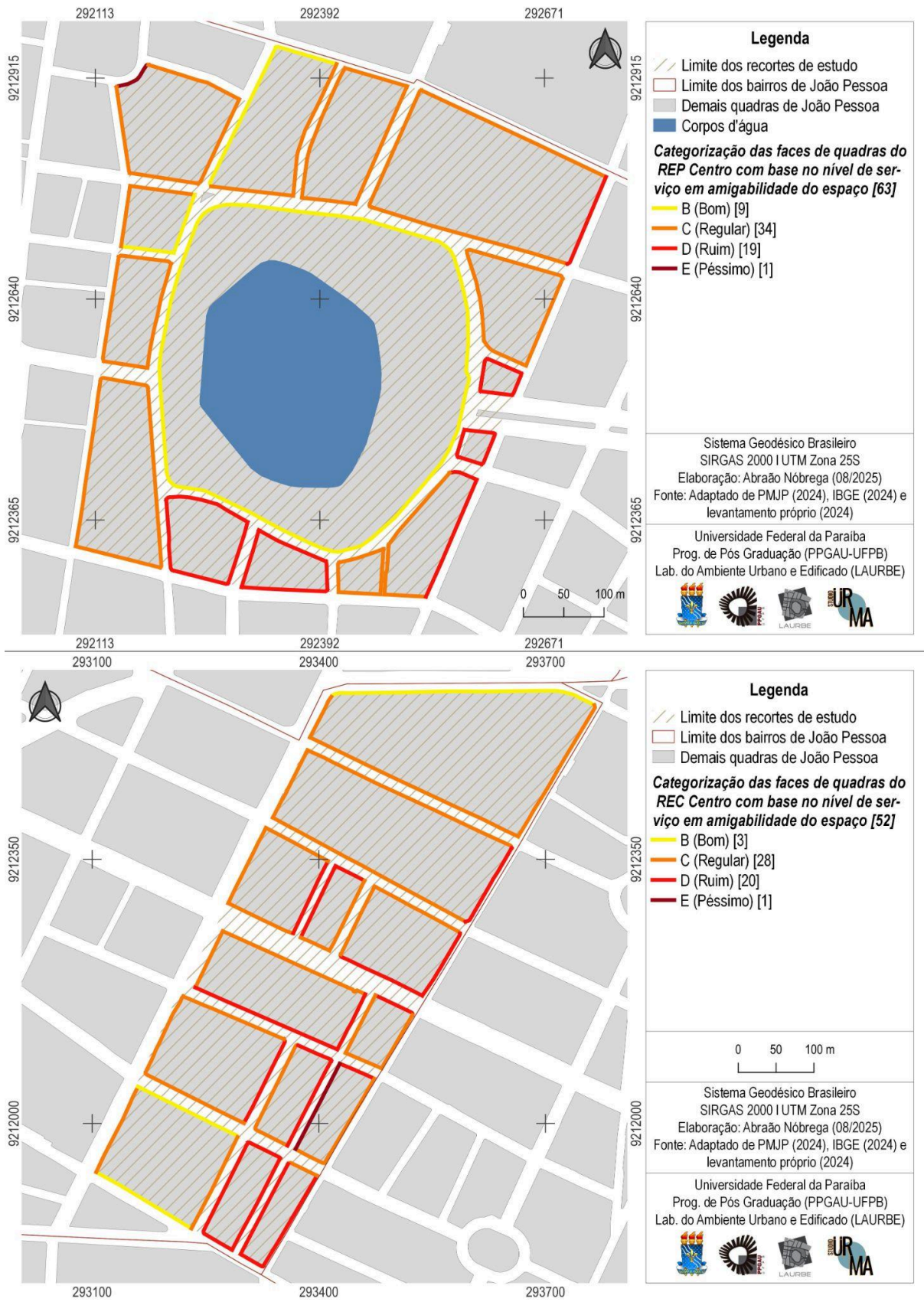
APÊNDICE C - QUADRO SÍNTESE DE VIOLÊNCIA POR BAIRRO

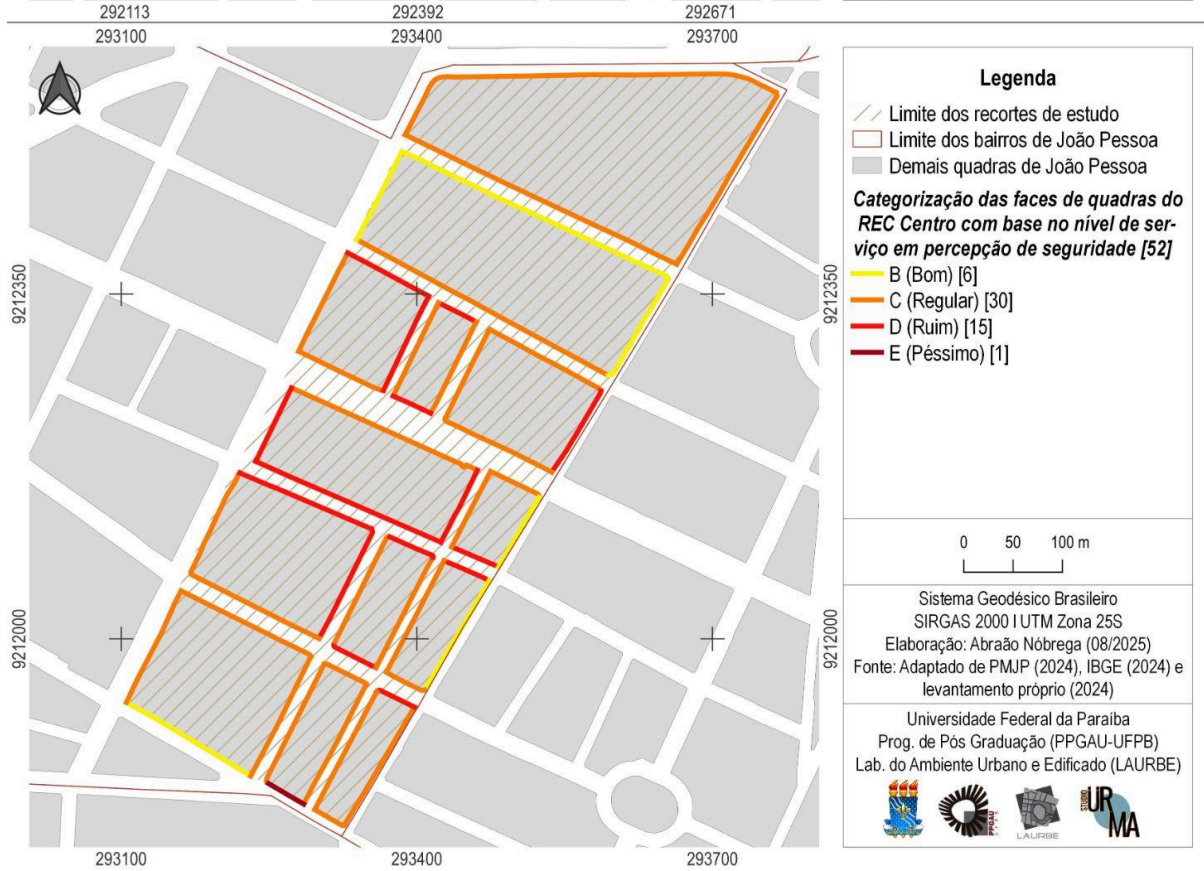
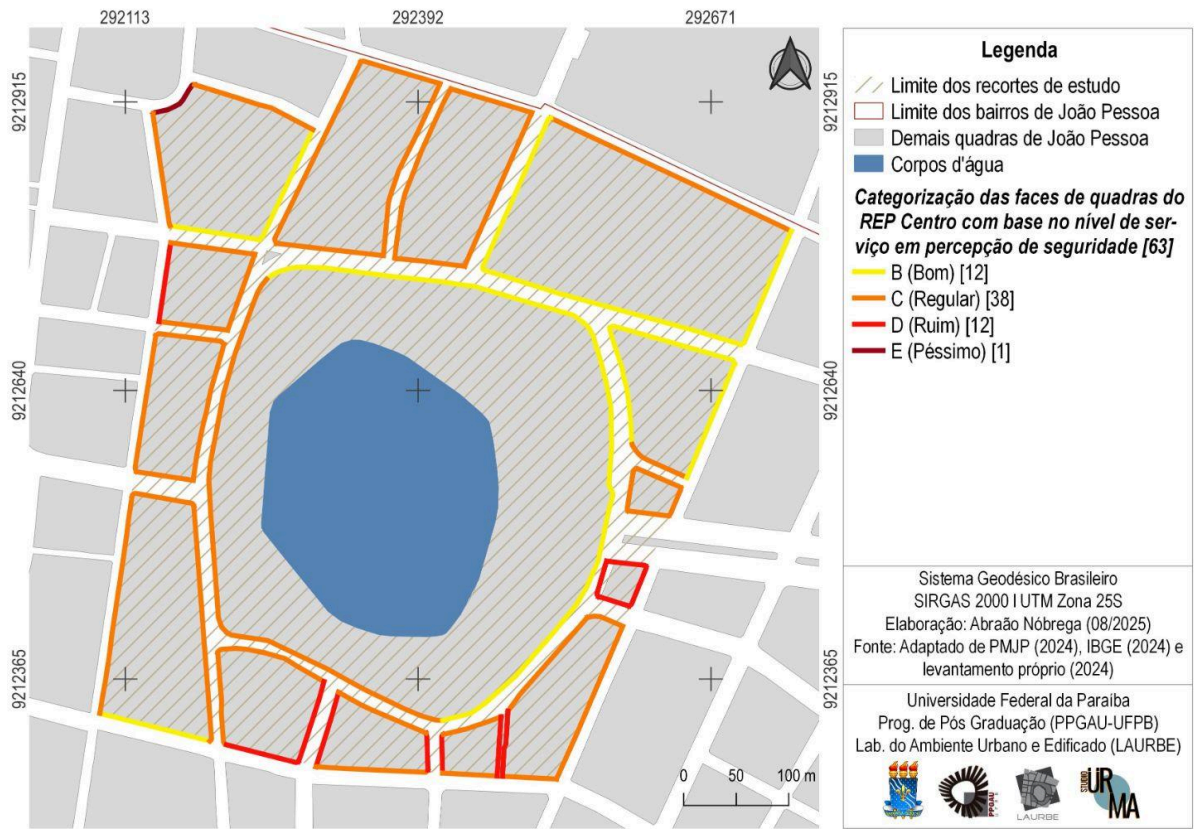
Observação: os bairros estão ordenados com base no maior quantitativo total de violências.

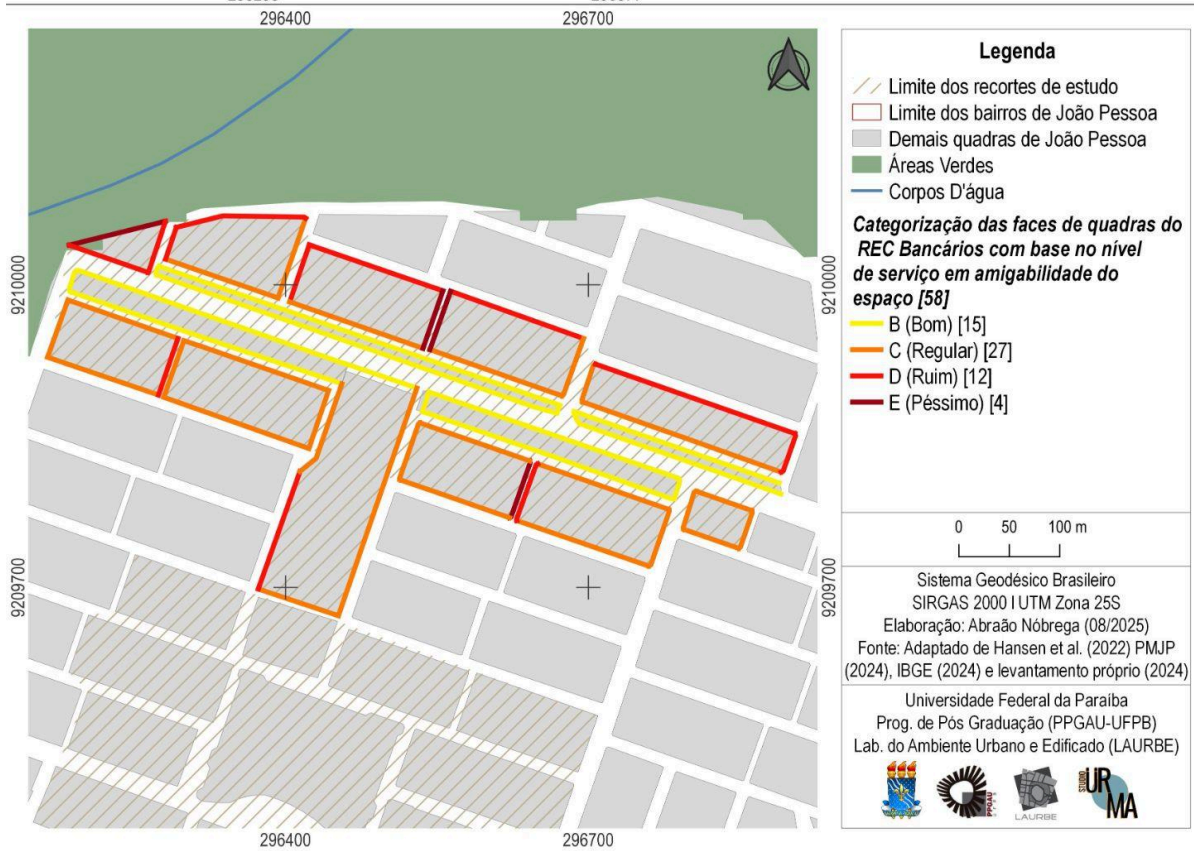
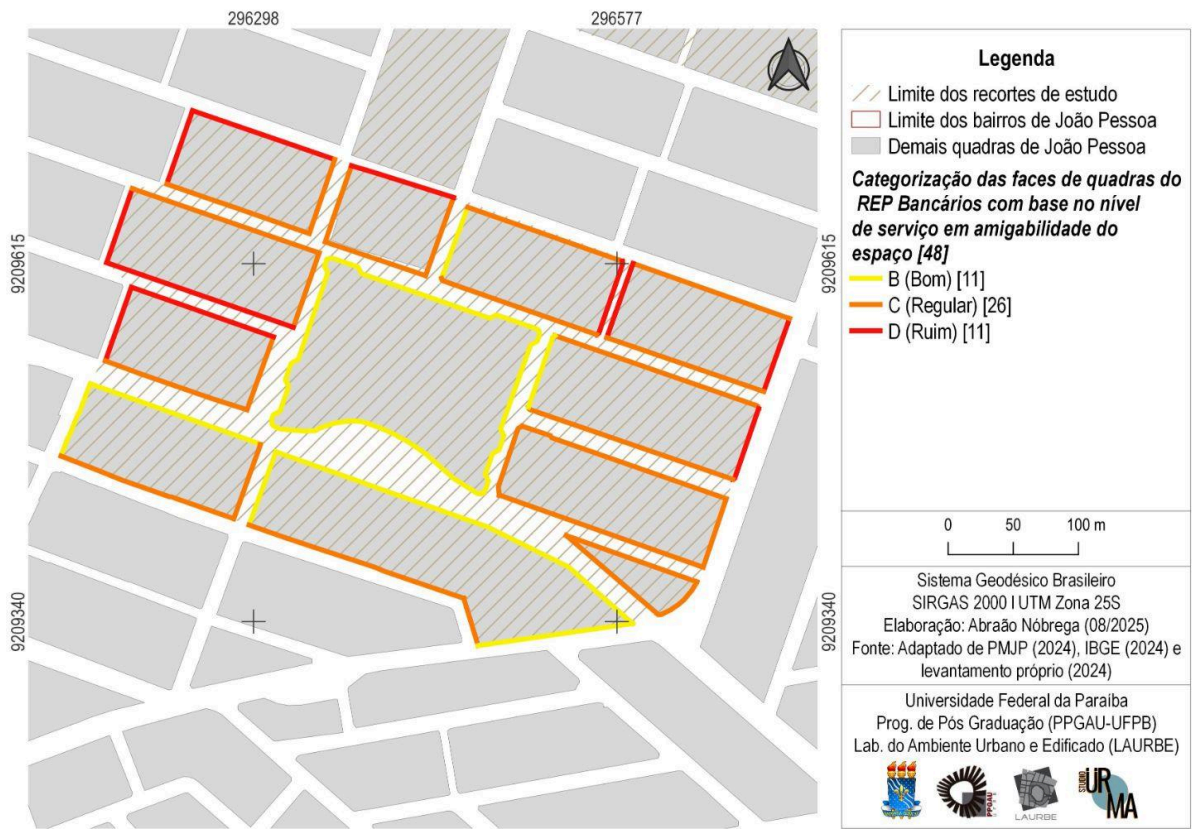
Bairro	Qtd. Violências - Questionário	Qtd. Violências - DECLIR	Qtd. Violências - Total
Centro	229	19	248
Manaira	132	18	150
Castelo Branco	125	13	138
Mangabeira	97	31	128
Bancários	123	4	127
Cabo Branco	72	5	77
Tambaú	54	4	58
Varadouro	42	7	49
Jardim São Paulo	41	4	45
Cruz das Armas	28	9	37
Estados	30	7	37
Bessa	21	12	33
Jaguaribe	23	7	30
Jardim Cidade Universitária	26	4	30
Tambiá	25	1	26
Água Fria	19	5	24
Cidade dos Colibris	19	0	19
Aeroclube	10	8	18
Miramar	15	2	17
Valentina	8	8	16
Tambauzinho	11	4	15
Anatólia	10	4	14
Ponta do Seixas	12	2	14
Roger	6	8	14
Torre	5	9	14
Varjão	11	3	14
Gramame	1	12	13
Funcionários	2	10	12
Cristo Redentor	5	6	11
Ilha do Bispo	0	11	11
José Américo	6	5	11
Costa e Silva	2	8	10
Ernesto Geisel	5	5	10
João Paulo II	6	4	10
Jardim Oceania	4	5	9
Jardim Veneza	0	8	8
Oitizeiro	3	5	8

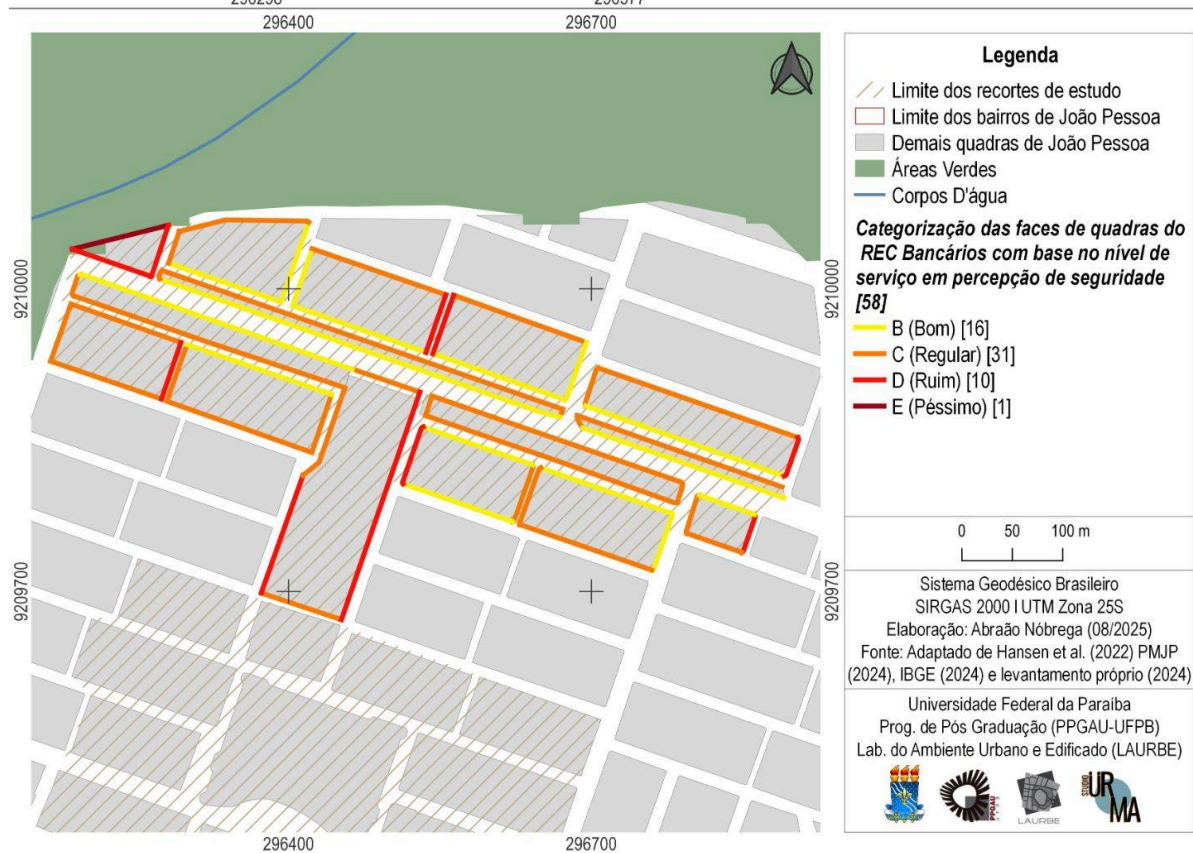
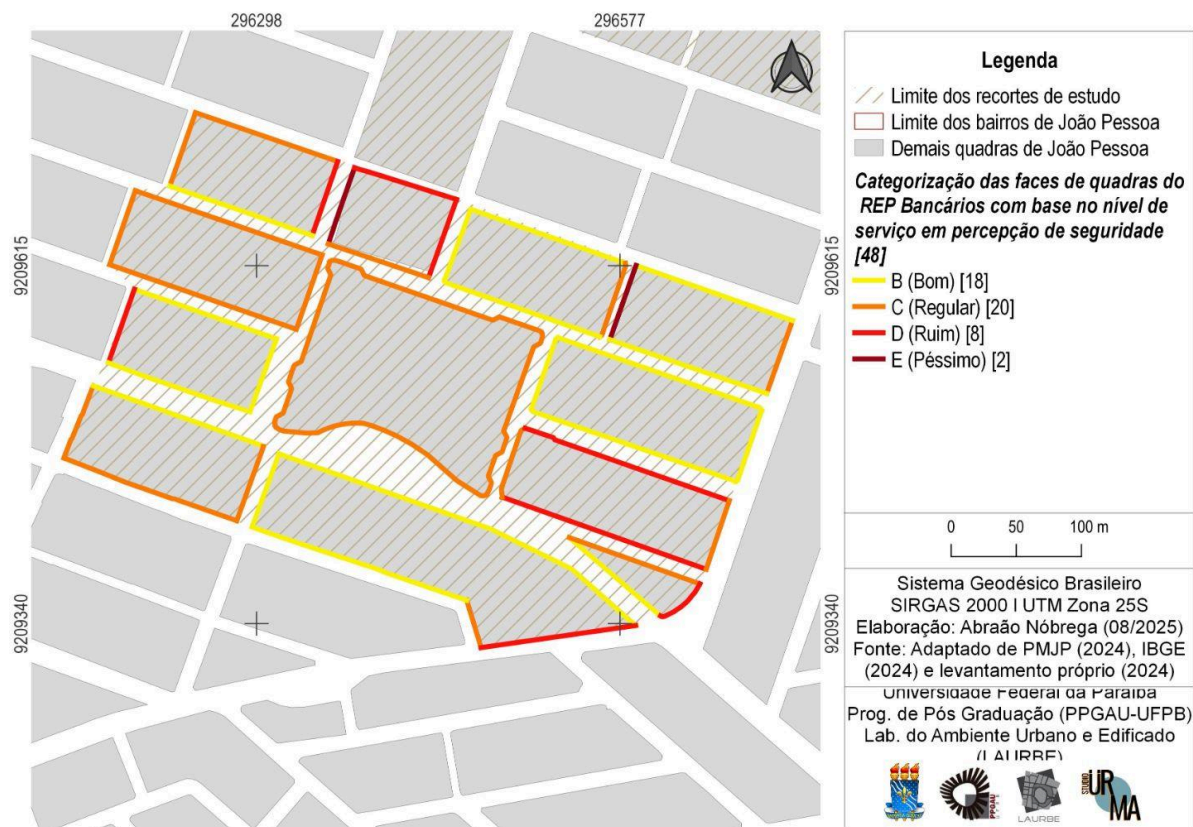
Ernani Sátiro	0	6	6
Muçumagro	0	6	6
Altiplano Cabo Branco	5	0	5
Costa do Sol	1	4	5
Expedicionários	2	3	5
Paratibe	0	5	5
Cuiá	2	2	4
Mandacarú	3	1	4
Portal do Sol	0	4	4
Alto do Mateus	2	1	3
Indústrias	0	3	3
Pedro Gondim	2	1	3
Planalto da Boa Esperança	1	2	3
Brisamar	2	0	2
Distrito Industrial	0	2	2
Padre Zé	0	2	2
Alto do Céu	0	0	0
Barra de Gramame	0	0	0
Grotão	0	0	0
Ipês	0	0	0
João Agripino	0	0	0
Mumbaba	0	0	0
Mussuré	0	0	0
Penha	0	0	0
São José	0	0	0
Treze de Maio	0	0	0
Trincheiras	0	0	0
Total	1248	319	1567

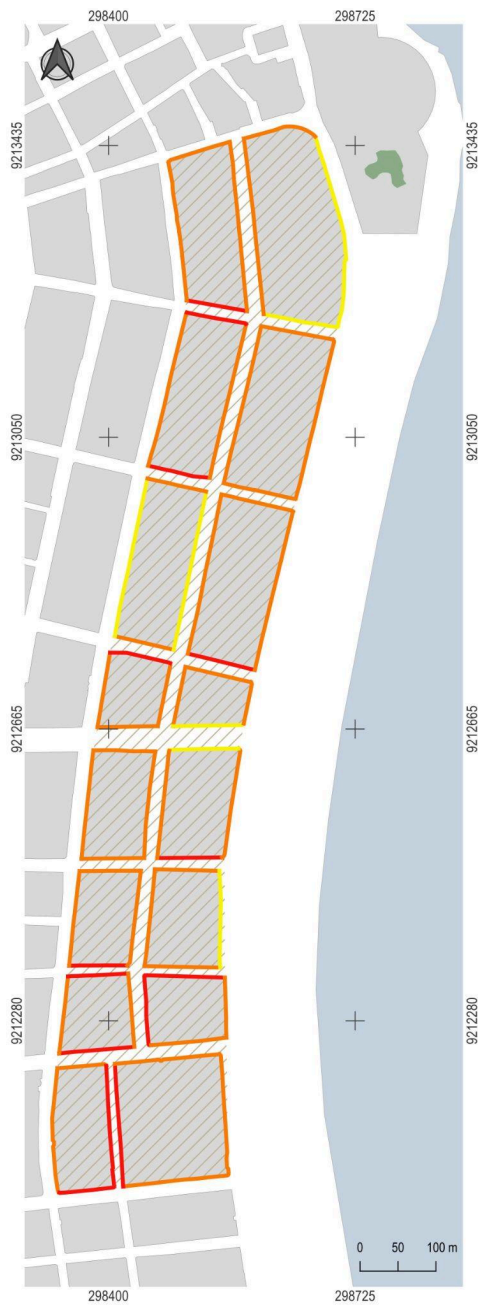
APÊNDICE D - MAPAS DO ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE SENSÍVEL A GÊNERO SEGMENTADOS POR CATEGORIA











Legenda

- Limite dos recortes de estudo
- Limite dos bairros de João Pessoa
- Demais quadras de João Pessoa
- Áreas verdes

Categorização das faces de quadras do REP Praia com base no nível de serviço em amigabilidade do espaço [64]

- B (Bom) [7]
- C (Regular) [43]
- D (Ruim) [14]

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (08/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)

Legenda

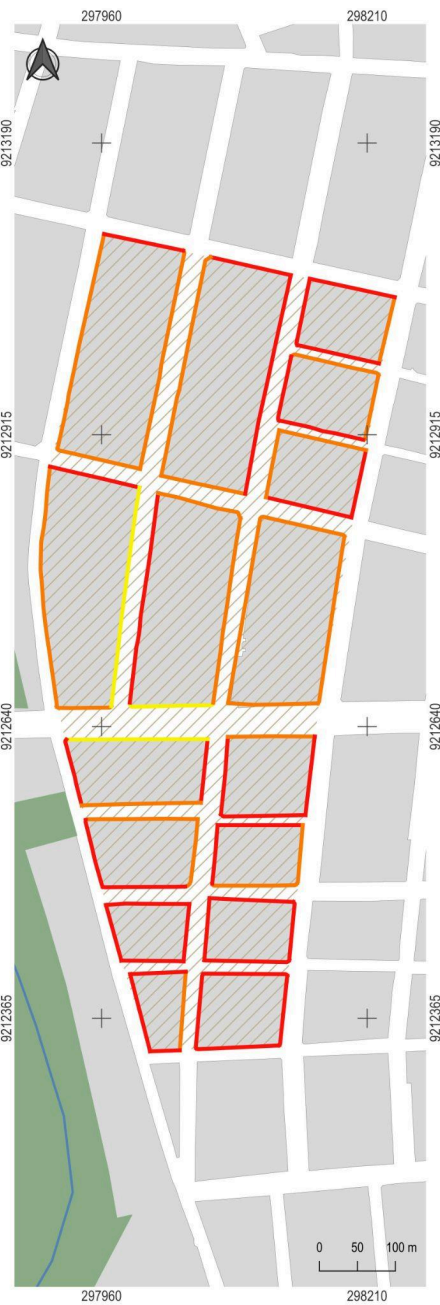
- Limite dos recortes de estudo
- Limite dos bairros de João Pessoa
- Demais quadras de João Pessoa
- Áreas verdes
- Corpos d'água

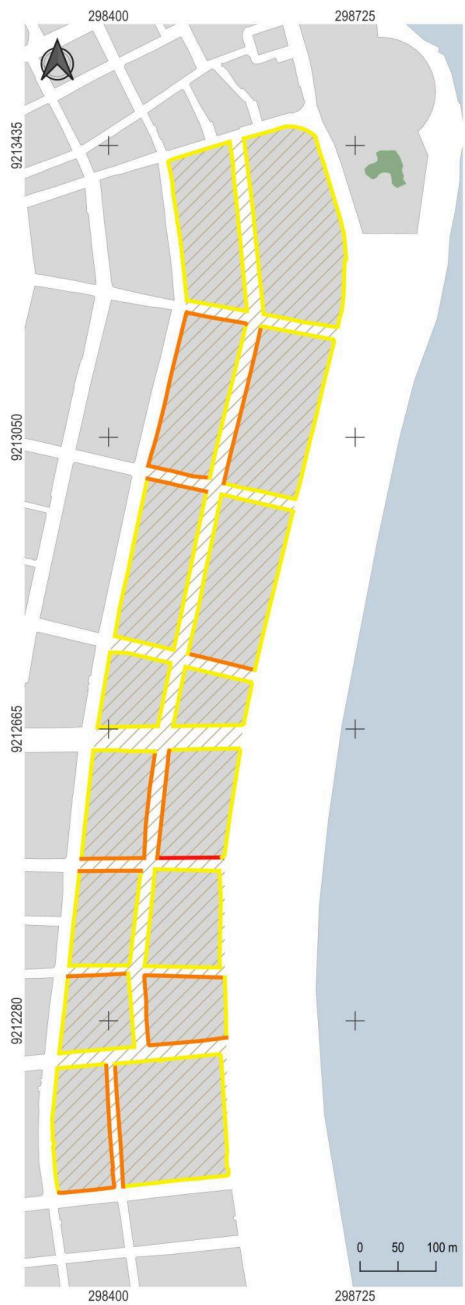
Categorização das faces de quadras do REC Praia com base no nível de serviço em amigabilidade do espaço [64]

- B (Bom) [3]
- C (Regular) [25]
- D (Ruim) [36]

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (08/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)





Legenda

- Limite dos recortes de estudo
- Limite dos bairros de João Pessoa
- Demais quadras de João Pessoa
- Áreas verdes

Categorização das faces de quadras do REC Praia com base no nível de serviço em percepção de segurança [64]

- B (Bom) [46]
- C (Regular) [17]
- D (Ruim) [1]

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (08/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)

Legenda

- Limite dos recortes de estudo
- Limite dos bairros de João Pessoa
- Demais quadras de João Pessoa
- Áreas verdes
- Corpos d'água

Categorização das faces de quadras do REC Praia com base no nível de serviço em percepção de segurança [64]

- B (Bom) [3]
- C (Regular) [36]
- D (Ruim) [23]
- E (Péssimo) [2]

Sistema Geodésico Brasileiro
SIRGAS 2000 | UTM Zona 25S
Elaboração: Abraão Nóbrega (08/2025)
Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2022) PMJP (2024), IBGE (2024) e levantamento próprio (2024)

Universidade Federal da Paraíba
Prog. de Pós Graduação (PPGAU-UFPB)
Lab. do Ambiente Urbano e Edificado (LAURBE)

